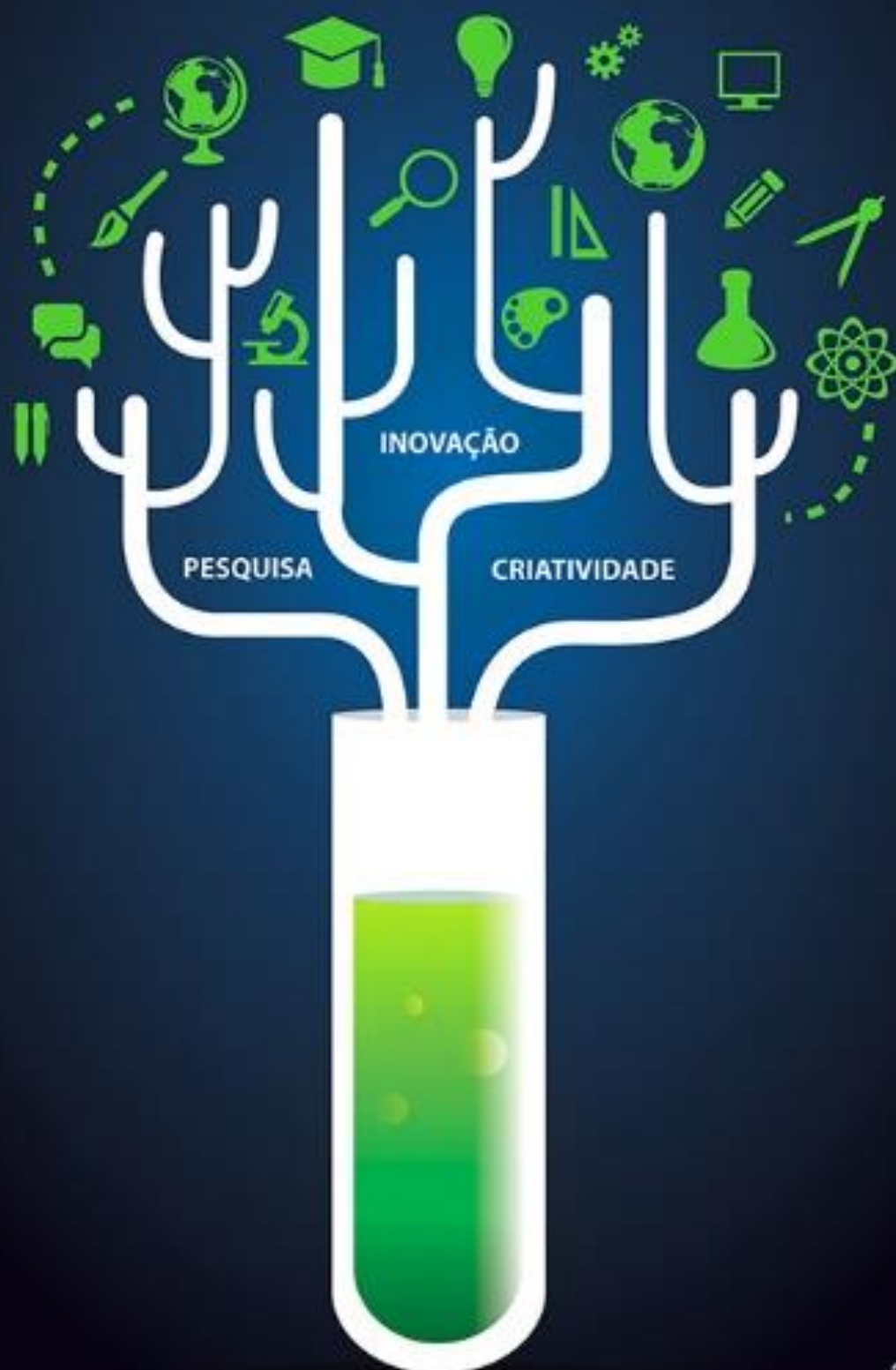




CIÊNCIA & CIDADANIA

| V. 1 - Nº 1 - 2015 | Editora: Unibave |





Centro Universitário Barriga Verde

Orleans – Santa Catarina – Brasil

<http://www.unibave.net>

Periódico eletrônico mantido pelos grupos de pesquisa:

Núcleo de Pesquisa do Curso de Direito – NUPEDI

Núcleo de Pesquisa de Práticas Pedagógicas Criativas e Inclusivas – NUPCI

Núcleo de Estudos Aplicados à Saúde – NEAS

Núcleo de Pesquisa em Tecnologia e Informação – NUTEC

Núcleo de Pesquisa em Ciências Agroveterinárias e Ambientais – PACA

Núcleo de Pesquisa em Administração e Ciências Contábeis – NUPAC

Endereço Eletrônico:

periodicos.unibave.net

Correio Eletrônico:

cienciaecidadania@unibave.net

Editora:

UNIBAVE

Catálogo na fonte elaborada pela Biblioteca Universitária
Centro Universitário Barriga Verde – Orleans –SC

C569

Ciência e Cidadania / Centro Universitário Barriga Verde -
v.1, n.1. (Dez/Jun), 2015/2016; Orleans, (SC): UNIBAVE, 2015

Semestral (online)

ISSN: 2447-5270

1. Interdisciplinar. 2. Centro Universitário Barriga Verde –
UNIBAVE. 3. Periódico. 4. Revista Eletrônica. I Título.

CDD: 070.572

Índice para catálogo sistemático:

- 1 - 050.981 - Periódicos brasileiros.
- 2 - 011.54 - Publicações de Universidades e Faculdades
- 3 - 050 - Publicações seriadas

Editor(a)

Profa. Dra. Ana Paula Bazo, UNIBAVE

Conselho Editorial

Prof. Esp. Élcio Willemann, UNIBAVE
Prof. Dr. Guilherme Valente de Souza, UNIBAVE
Prof. Me. Leonardo de Paula Martins, UNIBAVE
Profa. Dra. Marlene Zwierewicz, UNIBAVE
Prof. Me. Dimas Ailton Rocha, UNIBAVE
Profa. Dra. Karina Donadel, UNIBAVE

Comissão Científica *ad hoc*

Prof. Dr. Adalberto Alves de Castro, UNIBAVE
Profa. Me. Alessandra Knoll, UNIBAVE
Prof. Me. André Freccia, UNIBAVE
Profa. Dra. Andressa Corneo Gazola, UNIBAVE
Prof. Dr. Aurivam Marcos Simionatto, UNIBAVE
Profa. Esp. Camila Lopes Eckert, UNIBAVE
Prof. Me. Claudio Sérgio da Costa, UNIBAVE
Profa. Me. Glauceza Warmeling Duarte, UNIBAVE
Prof. Me. Idemar Ghizzo, UNIBAVE
Prof. Me. Ismael Dagostin Gomes, UNIBAVE
Profa. Me. Janaina Veronezi Alberton, UNIBAVE
Profa. Me. Joélia Walter Sizenando, UNIBAVE
Prof. Esp. José Augusto Alves Júnior, UNIBAVE
Profa. Esp. Karla Pickler Cunha, UNIBAVE
Profa. Me. Lorena Paratella Zuppo, UNIBAVE
Prof. Esp. Luiz De Noni, UNIBAVE
Profa. Esp. Luiza Liene Bressan, UNIBAVE
Profa. Esp. Miryan Cruz Debiasi, UNIBAVE
Prof. Me. Nacim Miguel Francisco Júnior, UNIBAVE
Profa. Dra. Rose Maria Adami, UNIBAVE
Prof. Me. Rovânio Bussolo, UNIBAVE
Profa. Dra. Solange Vandressen, UNIBAVE
Profa. Me. Vanessa Isabel Cataneo, UNIBAVE

Capa

Leonardo de Bitencourt
Marcos Dalmoro

Editoração Eletrônica

Profa. Dra. Ana Paula Bazo, Unibave, UNIBAVE
Prof. Me. Leonardo de Paula Martins, UNIBAVE
Paulo André Doneda Jung, UNIBAVE

Bibliotecária

Eliane Fernandes CRB-14/1471

APRESENTAÇÃO

A **Revista Ciência e Cidadania** é um periódico eletrônico, mantido pelo Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, que publica artigos com o objetivo de divulgar os resultados de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão nas diversas áreas do conhecimento.

Política Editorial

Os artigos da Revista **Ciência e Cidadania** serão publicados dentro das seguintes seções: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes. Cada edição publicará manuscritos que podem ser apresentados nas seguintes categorias:

a) Artigos originais: resultado de trabalho de natureza empírica, experimental ou conceitual. Deve conter as seções: Introdução, Métodos, Resultados, Discussão, Conclusões, Agradecimentos.

b) Artigos de revisão: revisões simples, sistemáticas e metanálises.

c) Relatos de experiência: destina-se a descrição e discussão de experiências desenvolvidas junto a instituições, comunidades e/ou sujeitos e que apresentem algum aspecto original relacionado a ensino, pesquisa e/ou extensão.

SUMÁRIO

ENGENHARIAS	07
APROVEITAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL PARA FINS NÃO POTÁVEIS: ESTUDO DE CASO NA JARDINAGEM (<i>Ana Sonia Mattos; Caroline Eing; Djon Lennon da Silva; Karine Crozeta Frasson; Glaucea Warmeling Duarte; Camila Lopes Eckert</i>)	08
ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DE BIOGÁS PROVENIENTE DE DEJETOS DE SUÍNOS DE UMA PROPRIEDADE RURAL EM FORQUILHINHA/SC (<i>Geovane Westrup; Glaucea Warmeling Duarte; Josué Alberton; Rosivete Coan Niehues; Solange Vandresen; Dimas Ailton Rocha</i>)	19
SISTEMA WEB PARA CONTROLE DE ESTOQUE POR DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA O SAMU (<i>Fernando Lessa de Souza; Elcio Willemann; Johnny Pereira; Silvana Citadin Madeira; Nacim Miguel Francisco Junior</i>)	38
CIÊNCIAS DA SAÚDE	56
A UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR GESTANTES INTERNADAS EM UM HOSPITAL DA REGIÃO SUL CATARINENSE: CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS ENVOLVIDOS (<i>Aline Martins Nunes; Valéria Maria Limberger Bayer; Fabrício Eládio Felisbino; Adalberto Alves de Castro; Andressa Córneo Gazola; Leonardo de Paula Martins</i>)	57
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO QUE PRÁTICA AUDITORIA HOSPITALAR EM UM HOSPITAL DE GRANDE PORTE DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA (<i>Maiara Wessling Ghizoni; Karla Pickler Cunha; Kelli Pazeto Della Giustina</i>)	69
MUSICALIZANDO O TRABALHO: SENTIDOS SUBJETIVOS CONSTRUÍDOS POR MÚSICOS SOBRE SUA ATIVIDADE LABORAL (<i>Jessica Kucera; Adalberto Alves de Castro; Ana Paula Bazo; Lorena Paratella Zuppo; Adriana Zomer de Moraes</i>)	89
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	112
PASTAGENS DE INVERNO: USO DA TÉCNICA DA SOBRESSEMEADURA NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC (<i>Liandra Hillmann Pazeto; Janaina Veronezi Alberton, Douglas Bardini Silveira; André Freccia, Athos de Almeida Lopes Filho</i>)	113
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	128
CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL DE ESTUDANTES EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO NO SUL DE SANTA CATARINA (<i>Fabiano Medeiros Borão; Flavio Schillickmann; Jacira Aparecida Zanatta; Joélia Walter Sizenando; Rovânio Bussolo</i>)	129
O PERFIL DOS CONSUMIDORES DO COMERCIO DA CIDADE DE ORLEANS-SC (<i>Alisson Joaquim Flor; Fabrício Schambeck; Luciana Debiasi Menegasso; Vanilda Antunes Maria Berti; Vinicius Schambeck</i>)	140
PRODUTOS PARA UM CONSUMIDOR CONSCIENTE: UM ESTUDO DE CASO DO ATELIÊ POLPA PAPEL (<i>Alessandra Knoll; Andressa Sasaki Pacheco; Fabrício Schambeck; Luiz De Noni</i>)	152

CIÊNCIAS HUMANAS	170
A CONTRIBUIÇÃO DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS PARA A CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL (<i>Juliana Natal da Silva; Richard da Silva; Rosani Hobold Duarte; Vandreça Vigarani Dorregão</i>)	171
ANÁLISE DA GESTÃO COMPARTILHADA NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE CINCO MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL SANTA CATARINA (<i>Miryan Cruz Debiasi; Alcionê Damasio Cardoso</i>)	188
MATERNIDADE E CÁRCERE: ANÁLISE DA REALIDADE DOS PRESÍDIOS FEMININO DE TUBARÃO (SC) E REGIONAL DE CRICIÚMA (SC) (<i>Andiara Pickler Cunhar; Silvana Pisone Zomer</i>)	203
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL (<i>Aurivam Marcos Simionatto; Joélia Walter Sizenando; Márcia Zomer Rossi Mattei; Pedro Zilli Neto; Vilmar Vandresen</i>)	222
AUTONOMIA, DIREITO E CIDADANIA INFANTIL (<i>Ana Isabel Pereira Cardoso; José Augusto Alves Junior; Renata Righetto Jung</i>)	232

ENGENHARIAS

**APROVEITAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL PARA FINS NÃO POTÁVEIS:
ESTUDO DE CASO NA JARDINAGEM**

Engenharias

Artigo de Revisão

Ana Sonia Mattos¹; Caroline Eing¹; Djon Lennon da Silva¹; Karine Crozeta Frasson¹; Glaucea Warmeling Duarte¹; Camila Lopes Eckert¹.

1. Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

Resumo: Com o tempo, as fontes de água para abastecer as grandes cidades estão se tornando insuficientes. Com isso, torna-se necessário encontrar novos recursos capazes de suprir e reverter a falta de água que vem se agravando ao longo dos anos. Tendo em vista o aproveitamento da água pluvial para fins não potáveis, realizou-se um estudo sobre o uso desta água na jardinagem. Essa forma de utilizar a água da chuva tem se mostrado uma boa alternativa para reduzir o uso da água destinada ao consumo e, assim, diminuir a escassez de água no planeta.

Palavras-chave: Água. Jardinagem. Consumo Consciente.

**RAIN WATER UTILIZATION FOR NON POTABLE PURPOSES: STUDY OF USE
IN GARDENING**

Abstract: Over time, the water sources to supply big cities are becoming insufficient. There with, it becomes necessary to find new resources capable of supplying and reverse the lack of water has deteriorated over the years. In view of the use of rainwater for non-potable purposes, a study was conducted on the use of this water in gardening. This way of using rain water has proved to be a good alternative to reduce the use of water intended for consumption and thus decrease the shortage of water on the planet.

Keywords: Water. Gardening. Responsible Consumption.

Introdução

Atualmente, a escassez de água potável para consumo humano é uma realidade, principalmente, dos grandes centros urbanos. Este cenário revela uma crise ambiental preocupante que é resultante de mudanças climáticas, diminuição dos recursos naturais, poluição das águas (LEMOS, 2009) e do consumo desmedido de água potável.

Estudos comprovam que aproximadamente 40% da água usada em uma residência é utilizado para fins não potáveis, conforme citado por The Rainwater Technology Handbook (2001, apud TOMAZ, 2005). Desta forma por meio de medidas simples como reutilização da água e o aproveitamento da água de fontes alternativas, como a água das chuvas, por exemplo, são capazes de minimizar o grande problema da falta de água no mundo.

A utilização da água da chuva, além de reduzir a dependência de água potável, reduz o escoamento superficial, minimizando os problemas com enchentes, buscando garantir a sustentabilidade urbana (ANNECCHINI, 2005).

A ONU, no dia 20 de março de 2015, lançou o relatório intitulado 'Água para um mundo sustentável', em que pede que a sociedade cuide deste recurso fundamental para o ser humano e alerta que haverá um déficit de água de 40% até o ano de 2030 (ONU, 2015).

No Brasil, a mais recente crise hídrica aconteceu na cidade de São Paulo, em 2014. Os níveis de água do Sistema Cantareira tiveram uma grande baixa, fazendo com que os moradores da grande São Paulo mudassem seus hábitos em relação ao uso da água. Com isso, vários estudos foram desenvolvidos, buscando formas de economizar água potável. A utilização de hidrômetros individuais, por exemplo, além de gerar uma economia média de 35%, pois incentiva os usuários a economizarem água, visto que cada um será responsável pela sua fatura e consumo, de modo separado (FILHO et al. 2005).

Com base nas informações mencionadas, percebe-se a urgente necessidade de desenvolvimento de sistemas que possibilitem ao usuário utilizar fontes alternativas de água, principalmente no que diz respeito à sua utilização para fins não potáveis.

Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento desse artigo foi utilizado como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica sobre o aproveitamento da água da chuva para fins não potáveis, escolhendo como forma de reaproveitamento, o uso dessa água para jardinagem, a qual não requer um tratamento prévio.

Nesse contexto buscaram-se autores, tanto de livros como de artigos e dissertações, que embasaram esse trabalho. Os critérios para seleção dos conteúdos selecionados foram os que nos forneciam de forma geral as informações sobre o uso

de água para fins não potáveis, com ênfase no uso para jardinagem. Os autores convergem entre si nas informações, o que pode ser contatado em várias referências citadas.

O contexto atual da água

De acordo com dados da Unesco, o Planeta Terra é formado por $\frac{3}{4}$ de água e $\frac{1}{4}$ de terra. Deste total, aproximadamente 97,5%, é composto por água salgada. Dos 2,5 % restantes de água doce, cerca de 68,7% encontra-se na forma de geleiras e nesse permanente no Ártico e na Antártida (UNESCO, 2012).

O Brasil em seu território, possui 13,7% da água doce do mundo. Porém, toda esta água não está distribuída de maneira igual em cada região. Ou seja, nem sempre a água está presente onde há maior concentração populacional (MURAKAMI, 2012). Desta forma, muitas regiões do Brasil sofrem com a escassez de água potável para as finalidades mais simples do cotidiano.

A escassez da água é uma realidade em praticamente todos os lugares do mundo. Este problema é resultado do consumo cada vez maior dos recursos hídricos, do mau uso que se faz dos mesmos, da poluição e, também, da falta de incentivos públicos que estimulem o uso sustentável da água (ANNECCHINI, 2005).

Além dos fatores acima citados, pode-se relacionar a falta de água com o desenvolvimento desordenado das cidades e crescimento populacional e industrial, que geram um aumento na demanda pela água, provocando o esgotamento desse recurso (ANNECCHINI, 2005).

Apesar dos dados citados, ainda é comum nos dias atuais, a utilização de água potável para a realização de quase todas as atividades diárias, sem que haja uma análise prévia da qualidade da água necessária (OLIVEIRA et al, 2007).

É em virtude deste panorama que cresce a necessidade de encontrar meios e formas de preservar a água potável, passando necessariamente pela busca de novas tecnologias e pela revisão do uso da água pela população (ANNECCHINI, 2005).

Aproveitamento da Água Pluvial

Conforme cita Gnadlinger (2000), desde a antiguidade já se captava e utilizava a água da chuva. Povos como os Incas, Maias e Astecas já faziam uso da água pluvial para usos não potáveis.

O aproveitamento de água pluvial para consumo potável em residências já é utilizado há anos em países desenvolvidos como Austrália, Alemanha, Estados Unidos e Japão. Alguns estudos desenvolvidos indicam que se pode ter uma economia de água superior à 30%, dependendo de alguns fatores como o índice pluvial e a área de telhado disponível para precipitação (LIMA et al., 2011).

A coleta e o aproveitamento da água da chuva pela sociedade perdeu força com a inserção de tecnologias mais modernas de abastecimento, como a construção de grandes barragens, o desenvolvimento de técnicas para o aproveitamento de águas subterrâneas, a irrigação encanada e a implementação dos sistemas de abastecimento (ANNECCHINI, 2005). Porém, a utilização da mesma voltou a ser realidade no cenário de escassez atual.

O aproveitamento de água da chuva pode ser uma alternativa para diminuir o consumo de recursos hídricos potáveis e prevenir a escassez da água nos sistemas de distribuição. A água da chuva pode ser aproveitada em atividades que não priorizam a utilização de água potável, como, na jardinagem, por exemplo. Outros usos também podem ser propostos, desde que atendam aos requisitos de qualidade e segurança sanitária (MARIS; CHRISTAN, 2010)

O conceito do uso racional para a conservação da água consiste na associação da gestão, não somente da demanda, mas também da oferta de água, de forma que usos menos nobres possam ser supridos, sempre que possível, por água de qualidade inferior (OLIVEIRA et al, 2007).

Segundo Lima et al. (2011), o aproveitamento da água pluvial tem várias vantagens, como: diminuição do consumo de água da rede pública de abastecimento; contribuição na preservação do meio ambiente; redução de custo da distribuição pública de água; diminuição das enchentes, sendo que a água captada deixa de ir para os rios e lagos; o retorno do investimento para implementação do sistema de captação é rápido (em média dois anos e meio); é um recurso farto e natural que é disponibilizado nos telhados das edificações e que não deve ser desperdiçado,

levando em conta que é um recurso escasso no planeta. Em algumas cidades já é obrigatório ou já foi implantado projeto de lei para o aproveitamento da água da chuva.

Captação Da Água Pluvial

O sistema de aproveitamento da água da chuva tem por objetivo preservar e conservar os recursos hídricos, e assim diminuir o consumo de água potável (KOENIG, 2003).

Segundo Lee et al. (2000), as técnicas mais comuns para coleta de água da chuva são por meio da superfície de telhados ou por meio de superfícies no solo, sendo que o sistema de coleta de chuva por meio da superfície de telhados é considerado mais simples e, na maioria das vezes, produz uma água de melhor qualidade, se comparado aos sistemas que coletam água de superfícies no solo.

A precipitação da chuva é umas das etapas do ciclo da água. De toda água precipitada, parte escoar pela superfície do solo até chegar aos rios, lagos e ao oceano, parte retorna imediatamente para a atmosfera por evaporação e o restante se infiltra no solo, promovendo a recarga subterrânea (GARCEZ, 1974). Com crescente urbanização, houve uma mudança no ciclo hidrológico das áreas urbanas (ZAIZEN et al., 1999), ou seja, não há mais espaço suficiente para que ocorra a recarga subterrânea. Sendo assim, é necessário desenvolver meios que sejam eficientes para coletar a água que cai nos telhados das residências dos grandes centros urbanos.

Um dos sistemas desenvolvidos para captação da água da chuva é composto pelos seguintes componentes e subsistemas:

- **Captação:** A captação da água pode ocorrer por meio de telhados, pátios, áreas de concreto e outras superfícies em que a água não penetra. Como cita Fernandes, Neto e Mattos (2006), a forma mais simples de captar a água da chuva é pelo telhado. A água pluvial cai sobre o telhado e com o auxílio de sua inclinação é conduzida até as calhas. A quantidade de água captada depende do tamanho da área de captação.
- **Condução:** É realizada por meio de calhas e tubulações verticais e horizontais. As calhas se localizam nas beiras dos telhados e captam a água que escoar pelo mesmo e então a conduz até as tubulações de quedas. São geralmente de PVC, alumínio ou concreto (COHIM, GARCIA, KIPERSTOK).

- Tratamento: A necessidade de tratar a água pluvial e a decisão sobre qual tratamento usar dependerá da qualidade da água coletada e a qual uso será destinada. A água pode ser poluída pelo ar ou por sujeiras presentes na área de captação. Recomenda-se que ao captar água usando o telhado, deve-se descartar a água que cai nos primeiros cinco minutos, devido ao telhado acumular sujeira. Segundo Raindrops (2002) apud Oliveira (2005), pode-se dividir o uso da água em quatro conjuntos e classificar o tratamento necessário para a mesma (tabela 1).

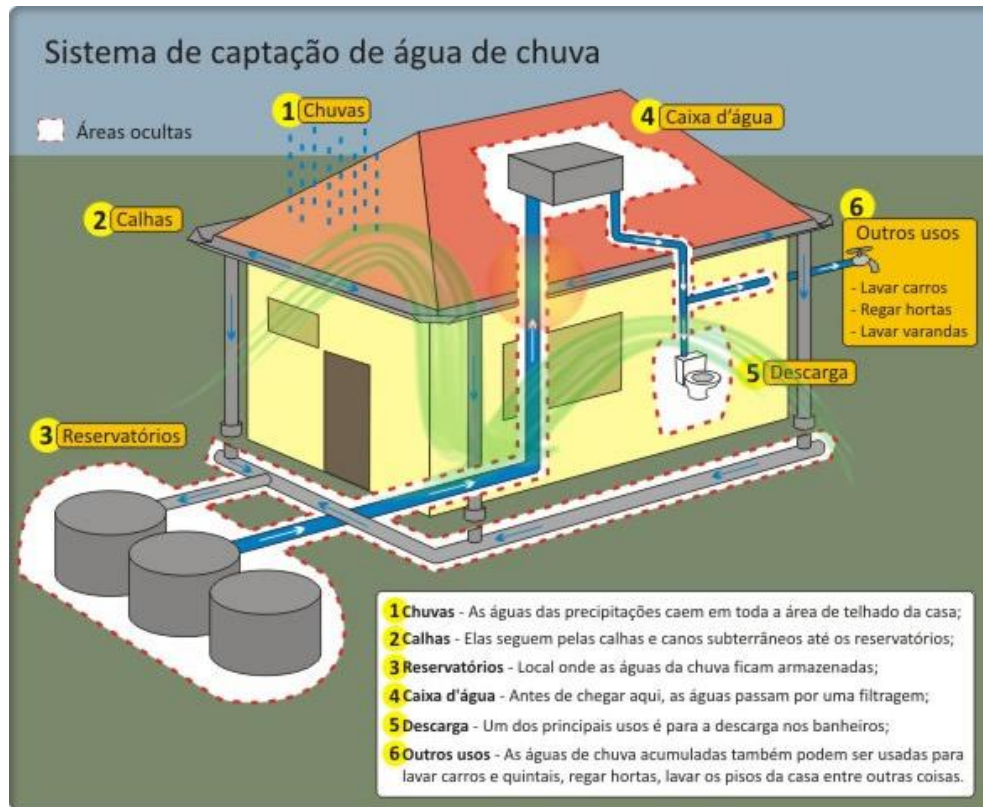
Tabela 1 – Uso da água relacionado ao tratamento.

Uso de Água Pluvial	Tratamento
Rega de Jardim	Não é necessário
Irrigadores, combate a incêndio, ar condicionado.	É necessário para manter os equipamentos em boas condições
Fontes e lagoas, banheiros, lavação de roupas e carros	É necessário, pois a água entra em contato com o corpo humano
Piscina/banho, para beber e cozinhar	A desinfecção é necessária, pois a água é ingerida direta ou indiretamente.

Fonte: Raindrops (2002) apud Oliveira (2005).

- Bombas: São equipamentos utilizados quando a água será utilizada em um nível superior ao reservatório em que a mesma se encontra.
- Reservatórios: Podem estar localizados em níveis elevados, enterrados ou apoiados. É possível utilizar vários materiais em sua fabricação. Devem ser dimensionados com algumas normas, levando em conta a sua capacidade, localização, espaço disponível e o seu custo. A ABNT NBR 15527:2007 fornece as normas e requisitos para dimensionamento de reservatórios.

Figura 1: Sistema de captação da água da chuva.



Fonte: Cozza, 2015.

Uma das inúmeras formas possíveis para a utilização da água pluvial é usá-la nos jardins. Na irrigação de jardins é utilizada uma considerável quantidade de água e, portanto, utilizar a água da chuva é uma forma de economizar água potável e contribuir para evitar a escassez de água.

A água pode ser utilizada para regar plantas, flores, hortas e o gramado. Também pode ser utilizada em cascatas de água, pequenos lagos e tanto em jardins livres, como em jardins de inverno. Conforme a Tabela 1 de Raindrops (2002) apud Oliveira (2005), a utilização da água para regar o jardim também tem o aspecto positivo de não precisar ser filtrada.

Dentre as várias vantagens na captação e utilização de água da chuva destacam-se os seguintes: preservação do meio ambiente; utilização de estruturas existentes na edificação (telhado, lajes e rampas); baixo impacto ambiental; água com qualidade aceitável para vários fins, com pouco ou nenhum tratamento; aumento da segurança hídrica para atender o crescimento populacional ou para atender áreas deficientes de abastecimento; redução dos investimentos na captação da água em mananciais cada vez mais distantes das concentrações urbanas para atender a

demanda diária e a de pico; redução do volume de água a ser captada e tratada e minimização do uso de água tratada para fins secundários; menor entropia, ou seja, redução dos custos energéticos de transporte e dos custos de tratamento, pois a água terá o nível de tratamento adequado a seu uso (o custo energético representa de 25 a 45% do custo total das operações de sistemas de abastecimento de água); melhor distribuição da carga de água pluvial imposta ao sistema de drenagem; redução dos riscos de enchentes, erosão dos leitos dos rios e assoreamento nas áreas planas no início da temporada de chuvas torrenciais e em eventos isolados; redução dos custos proporcionados por inundações e alagamentos; possibilidade de uso para recarga dos lençóis subterrâneos e manutenção dos níveis do lençol freático elevado (MAY, 2004; SIMIONI *et al.*, 2004; GONÇALVES, 2006; VIOLA, 2008).

Considerações Finais

Diante da atual e futura escassez de água no planeta, é necessário encontrar novas formas de obter a água, fonte indispensável para a vida no planeta Terra. Assim, a captação e reaproveitamento da água pluvial para fins não potáveis se torna uma boa opção para economia de água.

O presente artigo aponta para a simplicidade e vantagens em aproveitar a água da chuva. A implantação do sistema necessita de tempo e dinheiro, porém sempre tem um retorno positivo, pois o reaproveitamento da água pluvial para fins não potáveis evita o desperdício da água potável.

Com este estudo é possível conhecer as várias utilidades da água pluvial, como nas bacias sanitárias, lavação de carros e calçadas, enfatizando em sua aplicação na jardinagem, sendo utilizada, por exemplo, para irrigação de flores, hortas e gramados.

Nos jardins são utilizadas grandes quantidades de água para irrigação, ocorrendo um grande desperdício da água potável. Na irrigação de gramados de campos de futebol, por exemplo, é gasta uma grande quantidade de água. A água pluvial é a melhor opção para esta atividade, sendo que há o aspecto positivo de que não é preciso filtrá-la para este uso.

Com isso, conclui-se que a captação e reaproveitamento da água pluvial é uma importante alternativa para combater a escassez de água e conflitos pela busca da mesma, principalmente nos grandes centros urbanos, onde se concentram grande parte da população. O incentivo à sociedade, por parte do governo é uma boa forma

de conscientizar a sociedade a adotar esta técnica e a contribuir para a sustentabilidade do planeta, no intuito de preservar a geração presente bem como as futuras gerações, visando sempre o bem por meio de um ambiente saudável e melhorando a qualidade de vida.

Referências

ANNECCHINI, Karla Ponze Vaccari. **Aproveitamento da água da chuva para fins não potáveis na cidade de Vitória (ES)**. 2005. 150p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Engenharia Ambiental). Universidade Federal do Espírito Santo. 2005.

COHIM, Eduardo; GARCIA, Ana; KIPERSTOK, Asher. **Captação e Aproveitamento de Água de Chuva: Dimensionamento de reservatórios**. Disponível em: <http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/publicacoes/pub_art74.pdf> Acesso em: 6 de junho 2015.

COOZA, Andre. **Soluções Ecológicas: Sistema para captação de água da chuva**. Disponível em: <<http://www.clareando.com.br/interno.asp?conteudo=solucoes>> Acesso em: 06 de junho de 2015.

FERNANDES, Diogo Robson Monte; NETO, Vicente Batista de Medeiros; MATTOS, Karen Maria da Costa. **Viabilidade Econômica do Uso da Água da Chuva: Um Estudo de Caso da Implantação de Cisterna Na UFRN / RN**. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR650479_0552.pdf>. Acesso em: 13 de junho 2015.

FILHO, Aloisio Ferreira de Souza; CAVALCANTI, Diogo Jatobá de Holanda; BARBOZA, Marcio Gomes; PEDROSA, Valmir de Albuquerque. **I-237 – A Hidrometração Individualizada como Instrumento Disciplinador de Consumo**. Disponível em: <<http://www.ctec.ufal.br/professor/vap/Hidrometracaoindividual.pdf>> Acesso em: 13 de junho de 2015.

GNADLINGER, João. **Coleta de água de chuva em áreas rurais**. 2000. In: Anais eletrônicos do 2º Fórum Mundial da Água, Holanda. Disponível em: <<http://irpaa.org.br/colheita/indexb.htm>> Acesso em: 7 de junho 2015.

GONÇALVES, Ricardo Franci. **Uso Racional da Água em Edificações**. 1 ed. Vitória, ES: ABES, 2006.

GARCEZ, Lucas Nogueira. **Elementos de engenharia hidráulica e sanitária**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1974.

KOENIG, Klaus. **Rainwater harvesting: public need or private pleasure?** Water 21, London: IWA, feb, p. 56-58, 2003.

LEE, Kwan Tun et al. **Probabilistic design of storage capacity for rainwater cisterna systems**. J. agric. Engng Res, v. 3, n. 77, p. 343-348, 2000.

LEMOS, Paulo; FAGUNDES, Renata Magalhães; SCHERES, Minéia Johann. **Reaproveitamento de água para fins não potáveis em habitações de interesse social**. X Salão de Iniciação Científica PUCRS, 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Arquitetura_e_Urbanismo/70444-PAULO_ROGERIO_LEMOS.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2015.

LIMA, Jeferson Alberto de et al. **Potencial da economia de água potável pelo uso de água pluvial : análise de 40 cidades da Amazônia**. Eng Sanit Ambient, v. 16, n. 65, p. 291–298, 2011.

MAY, Simone. **Estudo da Viabilidade do Aproveitamento de Água de Chuva para Consumo Não Potável em Edificações**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Construção Civil) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 189p.

MARIS, Stella; CHRISTAN, Priscila de. **Sizing rainwater harvesting reservoirs: a comparison between methods of ABNT NBR 15527:2007 and of Municipal Decree 293/2006 from the city of Curitiba, PR**. Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, v. 10, n. 519, p. 219–231, 2010.

MURAKAMI, Luciana Molinari. **A Utilização De Água de Maneira Sustentável em Residências Unifamiliares**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Pós- Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2012

OLIVEIRA, Sulayre Mengotti de. **Aproveitamento da água da chuva e reuso de água em residências unifamiliares: estudo de caso em Palhoça**. Trabalho de conclusão do curso de graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

OLIVEIRA, L. H. de, et al. **Projeto Tecnologias para Construção Habitacional mais Sustentável - Levantamento** <http://www.habitacaosustentavel.pcc.usp.br> **do estado da arte: Água**. São Paulo: USP , 2007. Disponível em: < > Acesso em 8 agosto 2015.

ONU. **Até 2030 planeta pode enfrentar déficit de água de até 40%, alerta relatório da ONU**. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/ate-2030-planeta-pode-enfrentar-deficit-de-agua-de-ate-40-alerta-relatorio-da-onu/>> Acesso: 10 de junho 2015.

SANTOS, Caroline dos. **O Aproveitamento da Água de Chuva Para Uso Não Potável Em Edificações**. Disponível em: <<http://www.ee.pucrs.br/tcc/principal.php?CURSO=civil&ANO=2007>>. Acesso em: 7 de junho 2015.

SIMIONI, Wagner Isidoro; GHISI, Eneidir; GÓMEZ, Luiz Alberto A. **Potencial de Economia de Água Tratada Através do Aproveitamento de Águas Pluviais em Postos de Combustíveis: Estudos de Caso.** CLACS' 04 – I Conferência Latino-Americana de Construção Sustentável e ENTAC 04, 10º Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, São Paulo - SP, Anais.... CD Rom, 2004.

TOMAZ, P. **Aproveitamento de água de chuva.** Ed. Navegar p. 180, 2005

UNESCO. **National Water Footprint Accounts: The green, blue and grey water footprint of production and consumption.** 2011. Disponível em: <[http://www.waterfootprint.org/ Reports/Report50-NationalWaterFootprints-Vol1.pdf](http://www.waterfootprint.org/Reports/Report50-NationalWaterFootprints-Vol1.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2012.

VIOLA, Heitor. **Gestão de águas pluviais em áreas urbanas: o estudo de caso da cidade do Samba.** Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 384p.

ZAIZEN, M. et al. **The collection of rainwater from dome stadiums in Japan.** Urban Water, v. 4, n. 1, p. 355-359, 1999.

Dados para contato:

Autor: Glaucea Warmeling Duarte

E-mail: nutec@unibave.net

**ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DE GERAÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA A PARTIR DE BIOGÁS PROVENIENTE DE DEJETOS DE SUÍNOS DE
UMA PROPRIEDADE RURAL EM FORQUILHINHA/SC**

Engenharias

Artigo Original

**Geovane Westrup¹; Glaucea Warmeling Duarte¹; Josué Alberton¹; Rosivete
Coan Niehues¹; Dimas Ailton Rocha¹; Solange Vandresen¹**

1. Centro Universitário Barriga Verde - Unibave

Resumo: A modernização na criação de suínos nos últimos anos permitiu um grande desenvolvimento desta cultura no país, objetivando a maximização da produção. A utilização de energia elétrica no setor agropecuário representa um dos processos mais importantes a serem incentivados no Brasil, pois é fato que a eletrificação rural é fundamental para levar adiante programas de desenvolvimento de uma região. Dessa forma, a energia deve ser vista não só como um fator capaz de aumentar a produtividade no campo, permitindo a melhoria das condições de trabalho, mas também elevando as condições de vida do homem no meio rural. Entretanto, atualmente os produtores de suinocultura demonstraram uma grande preocupação com a elevação do consumo energético, impactando diretamente na elevação dos custos de produção, principalmente nos setores rurais de baixa e média renda. Uma das alternativas para minimização dos custos com energia elétrica é a auto-sustentabilidade por meio de um sistema de aproveitamento dos dejetos de suínos para a geração de energia elétrica por biodigestores, que vem apresentando resultados favoráveis de acordo com a literatura. Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo analisar a viabilidade técnica e econômica da implantação de um biodigestor em uma propriedade de suinocultura do município de Forquilhinha. Na análise de dois cenários diferentes, os cálculos da avaliação da viabilidade do projeto apresentam um VPL negativo e uma TIR inferior a TMA, mostrando que a implantação do sistema de geração de energia elétrica com o processo de biodigestão dos dejetos de suínos na propriedade, apesar de ambientalmente favorável é inviável financeiramente.

Palavras-chave: Biodigestão anaeróbia. Suinocultura. Geração de Energia Elétrica.

STUDY OF ECONOMIC VIABILITY OF ELECTRICITY GENERATION FROM BIOGAS ARISING FROM PIG WASTE OF A RURAL PROPERTY IN FORQUILHINHA/SC

Abstract: The modernization of pig farming in recent years led to a great development of this farming in the country that has gone through changes aimed at maximizing production. The use of electricity in agriculture is one of the most important processes to be encouraged in Brazil, it is a fact that rural electrification is essential to carry out programs of development of a region. Thus, it must be viewed not only as a factor capable of increasing productivity in the field, allowing the improvement of working conditions, but also raising the living conditions of the people in the rural. However, nowadays producers swine demonstrated a great concern with rising energy consumption, directly impacting the rise in production costs, which are felt most strongly in rural areas of low and middle income countries. An alternative to minimizing the electricity costs is self-sustainability through a system of utilization of pig manure to generate electricity for digesters and generators group, which has shown favorable results in accordance with literature. In this context, this study aimed to analyze the technical and economic feasibility of implementing a digester on a farm in the municipality of swine Forquilha. In the analysis of two different settings, the project viability shows a negative VPL and TMA lesser TIR, indicate that the implementation of the electricity generation system with the digestion process of pig manure on the property, although environmentally favorable is financially unfeasible.

Keywords: Anaerobic digestion. Swine. Electric power generation.

Introdução

As fontes energéticas, principalmente a energia elétrica, são recursos de extrema importância para a vida moderna, indispensáveis e estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico da maioria dos países (WALKER, 2009).

A utilização de energia elétrica no setor agropecuário representa um importante processo a ser incentivado no Brasil, pois é fato que a eletrificação rural é fundamental para levar adiante programas de desenvolvimento. Dessa forma, ela deve ser vista não só como um fator capaz de aumentar a produtividade no campo, permitindo a melhoria das condições de trabalho, mas também como uma alternativa para elevar as condições de vida do homem no meio rural (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS, 2011).

Porém, a elevação do consumo energético impacta diretamente na elevação dos custos de produção, que se fazem sentir com maior intensidade nos setores rurais de baixa e média rendas. De fato, este problema tem estimulado o desenvolvimento

de novas técnicas de controle do balanço energético, em que os agricultores procuram maximizar o aproveitamento energético dentro do próprio sistema agrícola (ANGONESE et al. 2006).

De acordo com os dados da Empresa de Pesquisa Energética (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2007), nota-se claramente o desenvolvimento voltado à diversificação da matriz energética nacional nas últimas décadas. Com relação à geração e consumo de energia elétrica no país, o uso da energia hidráulica deverá diminuir consideravelmente, abrindo mais espaço para a geração térmica convencional (nuclear, gás natural e carvão mineral) (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2007).

Uma das opções para a produção de energia a baixo custo que vem apresentando resultados favoráveis é o biogás, obtido por meio da biodigestão anaeróbia de resíduos de animais (NOGUEIRA, 1986).

O estado de Santa Catarina possui uma produção anual de cerca de 18 milhões m³ de dejetos de suínos, que na sua maioria, são lançados no meio ambiente, comprometendo a qualidade das águas, refletindo em poluição orgânica, proliferação de microrganismos entéricos; afetando a qualidade do solo, da água e do ar. O aproveitamento desses dejetos como fonte de energia, na forma de biogás, pode proporcionar tanto um destino mais adequado a esses resíduos, como ganhos energéticos e econômicos no que se diz respeito à produção de combustíveis (HONÓRIO, 2009).

Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo analisar a viabilidade técnica e econômica da implantação de um biodigestor em uma propriedade de suinocultura do município de Forquilha. Mais especificamente, buscou-se coletar e analisar os dados do consumo energético, o que permitiu a escolha apropriada do modelo do biodigestor, uma análise de custo do investimento, além de avaliar a possibilidade de reaproveitamento do biofertilizante gerado no processo de biodigestão.

Panorama Brasileiro da Suinocultura

A suinocultura no Brasil é uma atividade predominante de pequenas propriedades rurais, em que cerca de 80% dos suínos são criados em unidades de até 100 hectares. Está presente em 46,5% das 5,8 milhões de propriedades rurais existentes no país, empregando mão de obra tipicamente familiar e constituindo

relevante fonte de renda e de estabilidade social, gerando um faturamento de R\$ 12 bilhões por ano (PERDOMO et al., 2004; SEBRAE, 2011).

A maior representação numérica, econômica e tecnológica do rebanho suíno no Brasil se concentra na região Sul, devido à influência europeia na criação dos mesmos (SEBRAE, 2011). O estado de Santa Catarina lidera a produção com aproximadamente 25,6% do total de carne produzida, seguido do Rio Grande do Sul com 16,3% e Paraná com 14,8%. Este expressivo crescimento é reflexo do aperfeiçoamento de toda a cadeia produtiva e da adequação da produção frente aos padrões exigidos pelos mercados consumidores (MACHADO, 2011)

Dejetos Suínos e Poluição Ambiental

Os dejetos suínos, até a década de 70, não constituíam fator ambiental preocupante, pois a concentração de animais era pequena e o solo das propriedades tinha capacidade para absorvê-los. Porém, o desenvolvimento da suinocultura trouxe a produção de grandes quantidades de dejetos que, pela falta de tratamento adequado, transformou-se na maior fonte poluidora dos mananciais de água (PERDOMO et al., 2004).

A suinocultura é considerada pelos órgãos ambientais uma "atividade potencialmente causadora de degradação ambiental", sendo enquadrada como fator de grande potencial poluidor. De acordo com a Legislação Ambiental (Lei 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais), o produtor pode ser responsabilizado criminalmente por eventuais danos causados ao meio ambiente e à saúde dos homens e animais.

Segundo Honório (2009), o estado de Santa Catarina é responsável por uma produção anual de cerca de 18 milhões m³ de dejetos suínos, que são lançados no meio ambiente, afetando a qualidade da água, dos solos e do ar.

A prática comumente adotada pela suinocultura brasileira para o tratamento tem sido a armazenagem desses resíduos em lagoas ou tanques e sua posterior aplicação como fertilizante vegetal e condicionador do solo. Em regiões em que a geração de efluentes supera a capacidade de suporte do solo, alternativas de tratamento ou exportação de nutrientes precisam ser adotadas (KUNZ et al., 2005).

Tratamento dos Efluentes por Processo de Biodigestão

Novos conceitos para tratamento de efluentes da suinocultura estão sendo desenvolvidos desde a última década, visando uma qualidade melhor do efluente final, integrando-se processos físicos, físico-químicos e biológicos.

Um dos melhores métodos para a redução dos impactos ambientais ocasionados pelos dejetos produzidos pelos suínos é a utilização dos biodigestores (MACHADO, 2011), nos quais ocorre a digestão anaeróbica (ausência de oxigênio) da biomassa por meio do processo fermentativo da matéria orgânica que tem como finalidade a formação de uma mistura de gases (biogás) e a produção de um efluente (biofertilizante) rico em nutrientes (PECORA, 2006).

Existem diferentes tipos de biodigestores, mas de um modo geral, são constituídos por uma câmara completamente fechada e vedada, com formato variado em que se coloca o material orgânico em solução aquosa para a fermentação e uma campânula de armazenamento ou gasômetro, onde é gerado e mantido o biogás para a posterior captação (GASPAR, 2003).

As características do biogás dependem da temperatura, da pressão e do teor de umidade (MAGALHÃES, 1986). O biogás é incolor e não apresenta cheiro, assumindo coloração azul-lilás e pequenas manchas vermelhas quando em combustão, além de não deixar fuligem. Segundo Magalhães (1986) a mistura gasosa do biogás se compõe de metano, gás carbônico, nitrogênio, hidrogênio, oxigênio e gás sulfídrico. O poder calorífico do biogás varia conforme a quantidade de metano e presença de substâncias não combustíveis, podendo variar de 5.000 a 12.000 kcal/m³ quando altamente purificado (BRONDANI, 2010).

O biofertilizante, por sua vez, é definido por Haack (2009) como um efluente derivado da biomassa fermentada dentro do biodigestor, rico em nutrientes, principalmente nitrogênio, fósforo, potássio e material orgânico (humos). Devido à sua composição, o biofertilizante apresenta grande poder de fertilização, melhorando as características físicas, químicas e biológicas do solo, podendo substituir parcialmente ou totalmente o adubo químico.

O biofertilizante além de recuperar solos cansados apresenta as seguintes vantagens (SOUZA, 2008): deixa o solo mais permeável e poroso, facilitando a ramificação das raízes; promove melhor absorção de umidade para as raízes; restabelece principalmente as características físicas e biológicas do solo, ao contrário

do adubo químico que recupera somente as características químicas; permite maior penetração do ar na área explorada pelas raízes das plantas, propiciando melhores condições para se desenvolverem; mantêm as bactérias naturais, que combatem os microrganismos que atacam as plantas ativas; não apresenta odor e, por isso, não atrai moscas, insetos e roedores, agentes proliferadores e causadores de doenças.

De acordo com Souza (2008) o biofertilizante também pode ser despejado em lagoas para o desenvolvimento de algas verde-azuis que servem de alimento para peixes e camarões.

Honório (2009) afirma que o processo da biodigestão anaeróbica é de grande importância para o meio ambiente, pois ajuda a eliminar os organismos patogênicos e parasitas presentes na matéria orgânica (dejetos suínos, por exemplo), confirmando que o tratamento dos dejetos por esse processo auxilia na transformação de gases prejudiciais ao meio ambiente em fontes alternativas com fins produtivos positivos. Além do aproveitamento do lodo como fonte de energia, pode proporcionar tanto um destino mais adequado a esses resíduos, como ganhos energéticos e econômicos no que se diz respeito à produção de combustíveis (VIRMOND, 2007).

Conversão Energética do Biogás

As tecnologias mais utilizadas para a conversão energética do biogás são as turbinas a gás, os motores de combustão interna de ciclo Otto e Diesel e as caldeiras. Dentre estes, os motores de combustão interna são os mais adotados atualmente nos sistemas de conversões energéticas do biogás em propriedades de pequeno e médio porte (SOUZA, 2008).

Outra forma de utilização do biogás é a conversão em energia térmica, devendo este ter com o ar uma relação que permita a combustão completa. Quando isso acontece, a chama é forte, de coloração azul claro, emitindo um assobio. Esse tipo de queima não produz gases tóxicos, a não ser o CO₂, que em quantidade desejável pode contribuir benéficamente na manutenção da temperatura global (LACERDA et al., 2005).

O potencial de geração de energia hoje é baseado na produção diária de biogás, em termos teóricos 1m³ biogás teria potencial para gerar 1,3 kWh. O que reforça a ideia de que há sim a possibilidade de produzir energia a partir de biodigestores, sendo este um dos fatores que viabiliza o investimento no sistema

(COLATTO; LANGER, 2011).

De acordo com Colatto e Langer (2011) a ANEEL que regulamenta a compra de energia produzida mediante biodigestores assegura que se houver excedente de produção energética, o produtor pode vender esse excedente para uma concessionária de energia.

Procedimentos Metodológicos

Com o propósito de obter as principais informações para a análise técnica da viabilidade da geração de energia a partir do biogás em biodigestores, considerando desde a produção de dejetos até a geração de energia elétrica, este estudo adotou uma metodologia descritiva e de finalidade básica na busca de propostas para a solução do problema levantado nesta pesquisa.

Para fundamentar este trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (1999) é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. Além disso, a pesquisa possui uma abordagem quantitativa, conceituada por Richardson (1999) como um método de emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.

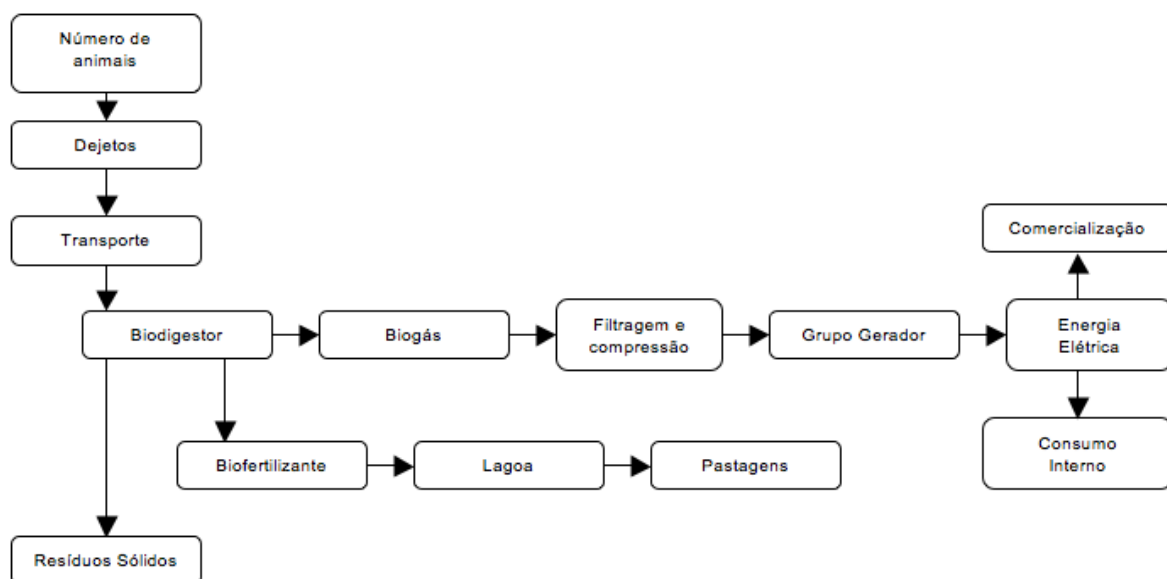
Para o auxílio no estudo da viabilidade técnico-econômica de um projeto de investimento, Souza e Clemente (2001, apud MACHADO 2011) cita que há dois grandes grupos de indicadores de projetos: aqueles associados à rentabilidade em que se aplicam os conceitos de análise do Valor Presente Líquido (VPL), Valor Presente Líquido Anual (VPLa), Taxa Interna de Retorno (TIR), Índice Benefício/Custo (IB/C) e o Retorno Sobre o Investimento Adicionado (RSIA); e os indicadores associados ao risco do projeto, em que se estimam a Taxa Interna de Retorno (TIR), Período de Recuperação do Investimento (*Payback*) e interseção de Fischer (taxa que torna o investidor indiferente entre duas alternativas). Neste trabalho, para a avaliação da viabilidade de implantação de um sistema de geração de energia elétrica a partir da conversão energética dos dejetos de suínos foram utilizados os indicadores VPL, TIR, e *Payback*, além da Taxa Mínima de atratividade (TMA).

A propriedade estudada se localiza no município de Forquilha, Santa Catarina. Seu sistema de produção se mantém de forma independente, comercializando a produção de suínos. Além da criação de suínos, a propriedade

diversifica suas atividades na produção leiteira, plantio de milho e arroz e pastagens.

Para este projeto foi desenvolvido um sistema de biodigestão com geração de energia elétrica e aproveitamento do biofertilizante de acordo com a estimativa de produção dos dejetos e necessidade de energia elétrica para o consumo na propriedade. A Figura 01 mostra um Fluxograma do sistema de biodigestão dos dejetos de suínos, desde o número de suínos, deslocamento dos dejetos, biodigestor e os subprodutos (biogás, biofertilizante e resíduos sólidos) e após o sistema de geração de energia elétrica e o seu destino de utilização.

Figura 01 - Fluxograma da obtenção de energia elétrica e biofertilizante.



Fonte: Adaptação de Prati, 2010.

Resultados e Discussão

Dimensionamento do Biodigestor

Para o cálculo da quantidade de dejetos suínos produzidos na propriedade foi utilizado o método desenvolvido por Farret (1999), obtendo-se um fluxo de 7,9 m³ de dejetos líquidos diários.

Para a escolha do modelo e do volume ideal de biodigestor é levada em consideração, entre outras variáveis, as condições locais do solo, capital e custo de manutenção mais baixo possível, alta eficiência compatibilizada com custos e operacionalidade, necessidade energética da propriedade (m³/dia) e disponibilidade de matéria-prima (NEVES, 2010).

Portanto, para uma propriedade que gere em torno 7,9 m³ diários de dejetos de suínos, seria necessária a instalação de um biodigestor do modelo Canadense com o mesmo (TRH) e dimensionamento adequado à demanda dos dejetos produzidos. Oliver et al. (2008), apresenta um método prático para estimar o tamanho do biodigestor (VB), na qual, utiliza-se quantidade de carga diária de biomassa gerada (VC) e o tempo de retenção (THR), conforme a fórmula:

$$VB = VC \cdot THR$$

No cálculo empregou-se o tempo de retenção máximo de 60 dias com o objetivo de manter uma margem de segurança de atendimento do biodigestor de acordo com o volume de dejetos gerados e o tempo de degradação da matéria orgânica. Neste caso o biodigestor deverá ser construído com o volume de 476 m³ para o atendimento dos dejetos gerados.

Neste estudo foi utilizado o fator de geração de biogás mais atual e de menor peso, 0,062 m³ de biogás/kg de dejetos, apresentado por COLATTO e LANGER (2011). Em resultado, a propriedade com 635 suínos confinados produz em torno de 1.948,70 kg de dejetos, que convertidos com fator de 0,062 m³ de biogás/kg, num biodigestor modelo Canadense com volume de 476 m³, estima-se uma geração 120,82 m³ de biogás/dia ou 5,03 m³ de biogás/hora.

Com a estimativa de produção de 5,03 m³/h biogás no biodigestor pode-se instalar um grupo gerador de 40 kWh com consumo de 5,0 m³/h, entretanto gerando um excedente de energia elétrica para o qual talvez não exista possibilidade de venda. Revendo este caso, fez-se necessário analisar a instalação de um gerador de menor potência, visando atender a demanda de consumo da propriedade sem grandes excedentes de energia elétrica.

De acordo com o fornecedor, o grupo gerador de 50 KVA, tem consumo médio de 5m³/h com capacidade nominal de geração de 40kWh. Com a eficiência estimada do equipamento na propriedade, manter-se-á teoricamente uma geração de 36 kWh. Sabendo que o consumo médio de energia elétrica na propriedade é de 3,57 kWh e o consumo máximo é de 5,06 kWh, utilizar-se-á 9,9% e 14% da energia elétrica a ser gerada, respectivamente.

Entretanto, mesmo que a propriedade mantenha um consumo médio de 2.568 kW/mês, a geração de energia elétrica pelo grupo gerador ainda se excede 25.920

kW/mês num regime de 24h diárias, teoricamente 10 vezes o consumo de um mês. Portanto espera-se, com uma produção de 120 m³ de biogás/dia e consumo do grupo gerador de 5 m³/h de biogás, a geração de 36 kWh na propriedade.

De acordo com o fornecedor, o gerador bioflex tem um consumo médio de biogás de 4,0 m³/h com capacidade nominal de geração de 8,5 kWh. Considerando os consumos médio (3,57 kWh) e máximo (5,06 kWh) de energia na propriedade, os excedentes seriam de 46,7 e 66,1 %, respectivamente, para uma geração de 7,65 kWh.

Deste modo, espera-se com uma produção de 120 m³ de biogás/dia e consumo do grupo gerador de 4,0 m³/h de biogás, a geração de 7,65 kWh na propriedade. Neste caso, ocorrerá a sobra de 1 m³ de biogás que conseqüentemente deverá ser queimado por um sistema manual.

Como objetivo deste trabalho, a energia elétrica gerada pelo aproveitamento dos dejetos de suínos será utilizada para a autossuficiência energética da propriedade.

Na propriedade o medidor de energia contabiliza o consumo da granja de suínos, da casa e da bomba de água para a irrigação do arroz, não sendo possível determinar individualmente o consumo de energia elétrica. Portanto, neste estudo o gasto com energia elétrica é calculado globalmente.

O excedente de energia elétrica derivada do biodigestor poderá ser vendido, se houver alguma cooperativa ou concessionária de energia interessada, caso contrário, a energia será cedida gratuitamente para a rede elétrica externa.

Para que seja possível a transmissão de energia elétrica excedente da propriedade, também há a necessidade de instalação de um sistema de segurança que desligue o grupo gerador, quando a rede elétrica externa for interrompida. O sistema de segurança torna-se obrigatório para assegurar a vida dos técnicos, caso estejam realizando a manutenção da rede elétrica externa.

A propriedade mantém um consumo constante (24 horas) de energia elétrica, portanto podem-se planejar duas formas de geração de eletricidade:

1. Manter o grupo gerador de 40 kWh ligado 24 h/diárias para suprir o consumo interno de energia elétrica da propriedade e vendendo o excedente para a rede externa, contudo diminuindo a vida útil do grupo gerador;
2. Utilizar um gerador de 8,5 kWh ligado 24 h/diárias para suprir o consumo

interno de energia elétrica da propriedade e vender o excedente para a rede externa, contudo haverá menor geração de energia elétrica e maior quantidade de biogás armazenado para queima.

Custo da Implantação do Biodigestor e da Lagoa Auxiliar

De acordo com os dados apontados neste estudo, foram levantados os custos que abrangem todos os materiais relacionados à construção do biodigestor como: vinimanta (*manta de PVC para impermeabilização*), despesas com terraplanagem, mão de obra, sistemas de drenagem, motobomba, caixas de concreto, saída de gás com queimador natural e saída de gás para utilização posterior.

Conforme orçado o valor para a construção deste sistema de biodigestão com 476,52 m³, incluindo a lagoa auxiliar é de R\$ 80.670,00. O custo de manutenção anual do biodigestor foi calculado da mesma forma considerada por Pecora (2006), que aplicou uma taxa de 4% sobre o valor dos equipamentos instalados. O valor de manutenção calculado para o projeto proposto é de R\$ 3.226,80 ao ano.

Para o cálculo de depreciação desta planta de biodigestão foi aplicado uma taxa de 10% ao ano conforme a Instrução Normativa SRF nº. 162, de 31 de dezembro de 1998, resultando num valor de R\$ 3.467,00 a.a. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2012).

Custo de Aquisição e Instalação do Grupo Gerador

Os custos de aquisição e instalação do grupo gerador foram calculados em função dos dois sistemas possíveis de serem instalados, com capacidades de geração de energia de 40 kWh e 8,5 kWh, conforme descrito nos cenários 01 e 02.

O valor para a aquisição do equipamento com 40 kWh de capacidade é de R\$ 92.600,00, mais o custo de manutenção de R\$ 3.704,00 ao ano, que representa 4% do valor do gerador. A depreciação tem valor estimado em R\$ 9.260,00 ao ano (taxa de 10% a.a.) (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2012).

Nos mesmos termos, a instalação do gerador Bioflex com capacidade de geração de 8,5 kW/h custa R\$ 23.500,00, mais a manutenção de R\$ 940,00 ao ano e depreciação de R\$ 2.350,00 ao ano.

Financiamento e Comparativo das Receitas do Sistema de Biodigestão e Geração de Energia Elétrica

A propriedade avaliada não possui recursos financeiros suficientes para adquirir os equipamentos necessários do sistema de conversão energética proposto. Sendo assim, uma alternativa para aquisição desta planta seria o financiamento por meio do Banco BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento e Sustentabilidade) pelo Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP).

Este programa permite o financiamento de até 100% do valor do projeto a uma taxa anual de 5%, com prazo total para pagamento de 8 anos e carência de 3 anos. O valor limite máximo do financiamento é de até R\$ 300.000,00 por ano.

O custo total de investimento da planta geradora do cenário 01 será de R\$ 176.770,00 e se financiado nas condições acima o valor do investimento em 8 anos será de R\$ 261.169,80. O custo total do investimento, incluindo o valor financiado e a manutenção dos equipamentos será de 8 (oito) parcelas anuais de R\$ 39.717,03.

Para o cenário 02 o total de investimento será de R\$ 107.670,00 e com o financiamento terá um valor final de R\$ 159.077,63. Nas mesmas condições que no cenário 01, terá 8 (oito) parcelas anuais de R\$ 24.191,50. Estes resultados são apresentados na Tabela 01, com a discriminação do custo em cada etapa do investimento.

Tabela 01 – Comparativo dos custos de investimento para geração de energia elétrica.

Comparativo dos custos de investimento para geração de energia elétrica		
	Cenário 01	Cenário 02
Biodigestor (capacidade 476,52 m ³)	R\$ 69.340,00	R\$ 69.340,00
Grupo Gerador	R\$ 92.600,00	R\$ 23.500,00
Lagoa Auxiliar (670,00 m ³)	R\$ 6.230,00	R\$ 6.230,00
Escavação lagoa	R\$ 5.100,00	R\$ 5.100,00
Abrigo Gerador	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
Total Investido	R\$ 176.770,00	R\$ 107.670,00
Financiamento (8 anos juros 5% a.a.)	R\$ 261.169,80	R\$ 159.077,63
Custo de Manutenção (8 anos)	R\$ 56.566,40	R\$ 34.454,40
Custo Total do Investimento	R\$ 317.736,20	R\$ 193.532,03
Parcela Anual	R\$ 39.717,03	R\$ 24.191,50

Energia Gerada (kW/Mês)	25.920	5.508
Consumo Médio (kW/Mês)	2.568	2.568
Excedente Energia (kW/Mês)	23.352	2.940
Economia com Energia Mensal	R\$ 525,09	R\$ 525,09
Venda Energia (R\$ 0,10 kWh)	R\$ 2.335,20	R\$ 294,00
ICMS não desembolsado	R\$ 135,45	R\$ 135,45
Receita Total Anual	R\$ 36.077,02	R\$ 11.582,62
Retorno Financeiro Anual	-R\$ 3.640,00	-R\$ 12.608,88
Déficit	-R\$ 29.120,00	-R\$ 100.871,03

Fonte: Elaboração dos autores

As entradas de caixa analisadas por meio deste sistema gerador de energia elétrica são referentes à redução nos gastos com energia elétrica na propriedade, antes fornecida pela cooperativa de eletrificação da região e à simulação de venda do excedente de energia gerado.

A planta geradora de energia elétrica da propriedade avaliada no cenário 01 poderá gerar 25.920 kW/mês. Descontando o consumo médio mensal interno de 2.568 kWh resulta em um excedente de 23.352 kWh para a venda. Aplicando este excedente a um valor de venda de 0,10 R\$/kWh obtém-se um faturamento mensal de R\$ 2.335,20. Analogamente para o cenário 02, com uma geração de 5.508,00 kW/mês o excedente de energia elétrica será de 2.940 kWh, obtendo um faturamento mensal de R\$ 294,00.

Como a unidade geradora pode suprir todo o consumo de energia elétrica da propriedade, o gasto mensal atual que é em média R\$ 622,13 incluindo o ICMS, pode ser considerado como uma economia. Deste modo, a receita total anual calculada com a venda do excedente e economia dos gastos mensais com energia elétrica e ICMS é de R\$ 36.077,02 para o cenário 01 e R\$ 11.582,62 para o cenário 02, resultando em déficit anual de R\$ 3.600,00 e R\$ 12.608,88, respectivamente. Esses resultados são apresentados na Tabela 01.

Cálculo do Período de Recuperação do Investimento (Payback)

O cálculo do período de recuperação do investimento foi realizado considerando-se os custos com e sem depreciação dos equipamentos, com a

simulação de venda do excedente de energia elétrica gerada pela planta e com o abatimento dos gastos de consumo de energia elétrica da propriedade.

De acordo com a Tabela 02, o *payback* com a venda do excedente de energia elétrica no cenário 01 é o quociente da divisão entre o custo total do investimento (R\$ 317.736,20) e a receita total anual (R\$ 36.077,02), o que corresponde a um período de 8,81 anos. Levando em consideração o custo de depreciação dos equipamentos o *payback* resultante é de 11,63 anos. Caso não seja vendido o excedente de energia elétrica, o período de recuperação é de 52,09 anos incluindo a depreciação e de 42,56 anos desconsiderando-a.

No cenário 02 o custo total de investimento (R\$ 193.532,03) dividido pela receita total anual incluindo a venda e a economia dos gastos com energia elétrica (R\$ 11.582,62), resulta num período de retorno de 16,71 anos. Considerando o valor da depreciação o *payback* é de 20,73 anos. Desconsiderando a receita obtida com a venda do excedente de energia elétrica o período de retorno é de 24,03 anos, que alcança os 32,16 anos caso seja incluído o valor da depreciação (Tabela 02).

Tabela 02 - Payback do investimento comparando os cenários 01 e 02.

Período de Recuperação do Investimento (<i>Payback</i>)		
<i>Payback</i> sem Depreciação	Cenário 01	Cenário 02
Com venda de energia elétrica (anos)	8,81	16,71
Depreciação Biodigestor (8 anos)	R\$ 27.736,00	R\$ 27.736,00
Depreciação Gerador (8 anos)	R\$ 74.080,00	R\$ 18.800,00
Depreciação Total (8 anos)	R\$ 101.816,00	R\$ 46.536,00
<i>Payback</i> com Depreciação		
Com venda de energia elétrica (anos)	11,63	20,73
<i>Payback</i> sem Depreciação		
Sem venda de energia elétrica (anos)	39,45	24,03
<i>Payback</i> com Depreciação		
Sem venda de energia elétrica (anos)	52,09	29,80

Fonte: Elaboração dos autores

Análise VPL, TIR e TMA

O valor presente líquido (VPL) é uma função utilizada na análise da viabilidade de um projeto de investimento. Ele é definido como o somatório dos valores presentes

dos fluxos estimados de uma aplicação, calculados a partir da Taxa Mínima de Atratividade (TMA) e de seu período de duração. Os fluxos estimados podem ser positivos ou negativos, de acordo com as entradas ou saídas de caixa. A TMA fornecida representa o rendimento esperado do projeto. Caso o VPL encontrado no cálculo seja negativo, o retorno do projeto será menor que o investimento inicial, o que sugere que ele seja reprovado. Caso ele seja positivo, o valor obtido no projeto pagará o investimento inicial, o que o torna viável (MACHADO, 2011). Ainda segundo o autor, a taxa interna de retorno (TIR) é a taxa de juros recebida para um investimento que consiste em pagamentos (valores negativos) e receitas (valores positivos) que ocorrem em períodos regulares. O projeto é economicamente viável quando a TIR for igual ou superior a TMA determinada pelo investidor. Devem ser incluídos no cálculo da TIR os custos de manutenção que são esperados como necessários durante o período avaliado.

A TMA foi definida neste estudo pelo somatório do rendimento da caderneta de poupança de 6% a.a. com a taxa de juros aplicada no financiamento do projeto de 5% a.a., resultando num total de 16%. Essa foi a taxa utilizada para o cálculo do VPL.

Na análise dos cenários 01 e 02 da avaliação da viabilidade do projeto com e sem a venda de energia elétrica, os cálculos apresentaram valores negativos para o VPL do investimento e a TIR resultante foi menor que a Taxa Mínima de Atratividade, como pode ser observado nas Tabelas 03 e 04. É importante ressaltar que, na Tabela 04, o resultado #NUM! Ocorre devido a uma técnica iterativa utilizada no excell para calcular o TIR, na qual, começando por estimativa, TIR refaz o cálculo até o resultado ter uma precisão de 0,00001 por cento. Se TIR não localizar um resultado o valor de erro #NÚM! será exibido.

Tabela 03 - Demonstrativo da análise VPL e TIR do projeto/com venda de energia.

Cenário 01		Cenário 02	
Avaliação da viabilidade do projeto (venda de energia)		Avaliação da viabilidade do projeto (venda de energia)	
Valor do Investimento	-R\$ 233.336,40	Valor do Investimento	-R\$ 142.124,40
1	R\$ 36.077,02	1	R\$ 11.582,62
2	R\$ 36.077,02	2	R\$ 11.582,62
3	R\$ 36.077,02	3	R\$ 11.582,62
4	R\$ 36.077,02	4	R\$ 11.582,62
5	R\$ 36.077,02	5	R\$ 11.582,62

6	R\$ 36.077,02	6	R\$ 11.582,62
7	R\$ 36.077,02	7	R\$ 11.582,62
8	R\$ 36.077,02	8	R\$ 11.582,62
TMA		16,00%	
VPL		-R\$ 76.632,57	
TIR		4,98%	
TMA		16,00%	
VPL		-R\$ 91.814,22	
TIR		-8,64%	

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 04 - Demonstrativo da análise VPL e TIR do projeto/sem venda de energia.

Cenário 01		Cenário 02	
Avaliação da viabilidade do projeto (sem venda de energia)		Avaliação da viabilidade do projeto (sem venda de energia)	
Valor do Investimento	-R\$ 233.336,40	Valor do Investimento	-R\$ 142.124,40
1	R\$ 8.054,62	1	R\$ 8.054,62
2	R\$ 8.054,62	2	R\$ 8.054,62
3	R\$ 8.054,62	3	R\$ 8.054,62
4	R\$ 8.054,62	4	R\$ 8.054,62
5	R\$ 8.054,62	5	R\$ 8.054,62
6	R\$ 8.054,62	6	R\$ 8.054,62
7	R\$ 8.054,62	7	R\$ 8.054,62
8	R\$ 8.054,62	8	R\$ 8.054,62
TMA		16,00%	
VPL		-R\$ 198.350,41	
TIR		#NÚM!	
TMA		16,00%	
VPL		-R\$ 107.138,41	
TIR		-14,86%	

Fonte: Elaboração dos autores.

Considerações Finais

Na propriedade avaliada, estimou-se a produção de 120 m³ biogás em função de 1.948,70 kg de dejetos gerados, que por sua vez depende do seu peso corporal nas diferentes fases de produção dos suínos. A queima do biogás para a geração de energia elétrica foi analisada em dois cenários (01 e 02), utilizando-se grupos geradores com capacidades de geração de energia de 40 kWh e 8,5 kWh, respectivamente. No estudo também foi apresentado o investimento em equipamentos, como a aquisição de materiais para a construção do biodigestor, lagoa auxiliar e aquisição do grupo gerador, totalizando um custo R\$ 317.736,20 no cenário

01 e de R\$ 193.532,03 no cenário 02, já inclusos os gastos com manutenção dos equipamentos.

A venda do excedente de energia elétrica gerada e a economia da energia consumida de 25.920 kWh/mês no cenário 01 geram uma receita total anual de R\$ 35.487,99, portanto insuficiente para cobrir o custo total anual do investimento financiado de R\$ 39.717,03 dentro do período de 8 anos. Da mesma forma ocorre no cenário 02, no qual a receita total anual estimada é de R\$ 10.993,59, não cobrindo o custo total anual do investimento de R\$ 24.191,50, financiado em 8 anos.

Nos cenários 01 e 02 o *payback* do capital investido com a venda de energia é de 8,95 e 17,6 anos, sem considerar a depreciação e de 11,82 e 21,84 anos considerando a depreciação, respectivamente. No mesmo caso, mas sem considerar a venda do excedente de energia elétrica, os dois cenários apresentam período de retorno do investimento acima de 25 anos, ou seja, maior que a vida útil dos equipamentos do sistema de biodigestão.

Os cálculos da avaliação da viabilidade do projeto (cenários 01 e 02) apresentam um VPL negativo e uma TIR inferior a TMA, mostrando que a implantação do sistema de geração de energia elétrica com o processo de biodigestão dos dejetos de suínos na propriedade, apesar de ambientalmente favorável é inviável financeiramente.

Referências

ANGONESE, A. R.; CAMPOS, A.T.; ZACARKIM C. E.; MATSUO M. S; CUNHA F. **Eficiência energética de sistema de produção de suínos com tratamento dos resíduos em biodigestor**. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. v.10, n.3, p.745–750, 2006, Campina Grande, PB, DEAg/UFCG – Disponível: <http://www.agriambi.com.br>. Acessado em: mai. 2015.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE. **Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - PRONAMP Investimento** Disponível em :

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronamp.html>. Acessado em: jun. 2015.

BRONDANI, José Carlos. **Biodigestores e biogás: balanço energético, possibilidades de utilização e mitigação do efeito estufa**. 2010. Dissertação de Mestrado (Mestre em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, RS. Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2010. 118 p. il.

COLATTO, Luciulla; LANGER, Marcelo. **Biodigestor: resíduo sólido pecuário para produção de energia**. UNOESC & Ciência – ACET, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 119-128, jul./dez. 2011. Curso de Engenharia Bioenergética da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus Xanxerê, SC.

FARRET, Felix Alberto. **Aproveitamento de pequenas fontes de energia elétrica**. Santa Maria: UFSM, 1999.

GASPAR, R. M. B. L. **Utilização de biodigestores em pequenas e médias propriedades rurais com ênfase à agregação de valor: um estudo de caso da Região de Toledo – PR**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Florianópolis: UFSC, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, 2003, 106p. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS4022.pdf>. Acessado em: mai. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAACK, Sheyla Caetano. **Avaliação técnica e econômica para o aproveitamento da biomassa caprina em biodigestores no semi-árido baiano**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2009. 209 p. il. fig. tab.

HONÓRIO, Micheline Orlandi. **Estimativa de crédito de carbono da produção e queima do biogás proveniente de dejetos suínos: estudo de caso**. 2009. Dissertação (Mestre em Engenharia Química) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. 91 p. il.

KUNZ, A.; HIGARASHI, M. M.; OLIVEIRA, P. A. **Tecnologias de manejo e tratamento de dejetos de suínos estudadas no Brasil**. Caderno de Ciência e Tecnologia, v.22, nº3, 2005.

LACERDA, M. A, et al. **Efeitos tóxicos da exposição do monóxido de carbono: uma revisão**. Revista de atualização científica Pró - forno. São Paulo, vol.17, nº 3, Set. 2005.

MACHADO, Rosane Bueno. **O biodigestor como alternativa tecnológica para o tratamento de dejetos de suínos: um estudo de caso do sistema integrado de produção na região das missões do estado do Rio Grande do Sul**. 2011. Dissertação (Mestre em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria - Rio Grande do Sul. 2011. 119 p.

MAGALHÃES, A. P. T. **Biogás: um projeto de saneamento urbano**. 1986. São Paulo: Ed. Nobel, 1986. 120 p.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Matriz Energética Nacional 2030 / Ministério de Minas Energia; colaboração Empresa de Pesquisa Energética**. Brasília: MME; EPE, 2007. p. 254 : il. Disponível em: <http://www.mme.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2015.

NEVES, Vera Lucia Vitorelli. **Construção de biodigestores para a produção i biogás a partir da fermentação de esterco bovino**. 2010. Trabalho de Graduação (Tecnólogo em Biocombustíveis) - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Araçatuba. São Paulo. 2010. 56 p. il.

NOGUEIRA, Luiz Augusto Horta. **Biodigestão: a alternativa energética**. Nobel: São Paulo, 1986.

OLIVER André de Paula Moniz; NETO, Aurélio de Andrade Souza; QUADROS, Danilo Gusmã; VALLADARES, Renata Everett. **Manual de Treinamento em Biodigestão**. Disponível em: < http://ieham.org/html/docs/Manual_Biodigestao.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2015.

PECORA, Vanessa. **Implantação de uma unidade demonstrativa de geração de energia elétrica a partir do biogás de tratamento do esgoto residencial da USP**. 2006. Estudo de Caso (Dissertação de Mestrado). Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia (PIPGE) do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PERDOMO, C. C.; OLIVEIRA, P. A. V.; KUNZ, A. **Metodologia sugerida para estimar o volume e a carga de poluentes gerados em uma granja de suínos**. **Concórdia**: Embrapa CNPSA. n.332, 2003. 6p. Comunicado Técnico.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Legislação Tributária e Aduaneira**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/ant2001/1998/in16298.htm>. Acessado em: jul. 2015.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

SEBRAE. **Suinocultura: carne in natura, embutidos e defumados**. Disponível: <http://www.sebrae.com.br>. Acessado em: 13 de jul. de 2015.

SOUZA, Kelly Christina Gutterres de, Jéferson M. Ortega, Rafael Nishimura e Paulo I. Koltermann. **Avaliação das oportunidades de negócio na geração de energia elétrica utilizando biodigestores via dinâmica de sistemas**. 2008.

VIRMOND, E. **Aproveitamento do lodo de tratamento primário de efluentes de um frigorífico como fonte de energia**. Dissertação. UFSC. Florianópolis. SC. 2007.

WALKER, Eliana. **Estudo da viabilidade econômica na utilização de Biomassa como fonte de energia renovável na Produção de biogás em propriedades rurais**. 2009. Dissertação (Mestre em Modelagem matemática) - Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Ijuí, Rio Grande do Sul. 2009. 107 p. il.

Dados para contato:

Autor: Glaucea Warmeling Duarte

E-mail: nutec@unibave.net

SISTEMA WEB PARA CONTROLE DE ESTOQUE POR DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA O SAMU

Engenharias

Artigo Original

**Fernando Lessa de Souza¹; Elcio Willemann¹; Johnny Pereira¹; Silvana Citadin
Madeira¹; Nacim Miguel Francisco Junior¹**

1. Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

Resumo: A saúde é uma das áreas que mais necessita de informações para a tomada de decisões importantes, imediatas e que influenciam no bem-estar das pessoas. Ao utilizar a tecnologia na área da saúde de forma inovadora, podemos unir informações que colaboram no serviço prestado pelo profissional da saúde. Considerando as possibilidades que as tecnologias oferecem para a área, o objetivo dessa pesquisa foi desenvolver um sistema para o controle de estoque de medicamentos e materiais do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) de forma segura e eficiente. No desenvolvimento dessa pesquisa, decidiu-se aplicar o método exploratório, pois o mesmo permite realizar um diagnóstico das necessidades e criar um sistema compatível, bem como pelo uso da abordagem qualitativa. Como resultado da pesquisa, obteve-se um sistema que pode aumentar a qualidade do serviço oferecido, beneficiando a população que se utiliza do SAMU.

Palavras-chave: Sistema. SAMU. Controle de estoque.

WEB SYSTEM FOR INVENTORY CONTROL WITH MOBILE DEVICES FOR SAMU

Abstract: Health is one of the areas that most needs information to make important and immediate decisions, which will influence on the welfare of people. By using the technology in healthcare in an innovative way, we can unite information that collaborates in the service provided by the health professional. Considering the possibilities that technology offers for the area, the goal of this research was to develop a system for inventory control of medicines and materials of EMCS (Emergency Mobile Care Service) in a safely and efficiently way. In the development of this research, it was decided to apply the exploratory method, because it allows for a diagnosis of needs and create a compatible system, as well as, when using a qualitative approach. As a result of this research, it was obtained a system that can increase the quality of service offered, benefiting population that uses the EMCS.

Keywords: System. EMCS. Inventory Control.

Introdução

Com a evolução tecnológica ocorrida nos últimos anos, está cada vez mais evidente a importância da tecnologia em todas as áreas do conhecimento. É importante reconhecer que a saúde é uma das áreas na qual mais se aplicam informações voltadas ao bem-estar das pessoas.

No caso específico do Sistema de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), é sabido da dificuldade de organização dos estoques de materiais e medicamentos através de planilhas e formulários impressos e/ou eletrônicos. A cada dia, as dificuldades em relação a estes processos ficam mais aparentes, tendo em vista as suas limitações. Além disso, a preocupação com o uso excessivo de papel e a falta de confiabilidade deste sistema de controle, requisita ao SAMU novas formas para tratamento dos dados.

Com base nesta análise, o objetivo desta pesquisa foi desenvolver um sistema web para uma das unidades do SAMU, que possibilite aos profissionais envolvidos, controlar o estoque de produtos de forma mais eficiente, em qualquer lugar com acesso à internet.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência é um serviço de saúde, que atende aos enfermos em estado grave da região e os transferem até o nível hospitalar (SAMU 192, 2012).

Atualmente todas as unidades do SAMU distribuídas no contexto brasileiro utilizam planilhas eletrônicas para controles de estoques. Esse controle torna-se pouco eficiente e dificulta o atendimento por não ser uma ferramenta apropriada.

É com essa análise que a presente pesquisa foi delineada. Dessa forma, com a implantação de um novo sistema no SAMU Sul, espera-se acabar com essas dificuldades encontradas, buscando atender a necessidade que o SAMU Sul possui em controlar seus materiais e medicamentos.

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

De acordo com Silva et al. (2010), as condições de risco para a vida das pessoas nunca deixaram de existir e junto com estes riscos, o ser humano sempre se preocupou em buscar um suporte para manter as condições vitais do indivíduo.

Segundo Bueno e Bernardes (2010, p. 46), “o termo emergência médica identifica-se com problemas de saúde que necessitam de cuidados especializados imediatos para evitar a morte ou complicações graves no indivíduo [...]”

Na França, as primeiras equipes móveis de reanimação surgiram em 1955, para prestar assistência médica aos pacientes vítimas de acidentes de trânsito e a pacientes submetidos a transferências inter-hospitalares (LOPES; FERNANDES, 1999). A história do SAMU da França começou a partir de 1960, quando os médicos detectaram a desproporção existente entre os meios oferecidos para tratar doentes e feridos nos hospitais e no atendimento pré-hospitalar. Desta forma, constatou-se a necessidade de um treinamento às equipes de socorro e a inclusão de um médico no local, com o objetivo de aumentar ainda mais as chances de sobrevivência dos pacientes (LOPES; FERNANDES, 1999).

No Brasil, a partir de 29 de setembro de 2003, entrou em vigor a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192) em municípios e regiões de todo país. O SAMU-192 realiza atendimentos de urgência em residências, locais de trabalho e vias públicas, o socorro é realizado após a chamada gratuita para o telefone 192. A ligação é atendida por técnicos na central de regulação que imediatamente transferem o telefonema para o médico regulador. Este profissional faz o diagnóstico da ocorrência e inicia o atendimento instantaneamente, orientando o paciente ou a pessoa que realizou a chamada (CABRAL; SOUZA, 2008).

Em 2005, o SAMU-192 já funcionava em mais de 700 municípios brasileiros, com diversas centrais de regulação, atuando com equipes especializadas, em sintonia com centrais de controle de leitos nos hospitais (CABRAL; SOUZA, 2008).

Estoques

Estoques são os materiais guardados na empresa para uma determinada finalidade, seja como mercadoria para revenda, matéria-prima para produção, etc.

Arnold (1999) confirma essa possibilidade ao afirmar que os estoques são materiais e suprimentos mantidos em uma empresa ou instituição. Estes estoques podem ser usados para vender ou para fornecer insumos ou suprimentos durante o processo de produção. Todas as empresas e instituições devem manter estoques por constituírem uma parte relevante dos ativos totais.

Slack, Chambers e Johnston (2009) definem o estoque como o acúmulo de recursos materiais armazenados em um sistema de transformação. Ao referir-se a tal assunto, Chiavenato (1991) afirma que os estoques não devem ser muito grandes, para evitar desperdício e capital empatado sem necessidade e também não podem ser tão pequenos, para evitar falta de materiais.

Dias (2010) cita algumas funções que devem ser adotadas no setor de controle de estoque para que este ambiente fique mais organizado, são eles: (1) definir “o quê” deve permanecer em estoque; (2) definir “quando” deve ser necessário reabastecer os estoques; (3) definir “quanto” de estoque será preciso para um período predeterminado; (4) o departamento de Compras deve ser acionado para realizar aquisição de estoque; (5) os materiais estocados devem ser recebidos, armazenados e atendidos de acordo com as necessidades; (6) deve-se controlar os estoques por quantidade e valor, fornecendo informações sobre a situação do estoque; (7) é importante guardar inventários periódicos; e (8) deve-se retirar os estoques obsoletos e danificados.

Segundo Martins e Alt (2000), os estoques são classificados em cinco grandes categorias:

1. Estoques de matérias-primas: são os itens utilizados durante os processos de transformação em produtos acabados;
2. Estoques de produtos em processos: são todos os materiais que já entraram no processo de fabricação e que ainda não são produtos acabados;
3. Estoques de produtos acabados: são os itens que já estão prontos para ser comercializados, mas que ainda não foram vendidos;
4. Estoques em Trânsito: correspondem aos itens que já foram encaminhados de uma unidade fabril para outra, geralmente da mesma organização, e que não chegaram ao seu destino final;
5. Estoques em consignação: são aqueles itens que continuam em propriedade do fornecedor até a sua comercialização.

O setor responsável pelo controle de estoque em uma empresa é o de almoxarifado, que busca guardar os materiais estocados pela empresa com o intuito de conservá-los até o consumo final. Segundo Ribeiro (2009), os responsáveis pelo almoxarifado possuem a função de cuidar do recebimento, estocagem, conservação,

controle e principalmente pela distribuição dos materiais que são destinados à área de produção ou para as demais áreas de uma empresa.

Sistemas

Ao referir-se a Teoria Geral dos Sistemas, Chiavenato (2003, p. 474) diz que “a TGS não busca solucionar problemas ou tentar soluções práticas, mas produzir teorias e formulações conceituais para aplicações na realidade empírica.”

Rezende e Abreu (2010, p. 8) reforçam essa possibilidade ao afirmarem que a Teoria Geral de Sistemas é “[...] uma ferramenta de apoio para análise e solução de problemas complexos, pois permite analisar um problema dividindo-o em partes, sem perder a visão do todo e o relacionamento entre as partes.”

Sistema é conceituado de modo alternativo e é aplicado em diferentes áreas da informação. De acordo com Oliveira (2005, p. 23), um sistema é “[...] um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função.”

Dentro de todos os tipos de sistemas existentes no mundo atual, um dos mais importantes é o sistemas de informação (SI) que, segundo Laudon e Laudon (2007, p. 9), é “[...] um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam), processam, armazenam e distribuem informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle de uma organização.”

Segundo Batista (2006), os sistemas de informação podem ser categorizados de acordo com a sua forma de aplicação e o tipo de retorno oferecido ao processo de tomada de decisões. Partindo deste princípio, será abordado a seguir cada sistema de informação.

Todo sistema de informação precisa de um local seguro para armazenar seus dados e pode ser definido como um conjunto de dados devidamente relacionados (MACHADO, 2008). Em outra perspectiva, Medeiros (2006) assinala que Banco de Dados (BD) é um sistema de armazenamento, que inclui um arquivo físico de dados para armazenamento em dispositivos periféricos, onde são guardados os dados relacionados entre si para consulta e atualização pelo usuário.

Considerando o conceito de Sistema de banco de dados, Date (2003) afirma que este sistema é computadorizado e que realiza manutenção de registros e têm como principal função, armazenar informações para que os usuários possam

consultar e atualizar quando solicitado (SILBERSCHATZ; KORTH; SUDARSHAN, 2006).

Linguagem de Programação

É através da linguagem de programação de um sistema, que o programador consegue compreender o seu funcionamento. Segundo Puga e Rissetti (2009), existem diferentes tipos de linguagens de programação, cada qual com uma finalidade específica que podem ser classificadas desde linguagens de baixo nível. Segundo Deitel e Deitel (2008), diferente “[...] das linguagens de programação procedurais, como C, C++ ou Java, a XHTML é uma **linguagem de marcação** que especifica o formato de texto exibido em um navegador Web, como o Internet Explorer da Microsoft ou o Mozilla Firefox

Procedimentos Metodológicos

O método escolhido para desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa de campo. Segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 188), a “pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar [...].”

Considerando as especificidades do projeto, optou-se pelo método exploratório, pois teve como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 2008).

A abordagem de pesquisa utilizada foi a qualitativa, que por sua vez, possibilitou reconhecer o processo de controle de estoque do SAMU Sul através das informações coletadas.

A pesquisa foi elaborada através da análise de requisitos e de sistemas, procurando identificar os aspectos fundamentais que o protótipo deveria conter, para atender o objetivo. Para tanto, realizou-se um acompanhamento nesta unidade do SAMU por meio de visitas e contatos telefônicos, *e-mail* e *Skype*, onde pôde ser verificada a real necessidade no processo de gerenciamento de estoque.

Com a coleta e organização das informações, foi criada a documentação preliminar do projeto, com a elaboração do caso de uso, diagramas de fluxo de dados,

entre outros itens. Essa documentação é necessária antes de iniciar o desenvolvimento do sistema, pois serve de auxílio na sua elaboração. Após a conclusão da documentação preliminar, foi dado início ao desenvolvimento do sistema.

Para coletar as informações sobre o funcionamento do controle de estoque, se optou nesta pesquisa ao uso da entrevista não estruturada, com a coordenadora e com a farmacêutica do SAMU Sul. Desta forma, as entrevistadas tinham total liberdade de expressão durante as perguntas. A população da pesquisa foi composta pelos profissionais que atuam no almoxarifado e que são responsáveis pelo controle de estoque, tendo como amostra duas profissionais que participaram das entrevistas.

Resultados e Discussão

A unidade do SAMU estudada nesta pesquisa localiza-se no município de Criciúma – Santa Catarina – Brasil e é chamado de SAMU Sul. Sua atividade consiste em atender dentro da região de abrangência, todo enfermo ferido e/ou parturiente em estado grave, para então transportá-los com segurança e acompanhamento de profissionais da saúde até o nível hospitalar do sistema.

O farmacêutico responsável pelo SAMU Sul encaminha o pedido mensal dos materiais e medicamentos para a Secretaria Estadual de Saúde (SES), localizado em Florianópolis/SC. Após o recebimento do pedido, o SES se certifica se há disponibilidade dos medicamentos solicitados pelo SAMU Sul e em seguida responde o *e-mail* com a planilha do pedido, informando que os materiais já podem ser levados até a unidade de destino. Esta planilha possui informações de código e descrição do produto e os estoques totais de pedidos de Criciúma, Tubarão e Araranguá, onde serve de base para controlar tudo o que entra de medicamentos e materiais.

Após o recebimento dos produtos, esses materiais são distribuídos através do SAMU Sul para as respectivas bases de Tubarão, Araranguá e Criciúma, sendo registrados em uma nova planilha, elaborados pelo farmacêutico. O SAMU Sul trabalha com mais de cinco planilhas para controlar suas atividades rotineiras. Dessa forma, torna-se inviável manter um controle de tomadas de decisões, pois qualquer usuário tem acesso às informações.

O sistema proposto deverá oferecer algumas possibilidades, como por exemplo, ser acessado de qualquer lugar com acesso à internet; permitir cadastrar

materiais e medicamentos, solicitando ao usuário algumas informações básicas; permitir cadastrar os funcionários do SAMU Sul que fazem parte do controle de estoque; lançar entrada e saída de produtos; permitir que os usuários principais do sistema controlem os acessos dos demais funcionários; oferecer telas que possibilite visualizar o estoque de cada produto, podendo ainda visualizar o estoque de cada lote lançado no sistema.

Para o desenvolvimento do protótipo, foi utilizado linguagens de programação que possibilitaram a criação de um sistema web para controle de estoque de produtos. Para o armazenamento de dados, foi escolhido um banco de dados acessível e de boa interação com as linguagens envolvidas. Na criação visual das páginas do sistema foi utilizada a linguagem de estilo *Cascading Style Sheets* (CSS), acompanhado do XHTML. O CSS foi aplicado para a formatação das informações incluídas no XHTML, fornecendo páginas Web visualmente mais atraentes.

A linguagem de programação utilizada para o desenvolvimento das regras de negócio do protótipo foi o Java, por ser uma linguagem compatível com a internet e por ser muito flexível. Nesta pesquisa optou-se pela utilização do banco de dados *PostgreSQL* na versão 9.1, por possuir código aberto, oferecer confiabilidade e principalmente pela sua alta performance, conforme visto no primeiro capítulo.

A principal tecnologia de auxílio ao desenvolvimento utilizada nesta pesquisa foi o *JavaServer Faces*, que é um *framework* próprio para aplicações web. Esta tecnologia ofereceu bibliotecas e ferramentas que auxiliaram na organização e na criação do projeto, pois permitiu separar a parte lógica de negócio da parte visual.

O sistema oferece telas com usabilidade, que apresentam maior segurança ao usuário durante a realização de alguma tarefa. Mobilidade e portabilidade também estão presentes no sistema, possibilitando acessar informações de sua gestão de qualquer lugar com acesso à internet.

O sistema desenvolvido estará acessível apenas aos funcionários do SAMU de Criciúma. Para que o sistema desenvolvido esteja acessível, o computador ou dispositivo móvel do usuário deverá estar conectado à internet. Na página inicial do sistema, o usuário poderá escolher entre acessar o site do SAMU/SC, consultar alguns contatos pré-cadastrados ou acessar o sistema.

A Figura 01 apresenta a tela que oferece os módulos externos do sistema, nela é permitido acessar o sistema interno e acessar outras funções, bem como o site do

SAMU/SC e contatos externos. Para acessar o sistema interno, é necessário que o usuário informe o seu *login* e sua senha para autenticação. Esses dados são informados na tela de *Login*, que é apresentada na Figura 02.

Depois de informar os dados corretos na tela de *Login*, o usuário terá acesso à tela principal interna do sistema, conforme ilustra a Figura 03. Dentre os itens do módulo 'Cadastro', pode-se elencar: cadastro de funcionários, produtos, unidades, ambulâncias, grupo de usuários, recursos (telas do sistema) e troca de senha do usuário. O módulo 'Entradas' e 'Saídas' reúnem as telas principais de controle de estoque, onde é possível lançar as entradas e saídas de produtos no estoque. O módulo 'Relatórios' agrupa as telas de visualização de registros armazenados no sistema. Já o módulo 'Diversos', oferece telas de controle de acessos aos responsáveis pelo sistema.

A Figura 04 mostra a tela para cadastro de funcionário. Nesta tela, o usuário principal poderá cadastrar os dados pessoais de cada funcionário (nome, CPF, fone, *e-mail*), seu *login* e sua senha. Não poderá existir no sistema *login* repetido, portanto, caso o usuário tente cadastrar um *login* já existente, o sistema notificará na tela que a operação foi cancelada, informando também o código do usuário que já possui este *login* cadastrado. Ainda nessa tela, se o usuário desejar editar algum cadastro, não será preciso informar a senha.

Figura 01 - Representação da Tela Principal Externa do sistema



Fonte: O autor (2015).

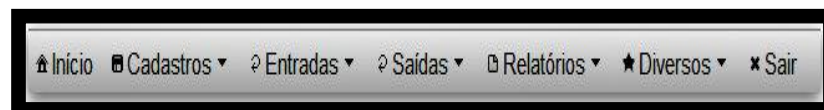
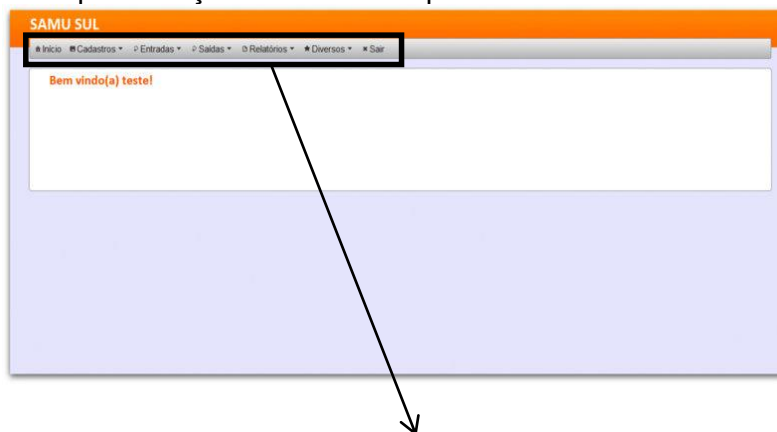
Figura 02 - Tela de Login



Login
 Login:*
 Senha:*

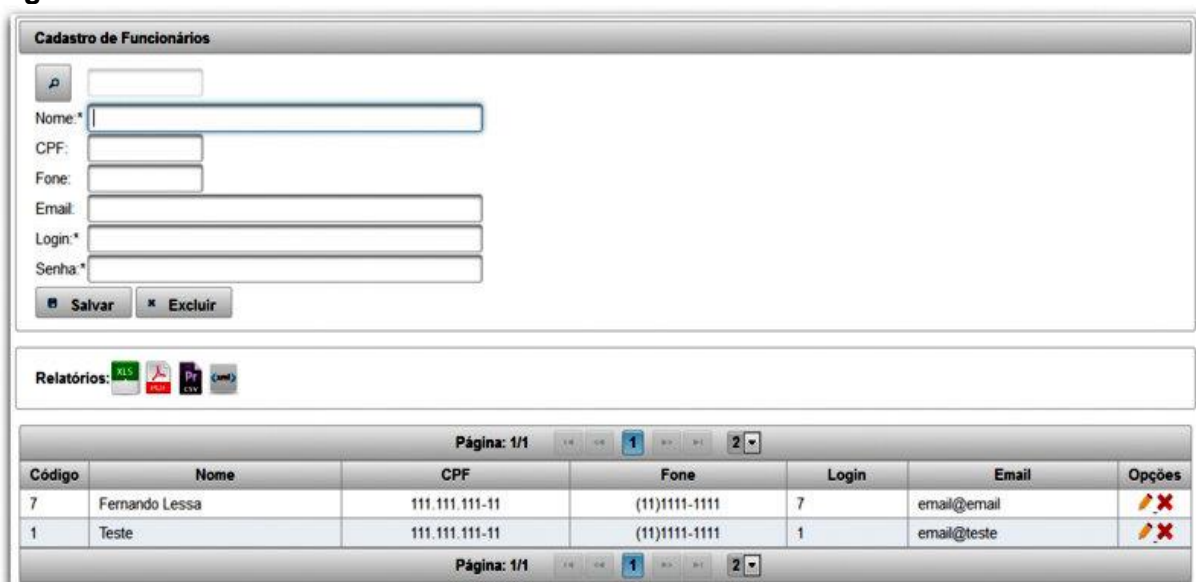
Fonte: O autor (2015).

Figura 03 - Representação da Tela Principal Interna do sistema







Fonte: O autor (2015).

Figura 04 - Tela de Cadastro de Funcionários







Cadastro de Funcionários

Nome:*
 CPF:
 Fone:
 Email:
 Login:*
 Senha:*

Relatórios:    

Página: 1/1

Código	Nome	CPF	Fone	Login	Email	Opções
7	Fernando Lessa	111.111.111-11	(11)1111-1111	7	email@email	 
1	Teste	111.111.111-11	(11)1111-1111	1	email@teste	 

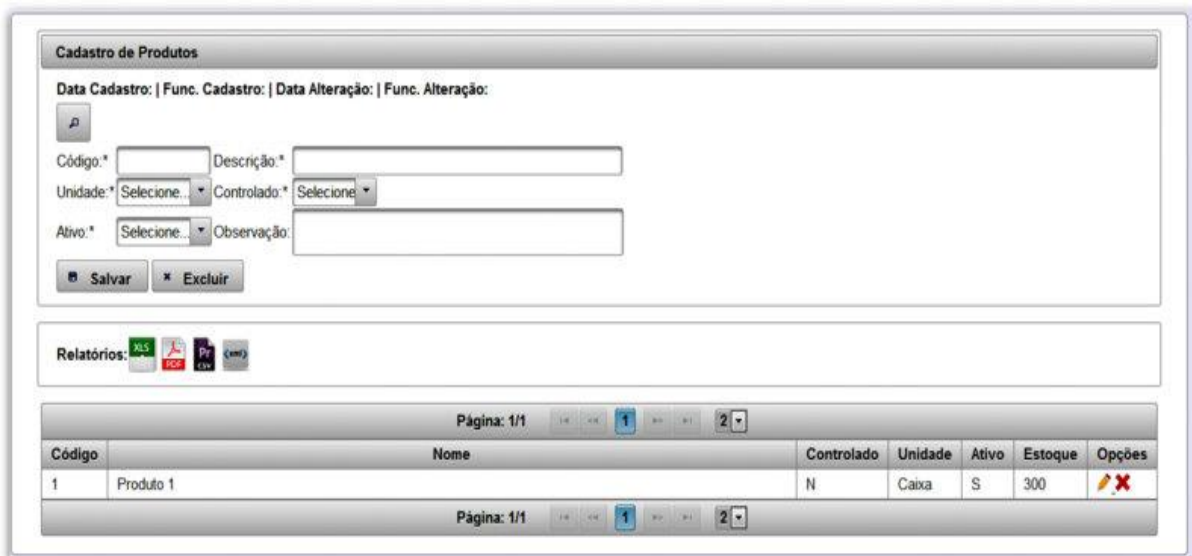
Página: 1/1

Fonte: O autor (2015).

Na tela de cadastro de produtos, mostrada na Figura 05 informam-se os dados do produto (código, descrição, unidade, se ele é controlado, se ele está ativo e se há alguma observação (opcional) para ele). Não poderá haver dois cadastros com o mesmo código no sistema, portanto, se isto ocorrer, o sistema deverá notificar na tela que o código do produto já existe.

Se o usuário ainda desejar consultar algum cadastro, além dos dados cadastrais, o sistema deverá apresentar na tela o código do usuário que realizou o cadastro e a data de cadastro. Além disso, se o cadastro já possuir algum tipo de alteração, deverá ser notificado na tela também o código do usuário que realizou a última alteração no cadastro com a data da sua última alteração. Se o usuário precisar excluir algum item, o sistema permitirá a exclusão apenas se o cadastro não possuir movimentação.

Figura 05 - Tela de Cadastro de Produtos







Cadastro de Produtos

Data Cadastro: | Func. Cadastro: | Data Alteração: | Func. Alteração:



Código.* Descrição.*

Unidade.* Seleccione... Controlado.* Seleccione...

Ativo.* Seleccione... Observação:

Relatórios:    

Página: 1/1

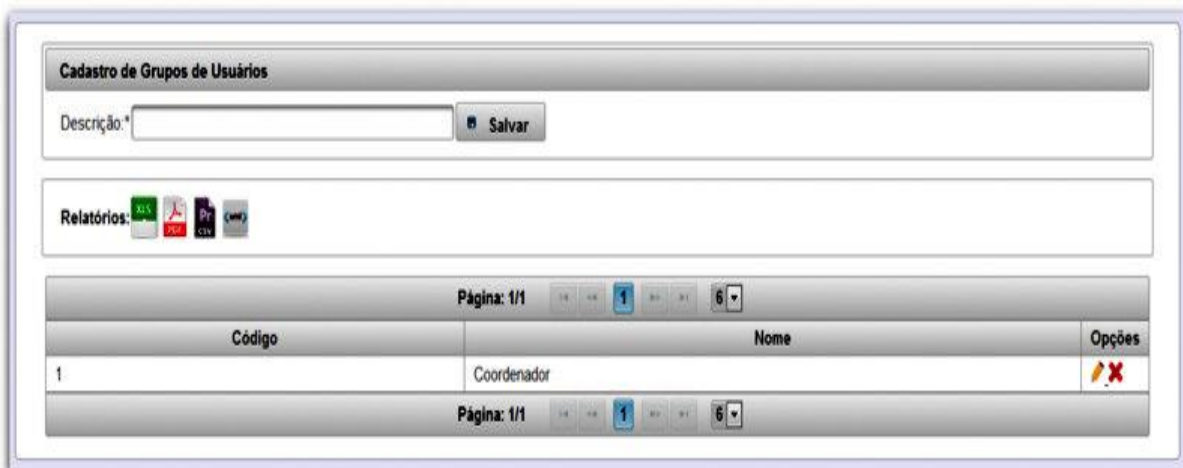
Código	Nome	Controlado	Unidade	Ativo	Estoque	Opções
1	Produto 1	N	Caixa	S	300	 

Página: 1/1

Fonte: O autor (2015).

O papel do cadastro de Grupo de Usuário, mostrado na Figura 06, é armazenar as funções dos usuários, por exemplo: Coordenador, Enfermeiro, Farmacêutico, etc. Não será permitido cadastrar dois grupos com a mesma descrição. Caso isto ocorra, o sistema notificará na tela o código do grupo que já existe com aquela descrição.

Figura 06 - Tela de Cadastro de Grupo de Usuários

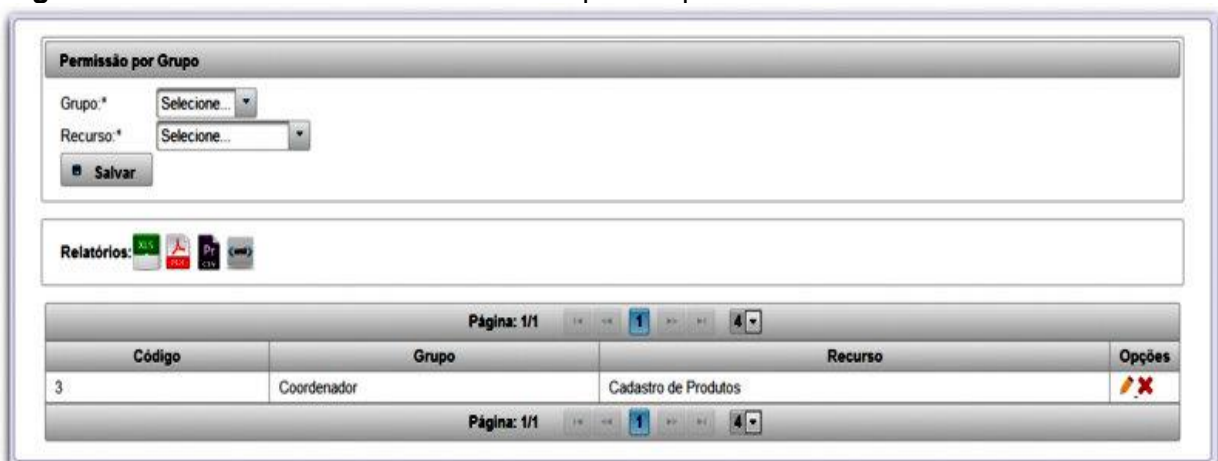


Fonte: O autor (2015).

Na Figura 07, podemos observar a tela de Permissão por Grupo, onde o usuário coordenador relacionará cada grupo com as telas que aquele grupo de usuário terá acesso.

A Figura 08 mostra a tela onde o usuário coordenador associará os usuários com os seus respectivos grupos. O sistema não aceitará dois grupos associados ao mesmo usuário. Caso isto ocorra, o sistema notificará na tela o código do grupo a qual aquele usuário pertence.

Figura 07 - Tela de Cadastro de Permissão por Grupo



Fonte: O autor (2015).

Figura 08 - Tela de Associar Usuário e Grupo



Associar Usuário e Grupo

Usuário:* Seleccione...

Grupo:* Seleccione...

Salvar

Relatórios:    

Página: 1/1

Código	Usuário	Grupo	Opções
4	Usuário A	Coordenador	 

Página: 1/1

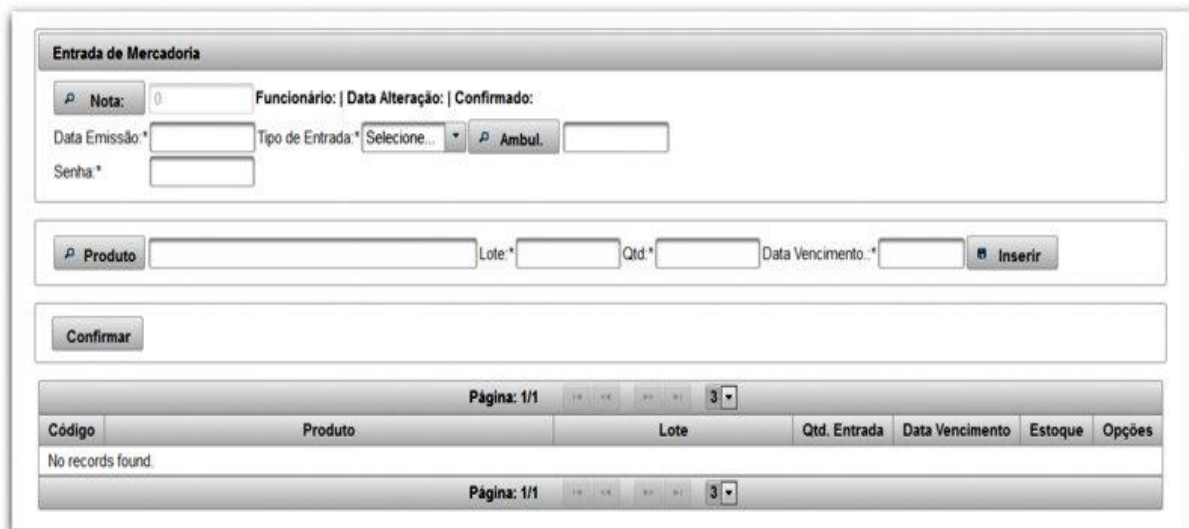
Fonte: O autor (2015).

Na tela da Figura 09, as primeiras informações solicitadas farão parte do cabeçalho da nota. Nas informações do cabeçalho contém: a data de emissão da nota, tipo de entrada (Reposição/Inventário) e ambulância (se o tipo de entrada for “Reposição”). Após preencher os dados do cabeçalho da nota, o usuário deverá lançar os dados do produto: código do produto, descrição, quantidade e data de vencimento do lote.

Se o usuário selecionar uma data de vencimento inferior ou igual à data atual, o sistema não aceitará o lançamento do produto, notificando que o lote está vencido. O sistema validará se a quantidade do lote lançado for menor ou igual a zero, para não permitir estes tipos de lançamentos. Cada item será adicionado na tabela localizada no rodapé da tela, para que seja permitido consultá-lo, alterá-lo ou removê-lo de acordo com a necessidade do usuário.

O sistema não poderá aceitar dois lotes iguais para o mesmo produto na mesma nota, mas poderá existir em notas diferentes. Depois de lançar todos os produtos na nota, o usuário deverá confirmá-la. Só será permitido confirmar uma nota se houver no mínimo um item lançado. Confirmando a nota, só será permitido realizar manutenção nela mediante a senha do funcionário que a lançou. Dessa forma, o usuário terá total segurança em seu trabalho. Após lançar a entrada do produto, o seu estoque já estará visível aos usuários, podendo então, disponibilizá-los para os atendimentos.

Figura 09 - Tela de Entrada de Mercadorias

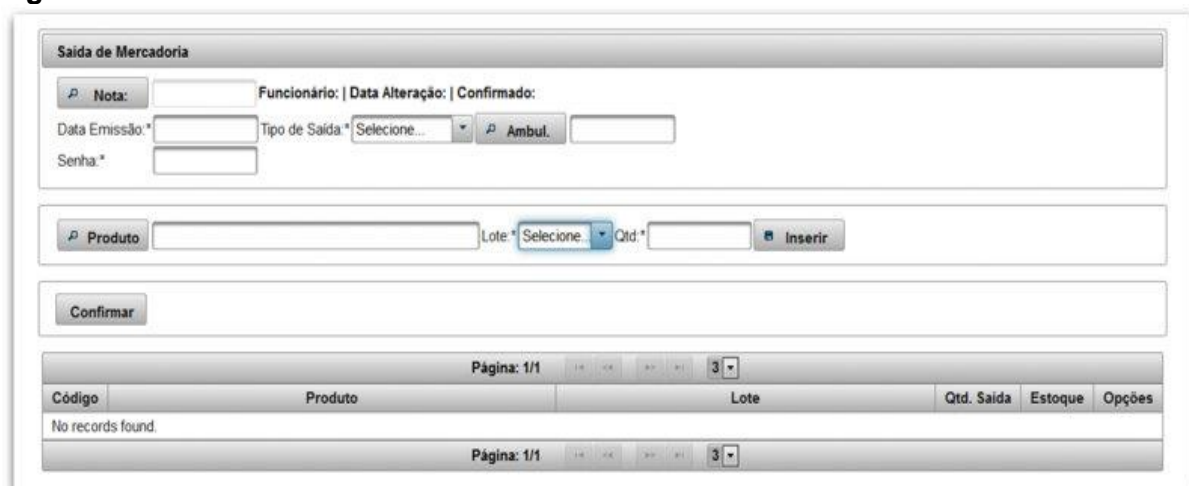


Fonte: O autor (2015).

Para realizar a saída de um ou mais produtos, o usuário deverá acessar a tela de Saída de Mercadorias, conforme a Figura 10. Essa tela será semelhante à tela de Entrada de Mercadorias, sendo diferenciada apenas pela descrição do Tipo da Nota (o campo “Tipo de Entrada” será substituído pelo campo “Tipo de Saída”) e por não possuir o campo “Data de Vencimento”, pois não será necessário.

Os tipos de saídas que contém no sistema são: Saída, Vencidos, Quebra e Transferências. O preenchimento da ambulância na nota será obrigatório apenas se o tipo de saída escolhido for Transferência. Vale ressaltar que na Tela de Saída de Medicamentos, ao abrir uma nota já confirmada e tentar editá-la, será obrigatório a informação da senha do usuário que a lançou.

Figura 10 - Tela de Saída de Mercadorias



Fonte: O autor (2015).

Nesta tela mostrada na Figura 11 é possível visualizar todos os estoques por lotes disponíveis de um determinado produto, informando apenas o seu código de identificação.

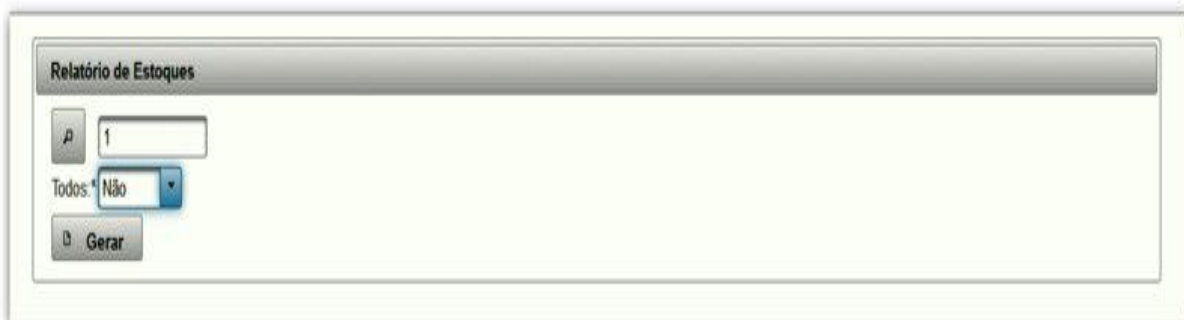
Figura 11 - Tela de Relatório de Lotes por Produto



Fonte: O autor (2015).

Também é possível gerar relatório de todos os produtos com o seu respectivo estoque, conforme mostra a Figura 12. O usuário pode optar em consultar apenas um produto ou consultar todos os produtos.

Figura 12 - Relatório de Estoque de Produtos



Fonte: O autor (2015).

Considerações Finais

Com base na pesquisa realizada com alguns profissionais do SAMU Sul, aplicada através da entrevista não estruturada, foi possível reconhecer várias dificuldades durante o controle de estoque. Alguns problemas relacionados a este aspecto ocorrem em consequência da falta de segurança e das ferramentas de trabalho empregadas.

Portanto, considerando esta realidade, foi criada uma ferramenta própria para este controle, que permite gerenciar os estoques de qualquer lugar com acesso à internet. Além disso, o sistema é capaz de atender as suas requisições, proporcionando ao SAMU Sul, um controle mais eficaz e colaborativo.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foram aplicados conhecimentos e técnicas adquiridas no decorrer do curso de SI e no decorrer de um curso de especialização, na área de desenvolvimento web. O curso de desenvolvimento web foi capaz de contribuir e superar as dificuldades e limitações encontradas no curso de SI, onde propôs ensino sobre o *framework* de aplicação web para projetos em Java, técnica fundamental ao projeto.

Analisando as necessidades levantadas durante as entrevistas e também os objetivos específicos propostos para este trabalho, é possível reconhecer que este projeto será aceito e utilizado se for implementado.

É importante mencionar o apoio que a metodologia proporcionou durante a realização deste trabalho, com a aplicação do método exploratório e da abordagem qualitativa, que tornou possível a aproximação do pesquisador às reais necessidades do SAMU Sul, local para o qual o sistema foi criado.

Ao concluir esta pesquisa, é possível sugerir algumas propostas de implementações futuras ao protótipo desenvolvido neste trabalho, tais como:

- Integrar o sistema de estoque com outros sistemas do SAMU;
- Integrar outras unidades do SAMU;
- Integrar um sistema de compras com o estoque;
- Aprimorar o sistema de tablet para que ele se comunique com a empresa pelo sistema.

Unindo essas sugestões, será possível colaborar ainda mais com o desempenho do SAMU, facilitando o seu trabalho no dia a dia.

Referências

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de Informação**: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUENO, Alexandre de Assis; BERNARDES, Andrea. Percepção da equipe de enfermagem de um serviço de atendimento pré-hospitalar móvel sobre o gerenciamento de enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 45-53, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n1/v19n1a05.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2013.

CABRAL, Amanda Priscila de Santana; SOUZA, Wayner Vieira. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU): análise da demanda e sua distribuição espacial em uma cidade do Nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Boa Viagem, v. 11, n. 4, p. 530-540, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v11n4/01.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à administração de materiais**. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DATE, C. J. **Introdução a sistemas de banco de dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DEITEL, Paul J.; DEITEL, Harvey M. **Ajax, Rich Internet Applications e desenvolvimento Web para programadores**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informações gerenciais**. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LOPES, Sérgio Luiz Brasileiro; FERNANDES, Rosana Joaquim. Uma breve revisão do atendimento médico pré-hospitalar. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 32, p. 381-387, out./dez. 1999. Disponível em: <http://pedro2.pmrp.com.br/ssauade/programas/samu/neu-pdf/revisao_atendimento.pdf>. Acesso em: 25 out. 2013.

MACHADO, Felipe N. R. **Projeto e implementação de banco de dados**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2008.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo Renato C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2000.

MEDEIROS, Marcelo. **Banco de dados para sistemas de informação**. Florianópolis: Visual Books, 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho R. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PUGA, Sandra; RISSETTI, Gerson. **Lógica de programação e estrutura de dados, com aplicações em Java**. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

REZENDE, Denis A.; ABREU, Aline F. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de custos fácil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SAMU 192. **Estrutura do SAMU Estadual**. Disponível em: <
<http://samu.saude.sc.gov.br/index.php/samu-sc/estrutura-do-samu-estadual> >
Acesso em: 01 maio 2013.

SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry, F.; SUDARSHAN, S. **Sistema de banco de dados**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

SILVA, Elisângelo Aparecido Costa da et al. Aspectos históricos da implantação de um serviço de atendimento pré-hospitalar. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 12, n. 3, p. 571-577, set. 2010. Disponível em:
<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/viewArticle/10555>>. Acesso em: 25 out. 2013.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Dados para contato:

Autor: Nacim Miguel Francisco Junior

E-mail: junior@unibave.net

CIÊNCIAS DA SAÚDE

**A UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR GESTANTES INTERNADAS EM UM
HOSPITAL DA REGIÃO SUL CATARINENSE: CARACTERIZAÇÃO E
AVALIAÇÃO DOS RISCOS ENVOLVIDOS**

Ciências da Saúde

Artigo original

**Aline Martins Nunes¹; Valéria Maria Limberger Bayer^{2,3}; Fabrício Eládio
Felisbino¹; Adalberto Alves de Castro¹; Andressa Córneo Gazola¹;
Leonardo de Paula Martins¹**

1. Curso de Farmácia, Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE

2. Colégio Agrícola de Frederico Westphalen

3. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Resumo: Durante a gravidez a mãe está sujeita a alterações fisiopatológicas que podem comprometer o seu bem estar requerendo tratamento medicamentoso. Contudo, a utilização de fármacos durante a gravidez sempre foi motivo de muita discussão, uma vez que o uso dos mesmos pode causar danos tanto para a mãe quanto para o feto. Nessa direção esse trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no hospital de uma cidade da região Sul de Santa Catarina em que foram analisados os prontuários de gestantes que fizeram uso de medicamentos no período entre setembro de 2010 e setembro de 2011. Ao final da pesquisa, verificou-se que em muitos casos as gestantes utilizaram mais de um medicamento, sendo possível observar a administração de até cinco medicamentos ao mesmo tempo. Esse fato é preocupante, pois, como já mencionado, a utilização de medicamentos pode trazer malefícios, tanto para a mãe quanto para o feto, principalmente se utilizados simultaneamente. Além disso, um dado ainda mais alarmante, é que alguns fármacos cujo uso em gestantes é vetado pelas agências de saúde dos Estados Unidos da América (FDA) e do nosso país (ANVISA) foi observado. O que espera-se é que essa utilização ocorreu após séria avaliação risco-benefício.

Palavras-chave: Medicamentos. Gestação. Hospital. Riscos.

**A DRUG USED BY PREGNANTS ADMITTED TO A HOSPITAL OF REGION
SOUTH OF SANTA CATARINA: CHARACTERIZATION AND EVALUATION OF
RISKS**

Abstract: During pregnancy, some pathophysiological changes can occur in mother's body that may compromise her's or fetus' welfare requiring medicinal treatment. However, the use of drugs during pregnancy has always been subject of much discussion since their use can cause damage to both, mother and fetus. In this sense

this paper presents the results of a research conducted in the hospital of Orleans (Santa Catarina state, Brazil) which examined the medical records of pregnant women who used drugs in the period between September of 2010 and September of 2011. At the end of the study, it was found that most of the pregnant women used more than one drug at the same time. This data is worrisome considering that the simultaneous use of drugs can bring harm to both, mother and fetus. Moreover, another observation, even more alarming, is that some drugs banned to be use in pregnant women by the sanitary agencies of the United States of America (FDA) and Brazil (ANVISA) was administered. It is hoped that such use occurred after serious risk-benefit assessment.

Keywords: Drugs. Pregnancy. Hospital. Risks.

Introdução

Segundo uma estimativa, mais de 90% das mulheres grávidas tomam algum tipo de medicamento e/ou ainda consomem drogas socais, como o tabaco, o álcool, ou drogas ilícitas. Essas substâncias são responsáveis por 2% a 3% de todas as anomalias congênitas, podendo afetar o feto de três maneiras: 1) atuando diretamente sobre o feto, causando lesão, desenvolvimento anormal ou morte; 2) alterando a função da placenta, geralmente contraindo os vasos sanguíneos e reduzindo a troca de oxigênio e nutrientes entre o feto e a mãe; 3) causando contração forçada da musculatura uterina, lesando indiretamente o feto por meio da redução de seu suprimento sanguíneo (MERCK, 2006).

A gestação é o período que sucede a fecundação de um óvulo por um espermatozoide e sua identificação pelo organismo materno. Nesse período, que tem duração aproximada de 39 semanas contadas após o último ciclo menstrual, ocorre o desenvolvimento e crescimento de um ou mais embriões dentro do organismo feminino (LINHARES, 2005). Para Freitas (2006), a gestação se constitui em um fenômeno fisiológico que, na maioria das vezes, evolui sem intercorrências. Porém, em alguns casos, alguns problemas no início ou no decorrer da gestação podem ocorrer, podendo ter desfechos desfavoráveis, tanto para o feto, quanto para mãe. Em situações patológicas e, quando não tratadas, certas patologias podem levar ao comprometimento da gestação. A pré-eclâmpsia, hiperlipidemia, epilepsias e infecções, tratadas por anti-hipertensivos, anti-hiperlipidêmicos, anticonvulsivantes e antibióticos, respectivamente, são exemplos de patologias que podem ocorrer na gravidez, cuja medicação é inevitável (GUYTON; HALL, 1971; MAZZER; SILVA, 2010). Desta forma, o objetivo do presente trabalho foi analisar a utilização de

medicamentos pelas gestantes atendidas no único hospital de uma cidade do Sul de Santa Catarina por meio dos prontuários médicos e verificar na literatura possíveis riscos à saúde e/ou desenvolvimento do feto durante a gestação.

Procedimentos Metodológicos

Esse estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo aplicada descritiva com caráter quantitativo realizado no único hospital de um município do sul catarinense que avaliou os prontuários médicos das gestantes internadas no período de Setembro de 2010 a Setembro de 2011. Nesse momento houve a internação de 45 gestantes no referido hospital.

Como nenhuma das gestantes de enquadrado no critério de exclusão da amostragem, que era a falta de utilização de medicamentos durante a internação, a amostra foi composta pelos prontuários de todas as gestantes internadas no período pré-determinado, o que caracteriza uma amostragem não-probabilística acidental, que segundo Silva (2001) é composta com pessoas que vão aparecendo.

A coleta dos dados se deu a partir de visitas à unidade hospitalar por meio de um instrumento padronizado, contendo questões formuladas que foram respondidas de acordo com os dados presentes nos prontuários médicos.

Objetivando ter acesso aos prontuários médicos, uma cooperação mútua entre os representantes das instituições envolvidas foi realizada e documentada. A pesquisa seguiu os preceitos éticos referidos na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde brasileiro, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE sob o protocolo número 0056/2011.

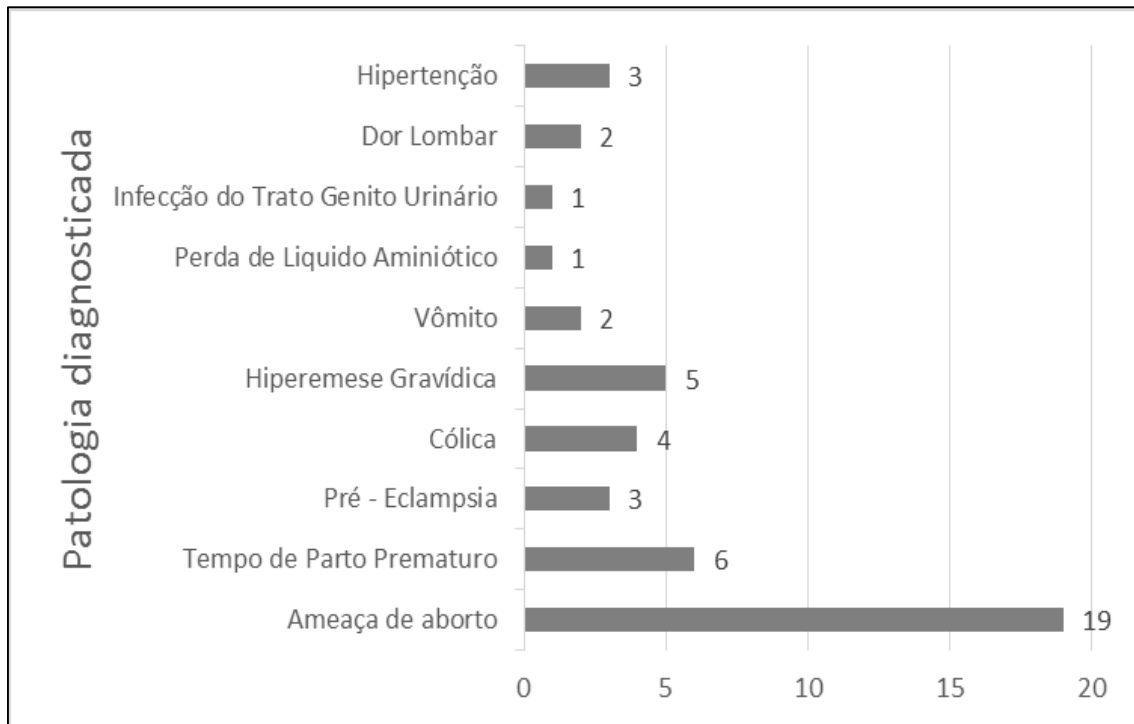
Os dados foram analisados com o auxílio do programa Excel[®], buscando-se principalmente verificar as principais patologias que levaram as gestantes à internação e, dentre as medicações utilizadas durante essa internação, se haviam e quais as mais prejudiciais ao feto.

Resultados e Discussão

Patologias que levaram as gestantes à internação

Segundo o diagnóstico médico, a patologia mais frequente que levou as gestantes à internação foi a ameaça de aborto (Graf. 1). Isso pode se dever ao fato de o colo uterino se dilatar prematuramente devido à debilidade do tecido fibroso (MERCK, 2006). Posteriormente foram observados em maior frequência o parto prematuro e a hiperemese gravídica. É considerado parto prematuro quando o mesmo ocorre em uma gestação com menos de 37 semanas. Apesar da sobrevida ter melhorado nos últimos anos, a prematuridade é a principal causa de morbimortalidade neonatal (RADES; BITTAR; ZUGAIB, 2004; ROURA, 2004). Já, a hiperemese gravídica é um sintoma da gravidez mais proeminente entre a 6^a e 12^a semanas de gestação, que, ao contrário do habitual mal estar das manhãs, é a presença de náuseas e de vômitos extremamente graves que provocam desidratação e inanição (MERCK, 2006). Ainda foram relatados casos de cólicas, provavelmente decorrentes da pressão que o útero em crescimento exerce nas estruturas pélvicas vizinhas; hipertensão e pré-eclâmpsia. Essas últimas são circunstâncias em que ocorre elevação da pressão arterial (superior a 140/90 mmHg) geralmente entre a 20^a semana de gestação e o final da primeira semana depois do parto. Essa elevação da pressão arterial normalmente é acompanhada pela eliminação de proteínas pela urina (proteinúria) ou de retenção de líquidos (edema) e acomete aproximadamente 5% das gestantes (MERCK, 2006; PASCOAL, 2002). Por último, foram relatados casos de infecção do trato gênito-urinário, perda de líquido amniótico e dor lombar.

Gráfico 1 - Gráfico demonstrando o número de pacientes diagnosticadas com determinada patologia no momento da internação.



Fonte: Autor (2015).

Medicamentos utilizados no tratamento das gestantes

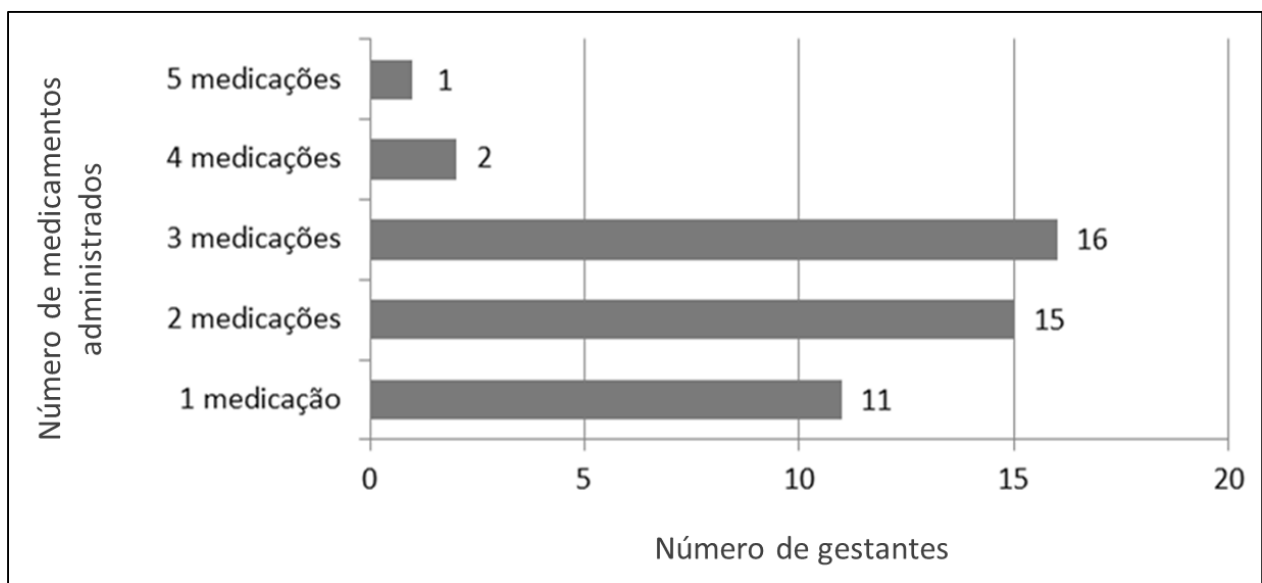
Sobre a utilização de medicamentos na gestação, observa-se na literatura que o medo de fetotoxicidade faz com os profissionais da saúde sejam conservadores com relação ao uso de fármacos, o que algumas vezes leva a mãe ao sofrimento desnecessário. Por outro lado, deve-se considerar o modo irracional e excessivo que alguns profissionais expõem mãe e feto a sérios riscos. Ou seja, quanto à administração de medicamentos às gestantes, os profissionais de saúde devem considerar aspectos importantes no tratamento para que consigam aliviar o sofrimento da mãe sem causar danos ao feto (BRASIL, 2010).

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2010) os fármacos de escolha devem ter estudos que comprovem sua segurança e deve ser utilizada a dose terapêutica mínima. Também devem ser escolhidos medicamentos que possuem apenas um componente em sua formulação, para evitar possíveis efeitos danosos ao feto.

Diante ao exposto é possível verificar que a ingestão de medicamentos por gestantes é uma questão preocupante, principalmente quando as gestantes fazem uso concomitante de medicamentos. Nesse estudo foi observado que, em geral, as

gestantes utilizaram mais de um medicamento no período da internação, sendo que a maioria utilizou até 3 medicamentos (Graf.2). Segundo Oga *et al.* (2002), a utilização concomitante de medicamentos pode trazer malefícios tanto para a gestante quanto para o feto. A prescrição de vários medicamentos na prática médica para o tratamento de uma doença é muito comum e muitas vezes necessária, mas as alterações que ocorrem nos efeitos farmacológicos por interação entre fármacos podem ser no sentido de aumentar ou diminuir a eficácia terapêutica. Da mesma maneira, a interação pode acentuar ou atenuar os fenômenos indesejáveis, chamados efeitos colaterais de medicamentos. Esses efeitos podem ocorrer tanto com a gestante quanto com o feto, já que a transferência placentária pode ocorrer facilmente (OGA *et al.*, 2002).

Gráfico 2 - Gráfico representativo da quantidade de medicamentos administrados concomitantemente para cada gestante internada.



Fonte: Autor (2015).

Relação entre o período gestacional e a utilização de medicamentos

O modo como um fármaco prejudica o feto depende do estágio de desenvolvimento fetal, da potência e da dose do fármaco administrado à gestante. Certas substâncias utilizadas antes do 17º dia após a fertilização podem atuar baseadas na lei do tudo ou nada, seja matando o feto ou não o afetando em absoluto já que durante esse estágio, o feto é altamente resistente aos defeitos congênitos.

Contudo, ele é particularmente vulnerável a esses defeitos entre o 17^a e 57^o dia após a fertilização, devido à velocidade com que ocorre a multiplicação celular e o desenvolvimento dos órgãos. Esses fatores aumentam a margem para que os fármacos promovam malformações, já que as substâncias que atingem o feto durante esse estágio podem causar aborto espontâneo; defeito congênito evidente; defeito permanente, porém sutil (o qual é percebido mais tarde); ou ainda podem não causar qualquer efeito perceptível (MERCK, 2006). Monteiro (2008) destaca que os fármacos utilizados no primeiro trimestre gestacional apresentam efeitos mais intensos, pois é o período de diferenciação embriológica dos sistemas e a administração de substâncias químicas, como os medicamentos, pode interferir nesse processo, resultando em malformações fetais.

A tabela 1 demonstra a correlação entre o período gestacional e o fármaco administrado às gestantes, conforme os dados coletados nesse estudo.

Tabela 1: Tabela apresentando a relação dos fármacos utilizados pelas gestantes em cada período gestacional.

Medicamentos utilizados	Primeiro trimestre (início – 12^a semana)*	Segundo trimestre (13^a - 27^a semana)*	Terceiro trimestre (28^a semana – final)*
Ácido Acetilsalicílico	0	0	1
Alprazolam	0	1	0
Brometo de ipratrópio	0	1	0
Brometo de N-butilescopolamina	1	20	1
Cefalexina monoidratada	1	1	0
Cefalotina sódica	1	0	1
Cloridrato de metoclopramida	3	1	0
Cloridrato de Piroxidina	1	2	0
Dextrovitose	0	4	0
Diazepam	0	1	0
Diclofenaco de Sódio	1	0	1
Dimenidrato	4	2	0
Dipirona sódica	0	2	1
Hidróxido de Alumínio	0	1	0
Levofloxacino	4	0	0
Maleato de ergotamina	3	1	0
Metildopa	0	4	2
Nifedipino	0	1	1
Ocitocina	20	1	0

Pantoprazol	0	1	0
Paracetamol	4	1	0
Salbutamol	0	0	1

* Número de gestantes que utilizaram o respectivo medicamento.

Fonte: Autor (2015).

Fármacos utilizados no primeiro trimestre

Os riscos inerentes ao uso de fármacos durante a gravidez podem acontecer em qualquer fase. No primeiro trimestre da gravidez, em que se encontravam o maior número das gestantes internadas nesse estudo, os fármacos podem produzir má formação congênita (teratogenese) sendo o período de maior risco entre a 3^a e a 11^a semanas (BRASIL, 2010).

Mediante os dados plotados na tabela 1, a ocitocina foi a substância mais utilizada pelas gestantes que estavam no primeiro trimestre gestacional, isso em função de ameaça de aborto ter sido a patologia mais frequente nesse período. Os dados indicam, com mais incidência, que a ocitocina foi utilizada para a indução da expulsão dos anexos embrionários e do feto, quando morto, já que tal substância é capaz de promover contração da musculatura lisa uterina e é amplamente utilizada com esse objetivo (ANVISA, 2013; YAMAGUCHI; CARDOSO; TORRES, 2007; TEDESCO, 1997). Essa é a principal hipótese, já que não foi relatado o motivo dessa utilização nem o desfecho do tratamento nos prontuários das gestantes.

Outro fármaco utilizado no primeiro trimestre, o levofloxacino (Tabela 1), representa um grande risco à saúde do feto e a falta de cuidado dos administradores que podem não ter avaliado a relação risco-benefício. Esse fármaco apresenta risco de danos à formação das cartilagens de fetos em formação em estudos pré-clínicos e, por isso, é contraindicado seu uso em gestantes (BRASIL, 2010). Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2010), as penicilinas, cefalosporinas, estearato de eritromicina e metronidazol são considerados relativamente seguros na gravidez, sendo, portanto mais adequados para o tratamento de infecções bacterianas desde que os micro-organismos não sejam resistentes aos mesmos.

Fármacos utilizados no segundo trimestre

Durante o segundo e terceiro trimestre, os fármacos podem afetar o crescimento ou o desenvolvimento funcional do feto, ou podem ter efeito tóxico sobre seus tecidos (BRASIL, 2010). No segundo trimestre, verificou-se que o brometo de n-butilescolamina foi o mais utilizado (Tabela 1), já que as patologias mais frequentes nesse período foram ameaça de aborto e tempo de parto prematuro. Nesse caso, este medicamento foi indicado para o alívio das cólicas e para a tentativa da continuação da gestação, uma vez que ele funciona exercendo um efeito antiespasmódico sobre a musculatura lisa, como destaca Goldenzwaig (2009).

A utilização dos benzodiazepínicos, alprazolam e diazepam, nesse período foi observada (Tabela 1). Sabe-se que ambos são fármacos classificados como pertencentes à categoria C de risco fetal, segundo a classificação da agência norte americana Food and Drug Administration (FDA) (CAMACHO et al., 2006). Ou seja, existem estudos prévios que demonstraram algum risco ao feto em animais. Dessa forma, deve-se reavaliar a decisão pela utilização de benzodiazepínicos em gestantes.

Observou-se, também, que o nifedipino foi outro fármaco administrado tanto no segundo quanto no terceiro trimestre gestacional (Tabela 1). Essa utilização deve ser controlada, considerando que esse fármaco é classificado na categoria C de risco fetal e pertence à classe dos bloqueadores dos canais de cálcio. Estudos demonstram que animais expostos aos bloqueadores dos canais de cálcio apresentaram maior incidência de anomalias em membros e dígitos causadas provavelmente por redução do fluxo útero-placentário. Cabe salientar que esses resultados não foram comprovados em gestantes humanas, incluindo o primeiro trimestre da gestação (SOUZA; AMORIM; COSTA, 2008).

Fármacos utilizados no terceiro trimestre

Fármacos administrados muito próximos ao parto podem causar efeitos adversos nesse processo ou no neonato. Porém, nem todos os efeitos prejudiciais da exposição intrauterina aos fármacos são notados logo ao nascimento, alguns podem se manifestar em outra fase da vida e provocar efeitos adversos no desenvolvimento funcional, social e intelectual. Os anti-inflamatórios não esteroidais, por exemplo, podem provocar hipertensão arterial pulmonar com fechamento prematuro do ducto arterial e atraso no início e/ou aumento da duração do trabalho de parto. Por outro

lado, o cloridrato de clorpromazina pode provocar síndrome de abstinência, como tremor e vômito, no neonato (BRASIL, 2010).

No último período gestacional, terceiro trimestre, a metildopa foi utilizada para o controle da pressão arterial (Tabela 1), já que uma das patologias mais frequentes nesse período foi a pré-eclâmpsia. Estudos realizados mostraram que o uso dessa medicação não traz danos fetais. Entretanto, embora não tenham sido relatados efeitos teratogênicos evidentes, a possibilidade de dano fetal não pode ser excluída e o uso do medicamento por mulheres grávidas ou que podem engravidar requer que os benefícios previstos sejam contrapostos aos possíveis riscos (ANVISA, 2013).

Além desse fármaco, observou-se o uso de ácido acetilsalicílico (AAS) no último trimestre de gestação, o que é preocupante, pois como já comentado, a administração desse medicamento nesse trimestre, em doses elevadas pode provocar hipertensão pulmonar no feto e no recém nascido e, em doses analgésicas pode prolongar o trabalho de parto e causar hemorragia materna e neonatal (ANVISA, 2013). O uso da dipirona, outro anti-inflamatório não esteroide, nessa fase da gestação também chamou a atenção, pois assim como o AAS e os outros fármacos dessa classe, impede a produção de prostaglandinas (por inibir a enzima ciclo-oxygenase) podendo, também, interferir no trabalho de parto.

Ainda, observou-se a utilização do salbutamol, classificado na categoria C de risco fetal segundo o FDA (CAMACHO et al., 2006). Todavia seus efeitos adversos relacionam-se muito à gestante, principalmente no uso parenteral, o qual pode afetar o miométrio e oferecer potenciais riscos cardiovasculares (BRASIL, 2010).

Por fim, é importante destacar que a ausência de informação na literatura sobre os efeitos de um determinado fármaco na gestação não significa que o mesmo seja seguro para ser utilizado neste período. Mas, em caso de necessidade deve-se dar preferência àqueles com maior experiência clínica e com mais informação disponível na literatura (BRASIL, 2010).

Considerações Finais

No decorrer do desenvolvimento deste estudo, importantes conclusões puderam ser compreendidas. Dentre elas o fato da administração concomitante de medicamentos em gestantes, o que poderia acarretar sérias complicações devido ao aumento da possibilidade de interações medicamentosas. Além disso, a verificação

do uso de alguns medicamentos nas gestantes que não deveriam sobremaneira ser administrados se fosse observado o preconizado pelas agências de saúde dos Estados Unidos da América (FDA) e do nosso país (ANVISA). O manejo da terapêutica na gravidez deve ser fundamentado cada vez mais na literatura especializada e a prescrição dos fármacos a serem administrados deve levar em consideração o benefício esperado, o qual deve ser maior que o risco potencial ao feto. Obviamente que o assunto referente à aplicação de fármacos durante a gravidez é bastante extenso e complexo, mas, fundamental se faz a incessante busca de novos métodos de avaliação e a continuidade da exclusão de aplicação de medicamentos comprovadamente nocivos à saúde e ao desenvolvimento do feto. Resumindo, na dúvida, na hora da prescrição do medicamento, a não aplicabilidade deve ser levada em consideração, porém, caso seja extremamente necessário fazê-la, a atenção deve ser redobrada.

Referências

ANVISA – Agência Nacional De Vigilância Sanitária. **Bulário Eletrônico da Anvisa**, 2013. Acesso em: 20 ago. 2015. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/index.asp>.

BRASIL – Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Formulário Terapêutico Nacional: Rename 2010**. 2. ed. Brasília: Ministério Da Saúde, 2010.

CAMACHO, R.S.; CANTINELLI, F.S.; RIBEIRO, C.S.; CANTILINO, A.; GONSALES, B.K.; BRAGUITTONI, E.; RENNÓ Jr. Transtornos psiquiátricos na gestação e no puerpério: classificação, diagnóstico e tratamento. **Rev. Psiq. Clín.** v.33, n.2, p.92-102, 2006.

FREITAS, F. **Rotinas em Obstetrícia**. 5. ed. Porto Alegre: Artimed, 2006.

GOLDENZWAIG, N.R.S.C. **Administração de Medicamentos na Enfermagem**. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

GUYTON, A.C.; HALL, J.E. **Fisiologia Humana e Mecanismos das Doenças**. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1971.

LINHARES, S.; GEWANDSZNAJDER, F.B. **Biologia**. São Paulo: Ática. 2005.

MAZZER, M.; SILVA, J.O. da. Causas e riscos de infecção urinária em gestantes. **Revista Multidisciplinar da Saúde**, n.4, p.62-70, 2010.

MERCK. **Manual Merck**. Seção 22 - Problemas de Saúde da Mulher. Capítulo 247 - Uso de Drogas durante a Gravidez. 2006.

MONTEIRO, M.P. (Coord.). **Informações para o uso de medicamentos na gravidez e lactação**. Fortaleza, 2008. Acesso em: 06 set. 2015. Disponível em: <http://www.gpuim.ufc.br/manuais/Manual_Aleitamento.pdf>

OGA, Z.; BASILE, A.C.; CARVALHO, M.F. **Guia Zanini – Oga de Interações Medicamentosas: Bases Teóricas De Interações**. São Paulo: Atheneu, 2002.

PASCOAL, I.F. Hipertensão e gravidez. **Rev Bras Hipertens**. v.9, p.256-261, 2002.

RADES, E.; BITTAR, R.E.; ZUGAIB, M. Determinantes diretos do parto prematuro eletivo e os resultados neonatais. **Rbgo**, v.26, n.8, p.655-662, 2004.

ROURA, L.C. **Parto Prematuro**. 12. ed. Madri: Médica Panamericana, 2004.

SILVA, E.L. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertações**. 3. ed., Florianópolis: Laboratório de ensino a distância da UFSC, 2001.

SOUZA, A.S.R.; AMORIM, M.M.R.; COSTA, A.A.R. Tratamento anti-hipertensivo na gravidez baseado em evidências. **Femina**, v.36, n.10, 2008.

TEDESCO, R.P. **Conduta expectante versus ativa com ocitocina na rotura prematura de membranas a termo**. 1997. 124f. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Curso de Pós-Graduação em Tocoginecologia, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997

YAMAGUCHI, E.T.; CARDOSO, M.M.S.C.; TORRES, M.L.A. Ocitocina em cesarianas: qual a melhor maneira de utilizá-la? **Rev. Bras. Anesthesiol**, v. 57, n.3, p. 324, 2007.

Dados para contato:

Autor: Andressa Córneo Gazola

E-mail: andressa@unibave.net

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO QUE PRÁTICA AUDITORIA HOSPITALAR EM UM HOSPITAL DE GRANDE PORTE DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA

Ciências da Saúde

Artigo Original

Maiara Wessling Ghizoni¹; Karla Pickler Vunha¹; Kelli Pazeto Della Giustina¹.

1. Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

Resumo: A auditoria tem como função avaliar a eficiência e a eficácia dos serviços. Para os serviços de saúde, a auditoria tem a finalidade de avaliar a qualidade da atenção, por meio da observação direta do registro e da história clínica do paciente. Na enfermagem, o profissional mais habilitado para realizar as atividades de auditoria é o enfermeiro por possuir conhecimentos técnico-científicos suficientes e conhecer as atividades desenvolvidas por sua equipe. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi identificar a atuação do enfermeiro que pratica a auditoria hospitalar em um hospital de grande porte da região Sul de Santa Catarina, a fim de oferecer conhecimentos acerca desta área. Para isso, foi conduzida uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, caracterizada por um estudo de caso. Foi aplicada uma entrevista semiestruturada e um roteiro de observação sistemática aos enfermeiros que praticam a auditoria em enfermagem na instituição. A análise de dados foi dividida em categorias de análise qualitativa, as quais contemplaram os dados da pesquisa em seus variados aspectos. Concluiu-se que as atividades que os enfermeiros participantes realizam na instituição são bastante relevantes no ambiente hospitalar, porém estão principalmente relacionadas aos benefícios econômicos e financeiros para a instituição, ainda que haja orientação à equipe de enfermagem e um simples enfoque na qualidade do atendimento prestado ao paciente.

Palavras-chave: Auditoria. Enfermagem. Atuação. Hospitalar.

THE ACTUATION OF NURSES THAT PRACTICE THE HOSPITAL AUDIT IN A LARGE HOSPITAL LOCALIZED IN SOUTH OF SANTA CATARINA

Abstract: The audit function main is assess the efficiency and effectiveness of the services. For the health services, the audit has the purpose to assess the attention quality, through the direct observation and the patient clinical history. In nursing, the more capacitive professional to execute this activity of audit is the nurse by have the technical-scientific knowledge enough and know the current process from your team. On this way, the traced target was to identify the actuation of nurses that practice the hospital audit in a large hospital localized in south of Santa Catarina. In order to offer the knowledge around this health area and to reach the proposed, was conducted an exploratory search of the qualitative approach, characterized by a case study and was

also applied a semi-structured interview and an itinerary of systematic observation for the nurses that practise this audit in nursing at hospital. The data analysis were divided in categories of qualitative analyse, that covered all metadata of the search in your sundry aspects. Concluded that, this activities which nurses participants execute in the institution are such relevant in the hospital environment, however this kind of job are commonly associated with financial and economic benefits and letting a simple value for the care quality to the patient.

Keywords: Audit. Nursing. Actuation. Hospital.

Introdução

O presente trabalho foi destinado para estudo e pesquisa, como requisito e exigência à conclusão do curso de Graduação em Enfermagem, no ano de 2014. A pesquisa teve enfoque na atuação do profissional enfermeiro que pratica auditoria hospitalar em um hospital de grande porte da região sul de Santa Catarina (SC).

A auditoria é considerada uma especialização da contabilidade, de acordo com Remor (2008), sendo que pode ser utilizada por diversos profissionais, tendo como principal função avaliar a eficiência e a eficácia dos serviços. Franco e Marra (2001) destacam ainda que com a auditoria verifica-se se determinada situação está de acordo com os princípios estabelecidos, quanto a seu correto funcionamento, respeitando o que é justo, legal e ético.

Existem divergências para se definirem em que época a prática da auditoria teve início, haja vista que desde os tempos mais remotos, os imperadores romanos nomeavam funcionários para supervisionar ações financeiras e administrativas, prestando-lhes contas posteriormente (RIOLINO; KLIUKAS, 2003). Com a Revolução Industrial é que a prática da auditoria se concretizou, principalmente com a implantação de empresas estrangeiras no Brasil (GOMES; ARAUJO; BARBOSA, 2009).

Os estabelecimentos de saúde estão se preocupando cada vez mais em se manter no mercado de trabalho devido à crescente competitividade. Desta forma, querem se destacar na excelência do atendimento ao paciente e, da mesma maneira, receber o que se faz justo pelos seus serviços. Sejam enfermeiros, administradores, médicos, dentistas ou outros profissionais da saúde, o objetivo do trabalho de auditor em saúde pode se resumir em associar baixos custos ao atendimento de qualidade ao seu cliente (MOTTA, 2003).

O objetivo geral da presente pesquisa é identificar a atuação do enfermeiro que pratica auditoria hospitalar no referido local de estudo, a fim de contribuir com informações acerca desta área ainda pouco explorada pelos profissionais enfermeiros e acadêmicos de enfermagem. Com base no objetivo geral, pautaram-se os seguintes objetivos específicos: descrever as funções do enfermeiro que pratica a auditoria hospitalar; caracterizar a visão do enfermeiro que pratica auditoria hospitalar a respeito de sua atividade; descrever os instrumentos e métodos de trabalho do enfermeiro que pratica a auditoria hospitalar; verificar a importância do trabalho do enfermeiro que pratica auditoria hospitalar; e analisar a avaliação do enfermeiro que pratica auditoria hospitalar a cerca do conhecimento de auditoria obtido na graduação de enfermagem.

Com base na pesquisa realizada por Camelo et al. (2009) é o enfermeiro o profissional habilitado para exercer a função de auditor na equipe de enfermagem, porém necessita aprimorar seus conhecimentos em sua formação. Logo, subentende-se que o presente trabalho é de grande relevância para nortear os conhecimentos acerca desta área inovadora na enfermagem.

Segundo a pesquisa de Motta (2003), apesar do desenvolvimento da auditoria em enfermagem, ainda perduram muitas dúvidas que precisam ser esclarecidas e pesquisadas. Pode-se contar com órgãos competentes que determinam a legislação da profissão e também com a comunicação e trocas de experiências entre os profissionais desta e das demais áreas, comprometidas com o aprimoramento deste trabalho e demais interessados.

De acordo com a revisão de literatura construída por Pereira, Miranda e Costa (2012), é escasso o material literário acerca do tema auditoria em enfermagem. Logo, estes autores reforçam a necessidade de outros estudos que permitam delinear as questões referentes à formação acadêmica.

Logo a justificativa da pesquisa se dá pelo escasso material literário existente a cerca do tema, pelo avanço da inserção do enfermeiro no ramo da auditoria para aprimoramento de conhecimentos e pela importância do enfermeiro auditor no ambiente hospitalar.

Auditoria

Há dificuldade em se definir a data em que foi procedido o primeiro trabalho de auditoria mundialmente. Para Riolino e Kliukas (2003), toda pessoa que verificava a legitimidade de algum fato econômico e financeiro, prestando contas a um superior seria considerado auditor. Conforme descrito no estudo de Gomes, Araújo e Barboza (2009), a auditoria teve início na Inglaterra devido ao fato de o país ser dominador dos mares e controlar o comércio mundial, sendo pioneiro em criar a taxaço do imposto de renda, baseando-se nos lucros das empresas.

A auditoria, conforme conceito do Manual de Normas de Auditoria, refere-se ao exame sistemático das informações obtidas por meio do processo de observação, medição, ensaio, entre outras técnicas para se verificar os requisitos preconizados por leis e normas vigentes, verificando se as ações e seus resultados estão de acordo com o planejado (BRASIL, 1998).

Franco e Marra (2001) destacam ainda que a auditoria mensura a adequação e confiabilidade dos registros, obedecendo a normas apropriadas de procedimentos aplicados de maneira uniforme, a fim de verificar a adequação da situação demonstrada.

Percebe-se que os princípios da auditoria historicamente foram pautados em aspectos contábeis, financeiros e gerenciais a fim de comprovar a adequação de cada situação, sendo realizada por qualquer pessoa que se utilizava de meios confiáveis para examinar sistematicamente as informações obtidas. Na área da saúde, a essência deste significado da auditoria prevalece, sendo que é atrelada aos direitos e deveres dos usuários e das instituições prestadoras de serviços de saúde.

Auditoria em Saúde

O conceito de qualidade acompanha a evolução do homem durante toda a sua história, estando associado ao progresso político, econômico e cultural de cada época. Independente da área de atuação, este conceito está atrelado também à função gerencial em cada instituição prestadora de serviços, não sendo diferente na área da saúde (ROSA; SANTOS, 2013). Lambeck, em 1956, definiu auditoria para os serviços de saúde, como a avaliação da qualidade da atenção, por meio da observação direta no registro e na história clínica do usuário (CALEMAN; MOREIRA; SANCHEZ, 1998).

Há indícios de que a auditoria em saúde tenha iniciado em 1918 com o médico George Gray Ward, nos Estados Unidos, o qual verificou a qualidade da assistência prestada ao paciente por meio de registros em prontuários (KURCGANT, 1976 *apud* SCARPARO, 2007).

Para os serviços públicos de saúde as atividades de auditoria em saúde iniciaram antes de 1976, com base no então Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), sendo realizada pelos servidores públicos, por meio de apurações de prontuários de pacientes e em contas hospitalares. Em 1983, com a Autorização de Internação Hospitalar (AIH), reconheceu-se a profissão de médico auditor e a auditoria passou a ser realizada nos próprios ambientes hospitalares (BRASIL, 2014).

O Sistema Nacional de Auditoria em Saúde (SNA) foi instituído pelo art. 6.º da Lei n.º 8.689 de 27 de julho de 1993 (BRASIL, 1993) e regulamentado pelo Decreto n.º 1.651 de 28 de setembro de 1995 (BRASIL, 1995). Este órgão do Ministério da Saúde (MS) deverá monitorar as atividades de auditoria e subsidiar o processo de planejamento das ações em saúde, sua execução, gerência e técnica, assim como avaliar qualitativamente os resultados obtidos. Após a avaliação do processo, verifica-se a necessidade de melhoria ou de ações preventiva, corretiva e/ou saneadora (BRASIL, 1998).

Com o decorrer dos tempos, a auditoria vem se especializando cada vez mais na área da saúde, com destaque principalmente a auditoria médica e a de enfermagem.

Auditoria em Enfermagem

No setor saúde, a auditoria vem sendo direcionada como uma área do conhecimento que relaciona o monitoramento e a avaliação da qualidade assistencial, favorecendo, desse modo, o planejamento e a programação de insumos e recursos da empresa (SCARPARO, 2007).

A auditoria em enfermagem trata-se de uma avaliação sistemática da qualidade da assistência ao paciente por meio da análise de prontuários, acompanhamento do cliente *in loco* e verificação da compatibilidade entre o procedimento realizado e os itens cobrados mediante apresentação da conta hospitalar. É a garantia de um pagamento justo e cobrança adequada (MOTTA, 2003).

O processo de auditoria realizado por um enfermeiro especialista é muito relevante, haja vista que a equipe de enfermagem compreende um maior número de profissionais em um hospital e o enfermeiro auditor reconhece todas as atividades exercidas por esta classe, facilitando o trabalho. Para as operadoras de planos de saúde, hospitais públicos e privados, este trabalho se torna excelente, pois a qualidade dos serviços oferecidos a seus clientes são avaliados, a fim de melhorar a qualidade da assistência prestada e traçar um perfil para seus prestadores (PEREIRA; MIRANDA; COSTA, 2012).

De acordo com Marquis e Huston (2009), quanto aos métodos, a auditoria pode ser classificada em prospectiva, operacional e/ou retrospectiva. A auditoria prospectiva consiste no método prévio, com caráter preventivo, cuja finalidade é evitar problemas. A operacional, também denominada de concorrente, é realizada enquanto o cliente recebe a prestação de serviços. A auditoria retrospectiva é aquela executada após o cliente receber pelos serviços.

A auditoria em enfermagem consiste em uma avaliação sistemática da assistência de enfermagem prestada ao paciente verificada principalmente por meio do prontuário, por meio dos registros de enfermagem e demais informações neles contidas (KURCGANT, 1991, *apud* FONSECA et al., 2005).

A auditoria verifica os problemas apresentados com o preenchimento inadequado no prontuário e age na orientação à equipe de enfermagem quanto ao registro apropriado de todas as ações dos profissionais, embasando-se em princípios éticos e legais frente aos conselhos profissionais e à justiça (SETZ; D'INNOCENZO, 2009).

Ambiente Hospitalar

Nas instituições hospitalares, as habilidades e a formação da força de trabalho, a complexa estrutura que os compõe, a natureza dos serviços delicados e as patologias dos pacientes críticos os caracterizam efetivamente como de difícil gerenciamento e controle. Outros fatores externos também interferem na gerência dos hospitais, como a contenção de custos daqueles que financiam o sistema, a busca de atendimento de alta qualidade pelos consumidores, a competitividade de outros prestadores de serviços, entre outros (BITTAR, 1996).

A qualidade em saúde está relacionada à assistência prestada ao cliente, seus valores e custos. Logo, passou-se a incorporar tecnologia e profissionais capacitados no ambiente hospitalar, a fim de elevar a eficiência da qualidade profissional, no enfoque à preocupação em otimizar seus custos operacionais, avaliando a assistência prestada ao paciente (SCARPARO, 2007).

Assim, em termos de auditoria hospitalar, a complexidade desse ambiente de saúde e de seus referidos pacientes, exigem do enfermeiro que pratica auditoria, conhecimento técnico-científico e manejo condizentes com esta realidade, potencializando-se, ainda mais, com a complexidade dos procedimentos e exames realizados e que interferem diretamente na conta hospitalar a ser auditada.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa utilizou o método exploratório, com abordagem qualitativa, tendo como procedimento, um estudo de caso. Pode ainda ser classificada como exploratória por ter como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar ideias e conceitos. Tem em vista a elucidação de problemas ou hipóteses pesquisáveis para estudos futuros. Este tipo de estudo tem o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo de determinado fato, sendo realizado em especial quando o tema abordado é pouco explorado (GIL, 1999).

Nesta pesquisa, o método exploratório motivou uma aproximação de uma área pouco pesquisada, inclusive por ser relativamente recente no campo da enfermagem. Ao coletar dados acerca das funções, métodos e instrumentos do local de estudo, a pesquisa auxiliou no desvelamento de implicações da auditoria hospitalar em um contexto específico de pesquisa com enfermeiras.

Para confrontar e complementar as informações, o estudo de caso estimulou a aproximação com uma instituição de saúde, na qual a referida auditoria hospitalar é realizada, não objetivando assim, um olhar comparativo. De acordo com Rauen (2002), ocorre o estudo de caso quando se analisa algo que tem valor em si mesmo e que analisa profundamente, poucos objetos, a fim de permitir um amplo e detalhado conhecimento acerca dos mesmos.

No tratamento dos dados foi utilizada a abordagem qualitativa, a qual emprega diferentes concepções filosóficas, baseando-se em dados de texto e imagem, com passos singulares na análise de dados e que se vale de diferentes estratégias de

qualificação. É um meio para explorar e entender o significado que os indivíduos determinam a um problema social ou humano (CRESWELL, 2010).

O contexto da pesquisa ocorreu em um hospital de grande porte de um município do Sul do estado de SC. Trata-se de uma instituição filantrópica, de caráter privativo e utilidade pública, fundada há mais de 75 anos. É responsável por atender cerca de 40 municípios da região sul de SC, estimando uma população de 810 mil habitantes, com a maioria dos atendimentos realizada pelo SUS. A instituição é considerada referência em alta complexidade nas especialidades de Cardiologia, Ortopedia, Oncologia e Neurologia. Especificamente, a pesquisa foi realizada com o departamento de auditoria de enfermagem e os respectivos setores em que as enfermeiras praticam a auditoria hospitalar.

A população desta pesquisa foi composta por todas as enfermeiras, que praticam auditoria de enfermagem em um hospital de grande porte do Sul de SC, em um total de cinco participantes, sendo esta população escolhida propositalmente pela atividade de auditoria em enfermagem que pratica.

Assim, a pesquisa não possui uma amostra, pois os participantes da pesquisa foram escolhidos por critério de atividade e compõem a totalidade dos componentes do universo (MARCONI; LAKATOS, 2005).

Foram critérios de inclusão para a participação na pesquisa, as enfermeiras que praticam auditoria hospitalar, atuantes na instituição no momento de coleta de dados da pesquisa, e que aceitaram participar da mesma. Já os critérios de exclusão, foram as enfermeiras que não praticam auditoria hospitalar, as que não estavam atuando na instituição no momento de coleta de dados e/ou aquelas que não aceitaram participar da pesquisa. Apesar dos critérios de exclusão, todos os enfermeiros que praticam auditoria na instituição, preenchendo os critérios de inclusão, aceitaram participar da pesquisa.

Para a coleta de dados da pesquisa, foi realizada uma entrevista semiestruturada em forma de questionário, com perguntas de respostas abertas sendo questionados em relação à atividade de auditoria que desempenham, quais as funções, espaço que o mercado de trabalho oferece, importância do seu trabalho para a enfermagem, instituição e paciente, o que a empresa contratante espera do serviço de auditoria, quais os instrumentos e métodos de trabalho utilizados e quais os conhecimentos de auditoria obtidos na graduação em enfermagem. Também foi

efetuada a prática da observação, norteadas por um roteiro de observação sistemática, sendo observados os seguintes itens: auditoria *in loco*, orientação do enfermeiro para a equipe e instrumentos de trabalho.

Durante a pesquisa foi realizada uma observação sistemática, também chamada de estruturada, planejada ou controlada, na qual o pesquisador sabe o que procura e o que é importante em determinada situação (MARCONI; LAKATOS, 2010). Assim, a observação sistemática serviu para complementar informações a respeito da pesquisa, já que a mesma foi realizada de forma não participante (MARCONI, LAKATOS, 2005).

Ainda mais, tanto a entrevista quanto à observação sistemática foram realizadas em momentos que não alteraram a rotina das participantes e dos setores, sendo que ambas foram aplicadas apenas uma vez durante a pesquisa, sendo a ordem entrevista seguida de observação, no período de coleta de dados, ocorrido de 12/08/2014 a 21/10/2014.

De acordo com a Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), o projeto foi avaliado pelos Comitês de Ética em Pesquisa do UNIBAVE e da instituição hospitalar, sob pareceres n.ºs. CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética) 32346314.0.0000.5598 e 32346314.0.3001.5364, respectivamente. Os participantes do estudo receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que continha esclarecimentos sobre os procedimentos da pesquisa e o uso das informações obtidas.

O processo de coleta de dados foi iniciado após explanação e assinatura do TCLE, sendo que foram garantidos aos participantes, o esclarecimento dos objetivos da pesquisa e do processo de coleta de dados; a exclusão de riscos ou ônus financeiro; o sigilo, a privacidade e o total anonimato; a liberdade de participação ou não da pesquisa, bem como de desistência da mesma a qualquer momento, sem penalização ou prejuízo. Demais informações também foram esclarecidas, conforme detalhes no TCLE.

As pesquisadoras estiveram à disposição para qualquer esclarecimento relacionado à pesquisa, sendo que o armazenamento do TCLE será feito por um período superior ou equivalente há cinco anos.

Resultados e Discussão

A presente pesquisa utilizou para a análise de dados, categorias de análise, conceituadas por Gomes (2003) como um modo de estabelecer classificações. Os temas definidos para reflexão se desdobram em elementos de análise, como demonstrados e discutidos a seguir.

Dadas às questões éticas, para garantir o anonimato e a privacidade de cada participante, seus nomes foram substituídos por nomes fictícios, sendo *Gérbera, Amarílis, Margarida, Violeta e Rosa*.

Funções do Enfermeiro que pratica Auditoria em Enfermagem e sua Importância

Com a presente pesquisa pôde-se apontar que uma das funções das enfermeiras é auditar se os materiais, medicamentos, órteses e próteses que foram utilizados na assistência ao paciente estão elencados na sua conta hospitalar. Isto é realizado por meio dos registros no prontuário do paciente e da auditoria concorrente, denominada assim por ser realizada em tempo real, no próprio setor de internação [...] *avaliar a quantidade de materiais e medicamentos utilizados para o atendimento ao paciente, conforme prescrição e procedimentos [...] analisar lançamentos, valores e autorizações (AMARÍLIS)*.

De acordo com Pinto e Melo (2010), das atividades realizadas pelo enfermeiro auditor destacam-se: controlar as cobranças hospitalares, evitar desperdícios, reduzir custos e garantir que todos os serviços prestados sejam efetivamente cobrados. Da mesma maneira, Scarparo e Ferraz (2008) confirmam que a auditoria em enfermagem tem enfoque na visão contábil e financeira, como ato de controladoria, visando identificar pagamentos indevidos relacionados à conta hospitalar.

O acima descrito relaciona-se à presente pesquisa, pois ao se questionar os enfermeiros sobre o que a empresa que contrata os serviços de auditoria em enfermagem espera destes profissionais, as respostas foram direcionadas principalmente a visão contábil e financeira: [...] *Resultados positivos relacionados a identificar o aumento do valor da conta, recursos, evitar desperdícios [...] aceitar o mínimo de glosas dos convênios (VIOLETA)*.

Outro aspecto identificado é que o processo de auditoria em enfermagem é capaz de fiscalizar, analisar e relatar informações aos gestores e equipe multidisciplinar, a fim de ajustar possíveis inconsistências encontradas. É através

deste processo que é possível estabelecer ações e alternativas capazes de atingir os objetivos determinados pelos gestores: [...] *Ajuste, na casa, dos processos que levarão a cobrança final da conta* (AMARÍLIS). Os autores Silva e Santo (2013), destacam que realmente o processo de auditoria para os hospitais auxilia os gestores na detecção de possíveis erros, contribuindo para o alcance de resultados, prevenindo e corrigindo falhas e fornecendo elementos para uma melhoria contínua.

Observou-se que, na instituição pesquisada, é executada a orientação da equipe de enfermagem e secretárias *in loco*, de acordo com a necessidade, sendo efetuada sempre que observado erros e falhas ou quando ocorre alteração em alguma rotina. A educação continuada é fator importante no cotidiano da equipe de enfermagem para crescimento profissional e aperfeiçoamento, dinâmico ou dialógico, podendo ser realizada de forma individual ou coletiva, construindo relações de integração entre a equipe e ajustando os erros do processo (LUZ; MARTINS; DYNEWICZ, 2007) [...] *orientar os profissionais da enfermagem, médicos, ter boa comunicação, bom entrosamento com a equipe* (VIOLETA).

O registro de enfermagem é fator importante para o alcance das exigências das operadoras de planos de saúde que estabelecem normativas para o pagamento das contas, fundamentando-se principalmente nos registros do prontuário (LUZ; MARTINS; DYNEWICZ, 2007). De acordo com o estudo de Rodrigues, Perroca e Jericó (2004), é possível rever 87,7% do custo total glosado pelos planos de saúde, através das anotações de enfermagem. Observa-se a importância do enfermeiro auditor na participação do preenchimento do prontuário pela equipe de enfermagem, na seguinte fala: [...] *Quando se está na assistência ao paciente, o objetivo é salvar vidas, não se tem preocupação com o burocrático e o papel do enfermeiro auditor é este, fazer com que tudo que foi prestado/executado esteja no papel também* (ROSA).

Segundo Rodrigues, Perroca, Jericó (2004), anotação de enfermagem é um dos principais instrumentos de apoio para a análise das contas hospitalares, sendo que a auditoria em enfermagem atrelada à equipe assistencial garante que o prontuário esteja o mais completo possível. Os autores Blank, Sanches e Leopardi (2013) alertam que os enfermeiros assistenciais pouco sabem sobre questões administrativas específicas como custos.

Após a glosa realizada pela operadora de plano de saúde, a auditoria deve realizar o recurso de glosa. Neste momento, o enfermeiro deve se cercar de bons

argumentos, ter boa comunicação, conhecer os contratos e regras estabelecidos entre contratante e empresa contratada e conhecer os procedimentos e técnicas de enfermagem, para melhor embasamento e contraproposta. Motta (2003) cita em sua obra o perfil do enfermeiro auditor, sendo que o mesmo deve trabalhar tendo ética, conhecimento técnico-científico, capacidade de persuasão, disciplina, humildade para reconhecer erros, agir como educador e ser tolerante.

Os fatores que mais influenciam para que ocorra a glosa pelas operadoras de planos de saúde é a falta de checagem na prescrição médica e ausência de evolução/anotação de enfermagem. Rodrigues, Perroca e Jericó (2004), afirmam que a maioria das glosas hospitalares é referente a não evolução de enfermagem no prontuário e a ausência da checagem de horários nas prescrições.

O estudo de Blank, Sanches e Leopardi (2013) demonstra a predominância da auditoria retrospectiva no ambiente hospitalar, sendo também realizada a concorrente. Na instituição pesquisada iniciou-se a auditoria concorrente recentemente e se evidenciam benefícios como a facilidade em se avaliar as práticas de enfermagem no momento da assistência ao paciente. Nota-se com esta nova prática uma tendência de mudança, valorizando mais a qualidade da assistência ou do produto prestado ao paciente: [...] *Analisar se a prestação de serviços e os materiais utilizados no paciente são de boa qualidade* (AMARÍLIS). A auditoria concorrente também é importante por agilizar o processo de auditoria da conta hospitalar e aproximar a equipe de auditoria da equipe assistencial multiprofissional.

É importante ressaltar a responsabilidade legal e os preceitos éticos do perfil do enfermeiro auditor, garantindo que o paciente pague somente pelos serviços que lhe foram prestados e que a instituição receba devidamente pelos serviços oferecidos. Para isso, Motta (2003) diz que é importante conhecer as leis do exercício profissional e verificar com clareza e lisura se a quantidade de materiais e medicamentos cobrados é compatível com os dias de internação, diagnóstico do paciente e procedimentos realizados.

Na prática observou-se que o enfoque à garantia da qualidade a assistência ao paciente na profissão da auditoria em enfermagem existe, porém é superficial. São realizadas atividades como verificação da prescrição médica, do aprazamento, da checagem e da anotação de enfermagem, e caso algum item esteja incompleto ou ausente, a equipe multiprofissional é abordada, questionando o motivo pelo qual não

estão sendo realizadas as práticas assistenciais. Nota-se a preocupação pela assistência ao paciente, porém não são realizados visita e acompanhamento dos serviços assistenciais, sendo estas ações que poderiam contribuir na auditoria da qualidade da assistência.

As enfermeiras auditorias são responsáveis por coordenar uma equipe de cinco secretárias, sendo estas divididas por setores: Pronto Socorro, Setor de Internação I, Setor de Internação II, Unidade de Terapia Intensiva e Centro Cirúrgico. Nos outros setores existem secretárias, porém a coordenação é de responsabilidade do setor de faturamento.

Mercado de Trabalho

A presente pesquisa permite afirmar que o mercado de trabalho necessita de profissionais enfermeiros capacitados para realizar a auditoria em enfermagem, haja vista que sua tendência é de crescimento: [...] *Com certeza é uma profissão inovadora, que os gestores estão aderindo [...] com certeza a tendência é crescer (AMARÍLIS).*

Por meio da presente pesquisa, pode-se notar que o enfermeiro está se conscientizando da importância da área de auditoria para os serviços de saúde e da abertura desta área como campo de trabalho para o profissional enfermeiro, haja vista a procura pela especialização nas instituições de ensino: [...] *Na época da primeira pós somente oito pessoas fizeram, isto em 2011, hoje quando abre uma pós de auditoria a turma é de 40 alunos (GÉRBERA).*

Silva e Santos (2013) destacam que é importante que os gestores implantem a auditoria no sistema hospitalar para mudar a opinião dos focos de resistência, sendo que este tipo de planejamento proporcionará à organização o aumento da eficiência e eficácia dos serviços, com ênfase no acréscimo da competitividade que a empresa agregará para enfrentar o dinâmico mercado do mundo capitalista e globalizado.

Os resultados da pesquisa se confirmam com o demonstrado por Riolino e Kliukas (2003) sendo a auditoria em enfermagem, um ramo novo e que apresenta grande inserção no mercado de trabalho, tanto para as atividades relacionadas à área contábil e financeira, quanto as voltadas à qualidade dos serviços de enfermagem.

Instrumentos e Métodos de Trabalho

Quando observado e questionado às enfermeiras auditoras sobre os métodos de trabalho que utilizam, todas afirmaram ser necessário conhecer os contratos firmados entre operadora de planos de saúde e hospitais para se ter uma auditoria efetiva. Outros itens também citados e observados foram às tabelas de códigos de procedimentos, materiais e medicamentos específicos de cada operadora, tabelas de taxas de cobrança, tabelas de diluição de medicamentos, sistema operacional padrão hospitalar (Tasy®), prontuário do paciente, protocolos de auditoria próprios da instituição e da operadora de planos de saúde, normas e rotinas da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), escalas de divisão de tarefas do setor, prazos de tarefas conforme cronograma estabelecido por cada operadora de plano de saúde e faturamento, formulário de recurso de glosa, relatórios de contas auditadas com observação de erros e ajustes, lembretes nos prontuários para sinalização de pendências e erros à equipe de enfermagem.

Motta (2003) sinaliza em sua obra que entre as ferramentas utilizadas para a análise das contas hospitalares destacam-se a Tabela da Associação Médica Brasileira (AMB), contratos e tabelas hospitalares, protocolos, custos hospitalares, revista Simpro®, revista Brasíndice®, resoluções do Conselho Regional de Enfermagem (COREN), COFEN, Conselho Federal de Medicina (CRM), bem como tabelas próprias.

A mesma autora destaca que conhecer os contratos firmados entre operadora de plano de saúde e o hospital é elementar para o enfermeiro auditor, assim como analisá-lo e gerar meios de regularização, para que a instituição possa ser beneficiada (MOTTA, 2003).

Enfermagem e Experiência Profissional

De acordo com Camelo et al., (2009), sabendo que os cursos de graduação em enfermagem passam por constante reformas curriculares, é de extrema relevância que os conhecimentos acerca da auditoria de enfermagem e em saúde sejam introduzidos na graduação para que os enfermeiros recém formados estejam preparados para o mercado de trabalho, desempenhando a função de enfermeiro auditor. Pereira, Miranda e Costa (2012), também afirmam que as habilidades para executar a auditoria em enfermagem devem ser introduzidas na formação acadêmica,

devido à crescente demanda dos hospitais em contratar enfermeiros para desempenhar a função de enfermeiro auditor.

Das cinco enfermeiras da amostra, apenas uma respondeu ter tido conhecimentos na graduação de enfermagem relacionados à auditoria em saúde. As demais enfermeiras, responderam ter visto os conceitos de auditoria superficialmente, [...] *Eu não tive nada específico de auditoria de enfermagem na graduação. Ouvei dizer no meu serviço, quando técnica de enfermagem que a auditoria controlava tudo que era utilizado, servia para economizar* (GÉRBERA).

Pereira, Miranda e Costa (2012) confirmam em seu estudo que a área é pouco divulgada na graduação em enfermagem, apresentando escassez de qualificação, podendo ser obtida somente com cursos de pós-graduação.

Os autores Camelo et al., (2009), destacam que o ramo da auditoria deve ser mais explorado pelos enfermeiros em geral, os quais poderão se destacar no mercado de trabalho.

Considerações Finais

A pesquisa permitiu, por meio da metodologia aplicada, mais especificamente pelo questionário e o formulário de observação sistemática, detalhar itens importantes que resultaram no alcance dos objetivos predeterminados.

De modo geral, sabe-se que para todas as áreas profissionais, a atualização profissional de conhecimentos científicos e tecnológicos se torna indispensável para o destaque das atividades laborais praticadas. Para o enfermeiro auditor não é diferente, pois este deve conhecer e identificar todos os aspectos do ambiente em que está inserido e ter embasamento suficiente para saber o quê e como auditar, com segurança e ética.

Nota-se, na instituição pesquisada, que a atuação da auditoria em enfermagem é de forma retrospectiva e concorrente, sendo que a última vem sendo trabalhada há poucos meses e já estão surtindo efeitos positivos, por aproximar as enfermeiras da auditoria em enfermagem com a equipe que pratica os cuidados de enfermagem. Outro fator importante da auditoria concorrente é a agilidade com que os acertos e a auditoria da conta hospitalar podem ser realizados.

Verifica-se intensa agregação dos serviços de auditoria em enfermagem ao controle financeiro e contábil dos serviços de saúde, sendo, muitas vezes, um dos

objetivos propostos pela instituição, no momento da contratação. Na instituição pesquisada também se expressa esse caráter contábil e financeiro por meio das respostas das enfermeiras, correspondendo talvez, ao que deu origem à auditoria em si; porém, contradizendo, talvez, a enfermagem na sua essência – o cuidado.

Porém nota-se que as enfermeiras da pesquisa possuem ciência da necessidade de realizar a auditoria para garantir a qualidade dos serviços de enfermagem, mesmo com superficial atuação e interferência nesta área.

Outro aspecto importante é a função educativa e gerencial do enfermeiro auditor. Ao orientar a equipe de enfermagem sobre a abrangência do prontuário do paciente, principalmente quanto a seu preenchimento do prontuário, assim como a coordenação de uma equipe de secretárias. Sobre o aspecto gerencial, o enfermeiro é capaz de detectar erros em todo o processo que envolve o atendimento ao cliente a fim de subsidiar soluções e prevenir erros, transformando a auditoria, em um importante instrumento de gestão.

Não se pode esquecer que esta pesquisa é caracterizada por um estudo de caso, com uma população composta por cinco enfermeiras que praticam a auditoria em enfermagem. Devem-se levar em consideração outros ambientes de trabalho do enfermeiro auditor e quais os objetivos traçados pela empresa que os contrata, podendo caracterizar diferentes perfis do enfermeiro auditor àquela atividade, de acordo com a expectativa da instituição.

Porém valoriza-se que boa parte das respostas encontradas, são coerentes e predominantemente corroboram com outras pesquisas e literaturas aplicadas à auditoria em enfermagem, levantadas na pesquisa.

De acordo com o tema pesquisado, percebe-se que, para o enfermeiro se destacar, deve trabalhar com honestidade, ponderação e bom senso, não se utilizando de julgamentos prévios ou desconhecimento dos reais fatos, sempre discutindo com a equipe de saúde e aprendendo diariamente.

Em crescente ênfase da área da auditoria de enfermagem no mercado de trabalho, certifica-se da necessidade de introduzir conhecimentos mais específicos da temática pesquisada, na grade curricular, a fim de nortear o acadêmico de enfermagem sobre a função do enfermeiro auditor, a importância de suas atividades e o que o mercado de trabalho em geral espera destes profissionais, quais as tendências deste ramo da enfermagem.

A pesquisa proporcionou um grande enriquecimento técnico-científico e uma vasta aquisição de conhecimentos e informações sobre o assunto.

A respeito do próprio tema da pesquisa, deixam-se três sugestões principais, verificadas, inclusive, como possibilidade de continuidade deste estudo: estender o exercício da auditoria de enfermagem para todos os convênios de atendimento hospitalar; ampliação da pesquisa para outros estabelecimentos de saúde que realizam a auditoria de enfermagem, como operadoras de planos de saúde, clínicas, laboratórios, e controle e avaliação do SUS; e, destacar na função do enfermeiro auditor, a essência da enfermagem enquanto cuidado, como exercício efetivo junto aos aspectos financeiros e contábeis.

Mantendo-se nas propostas e sugestões, tomamos a liberdade de enaltecer a importância da auditoria em saúde, como conteúdo essencial no processo de formação do enfermeiro, tomando a liberdade de sugerir maiores aproximação dos acadêmicos com a área.

Os resultados encontrados com a coleta de dados fizeram com que se confirmasse a certeza da seriedade do tema escolhido, pois esse assunto necessita de muitos estudos e descobertas, para aprimoramento do conhecimento sobre as funções, importância, mercado de trabalho, tendências e outros aspectos gerais da atuação do enfermeiro auditor.

Referências

BITTAR, Olimpio J. Nogueira V. Produtividade em hospitais de acordo com alguns indicadores hospitalares. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 53-60, fev. 1996.

BLANK, Cintya Yara; SANCHES, Elizabeth Navas; LEOPARDI, Maria Tereza. A prática do enfermeiro auditor hospitalar na região do Vale do Itajaí. **Rev. Eletrônica de Enfermagem**, v. 15, n. 1, p. 233/242, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ree.v15i1.15082>> Acesso em: 31 out. 2014.

BRASIL. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012. **Conselho Nacional de Saúde** Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 12 dez. 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em 06 set. 2014.

_____. **História de Auditoria em Saúde**. 2014. Disponível em: <<http://sna.saude.gov.br/historia.cfm>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

_____. Lei n.º 8.689, de 27 de julho de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências**. Brasília, 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8689.htm>. Acesso em: 02 nov. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria. **Manual de Normas de Auditoria**. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

_____. Decreto-lei nº 1.651, de 17 julho de 1995. **Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único da Saúde**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/17_Decreto_1651.pdf> . Acesso em: 02 nov. 2014.

CALEMAN, G.; MOREIRA, M. L.; SANCHEZ, M. C. **Auditoria, controle e programação de serviços de saúde**. v. 5. São Paulo: Fundação Peirópolis, 1998.

CAMELO, Sílvia Helena Henriques; PINHEIRO, Aline; CAMPOS, Domitila; OLIVEIRA, Tatiana Lentzde; Auditoria de Enfermagem e a Qualidade da Assistência em Saúde: Uma Revisão de Literatura. **Rev. Eletrônica de Enfermagem** [Internet], v. 4, n. 11, p. 1018-1025, dez. 2009. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/fen_revista/v11/n4/pdf/v11n4a28.pdf>. Acesso em 08 mai. 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FONSECA, Ariadne da Silva; YAMANAKA, Nilsa Mara Arruda; BARISON, Tania Heloísa A. da Silva; LUZ, Sueli de Fátima. Auditoria e o uso de indicadores assistenciais: uma relação mais que necessárias para a gestão assistencial na atividade hospitalar. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 29, n.º 2, p. 161-169, abr. 2005.

FRANCO, Hilario; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A.,1999.

GOMES, Elaine Dias; ARAÚJO, Ademilson de Oliveira de; BARBOSA, Reginaldo José. Auditoria: Alguns Aspectos a Respeito de sua Origem. **Rev. Eletrônica de Ciências Contábeis** [Internet], v. 7, n. 13, p. 1-5, maio 2009. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/xza6N0w4fqVM1H2_2013-4-24-11-13-58.pdf>. Acesso em 08 mai. 2014.

GOMES, Romeu. **A análise de dados em pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 67-80.

LUZ, Alessandra da; MARTINS, Andreia Pereira; DYNEWICZ, Ana Maria. Características das anotações de enfermagem encontradas em auditoria. **Rev. Eletrônica de Enfermagem** [Internet], v. 9, n.2, p. 344-361, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n2/v9n2a05.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUIS, Bessie L.; HUSTON, Carol J. **Administração e Liderança em Enfermagem: Teoria e Prática**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MOTTA, Ana Letícia Carnevalli. **Auditoria de Enfermagem nos Hospitais e Seguradoras de Saúde**. São Paulo: Iátria, 2003.

PEREIRA, Samira Auxiliadora; MIRANDA, Núbia Rodrigues Ramos; COSTA, Regiane Ferreira. Auditoria em Enfermagem e suas Interfaces com o Cuidado: Uma Revisão de Literatura. **Rev. Interdisciplinar da PUC Minas do Barreiro**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 286-306, ago. 2012.

PINTO, Karina Araújo; MELO, Cristina Maria Meira de. A prática da enfermeira em auditoria em saúde. **Revista Esc. Enferm. USP** 2010; 44(3): 671-8. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n3/17.pdf>. Acesso em 20 set. 2014.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de Investigação Científica**. Tubarão: Ed. Unisul, 2002.

REMOR, Lourdes de Costa. Auditoria do SUS em Santa Catarina. **Rev. Saúde Pública Santa Catarina**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 71-83, jan. 2008.

RIOLINO, Angelina Nagy; KLIUKAS, Gabriela Brunetti Vellego. Relato de experiência de enfermeiras no campo de auditoria de prontuário – uma ação inovadora –. **Rev. Nursing**, v.65, n.6, p. 35-38, out. 2003. Disponível em: <[http://www.institutounipac.com.br/aulas/2013/1/UBEFM08N1/001729/013/2\[1\].pdf](http://www.institutounipac.com.br/aulas/2013/1/UBEFM08N1/001729/013/2[1].pdf)> Acesso em 1 nov. 2014.

RODRIGUES, Vanessa A.; PERROCA, Marcia G.; JERICÓ, Marli C. Glosas Hospitalares: Importância das Anotações de Enfermagem. **Arquivo Ciência Saúde**, São José do Rio Preto, v. 4, n. 11, p. 210-214, out. 2004.

ROSA, Chennyfer Dobbins Paes da; SANTOS, Marinaldo Pereira. **Auditoria de contas hospitalares: análise dos principais motivos de glosas em uma instituição privada**. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 16, 2013. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2013. p. 1-14.

SCARPARO, Ariane Fazzolo. **Auditoria de Enfermagem: Identificando sua Concepção e Métodos**. 2007. 127p. Dissertação para obtenção do título de Mestre

em Enfermagem – Programa de Pós Graduação em Enfermagem Fundamental da Escola de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2007.

SCARPARO, Ariane Fazzolo; FERRAZ, Clarice aparecida. Auditoria em enfermagem: identificando sua concepção e métodos. **Rev. Brasileira de Enfermagem**, v. 61, n.3, p. 302-305, maio 2008.

SETZ, Vanessa Grespan; D'INNOCENZO, Maria. Avaliação da qualidade dos registros de enfermagem no prontuário por meio da auditoria. **Acta Paul Enferm.**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 313-317, fev. 2009.

SILVA, Agneta Torres da; SANTO, Eniel do Espírito. A auditoria como ferramenta para a excelência da gestão hospitalar. **Rev. Saúde e Desenvolvimento**, v.3, n.2, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.grupouninter.com.br/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/57>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

Dados para contato:

Autor: Kelli Pazeto Della Giustina

E-mail: kellipdg@gmail.com

**MUSICALIZANDO O TRABALHO: SENTIDOS SUBJETIVOS CONSTRUÍDOS POR
MÚSICOS SOBRE SUA ATIVIDADE LABORAL****Ciências da Saúde**

Artigo original

**Jessica Kucera¹; Adalberto Alves de Castro¹; Ana Paula Bazzo¹; Lorena
Paratella Zuppo¹; Adriana Zomer de Moraes¹****1. Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE**

Resumo: O fenômeno *trabalho* é indissociável da evolução do ser humano na natureza, os processos produtivos narram a própria história da humanidade e se confundem com o futuro desta, nas relações de trabalho os homens e mulheres se realizam e se produzem. Aventurando-se no controverso universo das artes, o estudo buscou conhecer o trabalho do músico de *Rock* e as nuances de sua atividade profissional, uma vez constatada a importância da música nos processos humanos de socialização e expressão. Na direção da compreensão deste fenômeno, o estudo foi norteado pelo método exploratório, com abordagem qualitativa por meio de uma entrevista semiestruturada. O que permitiu constatar que o trabalho do músico é carregado de questões disciplinares e relações de poder, acompanhados de uma forte relação afetiva do músico com seu trabalho, possivelmente decorrente da relação arte/estética/criação, o que parece transcender as condições de trabalho e a precarização do mesmo.

Palavras-chave: Músico. Trabalho. Sentidos do Trabalho.

**MUSIC AND WORK: SENSES SUBJECTIVE BUILT FOR MUSICIANS ON YOUR
LABOR ACTIVITY**

Abstract: The work phenomenon is inseparable from the evolution of man in nature, processes narrate the history of humanity itself and merge with the future of this, the working relationships men and women perform and produce. Venturing in the controversial world of arts, the study sought to know the Rock musician of work and the nuances of their professional activity, as evidenced the importance of music in human processes of socialization and expression. Towards the understanding of this phenomenon, the study was guided by exploratory method with a qualitative approach through a semi-structured interview. What helped to confirm that the musician's job is laden with disciplinary issues and power relations, accompanied by a strong emotional relationship of the musician with his work, possibly due to the relationship between

art/aesthetic/creation, which seems to transcend working conditions and the precariousness of it.

Keywords: Musician. Work. Senses of Labor.

Introdução

Desde a antiguidade a compreensão sobre o que é arte já intrigava a humanidade, prova disto são as várias definições que o termo já possuiu ao longo do tempo, ora orientada por preceitos históricos e ritualísticos, ora por conceitos estéticos e culturais, ligadas a movimentos, escolas, estilos e momentos históricos distintos. Uma vez trabalhando na vertente sócio cultural, a concepção de Vigotski acaba por se tornar pertinente à compreensão de arte que se busca neste estudo. Para o autor, arte é uma: “[...] *produção humana, situada social e historicamente, e atua como sistema simbólico elaborado pelo artista com o intuito de possibilitar ao seu público a catarse*¹” (VIGOTSKY, 1970/1990 apud HINKEL & MAHEIRIE 2007, p. 91).

Como manifestação estética e que possui um grande potencial significativo, a arte é construída a partir de percepções, emoções e ideias de seus criadores, atuando como possibilidade de transformação de realidade dos envolvidos, tanto criadores quanto observadores. Segundo Fabiano (2003 apud ASSIS & MACEDO, 2010), arte é resultado do intercâmbio entre sujeito e objeto, exigindo também um diálogo do sujeito com o seu outro, processo pelo qual é possível simbolizar o mundo, ou seja, torna-se linguagem. Para Vygotski, a linguagem é um processo que

[...] constrói o sujeito, de forma que pensamento e linguagem refletem a realidade de uma forma diferente e se constituem na chave para compreender a consciência humana. As palavras desempenham um papel central no desenvolvimento do pensamento e também na evolução histórica da consciência. (VYGOTSKI, 1934-1992, p.190 apud MAHEIRIE et al. 2008, p.190).

Uma forma de arte que por excelência possui a capacidade intrínseca de sintetizar e expressar o mundo externo, interno e relacional dos sujeitos é a música, que, justamente pelo seu poder de criar e transformar emoções, torna-se uma modalidade expressiva simbólica da humanidade.

[...] a música é uma forma de expressão dos sujeitos, ao mesmo tempo, singular e coletiva, tendo de ser compreendida para além de seu fenômeno sonoro, pois é uma linguagem afetivo-reflexiva que

envolve um processo de reflexão que só é possível por meio da afetividade, sendo que a afetividade² em relação à música se faz possível devido a determinado processo reflexivo. A música é, então, um campo aberto de possibilidades de identificação que passa não somente pelo reflexivo, mas pelo afetivo. O significado da música pode ser tanto singular quanto coletivo, produto de um contexto sócio-cultural interiorizado pelos sujeitos, por meio dos processos de subjetivação/objetivação. (MAHEIRIE, 2010, p. 361)

Neste sentido, a música é possibilidade de construção e expressão da subjetividade dos artistas, nas mais diversas esferas (afetivas, psicológicas e intelectuais), assim como acaba sendo mediador no processo de identificação para os ouvintes, que num movimento dialético promove reflexões e mudanças internas, além de possuir papel de destaque em muitas das revoluções sociais e culturais.

Fundamentação teórica

O trabalho do músico

Para compreender o que é músico, utilizar-se-á a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO – atualização 2012), cuja definição compreende como músicos: pessoas que tocam instrumentos musicais – sopro, corda ou percussão, inclusos aqui os cantores - que imprimem interpretação pessoal à obra ou de acordo com as instruções de um regente, apresentando-se em público, individualmente ou em grupo, a fim de divertir espectadores e incentivar a cultura musical. Desta forma, músico é aquele que cria melodias e ritmos, compõe letras ou mesmo interpreta musicalmente sua arte.

Esta é uma profissão que voltada ao divertimento do público requer, muitas vezes, rotinas alternativas, horários incomuns e um envolvimento social diferenciado, tal comportamento acaba por gerar uma série de significações pejorativas da parte do senso comum sobre o trabalho do músico, repercutindo no cenário musical. Tornou-se comum pensar músicos como pessoas com tendências a apresentar comportamentos *selvagens*, *incomuns*, *chocantes*, associando sua imagem ao uso de

² Segundo Maheirie (2001) a afetividade engloba as relações humanas espontâneas, perceptivas, imaginativas ou reflexivas, contemplando sentimentos e emoções como formas da consciência se voltar ao objeto.

álcool e drogas, ou mesmo apontando-os como *desocupados*, que *vivem a boa vida, dormindo o dia todo* ou *vivendo de noitadas*, o que acaba perpetuando a visão estereotipada e negativa da ocupação, tal como a concepção de que arte não é trabalho. Porém, nem só de estereótipos negativos é composta uma carreira musical, ao passo que também são considerados *ídolos*, vistos como *estrelas inalcançáveis*, ou como pessoas *brilhantes* por suas composições/interpretações, vinculando sua imagem ao prazer e a juventude sem faixa etária delimitada. Positivos ou negativos os estereótipos e preconceitos acabam por interferir na visão dos próprios músicos sobre seu trabalho. (ELIAS, 1995 apud SIMOES, 2001; MAHEIRIE, 2010; ASSIS & MACEDO, 2010).

Outro ponto a ser contemplado comporta as questões de condição de trabalho do profissional, que em geral não possuem disposições ou garantias trabalhistas por atuarem como autônomos ou profissionais liberais na informalidade, acabando por possuir outro vínculo empregatício como fonte de renda, utilizando a música secundariamente, atrelada a imagem de 'trabalho por prazer', afinal, a profissão carrega arraigado em sua gênese o preconceito social: música não é trabalho, logo, ser músico não é ser profissional, é não ter emprego. Assis e Macedo (2010) em seu estudo sobre a atividade laboral do músico afirmam que

[...] o trabalho do músico exige de cada pessoa envolvida uma carga psíquica intensa, com várias horas de ensaio, um relacionamento interpessoal que muitas vezes inclui conflitos e um investimento financeiro sem retorno garantido (ASSIS & MACEDO, 2010, p. 56)

Percebe-se que os músicos, em geral, enfrentam várias dificuldades sociais, afetivas e econômicas ao longo de sua trajetória em busca da fama e sucesso - privilégio de poucos, pois, segundo Adorno (1983 apud MAHEIRIE, 2010) o músico mais conhecido é também aquele que é mais famoso, por consequência, vende mais discos, faz mais shows e tem maior divulgação, ou seja, um ciclo ininterrupto. Desta maneira, o cenário dos músicos independentes, sem filiação à grandes produtoras ou gravadoras, não possui espaço para difundir o trabalho amplamente, não havendo fama ou estrelato.

Neste cenário, os grupos musicais surgem como espaços constituídos por sujeitos que falam de si, do mundo e de solidão por meio da expressão musical. Unidos pelo objetivo comum de fazer e apresentar sua arte ao público, a banda ao ser

criada envolve seus membros por meio da música e se constituem grupo, nele, “*cada um é o grupo e o grupo é cada um*” (MAHEIRIE, 2010, p.267).

[...] os músicos de uma banda têm que possuir um projeto musical em comum, pois desta forma eles conseguem um movimento de unificação, uma totalização, com os mesmos propósitos e objetivos que possibilitam a unificação da banda. No momento em que, frente a determinadas circunstâncias, o projeto em comum é enfraquecido, a banda tende a dispersar e cada músico se volta, então, a projetos na esfera individual. (BAIOCCHI, 2008, p. 88)

Ao pensar no trabalho das bandas, deve-se considerar as questões sociológicas e comerciais implicadas no processo, pois, “*os próprios artistas precisam se engajar em um grupo identitário, pelo menos no começo da carreira para serem aceitos pela indústria*” (RAO, MONIN, E DURAND, 2003 apud KIRSCHBAUM & CARVALHO DE VASCONCELOS, 2007, p. 13). Além das dificuldades de inserção no mercado fonográfico exigente, o trabalho do músico inserido um grupo musical possui duas dimensões: de um lado o engajamento individual e de outro a ligação com o grupo, processos que se dão dialeticamente, de forma que a qualidade social e emocional do processo criativo é alimentado pela relação dos componentes da banda, da harmonia ao conflito, dependerá da forma como for canalizada pelo grupo. (COHEN, 1991 apud JAQUES, 2008).

Neste contexto, buscar compreender os sentidos produzidos por músicos sobre sua atividade laboral é complexo e ambíguo à análise teórica, uma vez que se encontra inserida no campo das artes, mas de suma relevância para que se conheça este controverso universo, agregando ao universo teórico-científico contribuições sobre o trabalho do músico, dos processos relacionais estabelecidos entre os companheiros de banda e sobre a criação musical.

Procedimentos Metodológicos

Epistemologicamente, esta pesquisa orientou-se pela concepção sócio histórica de sujeito, cuja base filosófica - o materialismo histórico dialético de Marx³, compreende os seres como produtos e produtores de sua cultura e história. Nesta perspectiva, o sujeito é constituído por sua atividade material, ao passo que,

simultaneamente, constitui o objeto de sua ação intencional. Segundo Freitas (2003) a abordagem sócio-histórica compreende que

[...] o psiquismo é constituído no social num processo interativo possibilitado pela linguagem, pode permitir o desenvolvimento de alternativas metodológicas que superem as dicotomias objetivo/subjeto, externo/interno, social/individual. (FREITAS 2003, p. 4)

A abordagem histórico cultural, ou sócio histórica, dá respaldo a uma forma de produção de conhecimento que enfatiza a compreensão dos fenômenos sob o prisma de seu acontecer histórico, considerando o sujeito como instância da totalidade social. Por tal, fazer pesquisa não se limita a apenas descrever a realidade, mas compreender os elementos que a constituíram.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa na organização e tratamento dos dados. Conforme González Rey, ao afirmar que o conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa, se compromete com a concepção de que o conhecimento

[...] não é uma soma de fatos definidos por constatações imediatas do momento empírico. Seu caráter interpretativo é gerado pela necessidade de dar sentido a expressões do sujeito estudado, cuja significação para o problema objeto de estudo é só indireta e implícita. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 31)

Por tanto, todo conteúdo apresentado para análise é constituído de forma conjunta, pesquisador e pesquisado, logo, considera-se o pesquisador como parte ativa no processo da produção de conhecimento. Além de compreender o pesquisador como parte essencial no processo de coleta de dados, a abordagem qualitativa leva em conta a qualidade da expressão dos sujeitos, muito embora não se legitime pela quantidade de sujeitos de pesquisa, desta forma, um único sujeito pode suprir a necessidade de informações que o tema demanda (GONZALEZ REYS, 2005).

Tendo apresentado os paradigmas e abordagens, resta discorrer sobre o método utilizado. O Método exploratório busca permitir uma aproximação entre pesquisador e o tema pesquisado - visto que é pouco explorado ou conhecido, auxiliando na compreensão do problema de pesquisa. Segundo Gil (2002) este tipo de pesquisa objetiva tornar o tema da pesquisa mais explícito ou a construir hipóteses, envolvendo geralmente em suas etapas o levantamento bibliográfico, a realização de entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e a análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A pesquisa foi realizada na região da AMREC, compreendendo os municípios da região carbonífera do sul de Santa Catarina - Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga - cuja população é estimada em 397.652 habitantes (IBGE, 2012). Os sujeitos de pesquisa são músicos inseridos em bandas de *Rock* de formação espontânea dentro do cenário independente da região.

Os sujeitos de pesquisa foram músicos que fazem parte de bandas de *Rock*, atuantes na região do sul de Santa Catarina, compreendendo municípios pertencentes à AMREC. A amostragem da pesquisa foi não probabilística, ou seja, não apresenta fundamentação matemática ou estatística, dependendo apenas dos critérios do pesquisador (GIL, 2008).

Neste contexto, a amostragem será encontrada por acessibilidade ou conveniência. Segundo Gil, a amostragem por acessibilidade ou conveniência constitui

[...] o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a quem tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. (GIL, 2002, p. 94).

É válido salientar que os sujeitos de pesquisa foram selecionados via rede de sociabilidade da pesquisadora.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada, que conforme Biasoli-Alves é composta por questões que seguem

[...] uma formulação flexível e a sequência e minuciosidade ficam por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que acontece naturalmente. As questões nesse caso são abertas e devem 'evocar' ou 'suscitar' uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados (BIASOLI-ALVES, 1998, p. 145)

Desta forma, obteve-se flexibilidade no processo de entrevista para abrir novos questionamentos quando surgiu a necessidade e relevância para o tema, que não foram abordadas no roteiro.

Em complemento ao instrumento de pesquisa, faz-se necessário atentar que, uma vez concluída a análise dos dados, a pesquisa guiou-se pelos princípios metodológicos adotados anteriormente no referencial teórico: ao sistematizar os resultados foram criados indicadores agrupados em zonas de sentido, que segundo

Gonzalez Rey (2005), abrem espaço para aprofundar as questões no campo de construção teórica.

A pesquisa proposta norteou suas atividades dentro dos preceitos éticos previstos na Resolução 196/96, respeitando os sujeitos envolvidos e, garantindo seu anonimato e sua integridade. Neste sentido, fez uso da documentação prevista na legislação de ética em pesquisa, que são: carta de apresentação do acadêmico pesquisador; declaração de ciência e concordância das instituições envolvidas; termo de consentimento livre e esclarecido. Cabe ressaltar que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE.

Resultados e Discussão

Os resultados foram analisados por meio da criação de zonas de sentido que permitiram a compreensão do fenômeno, que para fins deste artigo, fez-se um recorte focalizado no trabalho do músico, trabalhando-se com três zonas de sentido como segue.

IT'S BEEN A HARD DAY'S NIGHT: TRABALHO, LAZER E PROFISSÃO.

Uma vez contempladas as significações sociais percebidas pelos músicos acerca de sua atividade laboral, atenta-se para um tópico de fundamental importância quando se pensa o trabalho artístico musical: a tênue linha entre Lazer e Trabalho, que interfere diretamente na legitimação social da profissão. Dentre as representações atribuídas aos músicos pode-se citar a ideia de que, por se divertir ao realizar suas atividades, o músico brinca, e não trabalha, “é um boêmio” (entrevistado #2), concepções que demonstram a influência do pensamento industrial na sociedade contemporânea.

Dentro desta concepção, o trabalho ocupa o papel de centralidade na organização da vida dos sujeitos, é senhor do tempo e das relações, define funções, horários e papéis sociais, entre outras tantas atribuições (QUITANILLA & WILPERTT apud DIOGO, 2007) por tal, mesmo que os conceitos de trabalho, tempo, lazer e ócio estivessem presentes ao longo da história, ganham corpo e ocupam espaços de reflexão de ampla complexidade na contemporaneidade. Segundo Bruhns (2002 apud MACEDO, 2010) as mudanças na forma de produção e a criação de máquinas no

início do séc. XIX, que possibilitaram tantos benefícios à produtividade fabril, também trouxeram o tempo livre - o intervalo entre um turno de trabalho e outro, desatrelando do homem da máquina, mas o vinculando a outra: o relógio:

[...] como sobra do tempo de trabalho trouxe consigo ideia do tempo neutralizado, fazendo com que parecesse livre [...]. Somente dizendo 'tempo livre cronometrado' se desfez a ilusão de liberdade. O tempo cronometrado não pode ser livre. Se o trabalho está cronometrado, tempo restante também está [...] (BRUHNS, 2002 apud MACEDO, 2010 p. 14).

A relação trabalho e lazer são significados pelo entrevistado como dimensões demarcadas: “[...] não adianta, por mais divertido que seja quando é trabalho fica chato, às vezes não queria estar ali, queria estar em casa, vendo TV [...] ou qualquer coisa e muita gente acha que porque trabalhamos com música é fácil, não fica cansado e coisas assim. Esses dias falei pra um amigo meu que comentou isso, e eu disse pra ele "Eu estou aqui porque eu sou obrigado!" [...] Mas é claro, trabalhar com o que tu gosta facilita muita coisa é muito mais divertido”.

Neste sentido, a fala do entrevistado vai ao encontro das significações sociais até aqui percebidas, afirmando que existe, ao menos de sua parte, separação entre os dois momentos: tempo de lazer, e o tempo de trabalho.

Segundo Dumazedier (1976 apud MACEDO, 2010) pode-se entender lazer como

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entender-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais, sendo sua realização no tempo do não trabalho (DUMAZEDIER, 1976, p. 34 apud MACEDO, 2010, p. 14).

Embora tenha comentado que sua prática se torna mais fluida por se tratar de algo que gosta e ser uma ocupação que possui apelo afetivo ao sujeito, este entende que não está praticando de livre vontade ou de forma desprendida, pois existe um comprometimento com horários, ensaios, shows até mesmo com o processo de criação musical, gravação do produto final, divulgação entre outros aspectos que tornam o exercício musical tempo de trabalho e não tempo de lazer.

Complementando esta perspectiva, o entrevistado #2 relata: “[...] Na verdade eles acham que músico não trabalha né (risos), é um boêmio. Já eu, eu trabalho das 8:30 às 11:00 e normalmente pego da 13:00 às 22:00, o meu horário é sempre é todo dia até as 22 da noite, tirando o sábado que eu só trabalho de manhã[...] a mente cansa, o trabalho quer não te exige força física, só tocar, mas é barulho, empenho... [...]”.

Para ambos os entrevistados, o cumprimento de horários e a relação de comprometimento com a atividade são aspectos que separam o exercício da ocupação que apreciam e sentem prazer ao desempenhar, do exercício de seu tempo de lazer. Desta forma, a significação social trabalho artístico musical igual a lazer, pode ser um dos fatores que contribuem para as dificuldades de reconhecimento da profissão como trabalho e da valorização da categoria enquanto profissionais. Segundo Simões (2011), muito do que trazem as representações sociais podem ter relação com a ambiguidade da categoria, até mesmo na análise teórica se torna complexa – por um lado artistas e por outro trabalhadores.

Diversas são as competências e qualidades de um tipo de trabalho não-alienado como o do músico. Este se movimenta entre dois mundos, sendo artista – criando, interpretando –, mas também trabalhador – vendendo sua força de trabalho no mercado. Sua atividade, analisada sob a perspectiva atual, não pode ser definida como lazer, apesar de prazerosa e muitas vezes sem fins lucrativos, mas também escapa à categorização usual de trabalho remunerado, pois nem sempre o critério econômico é suficiente para diferenciar o amador do profissional. [...]. Aliar arte e profissão parece constituir um desafio e uma ambiguidade, tanto para os analistas da matéria quanto para seus protagonistas. (SIMOES, 2011, p. 59).

Outro aspecto importante à análise teórica reside nos dados coletados previamente à entrevista, ao serem questionados sobre sua profissão, os participantes declaram serem músicos, porém exercem concomitante outras funções laborais mais rentáveis, que não apenas a banda de rock.: “[...] olha, eu toco em banda, mas não é algo que eu vivo, eu agrego valores [...]” (entrevistado #2).

Caracterizado pela informalidade e geralmente em caráter sazonal, a atividade parece não permitir, nem pelo reconhecimento do público e de outros artistas ou pela qualificação profissional intensiva, a obtenção de estabilidade financeira ou garantir acesso a trabalhos mais estáveis (REQUIAO, 2008). Embora ainda inseridos no

universo musical, os músicos entrevistados parecem fazer parte da grande maioria dos profissionais de sua categoria que acabam, para manter um padrão de vida razoável, cumprindo uma dupla jornada de trabalho: de noite atuam em bandas nas apresentações e shows, e durante o dia atuam em outras ocupações (ASSIS & MACEDO, 2010).

O crescimento exponencial do mercado voltado ao entretenimento e cultura vem dando cada vez mais espaço a atividade musical, oportunizando a entrada no cenário fonográfico - antes monopolizado por grandes gravadoras - e possibilitando a divulgação do produto final em larga escala através dos meios tecnológicos e cibernéticos. Em contrapartida, o mercado se inunda de bandas, passa a abarcar uma vasta produção musical tornando-se altamente competitivo, consolidando as condições precarizadas de trabalho na área das artes.

Questionado sobre as possíveis causas da não legitimação social da atividade profissional, o entrevistado #1 cita a desvalorização da música, resultado do movimento da era digital: “[...] com a internet hoje tu escuta de tudo a hora que tu quiseres então tem muito material e muita gente que faz música boa, mas não passa disso sabe? [...] Acho que com o mp3 e a internet, tá acontecendo [...] a desvalorização da música hoje você curte a música e não o artista”.

Segundo o entrevistado #2, a desvalorização da profissão pode estar em meio ao volume de músicos amadores no mercado, consolidando a imagem de que o músico toca apenas para se divertir: “[...] se tu toca um Nirvana e toca um Deep Purple bem os caras já pensam que toca pra caralho, mas ser músico não é só tocar pra caralho 10 músicas, é um universo muito grande que tu estuda a vida inteira e nunca sabe nada”. De modo a complementar esta compreensão, o entrevistado #2 tece considerações sobre o cenário atual: “tá uma bosta, [...] as bandas que tem status tocam em uma porrada de festas seguidas e pra abrir espaço pra gente nova é muito difícil pelo menos onde eu vivo, que é o meio do rock, [...] infelizmente vejo bandas ótimas com muita musicalidade acabando, ou por falta de incentivo ou por falta de retorno financeiro... ou simplesmente por desanimo da banda”.

Partindo desta compreensão, autores como Freidson (1986 apud SIMOES 2011), comparam a formação profissional dos artistas à dos artesãos, por comportar poucos aspectos teóricos e abstratos, os artistas são formados sem exigências de ensino tradicional, profissionalizante ou universitário, o que, em plena sociedade

capitalista pós industrial não agrega valores. Essa formação artesanal, possível a qualquer sujeito que se interesse em aprender, pertence a um universo que perdeu validade na sociedade atual (COLLI, 2008 apud SIMOES, 2011).

Mesmo em meio a um panorama complexo, um dos fatores que apontam para a escolha da música como profissão e permanência na mesma, reside na identificação pessoal com a música e com forma de trabalho, aspectos estes que podem estar impressos nas subjetividades destes sujeitos.

[...] esses trabalhadores, executando tarefas em atividades tidas como socialmente excludentes, [...] buscam um meio de garantir a identificação com a tarefa que executam, em busca da realização pessoal. (ASSIS & MACEDO, 2010, p. 60)

Tal entendimento vem de encontro de que o entrevistado #2 trouxe em sua fala: “[...] é difícil alguém começar a tocar pra ser famoso ir muito longe não gostando do que faz... eu mesmo já recebi proposta pra tocar em banda de baile e não fui, não é o que eu amo. Seria a mesma coisa que eu querer ser médico, e fazer farmácia [...]” e acrescenta: “[...] eu já tive proposta de banda famosa pra tocar, tive proposta, ‘vem, tu vai ganhar dinheiro’, mas eu não, não troco o certo pelo duvidoso”.

O entrevistado #1 nos esclarece a identificação pessoal pela forma de trabalho na seguinte fala: “[...] a todo o momento eu penso em volta a achar um emprego...quando as contas dão uma apertada ou algo assim da um desanimo financeiro (risos) [...] de que talvez eu não vá conseguir viver daquilo a vida inteira, ao mesmo tempo que as vezes eu penso em ir atrás de um emprego, penso nos horários e tudo, [...] não tô nessa por dinheiro, então mesmo que eu me sustente de outra coisa, vou continuar fazendo porque é o que eu amo fazer!”.

É possível perceber que para os sujeitos entrevistados a identificação pessoal e a preponderância do amor pelo que se faz sob o ganho financeiro certo, é inseparável da concepção que possuem de trabalho, por este viés, a satisfação pessoal e a ligação afetiva que possuem com a música são indicativos que possibilitam sentido ao trabalho e por consequência, uma vida cheia de sentido (ANTUNES, 2000). Silvia & Tolfo (2012) afirmam que as significações sobre o trabalho são construídas

[...] pelo significado individual, coletivo/grupal e social; pela utilidade do trabalho para a organização; pela autorrealização e satisfação gerada pela realização do trabalho; pelo sentimento de desenvolvimento e evolução pessoal e profissional; e

pela liberdade e autonomia existente para a execução do trabalho (SILVA E TOLFO, 2012, p.346).

Sendo assim Assis e Macedo contribuem ao trazer que a satisfação ou prazer no trabalho pode ser compreendido como a relação harmônica entre as relações pessoais e sociais de trabalho em produção de bens e serviços, e “(...) a avaliação consciente de que algo vai bem; a gratificação do reconhecimento; a valorização no trabalho; a identidade e expressão da subjetividade individual.” (2010, p. 58)

O reconhecimento é compreendido pelo entrevistado #1 como resultado do esforço e dedicação à prática: “[...] reconhecimento vem à medida que a qualidade do teu trabalho melhora como qualquer outro trabalho, tu vai melhorando com o tempo”.

Em relação ao reconhecimento, o entrevistado #2, revela que sente-se realizado profissional e pessoalmente com sua atividade laboral, apoiado na seguinte perspectiva: “[...] viver de música no sul de Santa Catarina? Eu consegui, alguma coisa de bom eu tenho porque só vivi de música por 39 anos, uma vida de música”.

Embora sejam casos raros em meio ao contexto da profissão segundo a literatura, ambos os músicos conseguem viver exclusivamente da música, incomum no meio artístico brasileiro uma vez que o preconceito social predominante em relação à atividade dificulta o reconhecimento e a formação da identidade profissional dos músicos. Além disto, é comum ao músico lidar com a dificuldade de ser reconhecido socialmente no local de origem, vivendo o binômio valorização do estrangeiro x mito da fama. De acordo com Souza & Borges

[...] o sucesso e a fama são fortemente perseguidos. Esses elementos são primordiais na configuração da identidade dos músicos. O público tem uma grande participação nesses elementos, pois que é na relação entre o músico e o público que floresce [...] o artista e o desejo de sucesso. O mito da fama revela todo o tempo o receio à obscuridade e ao anonimato [...]. Esses elementos caminham paralelamente com as dificuldades do mercado de trabalho na região (SOUZA E BORGES, 2010, p. 166)

Logo, o sucesso e a fama são componentes do reconhecimento social que reforçando a identidade musical, quando não existentes, podem vir a fragmentar a relação com a profissão. No entanto, segundo Silva & Tolfo (2012) mesmo em meio a tantas adversidades, quando o trabalho possui sentidos significativos aos sujeitos, e conferem propósitos à existência dos trabalhadores, contribuem para a realização e

para o desenvolvimento humano, ajudando gerar um sentimento mais estável de satisfação no trabalho, apesar de tudo.

Finalizando as considerações, os entrevistados tecem comentários sobre o que pensam ser necessário para manter-se no exercício da atividade e para alcançar o profissionalismo: “[...] É estudo, estudo, estudo, estudo! estudar pra sempre fazer de um jeito diferente [...]” (entrevistado #1). Acompanhando o pensamento anterior, o entrevistado #2 relata: “[...] Não é ser masoquista, mas tu nunca sabe nada mesmo, tu estuda, estuda, estuda, porque o pessoal pensa música muito pequeninha, o cara canta bem, toca 3 acordes e não é só isso ser música – se tu parar para analisar tu pira.”

Contrariando as representações sociais e reforçando uma nova característica do paradigma da sociedade pós-industrial, os sujeitos confirmam a necessidade de aprimoramento através do estudo, demonstrando que o universo da musicalidade é maior do que um lazer e divertimento, englobando dedicação a prática exaustiva em busca da perfeição sonora e do reconhecimento da profissão.

SENTIDOS DO TRABALHO DO MÚSICO E DA MÚSICA

Como visto, os sentidos do trabalho são componentes da realidade social dos sujeitos, pois perpassam e influenciam as mais diversas esferas da vida humana, pode-se afirmar que a relação sujeito/trabalho é propulsora da construção de sentidos subjetivos e coletivos, servindo de viés pelo qual os sujeitos organizam seus pensamentos, emoções, afetos e comportamentos em função dos sentidos atribuídos, traduzindo seu modo de entender e de ser no mundo, ao passo que objetivando suas subjetividades por meio da prática. Embora os sentidos do trabalho tenham sido abordados nas categorias anteriores, fez-se necessário criar uma nova Zona de Sentido para dar conta do conteúdo significativo explicitado nas falas dos músicos entrevistados, condensando e analisando os elementos que dizem respeito aos sentidos do trabalho propriamente ditos.

Neste contexto, os sentidos subjetivos sob a perspectiva de Gonzalez Rey (2007), são entendidos como processos cuja ênfase da construção de significado e atribuição de sentidos dá nas esferas simbólico-emocional, e não apenas entre intelecto e afeto, compreendendo também a influência dos fatores sociais e culturais nesta construção psíquica subjetiva.

O sentido subjetivo é a forma pela qual a multiplicidade de elementos presentes na subjetividade social, assim como todas as condições objetivas de vida do mundo social, se organizam numa dimensão emocional e simbólica, possibilitando ao homem e a seus distintos espaços sociais novas práticas que, em seus desdobramentos e nos processos emergentes que vão se produzindo nesse caminho, constituem o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos, dentro dos novos contextos de organização social que, por sua vez, participam da definição desses processos e se transformam no curso dos mesmos (GONZALEZ REY, 2007, p. 174).

Por meio dos sentidos subjetivos construídos pelos músicos que o presente estudo aborda os sentidos do trabalho - categoria do campo de estudos da Psicologia do Social que diz respeito ao trabalho significativo do sujeito. Para tanto, análise deste recorte se dará pela concepção de Codo (1993 apud ARAUJO, 2010), onde os sentidos do trabalho são entendidos como estruturas afetivas compostas por três elementos básicos: o significado, a orientação e a coerência.

O significado do trabalho se refere às representações que o sujeito atribui ao seu trabalho, tal como o valor que este entende que suas vivências laborais possuem. Ao abordar o construto nas entrevistas, foi possível observar que os músicos trazem a música como possibilidade de ser imersa na questão do afeto, como na fala do entrevistado #1: [...] Já imaginou a vida sem música? [...] o nível de importância eu não sei te falar com palavras, mas com certeza é muito grande [...] às vezes a música é a única coisa que a pessoa tem, sabe? [...] ser músico, acho que é amar isso, acho que é o que diferencia os músicos (das outras pessoas)[...]

A questão da afetividade e da fusão entre trabalho e projeto de vida é percebido claramente no discurso do entrevistado #2: (o trabalho é) Minha vida, só sei fazer isso, [...] eu só sei fazer isso, vou morrer fazendo isso, eu sempre digo ou eu vou morrer aqui na escada enfartado (risos) ou... sei lá, entendeu? [...] meu foco é música é minha profissão, eu não vou trocar [...] eu prefiro ir tocar numa banda gaúcha ou de pagode ou forró, mas pelo menos tá tocando guitarra, eu SOU guitarrista.

É possível perceber que os entrevistados estabelecem com o trabalho executado uma forte relação afetiva que o coloca em posição de centralidade na vida dos sujeitos. A música é entendida como mediadora dos processos construção de identidade e subjetividade, e define o estilo de vida dos músicos (MAHEIRIE, 2001), sendo assim, a noção de trabalho como objetivo, meta e caminho, é observável nas

falas, delineando o projeto de vida sujeitos - uma vez que até mesmo os projetos alternativos estão relacionados a música; funções estas que oferecem subsídios para construção de sentidos à prática laboral. Enquanto profissão, a música atua como legitimador do ser em suas relações, desde a dimensão social à realização pessoal, caminhando entre os aspectos de expressão e comunicação, uma vez que denominar-se Músico é diferenciar-se do outro e posicionar-se no mundo.

Outra característica importante no que diz respeito ao significado do trabalho, é o valor agregado a este pelos trabalhadores do ramo, percebido na seguinte fala do entrevistado #2: [...] musicalidade vai ser individual e cada uma tem que se respeitar, mas o mais importante, eu dou valor pra mim, eu tô conseguindo sobreviver no meio desse turbilhão... de internet, de gente metido a entendido... gente que não sabe nem do que tá falando... é complicado, mas eu vivo e me orgulho disso.

Os músicos estão imersos em um cenário adverso e desfavorável à prática musical, o que poderia levar ao sofrimento do trabalhador, entretanto, a atividade parece transcender as condições de trabalho, se tornando atividade significativa. Logo, manter-se neste contexto conturbado é motivo de orgulho, e proporciona sentimentos de realização e valorização aos músicos, atribuindo valor simbólico à prática e fortalecendo a identidade profissional e pessoal (ASIS & MACEDO, 2010).

A valorização do trabalho humano parece estar relacionada a vivências de orgulho e prazer do sujeito ao desempenhar certa função, motivando o trabalhador a dar continuidade à atividade, desta forma, não é apenas a condições de sobrevivência que o trabalho está relacionado, mas a sentidos muito mais complexos e profundos, assim, pode-se afirmar que atribuir valor ao trabalho é atribuir valor ao sujeito, dignificando - de fato - o homem.

Ao mesmo tempo em que o valor atribuído faz parte do construto significado do trabalho, também contribui à Orientação, pois se refere à inclinação para o trabalho e à motivação que guia as ações dos sujeitos. Entretanto, os músicos apresentam como motivação e guia - além do orgulho e valorização, a questão de inserção econômica, como abordado pelo entrevistado #1: [...] Quero viver disso? Quero! Quero sustentar minha família disso e isso até como uma resposta a parte das tias que falavam "isso aí é besteira" sabe? [...]

A música se mostra nas falas como meio de sustento, possibilidade de inserção econômica, cultural e social na dinâmica capitalista, ao passo que se caracteriza como

movimento de contracultura. Logo, mesmo que se insira na dinâmica de mercado, o músico utiliza do viés artístico estético para questionar os valores vigentes na sociedade e criticá-los por meio do material musical na busca por alterações da realidade objetiva ou subjetiva de quem os escuta.

Desta maneira, o rock'n'roll não se caracteriza como escolha aleatória dos músicos entrevistados, o estilo é mais que identificação pessoal ou gosto musical, é construção, comprometimento com as questões críticas, com o som, e consigo mesmo e com o mundo. Segundo Chacon (1973) o Rock'n'Roll é mediador uno da realidade daqueles que o elegem como porta-voz, por meio deste, pode-se compreender os movimentos da mentalidade e descobrir as razões que motivam a participação/alienação nos contextos por meio do som eletrificado.

Para Freitas (1995), na arte, o estilo nunca foi seguido à risca pelos grandes artistas, que viam nele uma forma de dar voz ao sofrimento que surdamente se faz presente no caos das contradições da vida capitalista. Essa eloquência do estilo significa mediar os antagonismos sociais historicamente sedimentados na vivência individual por meio da força da síntese dos elementos dispersos na obra de arte, na medida em que tal unidade não é simplesmente imposta, mas surge a partir deles (ASSIS & MACEDO, 2010, p.54).

Desta forma, a atividade estética além de possibilidade de percepção do mundo por meio da música e possibilidade de inserção no mercado e na indústria fonográfica é também expressão das vivências individuais, e embora possa servir subsídios para a alteridade significar e atribuir sentidos, em última análise é ao músico/banda que se refere, pois cada obra é relativa ao seu criador.

Caracterizado pela harmonia ou o equilíbrio que ele espera de sua relação com o trabalho, o último construto de análise dos sentidos do trabalho é a Coerência. O entrevistado #2 demonstra em sua fala alguns aspectos do que busca enquanto profissional: Como músico eu busco - mas não sei se vou achar - a ligação... Todo mundo diz, 'tu és um grande guitarrista, um baita músico' [...] mas ainda é mecânico...[...] como formador... eu vou morrer estudando, meu compromisso e missão, vou estudar que eu nunca vou saber tudo e melhorando o que eu puder. [...] O Eu músico vai ser mais frustrado do que o Professor, pois musicalidade não se compra, dinheiro nenhum. E complementa: [...] eu tento me comparar a um guitarrista famoso, Eddie Van Halen por exemplo, esses caras devem ter uma ligação, devem

acessar um lugar no cérebro que ninguém consegue acessar (risos) [...] eles conseguem se ligar espiritualmente com o universo, não sei te dizer, [...] os caras quando tão tocando... e parecem que não estão aí, se conectam com a música como se o instrumento fosse parte do corpo, [...] essa musicalidade que flui de uma forma...[...]

A contraposição músico técnico x músico é abordada pelo entrevistado #2 vem ao encontro da concepção de Assis e Macêdo (2010), uma vez que o artista não sente-se dotado de inspiração sobrenatural, a obra passa a ser encarada como trabalho técnico, entretanto, arte e técnica são conceitos inseparáveis: a parte mecânica e a ligação são duas faces de uma mesma prática na busca pela musicalidade, pela qualidade musical. Neste sentido é preciso desenvolver habilidades específicas – manuais, racionais e emocionais – para produzir música.

Embora se assemelhe, a busca pela musicalidade não pode ser considerada como uma incoerência com o que se espera do trabalho, mas como um projeto de ser, pois colocar a busca pelo conhecimento e o estudo da técnica como formas de chegar ao estado de ligação é colocá-la em um horizonte de possibilidades do sujeito, considerando-se assim a técnica como caminho.

O entrevistado#2 aborda a questão da coerência por meio da relação estabelecida com o reconhecimento do público: [...] Acho que tem que estudar e tentar ser um músico melhor, mas independente da técnica ou habilidade pessoal ser músico é tu tocar outra pessoa com o que tu sabe fazer - que é a música. Se uma pessoa no mundo, ouviu a tua música e falou "[...] eu realmente achei bom", a sinceridade da pessoa que tá elogiando é a mesma sinceridade que tu tinha quando fez a música.

A identificação do público com o produto final musical é entendido pelo entrevistado como um forte indicador de sentido, inclusive superando a técnica e o estudo. A musicalidade tem sentido ao entrevistado como forma de atingir, sensibilizar e comover o outro, recebendo em contrapartida o reconhecimento sincero deste. A atividade estética possibilita estas ações enquanto produção humana guiada pelo sistema simbólico, cujo músico faz uso a fim de levar seu público à catarse (VIGOTSKY, 1970/1990 apud HINKEL & MAHEIRIE 2007).

Desta forma, mesmo que o que se espera da profissão esteja localizada em uma situação de vir-a-ser, tanto a busca pela musicalidade-ligação e o reconhecimento do público à obra criada, são aspectos destacados levam a concluir que há coerência no

trabalho, harmonia entre o que se tem e o que se espera, pois são abordadas como aspectos passíveis de serem alcançadas por meio de articulações referidas pelos próprios músicos.

Em suma, analisados os três construtos dos sentidos do trabalho, conclui-se que o trabalho do músico, embora composto de uma série de aspectos identificados como negativos pelos sujeitos de pesquisa, é ao mesmo tempo recheado de sentidos. A música é abordada como fonte de realização, satisfação pessoal, legitimação social e identitária, construto da subjetividade e transformadora da realidade. Predominantemente autônoma e de criação livre, a atividade oferece condições que possibilitam a significação positiva das vivências individuais, sociais e coletivas destes músicos, influenciando a forma como enxergam sua profissão e a si mesmos.

Considerações Finais

Utilizando dos pressupostos teóricos da Psicologia Social do Trabalho, do viés Socio-Histórico e do Materialismo Dialético, a pesquisa teve como objetivo norteador conhecer os sentidos subjetivos construídos por músicos acerca de sua atividade laboral, aventurando-se pelo estupendo e complexo universo musical, da arte e da estética. Partindo da hipótese que legitimação social do trabalho do músico enquanto profissão passa por processos conturbados e contraditórios, buscou-se entender as concepções e perspectivas que os sujeitos possuem sobre seu contexto laboral.

Por meio do discurso dos entrevistados a pesquisa caminhou pelos sentidos produzidos pelos músicos ligados a profissão, por suas nuances, contextos e pela relação destes com as demais esferas da vida dos trabalhadores, abarcou as relações de trabalho e processos criativos, tal como as relações estabelecidas entre lazer e trabalho, podendo-se concluir que os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados.

Na Zona de Sentido, *It's been a hard day's night*: trabalho, lazer e profissão, percebe-se que ao contrário do que socialmente se representa, há uma separação entre lazer e trabalho. O comprometimento com horários, ensaios, shows, entre outros aspectos, são elementos que tornam o exercício musical tempo de trabalho e não tempo de lazer. Nesta categoria também são abordadas as dificuldades de inserção econômica no mercado fonográfico e de entretenimento, apontando como responsáveis as facilidades do mundo cibernético no que diz respeito a gravação e

divulgação de material, e o grande volume de músicos amadores que acabam por disseminar a ideia do músico por divertimento, consolidando as condições precarizadas de trabalho na área das artes.

Na categoria, sentidos do trabalho do músico e da música, observa a forte relação afetiva que os músicos estabelecem com seu trabalho, uma vez que mesmo em um contexto adverso, a atividade parece transcender as condições de trabalho, se tornando atividade significativa, motivo de orgulho, e valorização pessoal. Foi possível perceber durante a análise que, embora conturbado, o cenário e vivência musical é espaço de construção de sentidos positivos à prática, sendo este fator primordial na manutenção dos músicos na profissão. Nas entrelinhas da pesquisa, a música surge como produto, e ao mesmo tempo como produtor e mediador dos processos de subjetividade, identidades, projetos e estilos de vida, é apontada também como fonte de realização, satisfação pessoal, legitimação social e identitária, construto da subjetividade e transformadora da realidade, evidenciando desta forma, os sentidos construídos sobre a prática, agregando sentidos à própria vida dos sujeitos, uma vez que a prática musical parece, na esfera pessoal, enaltecer e orgulhar os músicos.

Embora árdua, a tarefa complexa de teorizar o mundo estético é necessária ao passo que a limitada produção científica dá conta de poucos recortes em uma realidade de intangíveis proporções. A presente pesquisa possibilitou conhecer os sentidos do trabalho e os sentidos subjetivos produzidos por músicos sobre sua atividade laboral, e por mais que tenha atingido os objetivos à que se propôs, não consumiu todas as possibilidades de pesquisa. Se o norte do trabalho científico é ser útil à comunidade e contribuir, somar algo a sociedade, compreende-se que ao menos, para esta porcentagem de trabalhadores seja um pequeno passo em direção à sua legitimação social concreta, que possa servir de subsídio e incentivo à novas pesquisas, dando voz àqueles que clamam por espaço e reconhecimento, conhecendo suas percepções e perspectivas, caracterizando desta forma, uma contribuição substancial à sociedade.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho (6ª ed.) Campinas: Cortez. 1997.
- ARAUJO, Robson Luis. **O trabalho dos professores de ginástica de uma academia:** Entre o divertir e o sofrer. In: MÂCEDO, Kátia Barbosa (Org.). O Trabalho De Quem Faz Arte e diverte os outros. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010, p. 75 – 93.
- ASSIS, Daniela Tavares Ferreira de; MACEDO, Kátia Barbosa. O Trabalho de Músicos de uma Banda de Blues sob o Olhar da Psicodinâmica do Trabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 10, 1, jan-jun 2010, 52-64. Disponível em: <http://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpot/index> Acesso em 26 mar 2013
- BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. **A pesquisa em psicologia** – análise de métodos e estratégia na construção de um conhecimento que se pretende científicos. In: ROMANELLI, Geraldo (Org.). Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998. p. 135-155.
- CHACON, Paulo. **O que é rock.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Brasiliense/Nova. Cultural, 3ª Edição, 1982.
- DIOGO, Maria Fernanda. Os sentidos do trabalho de limpeza e conservação. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 483-492, set./dez. 2007 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n3/v12n3a05.pdf> Acesso em: 30 mar 2013
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **A pesquisa qualitativa de abordagem histórico-cultural:** Fundamentos e estratégias metodológicas. Juiz de Fora – MG, UFJF, 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/minicursos/ementa%20do%20minicurso%20do%20gt%20.pdf>. Acesso em 06 jun 2013.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em psicologia:** caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- _____. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Psic. da Ed.**, São Paulo, 24, 1º sem. de 2007, pp. 155-179 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752007000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 13 out 2013.
- HINKEL, Jaison; MAHEIRIE, Kátia. Rap – rimas afetivas da periferia: reflexões na perspectiva sócio-histórica. **Psicol. Soc.** Porto Alegre v19 nspe2, 2007. Disponível

em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 abr 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE Cidades (2012)**. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina>>. Acesso em: 08 abr. 2013

KIRSCHBAUM, Charles; CARVALHO DE VASCONCELOS, Flávio. Tropicália: manobras estratégicas em redes de músicos. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 47, n. 3, set. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902007000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 jun. 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural. Livro I, Tomo I, 1985.

MAHEIRIE, Kátia. “**Sete mares numa ilha**”: a mediação do trabalho acústico na construção da identidade coletiva. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **O músico, os processos de exclusão e relações grupais no trabalho acústico**. In: MÂCEDO, Kátia Barbosa (Org.). O Trabalho De Quem Faz Arte e diverte os outros. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010, p. 265-271.

MAHEIRIE, Kátia et al. (Re)composição musical e processos de subjetivação entre jovens de periferia. **Arq. Bras. Psicologia.**, Rio de Janeiro, v 60, n. 2, jun 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672008000200017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 maio 2013.

REQUIÃO, Luciana Pires de Sá. “**Eis aí a Lapa...**” **Processos e relações de trabalho do músico nas casas de shows da Lapa**. Niterói- RJ/UFF, 2008. Tese de Doutorado em Educação, 2008. Disponível em: http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/requiao.pdf. Acesso em 13 out 2013

SILVA, Narbal; TOLFO, Suzana da Rosa. Trabalho significativo e felicidade humana: explorando aproximações. **Rev. Psicol.**, Organ. Trab., Florianópolis, v. 12, n. 3, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000300008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 out. 2013.

SIMOES, Julia da Rosa. **Ser músico e Viver de música no Brasil**: Um estudo da trajetória do centro musical Porto-alegrense (1920-1933) Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3373 Acesso em 04 abr 2013

SOUZA, Sandra; BORGES, Livia de oliveira. A profissão de música conforme apresentado em jornais paraibanos. **Psicologia & Sociedade**; 22 (1): 157-168, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a19.pdf> Acesso em 25 mar 2013

Dados para contato:

Autor: Adriana Zomer de Moraes

E-mail: azomermoraes@gmail.com

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

PASTAGENS DE INVERNO: USO DA TÉCNICA DA SOBRESSEMEADURA NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

Ciências Agrárias

Artigo original

Liandra Hillmann Pazeto¹; Janaina Veronezi Alberton¹, Douglas Bardini
Silveira¹; André Freccia¹, Athos de Almeida Lopes Filho¹

1. Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE

Resumo: O município de Grão-Pará destaca-se como um dos expoentes da indústria leiteira de Santa Catarina, apresentando crescimento de 390% em sua produção nos últimos anos. Contudo, uma das dificuldades encontradas na produção leiteira é o vazio forrageiro, que se dá no inverno, diminuindo a produtividade ou aumentando os custos de produção pelo uso de suplementação alimentar (rações e silagem). Uma das técnicas mais eficazes para evitar este cenário é a sobressemeadura, que consiste em estabelecer culturas forrageiras anuais em pastagens formadas com espécies perenes, normalmente gramíneas, sem destruir a vegetação existente; porém, as reais vantagens desta prática ainda não estão claramente estabelecidas. O objetivo deste trabalho foi obter informações sobre a percepção dos produtores em relação à utilização da sobressemeadura, bem como identificar possíveis vantagens ou desvantagens do emprego da técnica. O método baseou-se na coleta de informações por meio de questionário aplicado a 50 produtores de gado de leite regionais registrados em órgãos fiscalizadores. O uso da sobressemeadura na média geral apresenta vantagens, embora o emprego da técnica necessite de alguns fatores que devem ser levados em consideração, como a necessidade de umidade do solo e clima favorável. Observou-se, ainda, que o produtor apresenta carência em assistência técnica, não obtendo o resultado esperado.

Palavras-chave: Produtividade. Vazio Forrageiro. Sobressemeadura.

WINTER PASTURE: EMPLOYMENT OF OVERSEEDED METHOD IN GRÃO- PARÁ/SC

Abstract: The city of Grão-Pará stands out as one of the milk production exponents of Santa Catarina, showing an increase of 390% in its yield recently. However, one of difficulties encountered is the forage empty, which takes place in winter, decreasing productivity and increasing produce costs by the use of supplemental feeding (feed and silage). The most effective approach to avoid this scenario is the overseed method, which consists in establishing annual forage crops in formed pastures with perennial

species, usually grasses without destroying the existing vegetation; although the real advantages of this practice are not yet clearly settled. The objective of this study was to obtain information on the perception of producers for the use of overseeded as well as identify possible advantages or disadvantages of the use of this technical. The method was based on the information research through a questionnaire applied to 50 regional milk livestock producers recorded in regulatory agencies. Overall, the use of overseeded has technical advantages, although its employment demands some considerations, as the requirement for soil moisture and favorable weather. It was also observed that the producer has need of technical assistance, not getting the expected result.

Keywords: Productivity. Food livestock empty. Overseeded.

Introdução

Dentro do estado de Santa Catarina, o município de Grão-Pará/SC destaca-se como produtor de leite, com aumento de produtividade de 390% em relação a 200% observado na região nos últimos dez anos. Grande parte dessa produção se deve ao tipo de pastagens utilizadas para alimentação do gado leiteiro (EPAGRI/CEPA, 2014).

As forrageiras são a fonte de alimento mais importante para a produção de leite, motivando assim a sobrevivência de muitos produtores na atividade. Estas estabelecem uma fonte de nutriente mais econômica e necessária à saúde, ao crescimento e à produção para a maioria dos ruminantes.

Segundo Holmes e Wilson (1990) um produtor de leite, por razões econômicas, tem de depender quase que exclusivamente das forragens de pasto para alimentar seu rebanho. Entretanto, o suprimento de forragem varia durante o ano em razão das diferentes taxas de crescimento dos pastos, chamado também de estacionalidade de produção ou vazio forrageiro.

As espécies forrageiras apresentam marcada estacionalidade de produção no período do inverno, com grande redução da produção entre os meses de maio a setembro, trazendo algumas consequências - principalmente aos pequenos produtores - como a redução na produtividade de leite, perda de peso e/ou até mesmo perda de animais durante os períodos de escassez.

No município de Grão-Pará, a avaliação de espécies forrageiras teve como período de maior produção o verão, seguido por outono e primavera, sendo o inverno o período menos produtivo. No geral, a produção do inverno representa 50% a menos da produção obtida no verão (EPAGRI/SC, 2013).

Devido ao vazio forrageiro apresentado entre o cultivo das espécies utilizadas como pastagem no município ocorre a diminuição de produtividade na atividade leiteira, fazendo com que muitos produtores desistam da atividade e migrem para os centros urbanos, causando inúmeros problemas sociais. Desta forma, é necessário identificar as alternativas para diminuir este problema e garantir a permanência do produtor na zona rural.

Como alternativa para amenizar os efeitos da estacionalidade da produção de forragens, a sobressemeadura é uma opção a ser considerada para o aumento da produção e do valor nutritivo das forragens durante a estação fria. A prática de sobressemeadura consiste em estabelecer espécies forrageiras anuais em pastagens perenes sem destruí-las. O objetivo do presente trabalho foi obter informações sobre a percepção dos produtores em relação à utilização da sobressemeadura, bem como identificar possíveis vantagens ou desvantagens do emprego da técnica.

Fundamentação Teórica

Atividade Leiteira no Município de Grão-Pará (SC)

Grão-Pará/SC, a exemplo dos demais municípios da região sul, vem se destacando com um aumento significativo da produção de leite nos últimos anos. A atividade vem se transformando em uma importante fonte de renda aos agricultores. O município de Grão-Pará produz diariamente mais de 55 mil litros de leite e se contabiliza um aumento de 8.754 milhões de litros entre 2009 e 2012 (EPAGRI, 2014).

O município também apresentou o maior crescimento da região da Associação de Municípios da Região de Laguna (Amurel) nos últimos 10 anos, enquanto a região cresceu 200%, a produção no município de Grão-Pará aumentou 390%, no mesmo período. O estado de Santa Catarina cresceu 170% e a produção brasileira cresceu 69% no mesmo período (EPAGRI/CEPA, 2014).

Os dados reforçam a constatação de que, com manejo e planejamento adequado das pastagens, associado às adubações equilibradas e em quantidades para suprir as exigências nutricionais das plantas, potencializa-se a produção da pastagem e, utilizando-se animais com potencial genético, permite-se a obtenção de alta produtividade animal (LUPATINI et al., 2013). A região sul destaca-se por clima

temperado e por esta característica adotam-se práticas nas diferentes estações do ano.

Durante o inverno, com as baixas temperaturas e as geadas, verifica-se redução na disponibilidade e qualidade das pastagens nativas no sul do Brasil. Para suprir essa deficiência alimentar são largamente utilizadas pastagens temperadas, principalmente a aveia preta e o azevém, segundo LUPATINI et al., (2013). No geral a produção do inverno representa 50% da produção obtida no verão (EPAGRI/SC, 2013) modificando as condutas de manejo de pastejo em cada situação.

Embora o potencial de produção leiteira na região de Grão-Pará mostre-se favorável, é imperativo o investimento em qualidade e tecnologia. Uma das formas de se obter aumento na produtividade é disponibilizar para o animal a correta alimentação, fazendo com que este desempenhe sua função de forma satisfatória.

Uso de pastagens na atividade leiteira

Segundo Matos (2002), as alternativas para produção de leite mais viável economicamente, são os sistemas que utilizam pastagens, por apresentarem menores gastos com alimentos concentrados, bem como sanidade, combustíveis, máquinas e equipamentos.

Córdova (2012), concordando com Matos (2002), diz que o sistema mais viável economicamente para a produção de leite a base de pasto é aquele que utiliza pastagens perenes de verão com sobressemeadura de pastagens anuais de inverno, uso de silagem nas fases de transição e uso estratégico de ração.

As pastagens representam a fonte mais econômica para a alimentação dos rebanhos e a produção de leite a pasto, além do menor custo em relação aos sistemas intensivos convencionais, também auxilia na preservação dos recursos renováveis (HOLMES, 1996).

A deficiência na qualidade das pastagens e o volume inadequado ofertado aos animais são problemas que influenciam em muito a produção, contribuindo para isso a falta de correção dos solos, adubação inexistente ou ineficiente, lotação incorreta, plantas invasoras, pragas e escolha incorreta de espécies adaptadas às regiões (SILVA & PASSANEZI, 1998).

A estabilidade na produção de massa de forragem ao longo do ano é importante pois facilita o manejo da pastagem e evita grandes variações na carga animal

necessária para a manutenção de resíduo adequado da forrageira, visando maximizar a produtividade (MOREIRA, et al., 2006). A oscilação na taxa de acúmulo de matéria seca das pastagens ocorre com frequência devido às variações climáticas e à estacionalidade de produção das espécies (conhecido como vazio forrageiro), sendo a maior dificuldade enfrentada no manejo das pastagens (ROSO et al., 1999).

Espécies forrageiras de clima tropical, especialmente gramíneas, apresentam marcada estacionalidade de produção no período do inverno, com grande redução da produção de matéria seca nos meses de maio a setembro - conforme as condições climáticas da região - trazendo sérias consequências principalmente aos pequenos produtores, como redução na produtividade de leite, perda de peso e/ou até mesmo perda de animais durante os períodos de escassez.

Aumento da produtividade leiteira com o uso da sobressemeadura

A intensificação dos sistemas de produção pastoris é apontada como uma das alternativas de exploração sustentável, minimizando a pressão sobre a abertura de novas áreas para produção agropecuária. Esse modelo, entretanto, deverá ser pautado pelo uso eficiente dos recursos físicos, incluindo a recuperação de áreas antropizadas e degradadas, calcada no aporte de conhecimento e de tecnologias poupadoras de insumos (BARBOSA et al., 2008).

O uso intensivo da pastagem refletirá na diminuição da produtividade animal, trazendo muitas vezes prejuízo aos produtores. Desta forma, o produtor precisa recorrer a alimentos concentrados e volumosos na dieta de bovinos, principalmente de leite. Estes alimentos, como a silagem e a cana-de-açúcar, apresentam um custo mais elevado do que a produção de pastagem. Sendo assim, a sobressemeadura de forrageiras temperadas contribui para reduzir o uso de volumosos, já que a aveia e o azevém são forragens de alta qualidade (MORAIS, 2012).

O termo sobressemeadura é usado para descrever a prática de estabelecer culturas forrageiras anuais em pastagens formadas com espécies perenes, normalmente dominadas por gramíneas, sem destruir a vegetação existente. Caracteriza-se também por envolver baixos custos, manter a estrutura física do solo e não eliminar espécies presentes na área utilizada, contribuindo para a melhoria da composição da pastagem. Também contribui para a melhoria na fertilidade do solo com a incorporação de nitrogênio e matéria orgânica, maior potencial de rebrota da

espécie de gramínea na primavera e controle de plantas invasoras (ROSO, C. et al., 1999). Outra vantagem observada desta técnica é a possibilidade de uso contínuo da pastagem após o término do inverno, intensificando a utilização e maximizando o uso do solo.

A prática da sobressemeadura reduz os custos de produção do leite, além de diminuir as áreas de plantio de alimentos volumosos uma vez que a sobressemeadura utiliza o mesmo espaço do capim tropical (MORAIS, 2012). A sobressemeadura de forrageiras de inverno pode ser feita em áreas ocupadas por qualquer capim de verão, desde que o manejo empregado seja adequado. Esta técnica também apresenta vantagens ambientais, já que o produtor não precisa aumentar sua área produtiva a partir de derrubadas de matas.

Espécies como o azevém anual ou a aveia, por exemplo, possibilitam aumentos na produção de forragem no inverno resultando em melhor distribuição da produção ao longo do ano. Com isso, é possível prolongar a estação de pastejo e permitir que os animais tenham acesso a uma forragem de alto valor nutritivo em parte do ano, uma vez que, caracteristicamente, as forrageiras de inverno apresentam altos teores de proteína bruta e alta digestibilidade durante esse período crítico.

A aveia preta possui índices bromatológicos altamente desejáveis, como teor de proteína bruta (PB) entre 17 e 23% e baixo teor de Fibra Detergente Ácido (FBA), apresentando valores entre 27 a 34%, o que caracteriza alta digestibilidade e conversão alimentar (CECATO et al, 1998) e o azevém possui alto valor nutritivo, capacidade de ressemeadura e facilidade de estabelecimento (AGUINAGA et al, 2006)

Assim, com altos níveis de forragem, a produtividade fica estável ou até aumenta durante o período de inverno.

Procedimentos Metodológicos

Para a coleta dos dados deste trabalho foi aplicado um questionário previamente elaborado a alguns produtores de gado de leite do município de Grão-Pará/SC. Para fazer o levantamento dos produtores desta região foi realizada uma pesquisa juntamente aos principais laticínios, sindicatos rurais e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri da região.

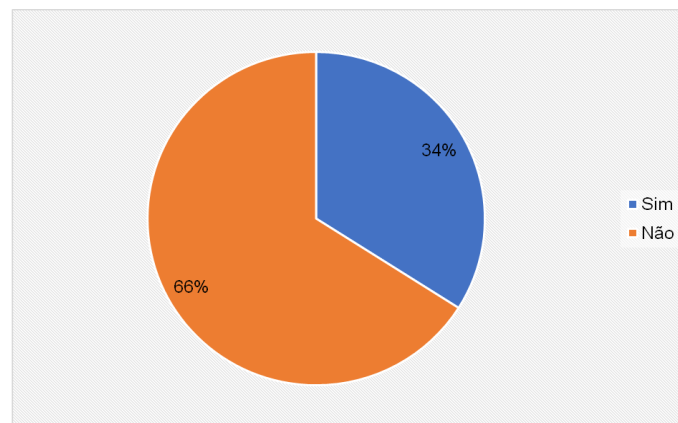
Obeve-se o nome de todos os produtores de leite registrados nos locais acima citados e a partir disto, foi realizado um sorteio de 50 produtores. O sorteio se fez necessário devido ao tempo exíguo para realização da pesquisa, uma vez que o número de produtores pré-estimados foi relativamente grande (180 produtores).

Após a aplicação do questionário, foi realizado um levantamento de dados, estimando de que forma está se utilizando a sobressemeadura e se está realmente é vantajosa e poderá trazer maior lucratividade ao produtor. Os dados obtidos foram analisados por métodos de estatística descritiva e apresentados em valores percentuais.

Resultados e Discussão

Ao final da aplicação do questionário, os resultados obtidos foram representados em forma de gráficos. No gráfico 1, é apresentado o número de produtores de leite que desenvolvem apenas esta atividade e aqueles que incrementam com outras atividades.

Gráfico 1 - Número de produtores de leite que desenvolvem apenas esta atividade e aqueles que incrementam com outras atividades no município de Grão-Pará/SC.



Fonte: Autor (2015).

Conforme verificado no gráfico acima, a produção de leite ainda não é a principal atividade para 66% dos agricultores de Grão-Pará/SC. Eles dividem essa atividade com outras, como o fumo (42%), suínos (30%), gado de corte (6%) e outros (21%). Apenas 34% dos agricultores trabalham somente com a produção de leite.

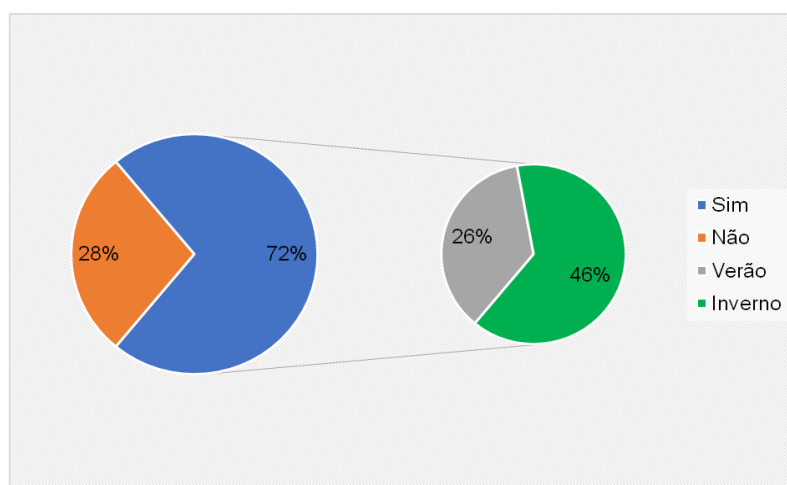
Levando em consideração as dificuldades que esta atividade apresenta devido à falta de tecnificação e informação dos produtores, considera-se o resultado razoável. Os 66% dos produtores que mantém outras atividades mostram interesse de trabalhar apenas com a produção de leite, mas a renda gerada pela atividade leiteira ainda não é suficiente para suprir as necessidades destes produtores.

A produção de leite pode variar conforme a estação do ano. O gráfico 2 expõe dados referentes a observação ou não de alterações na produção leiteira entre o inverno e o verão. Aproximadamente 72% dos produtores afirmam observar diferenças expressivas, sendo que destes, 26% afirmam que há maior produção no verão e 46% no inverno.

Dos 26% produtores que confirmaram maior produção no verão, 46% não fazem sobressemeadura de inverno. Dos 46% produtores que afirmaram obter maior produção no inverno, todos fazem sobressemeadura, assim obtendo um suprimento maior de silagem no período sazonal de déficit e favorecendo a produção leiteira neste intervalo.

Os 28% dos entrevistados que afirmam não haver diferença de produção entre as duas estações utilizam sobressemeadura no inverno e fazem uso de pastagem de qualidade no verão, ou uso de suplementos, como silagem, durante todo o ano, mantendo uma frequência de produção.

Gráfico 2 - Percepção pelos produtores de leite entrevistados do município de Grão Para/SC sobre a diferença de produção entre inverno e verão.

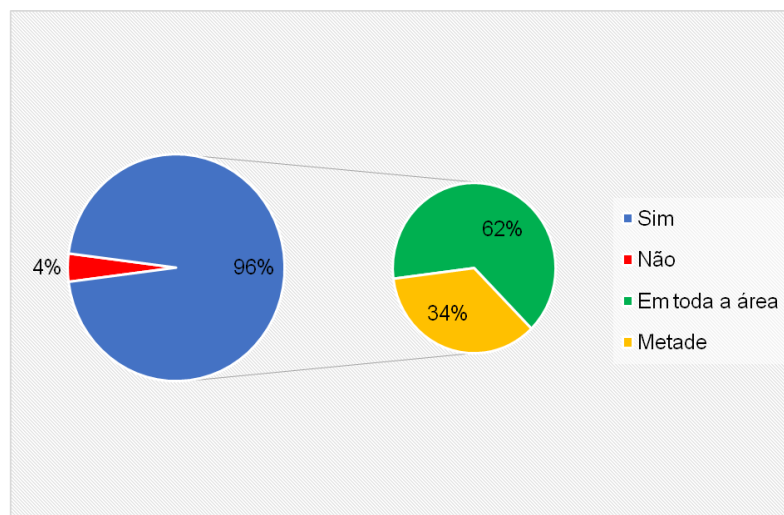


Fonte: Autor (2015).

Entre os produtores de leite do município de Grão Pará, 72% fazem análise do solo, utilizado para o cultivo das pastagens e 28% não realizam esta prática. Dentre os produtores que não realizam a análise de solo, a grande maioria demonstra interesse em estar realizando, só não o fizeram ainda por falta de orientação técnica, denotando a importância da atuação dos profissionais da área a campo.

Em relação ao piqueteamento das áreas, 96% dos produtores apresentam estes na área de pastagem (Gráfico 3), sendo que 62% têm em toda a área e 34% em metade dela. Apenas 4% não apresentam piquetes. O tamanho médio dos piquetes é de 2300m².

Gráfico 3 - Presença ou ausência de piqueteamento da área utilizada para pastagem e qual o total de área utilizado.



Fonte: Autor (2015).

O piqueteamento é importante para que a pastagem tenha um período de descanso, para que possa rebrotar (retornar o crescimento foliar e radicular), permitindo mais forragem no próximo pastoreio.

Os 4% de produtores que não fizeram o piqueteamento relataram que o farão em breve e que ainda não o fizeram devido ao custo de implantação e medição e à falta de tempo devido a outras atividades. Outros, por ter um terreno íngreme e pedregoso, argumentam não apresentar condições de relevo para piqueteamento.

Outro fator importante é a integração lavoura-pecuária pois apresenta a diversificação, rotação, consorciação e/ou sucessão harmônica das atividades de agricultura e de pecuária dentro da propriedade rural, constituindo um mesmo sistema

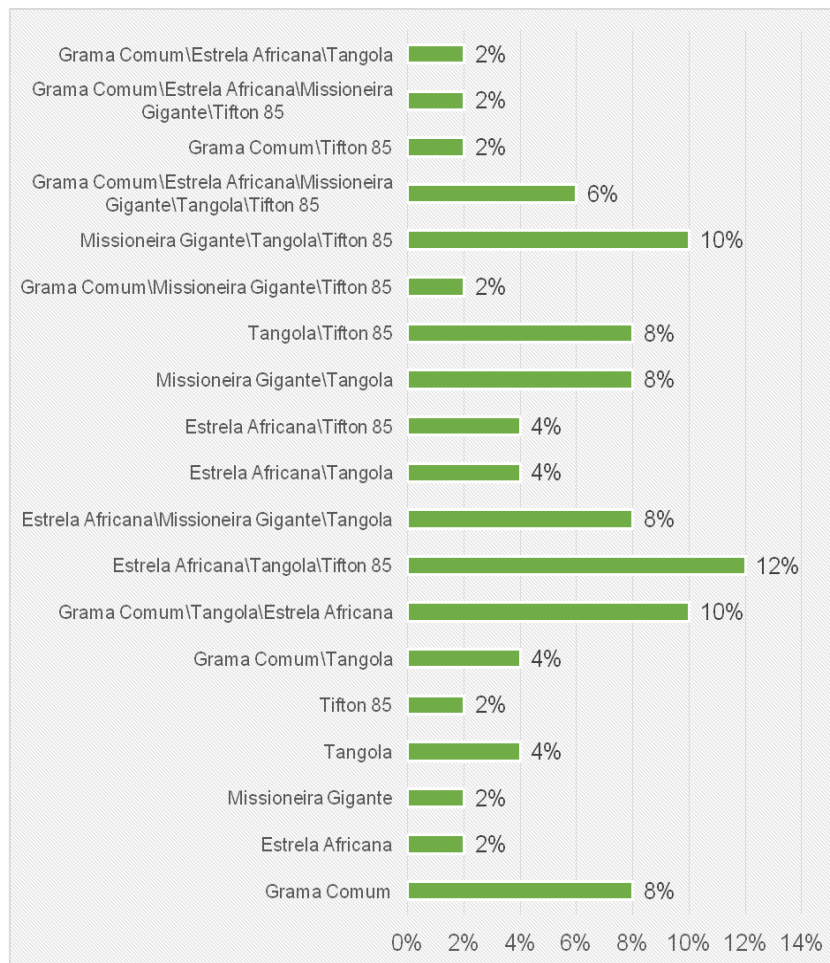
onde há benefícios para ambas (ALVARENGA, 2005). Possibilita, como uma das principais vantagens, que o solo seja explorado economicamente durante todo o ano ou na maior parte dele, favorecendo o aumento na oferta de grãos, de carne e de leite a um custo mais baixo devido ao sinergismo que se cria entre a lavoura e a pastagem.

Dentre os produtores de leite do município de Grão-Pará/SC, entrevistados, 52% fazem lavoura/pecuária, sendo as espécies mais utilizadas, azevém com 16% dos produtores, aveia em 8% dos produtores e aveia e azevém em 28% dos produtores. Um total de 48% dos produtores não usa essa técnica por falta de área para lavoura.

A interação lavoura/pecuária é viável quando há a possibilidade pois diversifica a atividade do produtor rural, gerando maior renda. Os 48% que não fazem integração lavoura/pecuária apresentam algumas dificuldades como falta de terreno disponível, falta de informação, custo elevado, etc. O principal fator negativo observado novamente é a falta de orientação técnica, que acaba gerando incertezas entre os produtores, optando por não modificarem o sistema que vêm utilizando.

O tipo de pastagem escolhido também é extremamente importante para o bom desempenho da vaca leiteira e conseqüente produção de leite. Porém, observa-se que a maioria dos produtores procura plantar a espécie que lhe é mais conveniente sem levar em consideração os resultados. Na figura 1 pode-se observar as principais espécies por eles cultivadas.

Figura 01 - Pastagem perene utilizada pelos produtores entrevistados do município de Grão-Pará/SC



Fonte: Autor (2015).

Dos produtores de leite entrevistados, 88% realizam a sobressemeadura, desses 56% utilizam a técnica em toda a área e 32% apenas na metade dela, apenas 12% não utilizam a sobressemeadura.

A não realização da sobressemeadura dos 12% entrevistados dá-se devido a vários motivos, tais como: falta de tempo e dinheiro para realizar esta prática, terreno de má qualidade agrônômica e também por não acharem que a técnica seja vantajosa.

Dos produtores que realizam a sobressemeadura, 59% utilizam azevém e 41% aveia/azevém. Todas as sementes plantadas são provenientes de agropecuárias da região. Este fato é devido à adaptação ao clima da região, ao custo/benefício que apresenta e ao fácil acesso a sementes de boa procedência.

Segundo Bertolote, (2009, p. 80) “a técnica de sobressemeadura deve ser feita nos meses de abril ou maio, ao fim da estação chuvosa,” um acerto de 58% dos

produtores que plantam em maio, e de 33% que plantam em abril. Alguns produtores plantam em épocas tardias tendo possíveis prejuízos com a perda de sementes por falta de germinação entre outros fatores, dentre esses 5% plantam em junho e 4% em julho.

Também atentou-se à informações sobre como é realizada a sobressemeadura (antes ou após o pastejo) pelos produtores entrevistados do município de Grão-Pará/SC que realizam esta prática. Dos produtores que realizam sobressemeadura, 59% fazem a sobressemeadura depois do pastejo das vacas e 41% fazem antes do pastejo das vacas.

O ideal para a sobressemeadura é rebaixar as pastagens por meio do pastoreio intensivo das vacas, melhorando o contato da semente com o solo. A realização desta prática antes do pastejo por 41% dos entrevistados é dado pela crença de que com o pastejo a semente irá ser “enterrada” melhor, devido ao pisoteio. Contudo, observa-se é que isto não ocorre, acarretando a perda de sementes e, conseqüentemente, a não germinação da mesma.

A umidade é um fator importante para a prática de sobressemeadura - um teor adequado da mesma garante o sucesso de sua implantação; por esse fato buscou-se também informação sobre a observação deste fator. 73% dos produtores que fazem sobressemeadura observam a umidade do solo antes de realizar esta prática enquanto 27% não a observam. Entre os produtores que não analisam a umidade do solo para realizar a sobressemeadura, pôde-se observar a total falta de orientação técnica, mais uma vez destacando-se como um problema na região.

Em relação ao uso de lote de repasse, em que se rotaciona os animais em cada piquete, 43% dos produtores que fazem sobressemeadura utilizam esta técnica e 57% não. O contato da semente com o solo é de fundamental importância para o sucesso da técnica da sobressemeadura. A não realização do lote de repasse se dá devido a costumes culturais e à falta de informação técnica.

Outra atividade importante para se obter uma boa sobressemeadura é a roçada após o pisoteio das vacas, para cobrir a semente com a palha e melhorar o contato das mesmas com o solo. Dos entrevistados, 52% dos produtores que utilizam a técnica da sobressemeadura fazem roçada nos piquetes, 48% não fazem.

Os produtores que não realizam a roçada acreditam que esta, além de desnecessária, é inviável. Provavelmente estes produtores estão perdendo em

número de sementes germinadas, pois por não haver a palha sobre a semente esta pode não ter o contato suficiente com o solo, perdendo umidade e assim impedindo sua germinação, o que leva a uma diminuição da quantidade de pastagem, tornando esta insuficiente.

Para o planejamento da sobressemeadura, também é importante realizar o parcelamento da mesma, para planejar o crescimento da pastagem conforme o uso do piquete. Dos produtores que participaram da pesquisa, 80% fazem a sobressemeadura de forma parcelada e 20% fazem de uma vez só.

A sobressemeadura de forma parcelada apresenta uma série de vantagens, como por exemplo, se o produtor apresentar 30 piquetes e fizer a sobressemeadura em cada piquete com um dia de diferença, terá uma pastagem de 30 dias a cada dia. Já a sobressemeadura de forma única, irá apresentar no último piquete da rotação uma pastagem de 60 dias, o que pode levar a um aumento da fibra da palhada, diminuindo o consumo e aproveitamento do animal, por diminuir a palatabilidade do alimento e, conseqüente queda da produção de leite.

Por fim, se questionou se os produtores observam ou não vantagens no uso de sobressemeadura na produção leiteira e 96% afirmam haver, porém ainda há muita informação a ser repassada e muita dúvida por parte dos produtores. Mesmo os que não aplicam apontam estas vantagens, porém, apresentam dificuldades para implantar a mesma. O acompanhamento técnico é fundamental e decisivo para esta atividade. Pôde-se verificar que 28% dos produtores entrevistados recebem acompanhamento da Epagri/Laticínios, 24% da Epagri/Agropecuárias, 18% de Laticínios/Agropecuárias, 16% somente da Epagri e 14% somente dos Laticínios. Conquanto, o foco da orientação é mais voltado para venda de produtos do que para assistência, deixando o produtor, muitas vezes sem respostas.

Os 4% dos produtores que não veem vantagem na sobressemeadura, apresentam maior dificuldade com esta técnica, tendo uma baixa qualidade de orientação profissional, escassez de mão de obra ou apresentam-se resistentes em adotar novas técnicas de manejo.

Considerações Finais

O Brasil é um país de clima tropical muito favorável à produção de leite a pasto, porém existe a estacionalidade de produção de forragem no inverno. A utilização da

sobressemeadura de forrageiras de inverno como a aveia e azevém, visto em 88% das propriedades entrevistadas, diminui a baixa produtividade da forragem perene.

A sobressemeadura apresenta diversas vantagens, como a diminuição do déficit de pastagem no inverno, redução de custos com outros alimentos para a suplementação, também contribui para a melhoria da fertilidade do solo e controle de plantas invasoras. Outra vantagem desta técnica é a possibilidade do uso contínuo da pastagem após o término do inverno, intensificando e maximizando a utilização do solo.

Contudo, alguns fatores devem ser levados em consideração na técnica da sobressemeadura, como a necessidade de umidade do solo e clima favorável para que a espécie de inverno possa se desenvolver. Os produtores do município de Grão-Pará/SC ainda encontram algumas dificuldades nessa área, muitos por falta de orientação técnica adequada.

A orientação técnica é um dos fatores que mais influenciam os produtores da atividade leiteira. Muitos deixam de lado valores culturais carregados a anos para enfrentar novos desafios e técnicas. Como a processo da sobressemeadura está se tornando a cada dia mais comum, o aporte de informação técnica deve ser ampliado ao produtor regional, viabilizando assim a difusão e o manejo desta técnica e contribuindo para o incremento na margem de lucro do produtor regional de leite.

Referências

AGUINAGA, A.A.Q. et al. Produção de novilhos super precoces em pastagem e aveia e azevém submetida a diferentes alturas de manejo. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v.35, n.4, p.1765-1773, 2006 (supl.).

BARBOSA, P. F., et al. **Importância econômica do leite**. Embrapa Gado de Leite, . [S.l.: s.n.], 2002. Disponível em:<<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteSudeste/importancia.html>>. Acesso em: 31 de out. de 2014.

BERTOLETE, L. E. M. **Sobressemeadura de Forrageiras de Clima Temperado em Pastagens Tropicais**. Botucatu-SP, 2009, 84 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Campus de Botucatu, 1996.

CECATO, U. et al. Avaliação de cultivares e linhagens de aveia (*Avena* spp.). **Acta Scientiarum**, v.20, n.3, p.347- 354, 1998.

CÓRDOVA, U. de A. (Org.) **Produção de leite à base de pasto em Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012, 626p.

EPAGRI/ CEPA, [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

EPAGRI/SC. **Avaliação de 05 espécies forrageiras perenes de verão no município de Grão-Pará – SC**, Epagri. Grão-Pará/ SC, Agosto, 2013

HOLMES, C. W; WILSON, G. F. **Produção de leite a pasto**. Campinas-SP: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1990, 708p.

HOLMES, C.W., **Produção de leite a baixo custo em pastagens: uma análise do sistema neozelandês**. In: Congresso Brasileiro de Gado Leiteiro, Piracicaba, 1996.

LUPATINI, G.C. et al., **Produção de bovinos de corte em pastagem de aveia preta e azevém submetida à adubação nitrogenada**. Ciência Animal. Brasileira, Goiânia, v.14, n.2, p. 164-171, abr./jun. 2013.

MATOS, L. L. **Estratégia para redução do custo de produção de leite e garantia de sustentabilidade da atividade leiteira**. In: Simpósio sobre sustentabilidade da pecuária leiteira na região sul do BRASIL. Maringá, PR, 2002.

MORAIS, L., **Sobressemeadura de forrageiras: técnica para o aumento da produtividade de pastagens**. Embrapa Pecuária Sudeste. Brasília, DF, 2012.

MOREIRA, A. L., **Melhoramento de pastagens através da técnica da sobressemeadura de forrageiras de inverno**. Pesquisa & Tecnologia, Alta Sorocabana, São Paulo, vol. 3, n.1, p. 200-208, jan./jun. 2006

ROSO, C.; RESTLE, J.; SOARES, A. B. **Produção e qualidade de forragem da mistura de gramíneas anuais de estação fria sob pastejo contínuo**. Revista Brasileira Zootecnia, Viçosa-MG, v.28, n.3, 1999.

SILVA, S.C. & PASSANEZI, M. M. **Planejamento do sistema de produção a pasto**. In: PEIXOTO, A. M et al. **Planejamento da exploração leiteira**. Anais 10º simpósio sobre produção animal. Piracicaba, FEALQ, 1998

Dados para contato:

Autor: Janaina Veronezi Alberton

E-mail: agronomia.janaina@unibave.net

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL DE ESTUDANTES EM UM CENTRO
UNIVERSITÁRIO NO SUL DE SANTA CATARINA****Ciências Sociais Aplicadas**

Artigo Original

**Fabiano Medeiros Borão¹; Flavio Schilickmann¹; Jacira Aparecida Zanatta¹;
Joélia Walter Sizenando¹; Rovânio Bussolo¹****1. Centro Universitário Barriga Verde - Unibave**

Resumo: Com o crescente impacto ambiental, causado pelo homem por meio do uso desordenado dos recursos naturais, a conscientização ambiental, surge para minimizar este grave problema. O homem acreditava que podia controlar o meio ambiente, mas com o passar do tempo, descobriu que vivemos em um sistema que poderá ter fim. Com a escassez dos recursos naturais e a intensidade dos impactos ambientais, surge então a preocupação com o meio ambiente e a responsabilidade social. A conscientização ambiental é de extrema importância para todos e fundamental para o meio ambiente, por esse motivo torna-se relevante esse estudo sobre conscientização ambiental. O objetivo deste estudo é identificar o grau de conscientização dos estudantes em um Centro Universitário do Sul de Catarinense. Para atingirmos o objetivo maior, definiu-se como objetivos específicos, identificar o perfil dos entrevistados; mensurar o grau de conscientização ambiental por parte da comunidade acadêmica; propor ações de preservação ambiental para a tríade escola, universidade e comunidade. Os resultados apontam a importância da conscientização ambiental e a preocupação em parte da sociedade, que a mesma está gerando.

Palavras-chave: Conscientização Ambiental. Meio Ambiente. Recursos Naturais.

**ENVIRONMENTAL AWARENESS OF STUDENTS IN A UNIVERSITY CENTRE IN
THE SOUTH OF SANTA CATARINA**

Abstract: With the growing environmental impact caused by man through the disordered use of natural resources, environmental awareness, appears to minimize this serious problem. The man believed he could control the environment, but over time found that we live in a system that can be endless. With the shortage of natural resources and the intensity of environmental impacts, then there is the concern with the environment and social responsibility. Environmental awareness is of utmost importance for all and essential for the environment, therefore becomes relevant the study on environmental awareness. The objective of this study is to identify the level of awareness of students at a University Center of the South of Santa Catarina. To achieve the ultimate goal, it was defined as specific objectives, identify the profile of the respondents; measure the degree of environmental awareness on the part of the academic community; propose actions for environmental preservation to school triad,

university and community. A questionnaire was used for the academics to measure the level of environmental awareness among them. The results show the importance of environmental awareness and concern on the part of society, that it is generating.

Keywords: Environmental awareness. Environment. Natural resources

Introdução

A importância da conscientização ambiental começou a ser abordada com mais força na década de 1970, quando surgiram os primeiros questionamentos sobre a limitação dos recursos naturais. Dessa forma, os países desenvolvidos foram os primeiros a serem afetados pelos impactos provocados pela Revolução Industrial. Em 1968, três encontros foram importantes, delineando estratégias para enfrentar os problemas ambientais. No início da década de 1990, o assunto: meio ambiente já era tema de destaque nos encontros internacionais. Hoje, mais que nunca, enfrentamos problemas ambientais, causados pelo capitalismo e industrialização.

A escolha do tema em tela, deve-se ao fato de abordar um assunto do interesse global, pois é de responsabilidade de todos cuidar e preservar o meio ambiente para que as futuras gerações tenham o direito de viver num mundo melhor. Segundo Leff (2006 p. 256), "todos os seres humanos têm o direito ao pleno desenvolvimento de suas capacidades, a um ambiente são e produtivo e ao desfrute da vida em harmonia com seu meio ambiente". É evidente que a mudança de atitude e o respeito ao meio em que vivemos, ainda não é prática comum, por isso, a importância de tratar-se do assunto para que, através da reflexão, do diálogo e da troca de experiência possamos de fato, mudarmos nossas atitudes com relação ao meio ambiente.

Os países desenvolvidos foram os primeiros a sofrer com a poluição do ar, com a falta de água, o solo contaminado, em sua maioria, a consequência foi a industrialização. Muito se fala do risco que o mundo corre com os impactos ambientais, mas pouco é feito para que isso seja evitado.

Para realização dessa pesquisa, definiu-se como problema: como alertar os estudantes de um Centro Universitário acerca da importância da conscientização ambiental?

O objetivo geral proposto é, identificar o grau de conscientização dos estudantes em um Centro Universitário do Sul de Catarinense.

A partir do objetivo geral, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: identificar o perfil dos entrevistados; mensurar o grau de conscientização ambiental

por parte da comunidade acadêmica; propor ações de preservação ambiental para a tríade escola, universidade e comunidade.

Esta pesquisa permitiu, por meio do levantamento de dados, conhecer o grau de conscientização ambiental dos acadêmicos de um Centro Universitário no Sul de Santa Catarina. Caracteriza-se como pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa. Foi utilizado um questionário como instrumento de pesquisa, a fim de obter o grau de consciência ambiental dos entrevistados que será composto de vinte questões. Os temas discutidos foram: a preocupação com a destinação correta do lixo, o desperdício da água e a energia gasta desnecessariamente.

A Crise Ambiental

Segundo Dias (2008), nos últimos 300 anos a capacidade de produção foi maior do que em qualquer outra época, porém, com ela chegou uma vasta contaminação ao meio ambiente e ao ser humano. Devido a essas constantes mudanças no meio ambiente, estamos enfrentando várias consequências, tais como: a água poluída, lixos que atraem doenças, poluição no ar causada pelos carros e indústrias, afetando no desenvolvimento das crianças, entre outras. Nunca chegou-se tão perto da própria extinção. Segundo Minc (2005, p. 34) "o capitalismo e a industrialização geraram impactos ambientais em um patamar e em uma intensidade antes desconhecidos da humanidade".

Para Dias (2008), no século XVIII, inicialmente na Inglaterra, ocorreu uma grande "Revolução" conhecida como Revolução Industrial. Espalhou-se durante os séculos XIX e XX, destruindo importante áreas do ambiente natural. A Revolução Industrial promoveu o crescimento econômico e gerou riqueza, trouxe prosperidade e melhor qualidade de vida. O problema é que com o crescimento econômico desordenado, grande quantidade de energia e de recursos naturais eram utilizados e o meio ambiente era destruído cada vez mais rápido. Com as indústrias, o ar, o solo e a água eram contaminados, o consumo de recursos naturais era demasiado.

Para Odum (1997, p. 118), "até a data, e no geral, o homem atuou no seu ambiente como um parasita, tomando o que dele deseja com pouca atenção pela saúde de seu hospedeiro, isto é, do sistema de sustentação da sua vida".

Dias (2008) relata que, por volta de 1850, havia mais britânicos morando nas cidades do que no campo. Cidades cobertas de fumaça e impregnados de imundície.

Os serviços públicos básicos não acompanhavam esse crescimento de pessoas na cidade, assim começaram as epidemias de cólera, febre tifoide. A poluição do ar e das águas desencadearam doenças respiratórias e intestinais. "A incipiente urbanização concentrou populações em pequenos pontos do território; nesses espaços saturados o acúmulo de lixo e de dejetos humanos provocou surtos de doenças" (MINC, 2005, p. 34). Outro problema causado pela industrialização é a destinação incorreta dos resíduos de qualquer tipo, seja sólido, líquido ou gasoso que sobram das produções e afetam o meio ambiente e a saúde humana.

Sustentabilidade

A sustentabilidade contribui para que as futuras gerações tenham os recursos naturais necessários para o seu desenvolvimento, ou seja, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente. Para manter os recursos naturais no futuro é necessário usá-los de forma inteligente no presente. Para Dias (2008), com o intuito de alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário manter o equilíbrio entre três esferas, são elas: os setores econômicos, social e ambiental.

Com a crise ambiental existente, enfrentamos real ameaça à sobrevivência dos seres humanos, no entanto é possível reverter toda a situação; Porém é preciso produzir e consumir de forma consciente. Para Leff (2006, p. 406),

A crise ambiental coloca a necessidade de dar bases de sustentabilidade ao processo econômico, procurando controlar e reverter os custos ecológicos dos padrões de produção e consumo, e seus efeitos na deterioração ambiental e na qualidade de vida das maiorias.

Há vários benefícios quanto à adoção de ações de sustentabilidade. Com o meio ambiente preservado se torna possível o desenvolvimento das diferentes formas de vida em nosso planeta. Assegura os recursos naturais essenciais e uma boa qualidade de vida para as futuras gerações.

Lixo x Resíduos Sólidos

Antigamente não havia distinção entre lixo e resíduos sólidos. Atualmente os materiais separados, que podem ser reciclados ou reaproveitados recebem o nome de resíduos sólidos e os materiais misturados que não podem ser reutilizados são chamados de lixo.

Segundo Demajorovic (1995, p. 89),

O termo "lixo" foi substituído por "resíduos sólidos", e estes, que antes eram entendidos como meros subprodutos do sistema produtivo, passaram a ser encarados como responsáveis por graves problemas de degradação ambiental. Além disso, "resíduos sólidos" diferenciam-se do termo "lixo" porque, enquanto este último não possui qualquer tipo de valor, já que é aquilo que deve apenas ser descartado, aqueles possuem valor econômico agregado, por possibilitarem (e estimularem) reaproveitamento no próprio processo produtivo. Estas novas características contribuíram para tornar prioritária, dentro do setor público nos países desenvolvidos, a política de gestão de resíduos sólidos, demandando um comportamento diferente dos setores públicos, produtivo e de consumo.

A Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pelo Decreto 7.404/10, foi criada para propor a prática de hábitos de consumo sustentável, incentivar à reciclagem e à reutilização dos resíduos sólidos, acompanhada da destinação ambientalmente correta dos dejetos.

Energias Renováveis x Energias Não Renováveis

Segundo Reis et al. (2012), existem várias fontes de energia em nosso planeta, sendo que essas fontes se dividem em duas, as fontes de energia renováveis e as não renováveis. Os mesmos autores relatam que as fontes de energia renováveis são fontes ilimitadas e podem ser utilizadas sem a preocupação que um dia acabe. As fontes renováveis são: o vento, movimento do mar, radiação solar, biomassa, geotérmica e a gravidade. O uso dessa fonte é essencial para o combate das mudanças climáticas.

Uczai (2012, p. 21) destaca a importância do uso das renováveis:

[...] elas são capazes de prover maior segurança aos países que as utilizam, e seu aproveitamento em maior escala é um dos principais instrumentos de combate às mudanças climáticas decorrentes da elevação dos gases de efeito estufa na atmosfera.

Para Goldemberg e Lucon (2008), as fontes de energia não renováveis são fontes limitadas. Depende dos recursos que nosso planeta dispõe. Essas fontes são: o petróleo, carvão mineral, gás natural e nuclear. A vantagem das energias não renováveis está no preço, que costuma ser mais baixo. Em contrapartida há várias desvantagens que prejudicam diretamente o meio ambiente. Geram gases poluentes, acarretando no efeito estufa e no aquecimento global. Os acidentes nucleares geram riscos para população e ao meio ambiente.

Educação Ambiental Comunitária

Segundo Carvalho (2011, p. 51) a Educação Ambiental "surge da preocupação da sociedade com o futuro da vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações". Para obter uma educação ambiental sustentável, é preciso ter um processo de aprendizagem permanente, respeitando todas as formas de vida. A mudança é fundamental para isso, pois a crise ambiental é uma ameaça para o futuro do planeta.

Para Baldin e Munhoz (2011, p. 47),

A Educação Ambiental não se trata de um tipo especial de educação, mas, entende-se que é um conjunto de ações contínuas e longas para chegar-se à aprendizagem de um estado de espírito em que todos: família, escola e sociedade, devem envolver-se no andamento do processo.

Além da conscientização, é preciso ter a sensibilização da população para a questão ambiental. Estar bem informado dos riscos, não os fazem desaparecer. Mas podemos mudar o percurso do nosso planeta com informações precisas sobre o meio ambiente e motivando as práticas de conservação, relacionadas ao meio ambiente em que vivem. A redução de desperdício em geral, como a redução do consumo de água e energia são boas práticas que toda a sociedade pode e deve seguir.

Procedimentos Metodológicos

Para fundamentar este trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (1999) é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. No estudo, além da pesquisa bibliográfica, fez-se uso do método exploratório para conhecer o nível de consciência ambiental dos estudantes; utilizou-se dos instrumentos denominados entrevista e questionário.

Apresentação e Discussão dos Resultados

Perfil dos entrevistados

Para podermos entender melhor quem são os entrevistados para esse trabalho, destacamos que 44% são do gênero masculino e 56% são feminino. Talvez por uma questão de foco de vida profissional, o gênero feminino sobressai do masculino nos bancos dos cursos do Centro Universitário pesquisado.

O Censo da Educação Superior de 2013, aponta que 54,7% dos ingressantes no ensino superior são do público feminino. O que nos leva a dizer que, no Centro Universitário onde a pesquisa foi realizada, não é diferente do restante do país, ficando ligeiramente acima da média.

Dos entrevistados, 1% possuem especialização, 7% possuem graduação e 91% possuem graduação incompleta. Percebemos, aqui, que as pessoas estão buscando o aprendizado em áreas de atuação novas das que inicialmente possuíam, isso reflete o constante aperfeiçoamento profissional e pessoal para estar no mercado de trabalho e sua conseqüente melhoria na economia pessoal.

De acordo com as pesquisas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), 10,8% estão cursando sua segunda graduação, sendo que 30,1% desses universitários tem mais de 40 anos.

Para Bock (2013), diante da instabilidade do mercado de trabalho e da existência de competição por oportunidades, os profissionais se deparam com a necessidade de repensar suas carreiras, seja para redirecionar suas carreiras, seja para obter um complemento em suas competências, habilidades ou conhecimentos. Talvez, algumas sejam impulsionadas por aprendizagem, ou por dinheiro ou para obter reconhecimento, outras ainda estejam interessadas em segurança.

Com relação aos cursos frequentados pelos entrevistados, destacamos que a maioria é do curso de Ciências Contábeis, seguindo Engenharia Civil, depois Direito, porém temos representatividade de todos os cursos oferecidos no ensino superior pelo Centro Universitário pesquisado.

Grau de conscientização ambiental na questão Lixo

Ao serem questionados sobre a questão lixo, 7% dos entrevistados disseram que todas as vezes que jogam algo no lixo, eles pensam em como poderia reutilizá-lo, 50% responderam algumas vezes, 31% pouquíssimas vezes e 13% nunca.

Segundo Calderoni (2011), no Brasil cerca de R\$ 4,6 bilhões são perdidos todos os anos com o lixo doméstico, por falta de reciclagem adequada. O mesmo autor relata que a reciclagem geraria vários postos de empregos, por exemplo em uma cidade de 200 mil habitantes criar-se-iam 400 postos de trabalho.

Entretanto, na questão reciclagem do lixo, apenas 21 % separam o lixo que poderia ser reciclado todas as vezes, 45% algumas vezes, 22% pouquíssimas vezes

e 13% nunca. Interrogados sobre a preocupação em não jogar lixo na rua, 76% alegou que se preocupam todas as vezes, 20% algumas vezes, 2% pouquíssimas vezes e 2% nunca.

Grau de conscientização ambiental na questão água

Os entrevistados na pesquisa, quando questionados sobre o grau de preocupação com o tempo gasto e a quantidade de água utilizada, 24% responderam que se preocupam todas as vezes, 44% algumas vezes, 22% pouquíssimas vezes, 10% nunca. Segundo Cortez (2010), o mau uso da água gera desperdícios. Tarefas como escovar os dentes com a torneira aberta consomem 12 litros e apenas 1 litro com a torneira fechada. Dos entrevistados, 31% se preocupam com o gasto de água ao limpar suas residências ou automóveis todas as vezes, 47% algumas vezes, 15% pouquíssimas vezes e 8% nunca.

Grau de conscientização ambiental na questão energia

Na questão da energia, 69% dos sujeitos da pesquisa utilizam lâmpadas econômicas em suas residências todas as vezes, 25% algumas vezes, 5% pouquíssimas vezes e 1% nunca.

Quando foram questionados se costumam deixar os aparelhos eletroeletrônicos conectados na tomada, em *stand-by* (em espera) e 29% afirmou que deixa todas as vezes, 42% algumas vezes, 16% pouquíssimas vezes e 13% nunca. Para Garcez e Garcez (2010, p. 29) "a função *stand-by* de um aparelho usa cerca de 15% a 40% da energia consumida quando ele está em uso".

A importância do uso consciente da energia está ligada diretamente à preservação ambiental, pois não existe produção de energia sem impacto ambiental.

Grau de conscientização ambiental em uma visão geral

Em uma visão geral, 54% dos entrevistados se preocupam com a preservação dos recursos naturais todas as vezes, 39% algumas vezes, 6% pouquíssimas vezes e 1% nunca.

Quando questionados sobre a mudança no comportamento em relação à preservação ambiental, 58% estão dispostos a mudar seu modo de vida ou praticar

ações para contribuir com a preservação do meio ambiente todas as vezes, 38% algumas vezes, 3% pouquíssimas vezes e 1% nunca.

Para ter um efeito positivo, estas mudanças no modo de vida das pessoas deve vir acompanhada de uma forte educação ambiental.

Para Minc (2005, p. 72):

Educação ambiental bem-ensinada e bem aprendida tem de ter relação com a vida das pessoas, o seu dia a dia, o que elas veem e sentem, o seu bairro, a sua saúde, as alternativas ecológicas. Caso contrário, é artificial, distante e pouco criativa.

As pessoas são, acima de tudo, responsáveis para que aconteça preservação ambiental, pois são as atitudes e necessidades delas que influenciam a produção das grandes indústrias.

Ações propostas para preservação ambiental

A partir dos dados levantados, sugerimos que a conscientização seja feita por meio de eventos, seminários, congressos, fóruns, entre outros.

Nesses eventos, propomos que sejam assuntos de debates: a separação de resíduos, formas de reciclagem dos materiais, empresas coletoras, procedimentos de coletas, entre outros, seja nas indústrias, comércios, prestadores de serviços e na vida pessoal. Necessário se faz que os setores envolvidos busquem parcerias estratégicas, para que possam efetuar a reciclagem de forma mais adequada, aumentando o percentual do que temos hoje, no país, de acordo com o produto a ser reciclado.

Recomenda-se que nos ambientes organizacionais sejam colocadas lixeiras em que possam serem separados os materiais, a fim de facilitar o processo de reciclagem. Materiais, tais como: plástico, papel, vidro, orgânico, não reciclável, metais.

Considerações finais

Mesmo com a evolução e uma considerável preocupação com os cuidados com o meio ambiente, ainda há muito a se fazer. O crescimento econômico continua sendo o maior vilão, pois, ainda não existe um equilíbrio sustentável, aumentando desta forma o impacto ambiental. As consequências são: a poluição no ar, o efeito estufa,

as chuvas acidas, entre outras. Essa crise que o homem vem enfrentando é efeito de suas próprias ações.

O estudo comprova a importância da preservação do meio ambiente pois, por mais que os recursos naturais estejam ameaçados e que as ações individuais para preservação do meio, ainda sejam diminutas, há uma preocupação ambiental por parte dos entrevistados. Algumas práticas de preservação ambiental podem fazer toda diferença, tais como: utilizar transporte público para evitar o uso de diversos carros que iriam para o mesmo local; desligar as luzes em ambientes em que não há utilização; não deixar a torneira aberta ao lavar a louça ou escovar os dentes; separação de materiais que podem ser reciclados.

Entende-se que por meio de eventos, congressos regionais, parcerias público-privadas, através de ações conjuntas, é que haverá a minimização dos impactos ambientais. Porém, deve haver uma mudança de pensamento e de hábitos de toda a população diminuindo, por exemplo, o consumo exagerado dos centros urbanos e um cuidado com a geração e o destino final dos resíduos (lixo), para que seja possível a preservação do meio em que vivem.

Percebeu-se nesse estudo que a maioria os entrevistados estão conscientes de que devem fazer algo para melhoria do meio ambiente, pois é onde vivem seu dia a dia, e com a preservação do ecossistema como um todo, pois assim, sua qualidade de vida será mais agradável. A conscientização é importante, mas, é essencial, o desenvolvimento da educação ambiental na população, para sensibilização de todos.

Referências

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, *Elzira M. Bagatin*. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**. Rio Grande, v. 27, p. 46-60, jul./dez. 2011. Disponível em <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3193/1855>> Acesso em 27/11/2014.

BOCK, Hugo. **Perspectivas profissionais dos alunos que cursam administração como segunda graduação**. 2013. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/97141>

CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. Universidade de Michigan: Humanitas, 2003.

BRASIL. **Ministério da Educação Superior, INEP**. Censo da educação superior 2013. Resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em 15/12/2014.

CORTEZ, Henrique. **Cidadania ambiental**: água. São Paulo: Baraúba, 2010.

DEMAJOROVIC, Jacques. Da política tradicional de tratamento do lixo à política de gestão de resíduos sólidos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 88-93, mai./jun., 1995. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a10v35n3.pdf>>. Acesso em 20/11/2014.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2008.

GARCEZ, Lucília; GARCEZ, Cristina. **Energia**. São Paulo: Callis Ed., 2010.

GOLDEMBERG, José; Lucon, Oswaldo. **Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE**. Relatório Educação e Deslocamento, do Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/545/cd_2010_educacao_e_deslocamento.pdf>. Acesso em 22/04/2015.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MINC, Carlos. **Ecologia e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

ODUM, Eugene P. **Fundamentos da ecologia**. Lisboa: Fundação Clouste Gulbenkian, 1997.

REIS, Lineu Belico dos; FADIGAS, Eliane A. F. Amaral; CARVALHO, Cláudio Elias. **Energia, Recursos Naturais e a Prática do Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. rev. e atual. Barueri, SP, 2012

RELATÓRIO BRUNDTLAN. **Relatório de Suécia**, 1987. Disponível em: <<http://guiafloripa.com.br/sites/energia/desenvolvimento/desenvimentosustentavel.php>> Acesso em 01/12/2014.

UCZAI, Pedro. **Energia renováveis**: riqueza sustentável ao alcance da sociedade. Brasília: Centro de Documentação e Informação Edição Câmara Brasília, 2012.

Dados para contato:

Autor: Rovânio Bussolo

E-mail: coordenadoradmunibave@gmail.com

O PERFIL DOS CONSUMIDORES DO COMERCIO DA CIDADE DE ORLEANS-SC

Ciências Sociais Aplicadas

Artigo Original

**Alisson Joaquim Flor¹; Fabrício Schambeck¹; Luciana Debiasi Menegasso¹;
Vanilda Antunes Maria Berti¹; Vinicius Schambeck¹**

1. Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE

Resumo: Este trabalho consiste em uma pesquisa de marketing, realizada com clientes do comércio da cidade de Orleans – SC, com objetivo de verificar o que o perfil e a percepção dos consumidores com relação ao comércio de Orleans. Para conseguir alcançar tais objetivos, o estudo se baseou em fundamentos teóricos que buscaram na literatura existente em livros, artigos e outros documentos. A metodologia aplicada para o estudo foi caracterizada como exploratória, utilizando a abordagem quantitativa. O estudo permitiu a pesquisadora conhecer um pouco mais sobre o comércio e deixou algumas sugestões de estudos futuros para o mesmo.

Palavras-chave: Marketing. Comércio. Consumidor.

PROFILE OF CONSUMERS OF ORLEANS (SANTA CATARINA)

Abstract: This study search to discover which profile and consumer opinion of Orleans - SC commerce on some points highlighted as relevant to the development of the study. This work consists of a marketing research, performed with trade customers in the city of Orleans – SC, in order to verify that the profile and perception of consumers with Orleans - SC commerce. To achieve these goals, the study is based on theoretical foundations that seek in the existing literature in books, articles and other documents. The methodology used for the study was characterized as exploratory, using quantitative approach. The study allowed the researcher to know a little more about the commerce and made some suggestions for future studies.

Keywords: Marketing. Commerce. Consumer

Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal identificar o perfil dos consumidores do comércio de Orleans. Para que tal objetivo seja cumprido foram traçados alguns objetivos específicos para poder chegar ao objetivo principal, tais como: Identificar o

perfil sócio econômico; atendimento; preço; percepção do comércio em geral; produto; promoção.

Este trabalho por sua finalidade pode-se chamar de pesquisa aplicada e para responder aos objetivos ela é uma pesquisa exploratória. Utilizou-se um método de abordagem quantitativa. E como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário. Sua importância se dá pelo fato que o comércio e algumas empresas que desejam trabalhar com os consumidores desta cidade, podem utilizar este trabalho afim de conhecer de forma geral os consumidores de Orleans, para poderem oferecer preços, promoções, formas de divulgação, de forma atrativa.

Pesquisa de marketing

Pesquisa de marketing segundo Kotler (2008, p. 29), é “o planejamento, coleta, análise e apresentação sistemática de dados e descobertas relevantes sobre uma situação específica de marketing enfrentada por uma empresa”.

A pesquisa de marketing eficaz envolve cinco etapas conforme Kotler (2008). Etapa 01: Definição do problema e objetivos de pesquisa. “Exige que o gerente de marketing e o pesquisador definam cuidadosamente o problema e os objetivos de pesquisa. Um antigo adágio afirma: “um problema bem definido é metade da solução.” Etapa 02: desenvolvimento do plano de pesquisa. “Trata do desenvolvimento do plano mais eficiente para reunir informações necessárias. O gerente de marketing precisa conhecer o custo do plano de pesquisa antes de aprová-lo”. Etapa 03: Coleta de informações. É a mais cara e mais sujeita a erros. No caso de levantamentos, surgem grandes problemas, como alguns respondentes não estarem em casa, outros recusarão a cooperar e ainda alguns darão respostas visadas ou desonestas, por fim, alguns entrevistados pode não ser confiáveis. Etapa 04: Análise das informações. Extrair resultados através dos dados coletados. O pesquisador tabula os dados e desenvolve distribuições de frequência. O pesquisador aplica algumas técnicas estatísticas avançadas e modelos de decisão na esperança de descobrir resultados adicionais. Etapa 05: apresentação dos resultados. O pesquisador apresenta os resultados aos principais interessados. Ele não deve sobrecarregar a administração com grande quantidade de números e técnicas estatísticas extravagantes.

Para Kotler e Armstrong (2007; p.87) “As empresa utilizam a pesquisam de marketing em uma ampla variedade de situações”. A pesquisa de marketing pode

ajudar os profissionais da área “a entender a satisfação do cliente e seu comportamento de compra, ajudando-os, a avaliar o potencial e a participação de mercado ou estimar a eficácia da determinação de preços, produto, distribuição e atividades promocionais.

Composto de *marketing*

Gabriel (2010, p.42), relata que “o composto de marketing é ferramenta estratégica que constitui o coração de qualquer plano de marketing”. Em 2000 somente eram conhecidos como o marketing mix os 4As. Richers (2000), mostra que o marketing mix “é um componente estratégico que acrescenta eficácia à empresa e ajuda a atingir seus objetivos a médio ou longo prazo da maneira mais racional possível.” Richers (2000, p.39).

O objetivo dos 4As é saber o que você quer como empresa diante das oportunidades do mercado. Os 4As são: análise: descubra até que ponto seus objetivos são aceitáveis pelo mercado; adaptação: ajuste suas ofertas ao mercado para torná-las mais facilmente aceitáveis; ativação: ofereça seus produtos e serviços nos pontos, nas épocas e sob condições adequadas à sua demanda e use a mídia para divulgá-los e promovê-los junto ao mercado; avaliação: exerça controles contínuos sobre suas funções mercadológicas. Richers (2000).

Nos dias atuais o mix de marketing também é conhecido como os 4Ps, como já foi citado no início. Kotler e Armstrong (2007, p.42), definem que “é o conjunto de ferramentas de marketing, táticas e controláveis que a empresa combina para produzir a resposta que deseja no mercado-alvo.”

Ainda Kotler e Armstrong (2007, p.43), defendem que:

[...] enquanto os profissionais de marketing se vêem como vendedores de um produto, os clientes se vêem compradores de valor ou de uma solução para seus problemas. Os clientes não estão interessados apenas em preço; estão interessados também nos custos totais para obter, utilizar e descartar um produto. Querem que o produto ou serviço esteja disponível da forma mais conveniente possível.

Gabriel (2010), define os 4Ps como produto, preço, praça e promoção. Para Kotler (2008, p.35), o conceito de produto é:

[...] os consumidores favorecerão aqueles produtos que oferecerem mais qualidade, desempenho ou característica inovadoras. Os gerentes das organizações orientadas para produto focam sua energia em fazer produtos superiores, melhorando-os ao longo do tempo.

Produto é aquilo que satisfaz as necessidades ou desejos dos consumidores. Como componentes dos produtos de acordo com (GABRIEL, 2010), tem-se que: marca – é um nome, um termo, sinal, símbolo ou qualquer outra característica que identifica o produto como destino de outros; embalagem – as principais finalidades da embalagem é possibilitar a armazenagem e o transporte; níveis do produto – é formado por três: parte central, parte tangível e ampliação do produto; serviços – as características de um serviço são: intangibilidade, inseparabilidade, variabilidade e perceptibilidade.

Sendo assim, Cobra (2009), informa que os produtos podem ser duráveis como, por exemplo, os eletrodomésticos ou não duráveis como produtos de limpeza. Para ele os produtos podem ser comprados por comparação de preço, marcas, etc. Ou podem ser comprados por conveniência. Como bens de compra inclui-se joias, supérfluos. Como bens de conveniência os produtos de necessidades emergenciais como cigarro, chocolate.

Já o preço, segundo Gabriel (2010), é fator que estabelece as condições da troca. Os componentes do preço são: custo de manufatura do bem ou custo operacional do serviço; custo de estrutura física e administrativa da empresa; custo de promoção e de vendas; margem de lucro da empresa; margem de possíveis canais de distribuição.

Com base nos preços dos produtos muitas decisões são feitas. O preço ajuda a dar valor às coisas. Uma boa determinação de preço poderá levar uma empresa ao desenvolvimento e lucratividade (LAS CASAS, 2004).

Existem vários objetivos que poderão ser perseguidos pela empresa no tocante de preço, os mais comuns segundo Las Casas (2004, p.191), são: retorno no investimento: os administradores estão primeiramente interessados em conseguir um retorno no investimento feito em determinado empreendimento; objetivos de concorrência: os administradores ao invés de se preocuparem inicialmente com os custos que incorrerão para produzir seus produtos e retornos esperados; preços promocionais: algumas empresas eventualmente usam preços promocionais visando melhorar alguma situação qualquer, como falta de caixa, combate a concorrência, ou outra; fatia de mercado: os preços poderão ser determinados também para obtenção de objetivos da empresa como o de aumentar a fatia de mercado; e fluxo de caixa: os

preços poderão ser determinados também para que a empresa receba de volta aquele valor que investiu na produção ou no negócio.

Gabriel (2010), perpassa que o local possibilita que a troca aconteça. Seus componentes são: público – alvo - onde estão e como compram, etc; características do produto - perceptibilidade, frequência de compra, preço; características da empresa - capacidade de distribuição e estocagem; estratégia de comercialização.

Praça também é chamada de distribuição por alguns autores, para Ferrel (2000, p.98), “distribuição é a atividade de marketing que representa o maior custo para muitos produtos”.

[...] através do sistema de distribuição o marketing proporciona utilidade de lugar e de tempo. O fabricante elege os distribuidores de tal modo que possam vender seus produtos nos locais certos e também no tempo certo. Assim, um fabricante localizado em São Paulo proporcionara utilidade de lugar a um comprador de Porto Alegre colocando seus produtos à venda em lojas daquela cidade. Um casaco de couro vendido na mesma cidade, à disposição dos compradores quando eles realmente dele necessitarem, proporciona utilidade de tempo. (LAS CASAS, 2004, p.212).

Já a promoção é a forma de comunicar ao público – alvo sobre o produto, preço e praça, estimulando a troca. Os componentes da promoção são, segundo Kotler (2008): propaganda – usada para propagar uma mensagem ao público – alvo; promoção de vendas – usada para incentivar a experimentação e o relacionamento com o público – alvo; marketing direto – usado para construir relacionamento de duas vias com o público – alvo; relações públicas – usadas para fortalecer a imagem e reputação da marca – produto; e venda – pessoal – usada para construir relacionamento pessoa e próximo entre empresa – público.

As atividades de promoção segundo Ferrel (2000, p.97), são “necessárias para comunicar as características e os benefícios de um produto a seu(s) mercado(s)-alvo(s) pretendido(s)”. “O composto promocional é uma combinação e relação dos tipos de promoções que a firma faz para determinado período de tempo”. (LAS CASAS, 2004, p.240). Para Gabriel (2010, p.57), além dos 4Ps “existe ainda um outro modelo estratégico relacionado ao marketing”. São eles: análise: identifica e compreende as forças vigentes no mercado em que a empresa opera ou pretende operar no futuro; adaptação: processo de adequar a oferta da empresa às forças externas detectadas por meio da análise; ativação: conjunto de medidas destinadas a fazer com que a oferta da empresa atinja os mercados predefinidos e seja adquirida

pelos compradores; avaliação: propõe-se a exercer controle sobre os processos de comercialização e interpretar os seus resultados a fim de corrigir falhas e racionalizar futuros processos de marketing.

Manter um cliente é sempre mais barato do que conseguir um cliente novo. Implica dizer, portanto que um administrador deve cuidar de um cliente desde a primeira visita para conseguir a confiança necessária tornando-o fiel aos produtos e serviços oferecidos pela empresa.

Fidelização é o conjunto de normas e atitudes de venda e pós-venda que procura manter um cliente fiel ao nosso negócio. Evitar a rotatividade dos clientes até chegarmos ao estado ideal de rotatividade zero é o principal objetivo de fidelização. (PRAZERES, 2005, p.167).

Cobra (2009, p.24), relata que “cliente satisfeito nem sempre é um cliente leal”. Muitas vezes o cliente, está encantado com a marca do produto, o que de fato pode fortalecer a imagem da empresa. Muitas vezes o cliente não sabe o que quer e cabe à empresa descobrir, através de pesquisas motivacionais e tecnológicas, e, para vencer a concorrência, é preciso oferecer um valor superior por um custo inferior.

De acordo com Rodrigues (1999), quando um consumidor se torna cliente representa que houve confiabilidade no estabelecimento comercial. Significa que o consumidor vê a empresa com algum diferencial positivo. Mostra que a empresa cativa às pessoas que por lá passam. Demonstra que a empresa transmite seriedade, respeito e que oferece qualidade na prestação de serviços define sua personalidade.

Já Kotler e Armstrong (2007, p.5), dizem que os clientes formam expectativas em relação ao valor e a satisfação. “Os clientes satisfeitos compram novamente e contam aos outros suas boas experiências. Os clientes insatisfeitos muitas vezes mudam para a concorrência e depreciam o produto aos outros”.

Segundo Pilares (2005, GRIFO NOSSO), os cuidados devem envolver: Produto – Quando se tem concorrentes no mercado oferecendo o mesmo produto, a qualidade superior apresentada no produto é fator essencialmente, imprescindível para o fator fidelização. Preço – um cliente só volta a entrar em contato com a empresa para fazer negócios, se estiver convencido do valor do produto. Por isso é necessário concentrar no produto qualidade e preço. Sem estes dois quesitos, “o esforço de fidelização ao cliente esta fadado ao fracasso” (PILARES, 2005, p.167).

Marketing de relacionamento para Kotler e Armstrong (2007, 14), é quando se trata de “criar valor para o cliente e construir relacionamentos fortes com ele, os profissionais de marketing sabem que a empresa não pode fazer tudo sozinha. Elas devem trabalhar em estreito contato com uma série de parceiros de marketing”.

Cobra (2009, p.27), diz que “o conceito de marketing de relacionamento é entendido como a tarefa de criar forte lealdade dos consumidores em relação a uma determinada marca. “Os mercados consumidores consistem em indivíduos e famílias que compram bens e serviços para consumo pessoal” (KOTLER & AMSTRONG, 2007, p.57).

Precisa-se de uma estratégia para atender aquele cliente sobrecarregado de serviço que não tem tempo para comparecer no estabelecimento e muitas vezes sem tempo para atender o vendedor. Pode-se incentivá-los ou conduzi-los a utilizar a Internet ou o serviço de televendas como alternativa para aqueles que reclamam da falta de tempo. Assim como utilizar o telefone para realizar negociações, e então, levar o produto até o cliente, mesmo fora de horário, oferecendo maior comodidade ao cliente.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa foi realizada com clientes do comércio de Orleans, Santa Catarina. Este é um estudo de campo, pois buscou dados e informações, ainda não coletados, para oportunizar a compreensão de como está a satisfação dos clientes em relação ao atendimento dos vendedores do comércio de Orleans. Para Heerdt (2007, p. 82), O estudo de campo é “um tipo de pesquisa que procura o aprofundamento de uma realidade específica”. Utilizou-se também o método de pesquisa exploratória que tem como seu objetivo aperfeiçoar conceitos ou a descoberta de novas percepções (GIL, 2002).

Como esta pesquisa buscou encontrar respostas para um problema levantado, aprofundou-se no mundo dos significados, das ações e relações humanas, esta pesquisa se caracteriza como sendo de abordagem quantitativa a qual procura quantificar os resultados obtidos. (LAKATOS; MARCONI 2009).

Os dados desta pesquisa foram coletados através de um questionário com perguntas fechadas, aplicado a 377 pessoas. A coleta de dados foi realizada com base em um questionário conforme (apêndice A), estruturada e organizada de

maneira criteriosa pela pesquisadora. O questionário redigido foi composto por 20 questões fechadas e uma questão aberta. A pesquisa foi aplicada pela própria pesquisadora em contato direto com os entrevistados, em diferentes locais do município de Orleans. As questões buscaram dados para responder os objetivos traçados e as respostas a foram quantificadas, e as entrevistas relatadas em seus pontos mais interessantes.

A população deste estudo foram os moradores do município de Orleans que é composta por 21.395 habitantes (CENSO IBGE 2010). Segundo Krejcie (1970), para uma população determinada de aproximadamente 20.000 pessoas é necessária uma amostra de 377 entrevistados, para que se tenha 95% de confiabilidade e uma margem de erro de 5%.

Desta amostra foram considerados válidos apenas 289 questionários e 88 foram desconsiderados por possuir erros de preenchimento e falta de compreensão das respostas por parte do pesquisador devido a problemas de grafia. A amostra foi escolhida com base na abordagem não - probabilística, de maneira intencional. Segundo Luciano (2001, p.29), a amostra não probabilística não indica os critérios prévios da amostra na busca dos elementos que comporão a amostra e é intencional porque será escolhida de modo que “representou bom julgamento da população/universo”.

Resultados e Discussão

Os resultados da pesquisa sobre gênero apontaram 51% Feminino e 49% dos entrevistados Masculino. Tanto o Homem quanto a Mulher são imprescindíveis para compras no comércio apesar de a maior parte consumidora são as mulheres. No ano de 1896 segundo Lottin (1998), eram feitos censos para avaliar o crescimento das empresas de Orleans.

Sobre a renda familiar vê-se que 9% recebe até 1 salário mínimo, 29% recebe de 1 a 3 salários mínimos, 37% de 3 a 5 salários mínimos, 21% de 5 a 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos somente 4^o. O salário é importante para o tanto de compra do cliente, e o quanto ele vai pechincha para que o preço seja baixo, mas o produto de qualidade. Como pode-se perceber a maior parte recebe um equivalente de 3 a 5 salários mínimos.

A faixa etária de quem compra no comércio de Orleans é de 7% com menos de 18 anos, 37%, ou seja, a maior parte dos consumidores entre 19 e 25 anos, 12% de 26 a 35 anos, 11% de 36 a 45 anos, 26% de 46 a 55 anos e 7% acima de 55 anos.

Segundo Lottin (1988) relata que o censo realizado na cidade de Orleans em 1896, as famílias eram bem grandes, obtendo no mínimo 5 membros, tendo até 13 membros morando numa mesma casa. A pesquisa mostra o percentual e número de membros morando numa mesma casa, hoje na comunidade do Rio Novo em Orleans. Apenas uma pessoa 4%, 2 pessoas na mesma casa 18%, 3 pessoas 38%, 4 pessoas 32% e 5 ou mais 8%. Pode se perceber que a maioria mora com mais 2 pessoas, ou seja, pai, mãe e um filho ou no máximo 2 filhos por família, como mostra o segundo lugar da pesquisa.

Percebe-se na pesquisa que 50% dos consumidores acham que os funcionários do comércio de Orleans atendem bem, 6% muito bem, 23% regular, 13% ruim e 8% muito ruim.

Para os consumidores o atendimento no comércio de Orleans está sendo satisfatório, pois segundo pesquisa realizada 6% está muito insatisfeito com o atendimento, 17% insatisfeito, 29% indiferente, 41% satisfeito e 7% muito satisfeito.

Para os consumidores de Orleans 13% acham muito caro, 39% caro, 19% médio, 25% barato e 4% muito barato. Assef (1997 p.2), afirma que a “identificação e o conhecimento do mercado de atuação, das condições comerciais e mercadológicas das empresas concorrentes são essenciais na formação dos preços de venda”.

Vê-se hoje, que é imprescindível o uso de cartão de crédito, pois trás mais segurança ao comércio e mais viabilidade ao consumidor. São poucos os consumidores que não possuem este meio de pagamento, pois a maioria das lojas empreendedoras já não utilizam mais o famoso crediário.

No município de Orleans, por ser uma cidade pequena, onde a maioria se conhece, ainda em muitas lojas é utilizado o crediário, mas como vê-se a seguir já muitos estão utilizando o cartão. Na pesquisa realizada 23% utiliza dinheiro, 21% cheque, 21% cartão de crédito, 8% cartão de débito e 27% crediário.

O consumidor possui algumas crenças, escolhe uma marca de bolo sem muita avaliação e avalia durante o consumo. Porém, da próxima vez ele pode procurar outra marca ou desejar um sabor diferente. A escolha da marca escolhe em função da variedade, em vez de estar relacionada com a insatisfação (KOTLER,1994; p. 176).

Quanto a variedade dos produtos 5% estão muito insatisfeitos, 14% insatisfeitos, 33% indiferentes, 38% satisfeitos e 10% muito satisfeitos.

Em relação ao que o consumidor de Orleans a compra de determinado produto, os clientes do comércio de Orleans compram pela qualidade 15%, pela marca 19%, preço 48% e variedade 18%. A segurança do produto que se refere a pesquisa, é em questão de garantia, por exemplo, um moletom, caso ele encolha, a loja tem que dar uma garantia de troca, para que ninguém saia perdendo. 5% dos consumidores estão muito insatisfeitos com a segurança que a loja dá a seus produtos, 13% insatisfeito, 45% indiferente, 31% satisfeito e 6% muito satisfeito. Para o comércio as melhores épocas de vendas são as datas comemorativas, principalmente, natal, páscoa, dia das crianças, dia das mães e dos pais e dia dos namorados. Para a maioria dos consumidores a data que eles mais costumam comprar é 10% ano novo e Páscoa, 15% dia das mães, 7% dia dos namorados, 6% dia dos pais, 11% dia das crianças e 41% natal.

As mídias mais visadas pelos consumidores de Orleans são: 12% jornal, 38% radio, 16% internet, 24% panfleto e 10% outros meios.

Churchill e Peter (2000, p. 452) definem propaganda como “qualquer anúncio ou comunicação persuasiva veiculada nos meios de comunicação de massa durante determinado período e num determinado espaço pagos ou doados por um indivíduo, companhia ou organização”. A propaganda se caracteriza por atingir uma quantidade considerável de pessoas e permite uma boa visibilidade da empresa.

A primeira empresa a se instalar em Orleans foi a casa comercial da Empresa Colonizadora Grão Para a partir de 1885. O pagamento era realizado a partir das produções dos colonos. Naquela época o importante era o abastecimento de alimentos, sem olhar marca, preço, promoção, e sim o produto oferecido. (LONTTIN, 1988)

Hoje vê-se na pesquisa que o que chama atenção do cliente no comércio é 13% o preço, 30% o produto, 42% a marca e 15% o bom atendimento. Segundo pesquisa 8% dos consumidores acham muito bom o comércio de Orleans, 49% acham bom, 24% regular, 14% ruim, 5% muito ruim. Na pesquisa foi perguntado sobre o que a empresa tem que ter para permanecer fiel a ela, os seguintes dados mostram que 12% tem que ter bom preço, 13% a marca, 35% tem que ter promoção, 30% bom vendedores, 10% outros motivos.

Para os consumidores entrevistados vemos que, o que falta para melhorar o comércio de Orleans é 23% ter mais variedade de lojas, 37% mais promoções, 16% bom vendedores e 24% outros. Podemos perceber que novamente os consumidores falam sobre promoção, pois ela é um meio de o cliente poder comprar mais e gastar menos em produtos de qualidade.

As notas atribuídas ao comércio de Orleans em porcentagem foram: 2% nota 0,0; 1% nota 1,0; 2% nota 2,0; 4% nota 3,0; 6% nota 4,0; 13% nota 5,0; 14% nota 6,0; 25% nota 7,0; 18% nota 8,0; 7% nota 9,0 e 8% nota 10,0.

O que faz com que o consumidor compre em uma determinada loja segundo pesquisa é 15% serviço de entrega, 34% localização, 33% ambiente da loja e 18% o atendimento.

Considerações Finais

Levando-se em consideração os resultados obtidos e apresentados no presente trabalho, sugere-se que seja realizado um estudo mais aprofundado e com uma representatividade mais considerável de clientes obtendo assim um diagnóstico mais completo.

Também se sugere que sejam adequadas as perguntas com pontos que a empresa/loja entende ser importante conhecer melhor seus consumidores e sua percepção.

Conforme Claro (2005, p.6), as empresas devem ser capazes de competir em níveis local e global. Há algum tempo atrás, as empresas que oferecessem um produto de alta qualidade garantiriam uma vantagem competitiva sobre a concorrência. Sendo assim, as empresas que competem neste mercado começam perceber a importância do relacionamento como um diferencial que dificilmente será copiado pela concorrência. Logo, as empresas devem criar relacionamentos duradouros com os clientes, a fim de se proteger da concorrência.

Para concluir, verifica-se ainda a importância de conhecer os perfis dos clientes através de pesquisas que também possam atender aos objetivos da empresa/loja, e a partir dos dados levantados desenvolver estratégias chamar mais a atenção dos consumidores e ter ou diferencial da sua concorrência.

Referências

- COBRA, Marcos. **Administração de marketing no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- GABRIEL, Martha. **Marketing na era digital: conceitos, plataformas e estratégias**. São Paulo: Novatec, 2010.
- HEERDT, Mauri Luiz. **Metodologia científica**. 5 ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.
- KOTLER, P. & ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. Englewood Cliffs, Editora Prentice-Hall, 1991.
- KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: Análise, Planejamento, Implementação e controle**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KREJCIE, Robert V. & MORGAN, Daryle W. **Determining sample size for research activities**. In: EDUCACIONAL AND PSYCHOLOGICAL MEASUREMENT.1970
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo : Atlas, 2009.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing: conceitos, exercícios e casos**. 6 ed. São Paulo: Atlas; 2004.
- LUCIANO, Fabia Lilia. **Metodologia científica da pesquisa**. Criciúma: Ed. do autor, 2001
- RODRIGUES, Valter. **Marketing no varejo**. 11. Ed. São Paulo: Globo, 1999.

Dados para contato:

Autor: Fabrício Schambeck

E-mail: schamba11@hotmail.com

**PRODUTOS PARA UM CONSUMIDOR CONSCIENTE: UM ESTUDO DE CASO
DO ATELIÊ POLPA PAPEL****Ciências Sociais Aplicadas**

Artigo Original

Alessandra Knoll¹; Andressa Sasaki Pacheco²; Fabrício Schambeck¹**1. Centro Universitário Barriga Verde – Unibave****2. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC**

Resumo: Aborda-se nesta pesquisa o tema do consumo consciente, delimitado para o caso de empresas que tenham como meta oferecer produtos ecologicamente corretos. Desta forma estudou-se o caso da microempresa Polpa Papel, que vende produtos de papelaria feitos com papel reciclado artesanal. Tem-se como objetivo principal estudar uma empresa que tenha como principal produto ou comercialização um objeto ou serviço ecologicamente ou socialmente correto, escolhendo-se para o estudo de caso o Ateliê Polpa Papel. Como objetivos específicos, este artigo se propõe a: estudar o conteúdo teórico a respeito do crescente mercado de produtos com responsabilidade socioambiental e estudar o conteúdo teórico referente ao crescimento na procura de produtos ou serviços que são ecologicamente corretos, ou chamados “produtos verdes”. Justifica-se a pesquisa deste tema ao fato de se tratar de um assunto relevante e atual, já que a conscientização ambiental não é apenas um fator comportamental crescente, ela vem sendo gradativamente mais discutida, e colocada em prática. Para tanto, a técnica de pesquisa utilizada para obtenção dos dados foi a Pesquisa Bibliográfica, realizada a partir de documentação indireta. O método utilizado do Estudo de caso é o Descritivo e os dados foram coletados através de entrevistas e observação participante em que a pesquisadora ficou alguns dias participando da produção da microempresa. Por fim, teve-se como resultado mais expressivo a verificação que o Ateliê Polpa Papel se mostra como um bom negócio com perspectiva de crescimento em virtude do aumento de demanda por produtos ambientalmente corretos.

Palavras-chave: Papel Reciclado. Consumidor. Produto Verde.

**PRODUCT FOR CONSCIOUS CONSUMERS: A CASE STUDY
ON POLPA PAPEL ATELIER**

Abstract: This research discuss the environmentally friendly products. Thus we studied the case of microenterprise Polpa Papel, which sells products made from handmade recycled paper. The objective is to study a company whose principal product or marketing an object or service ecologically or socially correct. As specific objectives, this article proposes to: study the theoretical content about the growing

market for products with social and environmental responsibility; study the theoretical content regarding growth in demand for products or services that are environmentally friendly, or so-called "green products"; study the case of Polpa Papel. To justify the research of this theme to the fact it is a relevant and current issue, as environmental awareness is not just a growing behavioral factor, it has gradually been more discussed, and put into practice. To do so, the research technique used to obtain the data was the Bibliographical Survey, conducted from indirect documentation. The method used in the case study is descriptive and data were collected through interviews and participant observation in which the researcher spent a few days taking part in the production of microenterprise Polpa Papel. Finally, it was taken as more significant results verifying that the Polpa Papel shows how a good business with growth prospects due to increases in demand for environmentally friendly products.

Keywords: Recycled Paper. Consumer. Green Product.

Introdução

Com intuito de conhecer melhor as empresas que trabalham no segmento de mercado voltado para produtos ou serviços com responsabilidade socioambiental, procurou-se uma empresa na cidade de Florianópolis que representasse este segmento de mercado, tendo um produto ou serviço socialmente correto como principal fonte de renda e manutenção da empresa.

Por estes motivos, foi escolhido para o estudo de caso o ateliê Polpa Papel, que é uma microempresa especializada em fabricar produtos de papelaria, feitos de papel reciclado feito à mão. Com mais de 20 anos de mercado, este ateliê atende toda a grande Florianópolis, tendo seu produto em diversas papelarias e também na casa d'alfândega, visto se tratar de um produto artesanal. A artesã também vende pessoalmente seus produtos em feiras de artesanato, onde entra em contato com os consumidores que estão à procura de objetos com responsabilidade socioambiental.

O estudo se mostra importante, pois trata de um assunto relevante e atual, já que a conscientização ambiental não é apenas um fator comportamental crescente. A questão ambiental vem sendo gradativamente mais discutida, e colocada em prática. Desta forma foi encontrada uma microempresa que recicla papéis de forma artesanal, ou seja, favorece o meio ambiente com a reciclagem do papel e ainda faz seus produtos de forma totalmente artesanal.

O objetivo principal deste artigo é fazer um estudo de caso do Ateliê Polpa Papel. Como objetivos específicos, este artigo se propõe a: estudar o conteúdo teórico a respeito do crescente mercado de produtos com responsabilidade socioambiental e

estudar o conteúdo teórico referente ao crescimento na procura de produtos ou serviços que são ecologicamente corretos, ou chamados “produtos verdes”.

Quanto à metodologia, observa-se que o método foi o Indutivo. A técnica de pesquisa utilizada para obtenção dos dados foi a Pesquisa Bibliográfica, realizada a partir de documentação indireta. A coleta de dados se deu por entrevista e observação participante.

O crescente mercado socioambiental

A sociedade de consumo, após vários desastres naturais, e danos causados ao meio ambiente e ao homem, teve que repensar seu *modus operandi*, devido à pressão governamental e, principalmente, não-governamental. “Sob o manto da responsabilidade socioambiental, os meios de comunicação enfatizam, cotidianamente, experiências bem sucedidas, iniciativas empresariais sustentáveis” (SILVA; ARAÚJO; SANTOS, 2012, p. 96). Ainda segundo Silva, Araújo e Santos (2010) surge a necessidade de rever o padrão de consumo, insustentável, visto que há uma polarização de excesso de consumo de um lado e de falta de itens básicos (água, saneamento, moradia) em outro.

O consumo consciente alerta para o desperdício dos países ditos desenvolvidos. Como exemplos deste desperdício têm-se que “dos nove trilhões de dólares que se gastam anualmente nos Estado Unidos, pelo menos dois trilhões são desperdiçados.” (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2008, p.51, tradução minha).

Que quer dizer desperdício neste contexto? Em termos simples, representa o dinheiro gasto sem que o comprador tenha adquirindo nenhum valor. Um exemplo de desperdício conhecido por todos é ficar preso no trânsito congestionado de uma via expressa. Está se perdendo dinheiro em gasolina, tempo e desgastando o automóvel e o motorista, mas o valor que isso produz é zero. Caprichos como dirigir um carro de luxo ou atravessar o Lake Mead com uma lancha de 600 hp não contam como desperdício aqui. O desperdício é o apanágio de um sistema industrial fora de moda que solapa a nossa força nacional. (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2008, p.51, tradução minha).

Quer dizer, no cálculo de desperdício ainda não estão contabilizados os gastos supérfluos, que devido à subjetividade, são difíceis de calcular. Os materiais descartáveis (por exemplo, o copo de café) são apontados como geradores de uma grande quantidade de lixo e poluição. Este é feito de plástico (derivado de petróleo, que é uma fonte não renovável) que mesmo se for reciclado não será totalmente reaproveitado, pois segundo dados do Cempre (Centro Empresarial para Reciclagem) apenas 30 % do que se recicla é reaproveitado. Se fosse utilizado copo de vidro,

estaria se usando a água (que é um recurso renovável, podendo inclusive ser lavado utilizando a captação da chuva) e o copo de vidro pode durar décadas. Porém, sem um consumo consciente, usa-se o mais cômodo e mesmo quando se usa o copo de vidro, há quem jogue o copo antigo fora para ter um mais moderno. Outra questão que aumenta o consumo é a moda e o design em geral, que força os consumidores a jogarem ou considerarem inapto algum bem que está em perfeito uso.

O aumento do consumo constitui um dos traços essenciais do movimento de expansão capitalista, como impulso à acumulação privada. Entretanto, no capitalismo tardio, o desenvolvimento das forças produtivas articula-se, contraditória e dialeticamente, ao “desperdício institucionalizado” como modo privilegiado de acelerar a velocidade de rotação do capital, posto que a ampliação do círculo do consumo no interior da circulação é condição precípua para a realização do valor. Assim, a obsolescência programada das mercadorias expõe uma das faces mais destrutivas do capitalismo contemporâneo. (SILVA; ARAÚJO; SANTOS, 2012, p. 97).

Como resposta a este desperdício surge uma preocupação com os recursos naturais e assim, no final do século XX houve, principalmente com os estudos da interferência do homem no aumento do efeito estufa (através da emissão de gases) uma mudança no paradigma ambiental. Anteriormente quanto mais se extraía da natureza mais se lucrava. Atualmente a visão é outra, após manifestações na França, o crescimento do movimento ambiental, estudos de Lévi-Strauss⁴ no final da década de 60, surgimentos de partidos verdes na década de 70, continuando nos anos 80 até o marco da ECO 92, entre outros fatores políticos e históricos, houve uma mudança do paradigma da extração para o da preservação, para o paradigma da economia dos recursos, que leva ao pensamento de que deve-se consumir menos de forma consciente.

Nesta direção, podemos dizer que os princípios educativos atrelados ao campo ambiental emergem, de forma mais visível e disseminadora, a partir nos anos 70 [...] contudo, será somente nos anos 80 que a educação ambiental emergirá como um campo de saberes e práticas, mesmo que ocorra nos anos 90 sua mais notável consolidação. (GUIMARAES, et al, 2009, p.62).

Já nos anos 2000, o movimento ecológico estava mais fortificado e articulado politicamente, inclusive com ações políticas mais maduras, como o Protocolo de Kyoto. O novo paradigma sugere que se os recursos forem usados de forma paulatina, haverá progresso, do contrário acabarão os recursos e haverá crise e desastres

⁴Este pesquisador, assim como Pierre Clastres e Marshall Sahlins estudaram os indígenas e seus livros “mostravam que o *modus vivendi* dos grupos tradicionais era produto de uma lógica social consciente que proporcionava a manutenção de uma simbiose com o meio ambiente por meio de práticas ecológicas, demográficas, técnicas e culturais” (Pelicioni, 2004, itálico do original, negrito meu.)

ambientais. Como afirma Mineiro (2002) o desenvolvimento, tal como vinha sendo realizado, levava ao desastre geral. O desenvolvimento sustentável, porém será aquele alcançado com formas de produzir e consumir não predatórias, voltadas para garantir condições duráveis de progresso e bem-estar para todos.

A viabilidade econômica é uma condição necessária, porém certamente não suficiente para o desenvolvimento. O econômico não é o objetivo em si, é apenas o instrumento com o qual avançar o caminho do desenvolvimento incluyente e sustentável (SACHS, 2007, p 42).

Juntamente com os movimentos de proteção ao meio ambiente, surgem diversos movimentos sociais contrários ao modo de vida consumista, não apenas pela questão ecológica, mas pela questão cultural, como forma de negação da dominação dos países capitalista do chamado primeiro mundo, ou países desenvolvidos do norte do globo. Visto que a sociedade de consumo é representada por um modelo de desenvolvimento que tem origem nos países do norte. (BERNARDES; FERREIRA. In: CUNHA; GUERRA, 2010). Por este motivo o consumo passou a ser criticado, quando realizado de forma exagerada ou gerando desperdício. “Trata-se de converter o consumo em “ato consciente”. (SILVA; ARAÚJO; SANTOS, 2012, p. 96).

Assim, uma série de movimentos a favor do consumo consciente se espalharam pelo mundo, um deles de originou nos Estados Unidos da América se denomina “buy nothing Day⁵”, chamado no Brasil de “um dia sem compras”. O nome é autoexplicativo, ou seja, é a campanha para que no dia 21 de novembro não se compre coisa alguma. A função deste dia não é fazer com que o consumidor não compre naquele dia exato, mas que neste dia, além de não comprar o consumidor reflita a respeito do consumismo, principalmente do consumismo compulsivo. Se o movimento convencer uma gama de pessoas a não comprar naquele dia, tem-se a ideia de que no outro dia pode ser que este consumista desista da compra.

A doença do consumismo tem nome e preocupa autoridades na área de saúde do Brasil: chama-se oneomania, ou consumo compulsivo. Segundo dados do Instituto de psiquiatria do hospital das clínicas de São Paulo, 3 % dos brasileiros, a maioria mulheres, compram compulsivamente. É gente que usufrui apenas no momento da compra, mas não o produto, que muitas vezes é deixado de lado por não ter utilidade alguma. A baixa auto-estima e o sentimento de vazio são constantes. Depois da compra vem a sensação de culpa (TRIGUEIRO, 2005, p. 25).

Assim, há uma gama de novos mercados, tanto na tecnologia, na engenharia civil, na educação, na economia, na política, no âmbito jurídico, nas indústrias, e

⁵Para mais informações: www.adbusterr.org e a projeto [buynothingday](http://buynothingday.org) - “dia sem compras”.

também no consumo. Assim, há, dentro da onda de novos pensamentos dentro do ecologismo, o consumo verde.

Os produtos ecologicamente corretos

Esta conscientização da população e o crescimento dos movimentos ecológicos e sociais expandiu-se para o campo do consumo. “Mais do que nunca, os consumidores estão interessados em atividades e produtos socialmente responsáveis que são benéficos ao meio ambiente” (NICKELS, WOOD, 2000, p. 114).

O mercado verde é um nicho de mercado crescente. E o papel do administrador é formular estratégias, produtos, serviços a fim de suprir as necessidades deste mercado da melhor forma e mais econômica possível gerando o maior lucro. Desta forma o mercado verde se torna o que Kotler e Keller (2012) denomina oportunidade de marketing, ou seja, a área de necessidade e interesse do comprador, é a área cuja satisfação fornece à empresa alta probabilidade de obter desempenho lucrativo.

Este mercado ecológico, pode ser visto, assim, como uma oportunidade de lucro tanto para empresas que não trabalham com produtos verdes, mas podem se renovar, criar uma linha ou produto diferenciado (como no caso apresentado dos carros menos poluentes), como também é uma oportunidade de marketing para empresas que queiram escolher um nicho de mercado e focar na estratégia verde. Afirma-se que o produto verde é verde nos dois sentidos, ou seja, no sentido ecológico e no sentido financeiro (considerando-se o dólar, pois o produto verde é mais competitivo.

- Os projetos verdes são vendidos ou alugados mais depressa e conservam os inquilinos mais tempo, pois combinam atração e conforto superiores com custos operacionais mais baixos e em termos mais competitivos. Os ganhos resultantes em ocupação, aluguéis e resíduos ampliam o retorno financeiro.
- O maior conforto visual, térmico e acústico do prédio cria um ambiente de pouco stress e alto desempenho, que gera ganhos valiosos na produtividade do trabalho, nas vendas e varejo, assim como na qualidade e na produção industriais. Tais características, por sua vez, trazem uma vantagem competitiva decisiva, além de aumentarem o valor do imóvel e o desempenho no mercado. A excelente qualidade do ar interior melhora a saúde e aumenta a produtividade, reduzindo os riscos de responsabilidade. A EPA [Environmental Protection Agency] estima que as enfermidades relacionadas com o imóvel, nos estados Unidos, são responsáveis pela perda anual de 60 bilhões de dólares em produtividade [...]. (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2008, p.82).

Assim, o produto verde, torna-se cada dia mais lucrativo e assim chama a atenção das empresas, empreendedores e investidores. “Definir quais os produtos e processos são realmente verdes é muito complicado. Esta dificuldade tem envolvido um outro tipo de consumidor verde: o investidor verde. (CAIRNCROSS, 1992.p.162)

Pouco a pouco o *design* verde também substituirá ou reformará praticamente todas as antigas estruturas. Por exemplo, em 1992, a National Audubon Society reciclou um edifício de um século e 30.000 metros quadrados a um curso aproximadamente de 27 % inferior ao de um prédio novo e próximo dos níveis mais baixos do mercado. Contudo, a reforma não só rendeu uma economia de energia de dois terços como também criou um ambiente de trabalho bem melhor, com excelente iluminação natural e trinta por cento de ar fresco a mais, estabilizou setenta por cento de reciclagem eficiente do lixo de escritório e reduziu grande parte – se é que não eliminou – da incidência tóxica. Todas essas realizações reembolsaram-se seus custos em cinco anos [...]. (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2008, p.93).

A propaganda verde em geral tende a enfatizar os elementos desagradáveis retirados de um produto, sem falar muito sobre as outras substâncias ruins ainda presentes ou adicionadas em substituição.

Após três décadas de debate sobre os limites ambientais do crescimento econômico, percebeu-se que não foi o crescimento que chegou no seu limite, mas o padrão tecnológico até então adotado pelos países industrializados. Ou seja, o crescimento econômico baseado num padrão tecnológico intensivo no uso de matérias-primas e energia, principalmente proveniente de hidrocarbonetos – grandes demandantes de recursos naturais- pode esbarrar nos limites da finitude dos recursos ambientais.

O problema da sustentabilidade tem três pilares, quais sejam, tecnologias verdes (que ajudem no processo de preservação do meio ambiente), diminuição da população (gerando assim menor consumo) ou o terceiro pilar seria o consumo consciente, que também gera diminuição do consumo de produtos ou serviços que agredem o meio ambiente.

Com o surgimento de novas necessidades por produtos e processos mais sustentáveis, abram-se novas oportunidades de emprego e negócio em diversas áreas, tais como: fabricação de máquinas e equipamentos que minimizem ou evitem a poluição e impactos ecológicos; desenvolvimento e aplicação de biotecnologias; oportunidades para serviços técnicos de projetos, implantação e monitoramento de ETE e ETA, sensorialmente, descarte e disposição de resíduos; reciclagem e reutilizações; e produtos ecologicamente corretos.(SCHENINI, 2009, p. 34).

Assim, o mercado verde é também uma oportunidade de negócio, tanto para empresas de tecnologias limpas, ou que trabalham com renovação delas, bem como empresas que focam em reciclagem e mais diversos nichos de mercado, como

comida, vestuário e outros produtos ecologicamente corretos. A evolução da consciência socioambiental da população levou a uma procura por produtos e empresas que seguem este conceito. O que cria uma demanda por uma reação das empresas também.

Esta nova ideologia que já conquistou seu espaço, agora se mostra uma oportunidade e ao mesmo tempo uma exigência, visto que o marketing, primordialmente, tem como estratégia desvendar o que os consumidores necessitam para então oferecer o que estes consumidores querem. Se a muitos consumidores que desejam produtos ecologicamente corretos, e muitos consumidores que esperam uma posição socialmente responsável das empresas, cabe ao marketing analisar estes casos para se adaptar ao mercado e às suas novas exigências, e novas demandas.

Procedimentos Metodológicos

A abordagem utilizada foi a qualitativa e o procedimentos metodológicos utilizado foram a entrevista, a observação e a análise documental. Para tanto, a técnica de pesquisa utilizada para obtenção dos dados foi a Pesquisa Bibliográfica, realizada a partir de documentação indireta. O método utilizado do Estudo de caso é o Descritivo e os dados foram coletados através de entrevistas e observação participante em que a pesquisadora ficou alguns dias participando da produção da microempresa

Resultados e Discussão

Histórico da empresa

A empresa estudada nasceu em 1994 após um período em que a sua fundadora Sílvia resolveu deixar a sociedade que tinha com mais quatro colegas que faziam papel reciclado. Segundo Sílvia, quando ela tinha a sociedade ela tinha mais despesa que lucro: “Eu fiquei dois anos sócia de quatro pessoas. E nós resolvemos que na época dividimos a miséria, não o lucro. Como eu tinha me decido a fazer realmente isso na minha vida, [...] parti para trabalho solo.” (SILVIA, 2013).

Segundo Sílvia, as coisas “não iam para frente”. Então ela resolveu sair e fazer a sua própria empresa, e “fazer as coisas do meu jeito” (SILVIA, 2013). Então Sílvia

passou a ser sua própria chefe e tornou-se uma empresária individual. O ateliê de papel reciclado precisava de um nome e, segundo a artesã: “Polpa é sonoro. Teoricamente quando você fala palpa pode ser de poupar ou polpa com “L”. E ficou sonoro, curtinho. Coisa fácil de pronunciar e “pega”. (SILVIA, 2013).

Assim surgiu a Polpa Papel, empresa individual que vende produtos feitos com papel reciclado, tendo como diferencial o papel reciclado a mão, de forma artesanal que tem além do papel (que é reutilizado): fibra vegetal, folhas, pétalas, grama e vários outros ingredientes naturais.

Esta é uma empreendedora por paixão, que, como ela explica, foi tocada (sensibilizado) pelo papel reciclado: “a princípio eu fui tocada pela beleza. Eu não sei, eu acho que há uma coisa mágica, porque eu não sei muito bem explicar. A razão foi tão forte que eu fui buscar e virou um vício na minha vida, um objetivo.” (SILVIA, 2013).

Assim, o objetivo, o foco, a estratégia maior da empresa, é tocar as pessoas. Quando perguntada sobre o objetivo da empresa, Silvia explicou que seu objetivo é divulgar o papel reciclado e que ela muitas vezes dá o produto dela de graça porque quer que as pessoas conheçam, ela fica feliz de ver que a outra pessoa gostou do seu produto, o que demonstra que seu principal objetivo é tocar as pessoas com o seu trabalho, segundo Silvia (2013)

Eu acho que eu sempre quis com o meu produto tocar as pessoas. Porque eu, particularmente, sou assim. Por exemplo, quando eu faço um bolo lá em casa, eu to fazendo esse bolo e eu sinto que eu to fazendo ele porque ele vai ficar bom, eu já penso: “pra quem eu vou dar esse bolo?”. Às vezes eu penso em tantas pessoas que eu falo “vou ter que fazer dez bolos”. Então como isso é uma característica pessoal, a gente sempre faz uma coisa pensando em tocar em alguém. **Talvez porque eu já tenha sido tocado, isso é importante. Daí a relação de amor.** Você só pode dar aquilo que você recebeu. Como eu fui muito tocada pela primeira vez que vi o papel reciclado e falei “é isso, não tenho dúvidas do que vou fazer na minha vida”. Parece que essa sensação gostosa que me marcou e que eu fui buscar isso, e aprender e estar em contato com isso direto, cotidianamente (sábado e domingo eu preciso descer no meu atelier e estar em contato com isso – preciso olhar pro meu atelier e fazer alguma coisa). [negrito dos autores]

Esta relação de amor com o papel reciclado é logo percebida no primeiro contato com Sílvia. Ao analisar a artesã e seu ateliê, a primeira característica que salta aos olhos é que seu ateliê fica na sua casa: esta tem dois andares, o de baixo é o ateliê e o superior é a casa propriamente dita. Ou seja, Silvia dorme em cima do seu trabalho, ela acorda e “desce” para trabalhar, a empresa é a sua vida, a empresa é Sílvia.

Ao começar a empresa, Sílvia entrou num mercado em que seu produto era o chamado “ponto de interrogação” definido por Kotler (2000, p. 91) como: “negócios que operam em mercados de alto crescimento, mas que têm baixas participações relativas.” Agora a empresa pretende se tornar uma empresa de um produto chamado “estrela”. Segundo Kotler (2000). Se o negócio do tipo ponto de interrogação foi bem-sucedido, ele se torna uma estrela. Uma estrela é líder em um mercado de alto crescimento.

Assim, a Polpa Papel entrou no mercado quando o mercado verde ainda estava emergindo, e agora ela é líder no mercado de Florianópolis. Nesta praça a Polpa papel não tem um forte concorrente, porém para continuar a crescer ela precisa fazer investimentos (funcionários, acomodações e etc) e é neste ponto que o ateliê Polpa Papel estagnou. Mas é uma estagnação consciente, visto que se o ateliê se tornar uma fábrica com diversos funcionários vai deixar de ser o papel artesanal feito a mão pela Sílvia. E neste ponto a entrevistada declarou não estar disposta a crescer. Então, a Polpa Papel, no mercado de Florianópolis atingiu um estágio de estabilidade, visto que vende para a maioria das papelarias e clientes regulares.

Como foi analisado anteriormente, o ateliê Polpa Papel é a própria Sílvia, e se este crescer muito irá se tornar um negócio como qualquer outro. A empresária Sílvia contratou um consultor que lhe disse para ela colocar funcionários para fazer o papel, pois ela deveria somente vender. Ocorre que isto foi um erro, já que Sílvia não é vendedora ou empresária, ela é antes de tudo uma artesã. Nas palavras de Sílvia (2013): “eu não sou vendedora, eu não quero vender eu quero fazer meu trabalho, meu papel. Não que eu não seja a melhor pessoa para vender, porque eu conheço meu produto melhor que qualquer outro, mas o que eu gosto é fazer o papel”.

O produto: papel ecologicamente correto

O produto vendido pela Poupa papel é, principalmente, papel reciclado. Este papel reciclado artesanal pode ser dividido em outros diversos produtos e kits. Os produtos são, por exemplo, agendas, cadernos, blocos de anotações, envelopes, cartões de visitas, cardápios, caixas. Apesar dos produtos serem diferentes, todos incluem o papel e todos são vendidos pela característica do papel de Sílvia: o papel reciclado de forma manual, artesanal: o papel feito a mão. Assim o produto é não apenas o papel, mas a beleza do papel e a questão de ser ecologicamente correto.

Segundo a artesã um dos objetivos do seu trabalho “[...]é mostrar também esta questão ambiental, que é possível você fazer a partir do reaproveitamento do material que ia pro lixo – você buscar aquilo que não presta mais e fazer uma arte, fazer aquilo bonito é maravilha – e não descartar “ (SILVIA, 2013).

O produto principal da Polpa papel é o papel reciclado de forma artesanal, porém, alguns dos produtos incluem partes de papel reciclado industrial e também outros elementos, como papelão (na capa ou numa caixa, por exemplo). Mas o principal do produto da Polpa Papel é o papel reciclado artesanal, se forma que ele é considerado um produto de especialidade. Os produtos de especialidade são os produtos que “os consumidores valorizam e vêem como únicos, de forma que estão dispostos a gastar tempo e esforço ao comprá-lo.” (NICKELS; WOOD, 2000, p. 163).

Os diferenciais do produto da Polpa papel são, principalmente três: o fato de ser artesanal, o fato de ser ecologicamente correto, e a qualidade destes últimos dois elementos. Ou seja, além de ter as duas primeiras qualidades, o papel da Polpa Papel tem ainda a qualidade de ser feito um diferente do outro e de utilizar materiais muitos diversos (folhas, grama, flores, capim e outros elementos da natureza). Há ainda a questão de que, a primeira qualidade é reforçada pela segunda e vice-versa, quer dizer, o papel reciclado tem mais valor por ser feito á mão (mais valor que o industrial) e o artigo feito a mão tem mais valor por ser (além de artesanal) reciclado (ou seja, utilizar produto que iria fora para transformar em material utilizável novamente), ecologicamente correto.

Então, além do produto em si, o papel, o que a Polpa Papel vende é um conceito. Quem compra um produto da Polpa papel tem nas mãos algo diferente e único, como explica Silvia (2013):

Nenhum papel fica igual ao outro, esse daqui a pétala fica de um jeito e em outra folha de papel ela fica diferente, em outra posição, cada peça é única. Além disso, eu posso misturar um ingrediente com outro, este tipo de papel mais elaborado é praticamente só eu que faço, a minha assistente só faz o mais simples e o que falta pro produto final, mas o diferencial só eu consigo fazer desse jeito que combine.

Assim, mesmo a empresa Polpa Papel tendo uma funcionária, ela continua sendo uma empresa que é “tocada” pela sua empreendedora. E o produto principal da Polpa Papel é feito diretamente por Sílvia.

Esta qualidade total aumenta o valor do produto: “a qualidade irá satisfazer os consumidores e finais e organizacionais; uma qualidade superior irá encantá-los”

(NICKELS; WOOD, 2000, p. 166). Assim, Sílvia procura encantar os seus clientes e tem um rígido controle de qualidade de seus produtos e a questão de serem customizados, únicos. Ela não aceita vender algo que não “toque”, não encante o comprador, pois este é seu objetivo, como foi anteriormente exposto em relação ao histórico da empresa. Neste sentido o papel reciclado tem um forte caráter intangível.

A Polpa Papel desenvolve papel reciclado de forma artesanal, ou seja, vende um bem. Porém o que está por trás do papel é uma ideia, de conservação ambiental: “a pessoa que compra o meu produto ela está dizendo quem ela é” (Sílvia, 2013). A Polpa Papel, assim como outras empresas que trabalham com sustentabilidade, vende não apenas o produto, mas a imagem. A ideia de consciência ecológica, de preocupação com a natureza e com o próximo. O papel reciclado proporciona para o cliente maior valor, apesar de ter um custo mais caro, seguindo o que entende Sílvia Sandri (2014). Sílvia acredita que o papel dela é único, pois pessoas de vários lugares do mundo que já visitaram sua fábrica/ateliê ficam impressionadas como ela emprega um jeito particular de fazer o papel. Isso, segundo a dona da empresa, é o seu diferencial. Mesmo sem perceber Sílvia desenvolve, empiricamente, um marketing voltado para o produto.

O papel reciclado da Polpa Papel, além de ser um produto diferente, artesanal e ecologicamente correto, ele é (seguindo Sílvia) único, pois “cada folha fica diferente, nesta a folha fica assim, na outra já fica de outro jeito”. Dessa forma a qualidade da empresa é superior às outras. O papel da polpa papel já é superior, ecologicamente falando, por ser reciclado, mas, além disso, ele não é o tipo de papel reciclado industrializado, padronizado, o que faz toda diferença para o público-alvo de Sílvia.

O mercado alvo: consumidor consciente

De acordo com Schenini (2009, p.25), alguns fatores que influenciam na sustentabilidade ambiental são: poluição; pobreza; tecnologia e estilos de vida. Assim, percebe-se que o consumo consciente pode fazer parte de um estilo de vida menos consumista e mais preocupada com o meio ambiente. Porém o marketing voltado para a venda destes produtos e serviços (ecologicamente corretos) atingem não apenas o público consciente, mas o público que quer passar a imagem de que são eticamente ou ecologicamente corretos.

Este é o mercado alvo dos produtos verdes, não apenas os consumidores conscientes, mas todos os que estão “na onda” ecológica. Sílvia, descreve qual seu público alvo, quais suas características e anseios. São pessoas que querem passar para os outros uma certa moral ou valores, entre eles o valor de preservação ambiental, segundo entrevista realizada com Sílvia, a proprietária da empresa individual Poupa Papel:

O papel reciclado tem pra mim um ar de aconchego, de coisa boa. Não é uma coisa fria, não é um papel branco que tem uma luminosidade que exagera, fria. Eu acho que pra mim o papel reciclado é quente. Tem um valor não só da utilidade do produto que ela ta comprado, mas o valor agregado. **O que significa ela ter hoje uma agenda de papel feito a mão, de papel reciclado? Significa que ela está deste lado, ela faz parte de um grupo de pessoas que ta preocupada com essa questão ambiental. É como uma bandeira, É como você botar uma roupa e dizer “eu sou de tal time”. Então eu acho que é selecionar um grupo: “eu faço parte desse grupo”. Eu acho que a comunicação e isso é em tudo que você usa: é o tênis que você usa, a roupa, é o carro. É uma forma de comunicação com o mundo.** (SILVIA, 2013, negrito dos autores).

O mercado alvo da Polpa Papel é formado por pessoas que entendem o diferencial de ter um papel reciclado e feito à mão, são pessoas que querem passar ao mundo que são consumidores conscientes.

Assim, neste mercado alvo tem uma certa escala de valor e satisfação. “Definimos valor como a razão entre o que o cliente *recebe* e o que ele *dá*. O cliente recebe *benefícios* e assume *custos*. Os benefícios incluem benefícios funcionais e emocionais” (KOTLER; KELLER, 2012, p.33. itálico do original.). Apesar do curso do Papel Reciclado ser maior, o consumidor paga mais pois percebe um benefício e, principalmente, um valor maior. Sílvia sabe a diferença entre a necessidade declarada e a necessidade real do seu consumidor final. Ela sabe ainda quais as necessidades não declaradas e as secretas. Kotler e Keller (2012, p. 43) exemplifica que necessidades secretas como “o cliente quer ser visto pelos amigos como um consumidor inteligente”.

A polpa papel estabelece relacionamento dentro da cadeia de valor da primeira forma, colaborando com o cliente. Sílvia estabelece este relacionamento de forma simples, porém importante. Em uma das entrevistas Sílvia demonstra como estabelece este diferencial:

E eu sempre tive comigo a questão da boa menina. Eu aprendi coisas que tem que ser certas e não pode fazer de outra maneira que não seja certa; eu acho que pra mim, cliente sempre tem razão e eu perco dinheiro, mas não perco o cliente. Pra mim o cliente é muito mais importante. Posso

perder aquela venda, aquele produto. Mas eu não perco o cliente. Então isso tem deixar bem claro: o cliente precisa saber que ele é mais importante que teu produto. E eu percebo que muitas vezes eu já fui atendida em outros lugares que o mais importante não era eu, era a venda. E aí eu era mais um número – e ninguém quer ser mais um número. (Silvia, 2013).

Assim, Silvia estabelece um diferencial competitivo. Segundo NICKELS e WOOD (2000, p. 181) um novo produto pode fazer sucesso por diversos fatores, entre eles: superioridade do produto; orientação para o cliente; atratividade do mercado; entrar cedo no mercado; escolha cuidadosa do momento; trabalho em equipe e execução excelentes. No caso Da Polpa Papel, exceto o trabalho em equipe, os demais fatores ela desenvolveu. Além disso, Silvia foi uma das primeiras a entrar no mercado e, dentre suas sócias na antiga empresa de papel reciclado, ela é a única que permanece, outras funcionárias da Polpa Papel já tentaram fazer sua própria fábrica de papel, mas não vingaram, pois o produto era inferior. Ou seja, Silvia tem o produto de maior qualidade e há mais tempo.

Além de ter entrado cedo no mercado, e ter um produto superior, o produto da Polpa Papel é orientado para o cliente, ou seja, ele é feito para satisfazer o cliente em primeiro lugar. Quando perguntada o que era mais importante para a Polpa papel, o lucro, a manutenção da empresa ou outro fator, Silvia respondeu que é divulgar seu produto e tocar as pessoas. Ou seja, com “tocar as pessoas” a empresária coloca a satisfação do cliente em primeiro lugar.

A escolha do momento é outra característica que a Polpa papel conseguiu desenvolver, visto que o momento é propício para o desenvolvimento de produtos ecologicamente corretos, como foi demonstrado no segundo capítulo, com base na fundamentação teórica. Apesar do momento não ter sido escolhido, visto que Silvia não escolheu abrir seu ateliê com vistas ao momento oportuno de investir num produto verde. A empresária abriu o ateliê porque “se apaixonou” com suas palavras, pelo papel reciclado. De certa forma, a empresária se confunde com a própria onda verde, visto que ela além de ser a empresária que vende o produto verde, antes disso ela é uma consumidora consciente. Esta constatação pode indicar que para um produto verde ser bem lançado no mercado, ele deve ser estudado e criado por um verdadeiro entusiasta do consumo consciente.

Silvia tem um bom relacionamento com os fornecedores. Para fazer seu produto ela precisa (além do seu papel) de mais 5 elementos: cola, papel reciclado

industrial para o miolo, gráfica, aro para encadernar e produtos de embalagens. Assim Silvia depende desses fornecedores. Ela mantém uma fidelidade e não vê isso de forma ruim, pois segundo ela:

Se eu cresço eles crescem juntos, por mais que eu tenha que tirar dinheiro do meu bolso e comprar tantas folhas de papel para agenda, eu penso que eu não quero fazer papel de agenda, nem cola, nem aro, nem ter uma gráfica, eu só quero fazer o meu papel e fazer bem feito. Então o resto eu compro e monto e de certa forma se eu cresço eu levo eles junto, às vezes eu faço encomendas grandes e isso é bom pra mim e pra eles (SILVIA, 2013).

Assim, Silvia manteve o *corebusiness* (produto principal) de sua empresa e não focou nos demais, sendo que o que ela não faz ela compra pronto. Alguns fornecedores são tão fidelizados que eles já tem o produto específico da Polpa Papel. Assim, Silvia tem um bom relacionamento com seus fornecedores e isto também a ajuda a diminuir gastos e melhora o seu foco no seu produto principal que é p papel reciclado feito à mão.

Segundo Kotler e Keller (2012, p. 35) Para alcançar um mercado-alvo, a empresa faz uso de três tipos de canais de marketing. Ela utiliza *canais de comunicação* para transmitir mensagens a compradores-alvo e deles receber mensagens. [...] A empresa utiliza *canais de distribuição* para demonstrar ou entregar produtos ou serviços tangíveis ao comprador ou usuário. [...] A empresa também utiliza *canais de venda* para realizar transações com compradores potenciais. No caso da Polpa Papel, os canais de comunicação são principalmente *email* e telefone.

A distribuição e venda da Polpa Papel é feita pela própria empresária através da venda direta. Sílvia vende para as papelarias, principalmente, que revendem para o comprador final. Sílvia mantém um controle de periodicidade com que tem que entrar em contato com a papelaria que irá distribuir sue material ao consumidor final.

A polpa papel não realiza propaganda. O foco dela é distribuir os produtos nas papelarias, porém ocorre muito de alguém gostar do produto e ligar para o ateliê perguntando se é possível fazer outro produto (que não aqueles de papelaria) como por exemplo: convite de casamento. E assim, Silvia acaba aceitando estes pedidos também: “Mas eu não faço propaganda. O cliente que vem a mim ele vem porque ele viu o papel não sei aonde e liga pra minha empresa e pergunta ‘você faz cardápio?’, ‘- faça’. Ai eu atendo.” (Silvia, 2013). Então, além de vender para as papelarias, a empresária Sílvia também realiza o marketing direto, ou seja, ela vende diretamente para o seu cliente final. NICKELS e WOOD (2000, p. 324) afirmam que: “O marketing

direto é uma forma extremamente poderosa de construir e manter relacionamentos com os consumidores.”.

Silvia mantém um relacionamento honesto e sincero com as consumidoras, ela enfatiza que o consumidor não pode se sentir mais um número, mais uma simples venda. Outro lema de Sílvia é perder dinheiro, mas não perder o cliente. Se a conta não fechou, o cliente sempre tem razão. Além disso, Sílvia ainda tenta oferecer o máximo de amostras que sente ser possível, para seus clientes entrarem em contato com seu produto. Uma amostra é um bem ou um serviço oferecido gratuitamente ou a um preço muito baixo para incentivar os consumidores a experimentar seus benefícios. Silvia oferece amostras grátis e muitas vezes presenteia (em feiras de artesanato) pessoas com amostras do seu produto. “É aquela coisa de artista, ai que bom, gostou eu dou até de graça”. (SILVIA, 2013). Um canal de comunicação também utilizado e que também conta com uma aba sobre a ecologia do papel reciclado é: <http://www.wix.com/ssandri/papel>.

Percebe-se pela análise realizada que é possível desenvolver um produto autenticamente ecológico e manter-se no mercado com lucro. Constatou-se que, no caso da Polpa Papel o diferencial está principalmente na qualidade do papel e na sua intangibilidade (questões ecológicas). Os materiais da Polpa Papel diferenciam-se dos demais papeis por ser um papel reciclado feito à mão pela dona da empresa que é extremamente dedicada e apaixonada pelo seu trabalho. A motivação de Silvia Cristina Sandri é transferida para seus revendedores de forma que cria-se um forte vínculo de reciprocidade e lealdade, visto que Silvia faz um marketing em que o cliente é valorizado.

Considerações Finais

Assim, percebeu-se que o nicho do consumidor consciente pode ainda ser explorado, visto que, segundo as entrevistas realizadas, foi percebido que há espaço para mais empresas que trabalham com produtos como o papel reciclado, pois a entrevistada afirma que ela muitas vezes não dá conta de produzir para todos os clientes que demandam seu produto.

Segundo a concepção da empresária Silvia, isso se deve pelo fato de que as pessoas querem mostrar para as outras que elas têm aquela atitude (ambientalmente correta) e a forma com que elas conseguem se expressar é através dos produtos,

principalmente dos produtos que elas carregam consigo, como roupas e objetos de uso diário. Por isso as agendas e cadernos da Polpa Papel se desenvolveram bem para um mercado que atende a este tipo de pessoas, pois é um produto diferente do caderno de folhas brancas comum, ele mostra aos que estão ao redor “quem a pessoa é” e por serem produtos que podem ser usados no dia-a-dia são ainda mais fácil de serem comercializados.

Aspectos que podem ser ressaltados em relação ao sucesso do Ateliê Polpa Papel são: tempo de história, qualidade, e apelo ambiental. O ateliê é o mais antigo de Florianópolis que continua ativo, vendendo em funcionamento. Logo toda esta experiência faz a diferença em relação ao segundo ponto, a qualidade. Durante as entrevistas e nas visitas ao Ateliê a artesã frisou que faz um produto com mais qualidade, não é um papel reciclado comum, ela faz o papel com folhas, grama e outros produtos para dar uma textura diferente e maior qualidade. E o terceiro item, que foi frisado pela entrevistada, foi a questão ambiental e o fato de hoje o consumidor que ela atende estar preocupado com a visão que ele vai passar para os outros, e o papel reciclado, segundo a entrevistada, mostra aos outros que ele comprou um papel ecologicamente correto. Passa uma boa imagem.

Assim, através deste estudo de caso foi verificado que o ateliê Polpa Papel se mostra como um bom negócio com perspectiva de crescimento em virtude da aumento de demanda por produtos ambientalmente corretos, especificamente os produtos de papelaria, conforme afirmou a entrevistada, visto que ela tem muito mais encomendas do que pode fabricar.

Referências

CAIRNCROSS, Francês. **Meio ambiente:** custos e benefícios, tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Nobel, 1992.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (org.). **A questão ambiental:** diferentes abordagens. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso; SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini; NOAL, Fernando Oliveira. **Educação, meio ambiente e sustentabilidade.** Florianópolis: EaD UFSC, 2009.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, Hunter. **Natural capitalism:** Criating the next Industrial Revolution. New York: LLC books, 2008.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. tradução Bazán Tecnologia e lingüística; revisão técnica Arão Sapiro. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 14. ed.. São Paulo: Pearson, 2012.

MINEIRO, Procópio. A era da responsabilidade social. **Revista ecologia e desenvolvimento**, ano 12, n.100, mar.2002, p. 38-46.

NIKELS, William G; WOOD, Marian Burk. **Marketing: relacionamentos, qualidade, valor**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SCHENINI, Pedro Carlos. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009.

SILVA, Maria das Graças e; ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares. 'Consumo consciente': o ecocapitalismo como ideologia. **Revista Katálisis**, v.15, n.1 , p.95-111, jan. 2012.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável**: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

Dados para contato:

Autora: Alessandra Knoll

E-mail: alekawaii@gmail.com

CIÊNCIAS HUMANAS

A CONTRIBUIÇÃO DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS PARA A CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

Ciências Humanas

Artigo de revisão

Juliana Natal da Silva¹; Richard da Silva¹; Rosani Hobold Duarte¹;

Vandrea Vigarani Dorregão¹

1. Centro Universitário Barriga Verde - Unibave

Resumo: Tendo como tema Arte e Memória Social, o presente artigo visa compreender a efetiva contribuição da arte, em especial dos monumentos históricos, como estímulo à imaginação no sentido de promover e valorizar a memória social, com vistas a responder ao seguinte questionamento: qual é a contribuição da arte, especificamente dos monumentos históricos, para o resgate e preservação da memória social? Partindo de uma pesquisa bibliográfica para fundamentar o referencial teórico, são utilizadas várias obras, de diferentes autores especializados, para abordar a memória e a memória social, dando ênfase aos monumentos históricos. Destaca-se que, conforme os estudos realizados, ao preservar-se as memórias sociais de grupos e sociedades, serão, ao mesmo tempo, valorizadas as memórias individuais de pessoas, principalmente idosos, que participaram, direta ou indiretamente, das experiências e acontecimentos que deram origem aos monumentos históricos. Deste modo, acredita-se, após todas as pesquisas efetuadas, que a arte exerce papel fundamental no estímulo à imaginação e no desenvolvimento e enriquecimento da memória, tendo papel decisivo no que diz respeito à valorização da memória social, especialmente no que diz respeito aos monumentos históricos.

Palavras-chave: Memória. Memória social. Arte. Monumentos históricos.

THE CONTRIBUTION OF HISTORIC MONUMENTS ON THE ESTABLISHMENT OF SOCIAL MEMORY

Abstract: Entitled as Art and Social Memory, the current article aims to understand the effective contribution of art, especially the historical monuments as a stimulus to the imagination to rescue and enhance the social memory in order to answer the following question: "How can art contribute, specially the historical monuments to rescue and preserve the social memory? Based on a bibliographical research to found the theoretical framework in this article mentioned, various works from different and specialized authors were used to approach the memory and the social memory, highlighting in particular the historical monuments. It's important to

note that according to researches, when preserving social memories from groups and societies, individual memories specially from the elderly who participated directly or indirectly in the experiences and events that gave rise to historical monuments will be valued. Thus, it is believed that the art plays an important role in stimulating the imagination and also in developing and enhancing the memory, and it has a decisive role regarding the enhancement of the social memory, especially regarding the historical monuments.

Keywords: Memory. Social memory. Art. Historic Monuments.

Introdução

O conhecimento é construído a partir das experiências vividas, as quais são produzidas, reproduzidas e repassadas socialmente. E nesse vivenciar fatos, coisas, sentimentos, nos erros e acertos ao longo da vida e da história, vão construindo-se memórias, lembranças inesquecíveis que não apenas formam e enriquecem a personalidade de cada indivíduo, mas, também, contribuem para ensinar e transmitir informações, conteúdos e valores inestimáveis às novas gerações, tornando-se parte da memória social construída ao longo de séculos e séculos de desenvolvimento e evolução, unindo passado, presente e futuro.

Neste sentido, como a arte está presente no cotidiano da humanidade desde o início dos tempos, suas infinitas formas de expressão também deram origem aos monumentos, especialmente os históricos, estruturas erguidas com o objetivo de eternizar figuras históricas ou feitos memoráveis, assim como auxiliaram na conscientização sobre o valor de construções antigas, lembranças de tempos que nunca devem ser esquecidos pela memória social em função de sua contribuição para os interesses coletivos, das mensagens e histórias que fazem do passado uma ponte para o presente com vistas à construção de um futuro melhor.

Surge, aí, o presente estudo que, tendo como tema Arte e Memória Social, visa compreender a efetiva contribuição da arte, em especial dos monumentos históricos, como estímulo à imaginação no sentido de resgatar e valorizar a memória social, procurando responder ao seguinte problema de pesquisa: qual é a contribuição da arte, especificamente dos monumentos históricos, para preservação e promoção da memória social?

Procedimentos Metodológicos

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, foram analisados e interpretadas obras de diversos autores especializados no assunto, dentre os quais destacam-se Elizabeth dos Santos Braga, Marilena Chauí, Maria Heloísa Ferraz e Maria Rezende e Fusari, Zilda Kessel, Pierre Nora, Michael Pollak e Lev Vigotsky; destaca-se, ainda, a inigualável obra de Ecléa Bosi e suas lembranças de velhos. A partir destas obras, fundamentou-se o referencial teórico que discute a memória, o papel da imaginação, a memória social, a contribuição dos idosos na construção e valorização das memórias sociais, a função da arte na preservação e promoção da memória e a importância dos monumentos históricos.

Assim, o presente artigo justifica-se por explicitar o papel essencial que a arte exerce no sentido de estimular a imaginação por meio dos monumentos históricos, contribuindo para valorizar o que já foi vivido e produzido, desenvolvendo e enriquecendo a memória social.

Da criança ao idoso – a construção da memória

Sons, imagens, gostos, cheiros, toques...

Ouvindo ou vendo, sentindo um sabor ou odor, tocando, o ser humano vai aprendendo a conhecer e reconhecer o mundo ao seu redor; na voz da mãe, no sentimento de amor na família, na convivência com amigos, no ambiente escolar e, mais tarde, profissional, nos erros e acertos, a aprendizagem vai acontecendo e servindo de alicerce para o desenvolvimento pleno, ensinando a lidar com o afeto e a dor, a alegria e a tristeza, a vitória e a derrota. Vivendo e aprendendo, o homem vai construindo suas memórias, conhecendo-se e aos seus semelhantes, criando e descobrindo seu passado e seu futuro.

Da mais tenra infância à velhice, os diferentes sentidos humanos são essenciais para o registro de informações e conteúdos que vão ajudar a construir o conhecimento fundamental à aprendizagem e à vivência em sociedade, utilizando o passado para entender o presente e construir o futuro. Mohs (2013, p. 1, grifo do autor) corrobora:

O primeiro choro de seu filho, o gosto dos biscoitos de polvilho da sua avó, o cheiro da brisa do oceano. São esses tipos de memórias que formam a experiência contínua de sua vida - elas oferecem uma percepção de personalidade. São elas que fazem você se sentir confortável com pessoas e lugares familiares, conectam seu passado com seu presente e oferecem uma estrutura para o futuro. De certa maneira, é nosso conjunto de

memórias coletivas - nossa "memória" como um todo - que nos torna quem somos.

Como diz Izquierdo (apud GENTILE, 2003, p. 1), “Somos aquilo que recordamos”, ou seja, é a lembrança de tudo que foi vivido, experienciado, sentido com maior ou menor emoção, que contribui para a construção do conhecimento, seja ele individual ou coletivo, ajudando o ser humano e a sociedade em geral a transformar a percepção imediata em percepção concreta.

Acerca desta ideia, Bergson (apud BOSI, 1994) afirma que as lembranças ou memórias representam a subjetividade do conhecimento, sendo fundamentais para a construção das experiências, já que a percepção imediata ou pura do presente precisa fazer uso de tudo aquilo que já foi vivido para construir percepções reais no presente. Rousso (apud MOREIRA, 2005, p.1, grifo do autor) complementa, afirmando que a característica fundamental da memória “[...] é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade ao tempo que muda”, as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros”.

Esta identidade, construída a partir da memória, começa na infância e vai consolidando-se nas fases seguintes, dando sentido à personalidade adulta e à coletividade; todavia, é preciso ter em mente que as recordações e seus significados mudam conforme a idade do indivíduo e a constituição dos grupos de que ele vai fazendo parte ao longo de sua vida. Braga (2000, p. 53, grifo do autor) assim explana:

Halbwachs circunscreve as lembranças e a significação aos grupos; o sentido dos acontecimentos muda quando o sujeito muda de grupo. Dessa forma, o autor explica as lembranças da infância e as lembranças do adulto. As lembranças da criança fazem parte do “quadro da família”. Se uma pessoa não se recorda de sua primeira infância é porque suas impressões não têm “esteio”; esta pessoa ainda não se vê como um ente social. O adulto pertence a diferentes grupos e suas recordações fazem parte, então, de diferentes quadros. Mudanças de lugar, de profissão, de família geram maior complexidade e entrecruzamento de influências sociais.

Como complementa Chauí (2000), a memória evoca o passado para que o homem possa reter e salvar o que já se foi, guardando o que tem significado e utilizando o aprendizado para a construção de novos conhecimentos.

Em relação a este significado deve-se atentar para o fato de que aspectos afetivos e psicológicos influenciam o processamento das informações e percepções

e a forma como os dados serão recebidos e registrados. Deste modo, Sé (2012) destaca os momentos de tensão ou estresse (nos quais o excesso de corticoides produzidos pelo organismo influenciam negativamente o processo de memória), a dificuldade em prestar atenção ou concentrar-se (quanto menos focada a pessoa estiver, menor a recepção de informações), as crenças negativas e a autoestima em baixa (não acreditar em si mesmo diminui a capacidade de produzir e altera o desempenho da memória) e os mecanismos de autodefesa (que procuram proteger o indivíduo em relação a emoções prejudiciais) como fatores que interferem negativamente na recepção e registro das informações, prejudicando a memória.

Retomando Chauí (2000), o processo de memorização é influenciado por componentes objetivos e subjetivos; dentre os objetivos, estão as atividades cerebrais que registram as lembranças e a estrutura do que será lembrado; como subjetivos, podem ser citados a importância do fato ou coisa que gera a lembrança, seu significado, o modo como aconteceu, sua importância na prática ou na construção de novos conhecimentos, o sentimento que provocou no momento em que aconteceu. E a autora (2000, p. 162) completa: “Em outras palavras, mesmo que nosso cérebro grave e registre tudo, não é isso a memória e sim o que foi gravado com um sentido ou com um significado para nós e para os outros”.

Como fator de influência na constituição da memória também deve ser destacada a imaginação que, segundo Fenton (2009) tem sido discutida como outro papel do hipocampo, área do cérebro responsável pela memória; deste modo, a percepção das informações e a imaginação estariam diretamente interligadas, afetando-se mutuamente. Tal afirmação vem ao encontro do que já pensavam os antigos gregos, para quem, conforme Kessel (2001), havia uma interligação entre lembrar e inventar.

Neste sentido, importante a contribuição de Bosi (1994) sobre a memória ligada ao outro: inconscientemente, muitas lembranças ou ideias têm origem no diálogo com o outro, são incorporadas como se tivessem sido vividas ou experimentadas pessoalmente, sendo enriquecidas com as próprias experiências e passam a ser entendidas como história pessoal.

Chauí (2000) também colabora, afirmando que, para os filósofos intelectualistas, a imaginação reproduzia a percepção, tanto de maneira direta, em relação ao conhecimento, quanto de maneira indireta, em relação à fantasia.

E mais: quanto maior a experiência do sujeito, maior sua assimilação da realidade e maior sua capacidade imaginativa; daí não ser equivocado contrapor memória da realidade e imaginação, pois, de acordo com Vigotsky (2009, p. 23),

A atividade combinatória do nosso cérebro não é algo completamente novo em relação à atividade de conservação, porém torna-a mais complexa. A fantasia não se opõe à memória, mas apoia-se nela e dispõe de seu dados em combinações cada vez mais novas. A atividade combinatória do cérebro baseia-se, em última instância, no mesmo processo pelo qual os traços de excitações anteriores são nele conservados. A novidade dessa função encontra-se no fato de que, dispondo dos traços das excitações anteriores, o cérebro combina-os de um modo não encontrado na experiência real.

E Vigotsky (2009) continua, afirmando que a imaginação contribui imensamente para o desenvolvimento humano, pois amplia a experiência pessoal ao possibilitar que as experiências dos outros ajudem o indivíduo a imaginar o que não vivenciou, ou seja, ao ouvir uma narração ou descrição de algo que ele próprio não tenha testemunhado, ao aprender sobre aspectos históricos ou geográficos de locais que nunca visitou, ao informar-se sobre acontecimentos distantes, o homem aventura-se além de seus próprios círculos e limites, enriquecendo a própria experiência e criando novas memórias.

A estes acontecimentos que não constituem exclusivamente a memória pessoal, Pollak (1992, p. 201) chama de “vividos por tabela”, os quais, por projeção ou identificação, são assimilados como memória individual; tanto os acontecimentos vividos pelo grupo ou sociedade a que o sujeito pertence quanto aqueles que foram socializados política ou historicamente podem ser fortes o suficiente para que sejam praticamente herdados. Para o autor (1992, p.), “[...] podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”.

Contudo, é importante ser capaz de perceber que, entre o real do presente e o real do passado existe certa distinção, já que o desenvolvimento humano não é estanque, mas dinâmico, complexo, sempre em evolução: a cada momento que passa, o homem muda, sem perceber, e, com ele, suas ideias e memórias. Heráclito já dizia que “Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontram as mesmas águas, e o próprio ser já se

modificou”. Do mesmo modo, Bosi (1994) afirma que por mais que uma pessoa lembre-se de um acontecimento ou fato vivido há muito tempo, a imagem não é mais a mesma, visto que o indivíduo evolui e, com ele, suas percepções, ideias e valores.

Outro ponto que deve ser ressaltado sobre a constituição da memória é a distinção entre os tipos de memória que, para Bergson (apud BOSI, 1994), divide-se internamente em memória pura e memória-hábito: a primeira diz respeito a momentos definidos, evocados do passado para lembrar coisas, fatos ou palavras que não podem repetir-se em função de seu significado para o sujeito; a segunda é mecânica, incorporada nas práticas cotidianas a partir da repetição contínua que leva ao automatismo psíquico e corporal. No entendimento de Chauí (2000, p. 162):

A memória-hábito é um automatismo psíquico que adquirimos pela repetição contínua de alguma coisa, como, por exemplo, quando aprendemos alguma coisa de cor. A memória é uma simples fixação mental conseguida à força de repetir a mesma coisa. Aqui, basta iniciar um gesto ou pronunciar uma palavra, para que tudo seja lembrado automaticamente: recito uma lição, repito movimentos de dança, freio o carro ao sinal vermelho, piso na embreagem para mudar a marcha do carro, riscou uma palavra errada que escrevi, giro a chave para a direita ou para a esquerda para abrir uma porta, etc. Todos esses gestos e essas palavras são realizados por nós quase sem pensarmos neles ou até mesmo sem pensarmos neles. O automatismo psíquico se torna um automatismo corporal. A memória pura ou a memória propriamente dita é aquela que não precisa da repetição para conservar uma lembrança. Pelo contrário, é aquela que guarda alguma coisa, fato ou palavra únicos, irrepetíveis e mantidos por nós por seu significado especial afetivo, valorativo ou de conhecimento.

Neste sentido de conservar lembranças, os objetos exercem papel preponderante na construção da memória, pois, são, na verdade, representações simbólicas do que é produzido e reproduzido pela humanidade. Conforme Vigotsky (apud BRAGA, 2000), muitas vezes o homem utiliza os objetos como estímulos artificiais para lembrar de algo ou alguém. Um bom exemplo sobre o assunto é o livro Guilherme Augusto Araújo Fernandes, de Mem Fox (1995), sobre um menino que morava próximo a um asilo e conhecia todos os idosos que ali residiam; ao saber que a idosa de quem mais gostava havia perdido a memória, o menino procura os velhinhos e vai perguntando a cada um o que é memória. Diferentes respostas dão ao garoto a ideia de juntar objetos e levá-los para a amiga, na tentativa de resgatar suas memórias.

Relacionados à individualidade, os objetos são chamados por Moran (apud BOSI, 1994) de biográficos, justamente por estarem incorporados à vida de cada pessoa, representando experiências, acontecimentos, sentimentos e emoções. Dentre estes objetos, são citados relógios de família, medalhas e instrumentos que representam profissões ou paixões de seus proprietários. De acordo com Bosi (1994), somente um objeto biográfico pode permanecer de maneira inigualável e insubstituível, representando uma continuidade da vida e das experiências.

Importante ressaltar que os estudos sobre a memória e seus elementos constitutivos são antiquíssimos, tanto que na Grécia antiga acreditava-se, conforme Moreira (2005), ser a memória uma deusa, denominada Mnemosyne; por meio da inspiração gerada por suas filhas, as musas da história, música, comédia, tragédia, dança, elegia, poesia lírica, astronomia e eloquência, Mnemosyne era responsável por fazer os homens lembrarem os feitos heroicos antigos. Complementando, Chauí (apud CARNEIRO, 2008) diz que a deusa, pelas mãos de um artista ou historiador, concedia imortalidade a fisionomias, atos ou palavras dos mortais, possibilitando que jamais fossem esquecidos.

Ainda segundo Moreira (2005), os romanos consideravam a memória fundamental à retórica dos oradores; no período medieval, valorizou-se a memória litúrgica para lembrar santos, acontecimentos e milagres; na modernidade, a imprensa, a urbanização e, por fim, a invenção do computador, contribuíram para armazenar de forma mais eficiente a memória sobre os conhecimentos e saberes que antes eram transmitidos apenas oralmente.

Complementando, Costa (2007, p. 4, grifos do autor) afirma que, na Idade Média, a memória era imensamente valorizada, pois aquele foi “[...] um tempo que colocou a memória como *uma das funções da alma*, um tempo que realçou a memória como *fundamento do conhecimento*, um tempo que dignificou a memória como a *posse do bem*”.

Da antiguidade aos dias atuais, a memória continua sendo um mistério intrigante e desafiador. Nas palavras de Braga (2000, p. 13-14, grifo do autor):

Do sagrado ao profano, do *mythos* ao científico, de deusa a faculdade, a função, a processo, passando por Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Descartes, Bergson..., os modos de ver a memória vão se transformando junto com a história e as práticas dos homens. Embora transformada e olhada hoje sob múltiplas perspectivas – história, sociologia, psicologia, neurociências, biologia... – a memória continua a intrigar, a ocupar, de certa forma, um lugar sagrado na constituição

do homem, tanto com relação a histórias de vida quanto a grupos e sociedades.

Todavia, ao contrário dos tempos antigos, quando a memória era valorizada como capacidade do sujeito e fonte indispensável de conhecimento, na atualidade, a sociedade nem sempre dá o devido valor à memória. Para Chauí (2000), a infinidade de formas de registro e gravação, bem como a existência de instituições de preservação, a exemplo de bibliotecas e museus, são formas de valorização da memória; por outro lado, nem sempre a memória é vista como base para o conhecimento, principalmente quando a cultura do novo, do descartável é divulgada como objeto de desejo. Neste caso, é importante lembrar que a memória do idoso é, em muitas sociedades, considerada inútil, sem serventia; apenas o jovem, no vigor de sua produtividade, é valorizado.

Bosi (1994) também comenta a memória do idoso: ao ser deixado à margem da sociedade por falta de produtividade, a lembrança de tudo que viveu, experimentou e produziu torna-se uma nova vida, adquirindo significado a partir da consciência do que suportou e compreendeu, provando-lhe sua própria competência.

Estas e outras formas de desvalorização da memória acabam por prejudicar a transmissão do saber produzido por cada sociedade, pois, conforme Bosi (1994, p. 75),

Ao lado da história escrita, das datas, da descrição de períodos, há correntes do passado que só desapareceram na aparência. E que podem reviver numa rua, numa sala, em certas pessoas, como ilhas efêmeras de um estilo, de uma maneira de pensar, sentir, falar, que são resquícios de outras épocas. Há maneiras de tratar um doente, de arrumar as camas, de cultivar um jardim, de executar um trabalho de agulha, de preparar um alimento que obedecem fielmente aos ditames de outrora.

E é justamente a essência destas memórias que vai atingir crianças, jovens e adultos de agora. É o que se chama de memória social.

Memória social

Assim como a memória faz parte da história de cada sujeito, individualmente, e vai sendo selecionada e gravada em seus momentos mais significativos, também é parte importante para a constituição da história dos grupos e das sociedades que, do mesmo modo, formam e repassam a memória de maneira coletiva. Neste sentido,

Rodrigues (2012, p. 5) afirma que, “para Halbwachs, a memória é um fenômeno social, sendo [...] coletivamente construída e reproduzida ao longo do tempo”, de maneira dinâmica e seletiva, registrando-se somente aquilo que é considerado fundamental ao conhecimento de todo o grupo ou coletividade”.

Deste modo, a memória social é definida por Lopez (2008, p. 32) como “[...] o conjunto de registros eleitos pelo grupo como significativos, que estabelece sua identidade, seu jeito de ser e viver o mundo e decorre dos seus parâmetros históricos e culturais”. Para a autora (2008), este partilhar criativo e dinâmico entre sujeitos e grupos é o que propicia a noção de pertencer a determinada sociedade. Produzindo e reproduzindo, sob a influência de diferentes valores e experiências, os grupos vão construindo e reconstruindo as memórias registradas conforme os fatores mais significativos em cada período histórico.

Neste sentido, interessante citar a importância dos idosos nas sociedades mais primitivas, nas quais eles exercem o que Bosi (1994, p. 63) chama de função de “[...] memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade”, ao guardar as tradições que receberam de outros e, ao mesmo tempo, ensiná-las aos mais jovens.

Relembra-se aqui a lição de Moreira (2005) sobre as musas, filhas de Mnemosyne, a deusa da memória: Clio era a musa da história. Assim, memória e história sempre estiveram muito próximas, embora numa relação complexa, muitas vezes ambígua e tensa: na visão tradicional, acreditava-se que o historiador tinha a função de registrar os fatos e feitos notáveis; mais recentemente, passou-se a perceber uma subjetividade na seleção e na interpretação dos fenômenos históricos, condicionados pela influência dos grupos sociais e do que por eles é determinado como relevante para ser registrado e guardado para a posteridade.

Daí a importância da reflexão e da crítica ao se tomar conhecimento das memórias sociais históricas reproduzidas e difundidas como percepções reais, concretas. Nas palavras de Le Goff (apud MOREIRA, 2005, p. 3-4): “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”.

Também citando Le Goff, Braga (2000) enumera algumas das formas pelas quais a memória social vai sendo transmitida às gerações seguintes: memória oral e escrita, monumentos, comemorações, calendários, instituições voltadas à

preservação das memórias, imprensa, fotografia, memória eletrônica, dentre tantas outras. Neste rol, a arte também exerce papel fundamental, pois, conforme já relatava Moreira (2005) anteriormente, dentre as filhas da deusa da memória estavam as musas da comédia, tragédia, música, dança e poesia lírica.

Parafraseando Medeiros et al. (2008), arte e homem caminham juntos desde o início da história, pois as manifestações culturais representam maneiras de fazer, de expressar-se, de demonstrar relação entre criatividade e realidade, tanto no que diz respeito ao concreto quanto ao mágico e ao espiritual. Em cada momento histórico, a arte esteve presente, acompanhando e representando o desenvolvimento humano, caracterizando grupos e sociedades, configurando culturas e singularidades. Como completam Martins, Picosque e Guerra (2009, p. 10 e 12), a arte une tempo, memória e história:

O que mais caracteriza a unidade e a diversidade de um país, se não sua música, seu teatro, suas formas e cores, sua dança, folclore, poesia? Nessas manifestações, sempre fruto de um amálgama cultural, é que estão mais fortemente gravados os sentimentos e pensamentos de um povo. Por ser um conhecimento construído pelo homem através dos tempos, a arte é um patrimônio cultural da humanidade, e todo ser humano tem direito ao acesso a esse saber.

Em relação à memória social, não se pode falar em arte sem mencionar os objetos que representam simbolicamente o conhecimento produzido pelo homem ao longo de sua história, pois, conforme Medeiros et al. (2008, p. 112), “O ser humano é um ser simbólico e a arte patrimônio cultural da humanidade”.

Para Martins, Picosque e Guerra (2009), os objetos ou obras artísticas são metáforas, isto é, substituem simbolicamente, de maneira sensível, pensamentos ou sentimentos, transpondo aos sentidos humanos significados às vezes esquecidos. Segundo as autoras (2009), justamente por ser metáfora, a obra não oferece respostas, mas suscita questionamentos e dá margem ao surgimento de novos olhares e novos significados.

Comentando esta relação entre obra de arte, história e memória, Ferraz e Fusari (2010) afirmam que a arte surge de acontecimentos da história, o que não significa que é produzida por fatos anteriores, mas, da arte é possível sustentar um determinado espaço de tempo preso na história, ou seja, a arte imortaliza os fatos. Sendo assim, a obra de arte ressurgue no decorrer da história, não se restringe a um curto espaço de tempo no qual foi produzida. É capaz de produzir história e de refazer a própria

história que, devido ao seu valor simbólico, requer uma série de interpretações, leituras e execuções, que de tempo em tempo a faz reviver. Sendo assim, a obra de arte assume um caráter transitório entre os tempos, adquirindo um valor temporal na sua existência e intemporal no ato de sua criação. Neste mundo de contradições, entre seu nascimento e sua transição pelo tempo, a obra de arte nutrida pela história, contribui para o tempo.

Dentre as inúmeras obras artísticas que podem ser citadas estão os monumentos, objetos que foram erguidos para homenagear alguém ou lembrar determinados acontecimentos, mas que, no decorrer da história, tiveram seus sentidos ampliados, conforme explica Turazzi (2009, p. 44): se antes eram representações intencionais com vistas à posteridade, hoje adquirem sentido de “testemunhos do passado”, já que lhes são atribuídos valores artísticos ou históricos.

Monumentos históricos

Monumentos históricos são objetos artísticos ou bens materiais, isto é, estruturas erguidas para simbolizar, comemorar ou homenagear pessoas, acontecimentos ou fatos significativos para determinados grupos ou sociedades. Segundo a Carta de Veneza de 1964, publicada pela Revista Museu (2013, p. 1), a definição é bem abrangente:

O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo.

Deste modo, são monumentos históricos as construções antigas (como palácios, pirâmides ou casarões), estátuas, praças, chafarizes, pontes, enfim, aquilo que Nora (1993) chama de lugares de memória, estruturas criadas para incentivar a memória e despertar lembranças de fatos que não devem ser esquecidos. Pode-se dizer, então, que os monumentos históricos possuem historicidade, relação com momentos específicos da história humana, mesmo que, ao longo dos tempos tenham adquirido diferentes significados ou sentidos, ao sabor das ideologias dominantes. São eles que mantêm viva a história e a memória da humanidade.

Contribuindo, Mattos (2003) chama os monumentos históricos de alicerces da memória, enquanto Harger (apud MATTOS, 2003) diz que, mantendo viva a memória de antepassados, os monumentos históricos preservam memórias e caracterizam um tempo que não volta mais, valorizando experiências e culturas.

De acordo com Carneiro (2008), é exatamente no outro que dá-se a sobrevivência humana, não exatamente por este outro estar vivo, mas por meio das lembranças que lhe são despertadas pelos monumentos erigidos em honra de feitos daqueles que já se foram.

Para Mariuzzo (apud CARNEIRO, 2008, p. 3), “Monumentos são parte do patrimônio cultural de um povo ou de uma nação, eles servem como um elo entre presente e passado dando um sentido de continuidade”; sua preservação deve ter por base um projeto no presente que possa contribuir para que este patrimônio faça realmente parte do cotidiano dos homens e sirva como exemplo e conhecimento, melhorando a qualidade de vida de todos que deles usufruem.

Como patrimônio cultural material, concreto, os monumentos históricos têm imenso significado social, pois representam formas de perpetuar o passado, pontes entre o ontem e o hoje, dando sentido ao presente, possibilitando melhoria na qualidade de vida das sociedades e contribuindo para a construção da identidade e da cidadania dos grupos e da coletividade.

Deve-se frisar, no entanto, que o conceito de monumento histórico como representação do passado e da memória social herdada, devendo, por isso, ser devidamente apreciada e valorizada, remonta originalmente aos idos de 1420, quando, segundo Meira (2004, p. 2), houve uma fusão nas “[...] perspectivas histórica, artística e de conservação”. Até este período, a preservação dos temas históricos e dos objetos de antigas civilizações encontrados eram preocupação de apenas uns poucos; a partir daí, cresceu a conscientização sobre a relação entre as antiguidades e a memória/história da humanidade e os monumentos históricos passaram a ser considerados patrimônios coletivos.

Atualmente, contudo, é preciso alertar para o que Costa (2007, p. 12, grifos do autor) chama de crise da história e da memória, que tira o sentido da existência humana: “Sem memória, hoje, nossa civilização caminha desnordeada, pois não conhece seu passado, não tem consciência em seu presente, e não projeta perspectiva no futuro”.

Sobretudo pelo vertiginoso desenvolvimento tecnológico, monumentos históricos e pessoas que vivenciaram os momentos que a eles deram origem não são devidamente valorizados; neste sentido, o papel da arte é vital para a recuperação, preservação e divulgação do conhecimento histórico representado pelos monumentos. De acordo com Turazzi (2009, p. 29), presente e passado estão interligados pelo que o homem pensa sobre tempo, memória e história, sendo “[...] essenciais para a compreensão da forma como representamos esse tempo pretérito, o lugar que a história ocupa em nosso presente e o modo como são tratados os vestígios do passado.

Os monumentos históricos, as memórias individuais e coletivas por eles evocadas, representam a identidade, a continuidade de um povo. Preservá-los e promovê-los para as presentes e futuras gerações é dever de todos e de cada um. E esta valorização passa tanto pela gestão pública de um patrimônio que é coletivo quanto pelo reconhecimento do papel que cada cidadão, criança, jovem, adulto ou idoso exerce em sua divulgação. É o que Abreu e Chagas (2009) chamam de unir saberes tradicionais e locais aos saberes específicos na construção não apenas de um acervo de bens, mas, acima de tudo, de conhecimento indispensável ao desenvolvimento pessoal, econômico e social.

Resultados e Discussão

Da infância à velhice, a memória vai sendo construída por meio dos mais diversos sentidos humanos, por meio de experiências felizes ou infelizes, de erros e acertos que enriquecem a aprendizagem e contribuem para que o passado seja uma ponte para a melhoria das vivências do presente e para a construção de um futuro melhor.

Assim como a memória, a imaginação também é fundamental neste processo de construção de percepção e reprodução do real e da fantasia, seja em relação ao próprio conhecimento e às próprias memórias, que mudam e transformam-se junto com o desenvolvimento e crescimento humanos, seja em relação aos conhecimentos e memórias alheios que, socializados por projeção ou identificação, passam a também constituir a memória individual.

E nessa socialização da memória, surge a memória social, um fenômeno dinâmico que perpassa grupos e sociedades e, seletivamente, vai sendo registrado e

partilhado, propiciando a noção de pertencimento e ajudando a consolidar momentos significativos que caracterizam a identidade de um povo. Importante ressaltar, neste sentido de resgate, preservação e disseminação de memórias, o papel exercido pelos idosos, personagens à margem da sociedade produtiva e, no entanto, figuras riquíssimas em experiências que valem a pena ser conhecidas e valorizadas. Se a memória social partilha momentos ou personagens que muito contribuíram para o desenvolvimento de determinados grupos ou mesmo de todos os povos, os idosos são a história viva, motivo pelo qual é importante aliar seu conhecimento ao conhecimento reproduzido pela arte.

A arte, é, aliás, uma outra forma de se disseminar esta memória social, pois as manifestações artísticas acompanham o homem desde a pré-história e vêm, junto com a humanidade, evoluindo e dando margem ao surgimento de novas formas de expressar o fazer e o sentir, aliando criatividade, imaginação, história e memória, representando culturas e singularidades.

Pela arte, os objetos representam simbolicamente as produções culturais humanas, servindo como estímulos artificiais para lembrar às gerações atuais e futuras tudo aquilo que as gerações do passado produziram e reproduziram. Assim, a arte torna-se, na verdade, um patrimônio, independente das formas de expressão, dentre as quais se destacam os monumentos históricos que não apenas representam simbolicamente figuras ou acontecimentos memoráveis, mas, também, servem como evidências do passado por seu valor histórico, por sua contribuição ao conhecimento e à cultura da atualidade e dos tempos por vir.

Os monumentos históricos, sejam eles edifícios, estátuas, praças ou quaisquer outros, deixaram de ser, ao longo dos tempos, simples estruturas de tijolo e cimento para transformar-se em história viva, despertando memórias e estimulando a imaginação, trazendo à tona lembranças inestimáveis.

Deste modo, a partir deste breve estudo, a arte, em especial os monumentos históricos, é um aspecto vital para a preservação, a promoção e a valorização das memórias sociais. Mais que um fim em si mesma, a arte é, antes de tudo, um meio para trazer à tona lembranças do passado e transformá-las em recursos inestimáveis à melhoria da qualidade de vida no presente e à construção de um futuro mais humano e mais consciente sobre o valor de todos os cidadãos que contribuíram para a formação da cultura de grupos e sociedades.

Referências

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRAGA, Elizabeth dos Santos. **A constituição social da memória**: uma perspectiva histórico- cultural. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.
- CARNEIRO, Neri de Paula. **Da memória à história**. Abr./2008. Disponível em:
< www.webartigos.com/artigos/da-memoria-a-historia/5296/ >. Acesso em: 26 out. 2015.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- COSTA Ricardo da. História e memória: a importância da preservação e da recordação do passado. **Revista Eletrônica Ciências Sociais**, Vitória, n. 2, v. 1, p. 02-15, 2007. Disponível em:
<http://www.ricardocosta.com/sites/default/files/pdfs/ricardocosta_artigo.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.
- FENTON, Andre. **Segredos do cavalo-marinho**. Abr./2009. Disponível em:
<http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/segredos_do_cavalo-marinho.html>. Acesso em: 22 fev. 2015.
- FERRAZ, Maria Heloísa C. de T.; FUSARI, Maria F. de Rezende e. **Arte na educação escolar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GENTILE, Paola. **Lembre-se**: sem memória não há aprendizagem. Jun./2003. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/memoria-aprendizagem-406599.shtml>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- KESSEL, Zilda. **Memória e memória coletiva**. Jan./2007. Disponível em:
<www.museudapessoa.net/public/editor/memoria_e_memoria_coletiva.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- LOPEZ, Immaculada. **Memória social**: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local. São Paulo: Museu da Pessoa: Senac São Paulo, 2008.
- MATTOS, Tarcísio. (Ed.). **Alicerces da memória**: 60 bens tombados pelo estado de Santa Catarina. Florianópolis: Tempo Editorial, 2003.
- MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. **Teoria e prática do ensino da arte**: a língua do mundo. São Paulo: FTD, 2009.

MEDEIROS, Adriana. et al. **Proposta curricular da rede municipal de ensino de Tubarão**. Tubarão: Copiart, 2008.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**, v. 10, dez./2004. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_ana_meira.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2015.

MOHS, Richard C. **Como funciona a memória humana**. Disponível em: <<http://saude.hsw.uol.com.br/memoria-humana.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **História e memória**: algumas observações. **Praxis**, Revista Eletrônica de História e Educação, ano 2, n.2, 2005. Disponível em: <<http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/História-e-Memória.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2015.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História, Revista de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, p. 7-28, dez./1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 28 fev.2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <www.pgedf.ufpr.br/downloads/.../memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

REVISTA Museu. **Carta de Veneza**. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/patrimonio/veneza.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

RODRIGUES, Donizete. **Patrimônio cultural, memória social e identidade**: uma abordagem antropológica. Maio/2012. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

SÉ, Elisandra Vilella G. **Como as emoções influenciam a memória**. 2012. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/vyaestelar/memoria_psicologia.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

TURAZZI, Maria Inez. **Iconografia e patrimônio**: o catálogo da exposição de história do Brasil e a fisionomia da nação. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

VIGOTSKY, Lev S. **Imaginação e criação na infância**: ensaio psicológico: livro para professores. São Paulo: Ática, 2009.

Dados para contato: Juliana Natal da Silva **E-mail:** juliana.artes@unibave.net

**ANÁLISE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE
PÚBLICA DE ENSINO DE CINCO MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL SANTA
CATARINA****Ciências Humanas**

Artigo Original

Miryan Cruz Debiasi¹; Alcionê Damasio Cardoso¹**1. Centro Universitário Barriga Verde – Unibave**

Resumo: Essa pesquisa aprofundará o trabalho do Diretor-Gestor em uma instituição escolar na perspectiva da gestão compartilhada. O Diretor é aquele que orienta, coordena, faz com que as ações aconteçam no interior da escola desempenhando com sucesso o seu papel e de todos os integrantes que participam da vida escolar, observando sempre uma perspectiva pedagógica. A pesquisa teve como objetivo analisar a gestão compartilhada nas escolas da rede pública de ensino de cinco municípios do sul do estado de Santa Catarina, na opinião da comunidade interna das unidades escolares. Para tal foi realizado uma pesquisa com dezessete docentes de instituições escolares desses municípios. Foi possível perceber que em alguns aspectos os docentes têm uma visão positiva da gestão compartilhada pelos diretores de suas escolas. Contudo, em alguns aspectos os docentes se demonstraram indiferentes, o que sugere que ainda existem questões a serem apropriadas por toda a comunidade escolar. O método escolhido para a pesquisa é o método monográfico, pois, consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, instituições, grupos ou comunidades para obter generalizações. Sugere-se que um diretor gestor para ser democrático deverá ser um bom conhecedor da arte de administrar os setores: administrativos, financeiros, pedagógicos e que esse gestor seja um componente ativo para realização do projeto político pedagógico da escola.

Palavras-chave: Diretor Escolar. Gestão Compartilhada. Rede Pública de Ensino.

**ANALYSIS OF THE SHARED MANAGEMENT IN PUBLIC SCHOOL NETWORK
UNIT FIVE MUNICIPALITIES OF EDUCATION OF THE REGION SOUTH SANTA
CATARINA**

Abstract: This research will deepen the Director Manager work in a school institution in the context of shared management. The Director is the one who directs, coordinates, makes the actions take place inside the school successfully playing its role and all members participating in school life, always observing a pedagogical perspective. The research aimed to analyze the shared management in public schools in five municipalities of teaching the southern state of Santa Catharina, in the opinion of the

internal community of school units. For such a survey was conducted with seventeen teachers of educational institutions of these municipalities. It could be observed that in some respects teachers have a positive view of shared management by the directors of their schools. However, in some respects teachers have proved indifferent, suggesting that there are still issues to be recognized by the whole school community. The method chosen for the survey is the monographic method, therefore, is the study of certain individuals, professions, institutions, groups or communities for generalizations. It is suggested that a director manager to be democratic should have a good knowledge of the art of managing the sectors: administrative, financial, educational, and that this manager is an active component for the realization of political pedagogical school project.

Keywords: School Director. Shared management. Public Education Network.

Introdução

Em uma unidade escolar podem ser vistos muitos exemplos de gestores: o professor que gerencia, planeja e organiza suas aulas; os serventes administrando o tempo, a limpeza e o seu material; o secretário escolar que cuida da parte burocrática; o coordenador pedagógico, responsável pela articulação do trabalho pedagógico e, assim, sucessivamente. Além de toda essa comunidade interna de gestores, pode-se ver o Diretor-Gestor que em sua organização pode conduzir da melhor forma uma unidade escolar.

Assim, a escola é organizada e o Diretor-gestor é aquele que orienta, coordena, faz com que as ações aconteçam e também sejam cumpridas as determinações estabelecidas pelas instâncias superiores. Desta maneira, desempenha com sucesso esse papel que se torna cada dia mais difícil pela precariedade que as escolas públicas vivem no contexto atual.

Uma gestão escolar democrática parte do pressuposto de não só a gestão, mas também o planejamento dessa gestão participativo. Isto quer dizer que, as decisões para futuro da unidade escolar demandam de diferentes óticas, valores e anseios de cada um dos envolvidos na instituição. Com a gestão compartilhada, a decisão conjunta é que vai estabelecer uma política para essa instituição. (HORA, 1998).

Diante o que foi exposto, buscou-se neste trabalho responder ao seguinte problema: Qual o desempenho dos Diretores-Gestores em relação à gestão compartilhada de algumas escolas públicas da região Sul de Santa Catarina na visão da comunidade interna?

A pesquisa teve como objetivo analisar a gestão compartilhada nas escolas da rede pública de ensino de cinco municípios do sul do estado de Santa Catarina, na

opinião da comunidade interna das unidades escolares. Como decorrência do objetivo geral, a pesquisa teve por objetivos específicos: identificar o trabalho do diretor de escola pública da região sul do estado de Santa Catarina frente aos critérios de avaliação docente e administrativo definidos na pesquisa e aplicados nas unidades escolares em uma perspectiva de gestão compartilhada; demonstrar o grau de satisfação dos docentes no processo de participação das tomadas de decisões nas unidades escolares da rede pública de ensino; verificar a relação escola-comunidade no cotidiano escolar no que tange a gestão compartilhada; descrever a satisfação dos pesquisados em relação às condições oferecidas para a investigação científica nas instituições escolares pesquisadas.

A democratização da gestão na escola pública

A democratização da educação em todo o Brasil é citada desde a Constituinte de 1988, no artigo 206, inciso 6º que trata da gestão democrática do ensino público em forma de lei. Anteriormente a década de 1980, a gestão escolar era pautada em princípios da teoria da administração empresarial, a educação não pressupunha nenhuma outra preocupação além daquelas existentes nas empresas comuns. Essa incompatibilidade nos processos de gestão se refere aos motivos de cada organização. Enquanto nas empresas o processo se dá a partir dos lucros, a instituição escolar refere-se à formação cultural das diferentes gerações. (CÓSSIO et.al, 2010).

Assim como no processo de constituição da democracia brasileira, o processo de gestão da educação também está ligado a estes movimentos históricos (SAVIANI, 2010). Historicamente, as escolas tiveram centralidade do Estado quanto ao caráter administrativo e o movimento de enfrentamento dessa realidade envolveu diferentes associações, sindicatos e eventos em prol da educação. Nesse processo, a gestão democrática tinha perspectiva ideológicas bem delineadas com o objetivo da eleição dos diretores (CARNEIRO, 2010). Na perspectiva da gestão democrática no Brasil, destacam-se experiências de cunho político como os “[...] conselhos de políticas e os planos de diretores municipais” (CÓSSIO et. al, 2010, p. 328). Essa perspectiva de gestão democrática na educação se evidenciou na Constituição Federal de 1988. Essa legislação, ao tratar da educação destaca, dentre outros princípios, a gestão democrática do ensino público (SAVIANI, 2013). Seguido a este movimento em favor

da democratização não apenas na educação, mas em toda sociedade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 também tratou da democratização das escolas públicas.

A democratização em que pede a participação dos profissionais da educação e da comunidade interna e externa de uma unidade escolar pode ser constatada na LDB por meio do artigo 14 (BRASIL, 1996) quando diz:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A perspectiva da gestão democrática citada na LDB é analisada por Carneiro (2010) como ponto fundamental na elaboração de um projeto de escola e conseqüentemente de formação humana. Nesse sentido, apenas com “[...] operações de um fazer coletivo ele poderá ser implementado e avaliado coletivamente (CARNEIRO, 2010). A educação conseguiu sua democratização por meio da referida lei ao estabelecer que toda a comunidade interna e externa deveria participar na elaboração dos projetos, recursos e todas as atividades que envolvem uma unidade escolar. Os diretores escolares, antes da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) eram, na concepção de Alonso (1983, p. 38),

[...] meros executores de normas legais, a sua participação no processo renovador de ensino era mínima, mas à medida que lhes são atribuídas grandes doses de responsabilidade nesse processo, é preciso que estejam preparados para compreender as necessidades atuais do ensino em sua escola e da educação em geral, de modo a possibilitar a adequação das medidas adotadas à situação particular daquela realidade escolar considerada.

A escola é uma organização social democrática em que os componentes dessa organização possuem suas funções distintas, entre elas a função do diretor-gestor. A função do diretor-gestor abrange atualmente funções além daquela que apenas provê recursos humanos e materiais que fazem parte do cotidiano das escolas ou que garante somente o cumprimento das normas legais. Ele necessita ser visto como alguém que mobiliza, organiza, planeja e toma decisões do trabalho realizado na escola, mas que não acontece de maneira isolada. (ALONSO, 1983).

A direção escolar, é entendida como aquela que articula e põe em ação todos os elementos constituintes do processo organizacional: planejamento, organização e avaliação. (LIBÂNEO, 2015).

O gestor educacional numa perspectiva compartilhada, portanto, é aquele que não é apenas um administrador escolar numa perspectiva burocrática, hierárquica e fragmentada. Para Silva (2009) o gestor é alguém que faz parte de uma instituição escolar em sua totalidade e complexidade pedagógica que permita e promova o desenvolvimento da ação coletiva. Em outras palavras, é aquele que trabalha para o equilíbrio dos aspectos pedagógicos e administrativos e tem como premissa a necessidade da participação coletiva da comunidade escolar nas decisões, orientações e execuções do trabalho educativo.

Na linha da gestão democrática, a questão financeira também foi contemplada. Atualmente as escolas recebem por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) recursos financeiros para despesas e manutenção da escola com vistas a contribuir na conservação física e pedagógica das instituições escolares por meio da descentralização dos recursos. Este recurso é executado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). O PDDE foi criado em 1995 pelo governo federal e tinha o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). Além de contribuir para a melhoria imediata das necessidades da escola, esse recurso também pode ser utilizado para capacitação dos profissionais da educação no que tange o desenvolvimento do processo pedagógico e aquisição de materiais didáticos. (BRASIL, 2014).

A escola e sua constituição atual são reflexo de uma sociedade em constantes mudanças e ressignificações. (LÜCK2013b) Um dos pressupostos desse reflexo é o entendimento de que as alterações e dificuldades estão interligadas a uma realidade que é local, mas também global. A tendência das mudanças resulta em posturas de gestão participativas, democráticas em busca da superação das dificuldades. Deste modo, as escolas e a própria educação “[...] tem demandado dos estabelecimentos de ensino um esforço especial de gestão, de organização dos processos sócio educacionais [...] com vistas à promoção de experiências de formação de seus alunos [...]” (LÜCK, 2013b).

Essa alteração na perspectiva da gestão escolar é, atualmente, analisada por diversos autores como: Paro (2008), Libâneo (2015), Lück (2013a,2013b). A administração escolar na atualidade, aponta Barroso (1996) passa por transformações em vários países. Essa mudança na atuação do gestor tem como objetivos ampliar o conceito de escola, enfatizar a autonomia dessas e conseqüentemente estabelecer a

gestão que considere a diversidade desses espaços. Tal como enfatiza Carneiro (2010, p. 168),

Nesta perspectiva, as decisões centralizadas no diretor cedem lugar a um processo de resgate da efetiva função social da escola, através de um trabalho de construção coletiva entre todos os agentes da escola, através de um trabalho de construção coletiva entre todos os agentes da escola e, destes, com a comunidade.

Uma das premissas da gestão democrática, citada da LDB, refere-se a avaliação institucional e a avaliação do desempenho docente. Este quesito está ligado ao aperfeiçoamento da carreira docente baseada na titulação e habilitação dos professores a partir de avaliações processuais de acompanhamento do seu trabalho. A avaliação docente fornece subsídios para a constituição de políticas públicas de aperfeiçoamento da qualidade da educação. No que tange a avaliação institucional, ela é a base para tomada de decisões a partir de indicadores de qualidade. Pauta-se no diálogo e no processo coletivo da comunidade escolar (SILVA, 2009).

Portanto, na organização de uma unidade escolar diversos são os critérios de gestão: setores administrativos, financeiros e pedagógicos. Cada um desses critérios à tendência é caminhar juntos. Pressupõem uma compreensão do todo, indissociável. Cada um desses setores, alterado, altera os demais que o constituem. (LÜCK, 2013a). Desta forma, não é possível conceber uma escola com boa estrutura física, mas que desconsidere o critério pedagógico ou um ótimo projeto pedagógico, nem professores sem a formação necessária e, assim, sucessivamente. Para Lück (2013a, p. 63), a participação da comunidade escolar é premissa primordial para a reciprocidade expressa em todos os segmentos [...]”. Ou seja, em uma gestão compartilhada, com estreita relação com a comunidade escolar o gestor “[...] tem de se conscientizar de que ele, sozinho, não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é a descentralização, isto é, o compartilhamento de responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários” (PARO, 2008, p. 130).

Procedimentos Metodológicos

Para se analisar o comprometimento do diretor-gestor frente à gestão compartilhada nas unidades escolares da rede pública de ensino da região sul de Santa Catarina, foi realizado uma pesquisa nas instituições escolares. A pesquisa se desenvolveu em duas associações de municípios: a Associação dos Municípios da

Região Carbonífera (AMREC), que conta com 12 (doze) municípios: Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis e Treviso; e a Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL), que conta com 18 (dezoito) municípios: Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão. Da região da AMREC participaram dois (02) municípios: Orleans com cinco (05) escolas e Lauro Müller com quatro (04) escolas. A região da AMUREL, foram seis (06) escolas de Braço do Norte, uma (01) escola de São Ludgero e uma (01) escola de Rio Fortuna. No total, foram pesquisadas 17 escolas de cinco (05) municípios. A pesquisa nestes municípios se justifica em função das áreas de inserção e atuação do curso e do Centro Universitário.

A pesquisa foi desenvolvida pelos acadêmicos da 1ª fase do curso de Pedagogia do Centro Universitário Barriga Verde (Unibave), por meio de entrevistas com perguntas fechadas a realidade da gestão escolar das escolas da rede pública estadual e municipal dos 05 (cinco) municípios citados anteriormente. A coleta de dados foi realizada a partir de um questionário semiestruturado e foram entrevistados 17 (dezesete) professores que atuam nas escolas da rede pública desses municípios entre os meses de abril a junho de 2015.

Resultados e Discussão

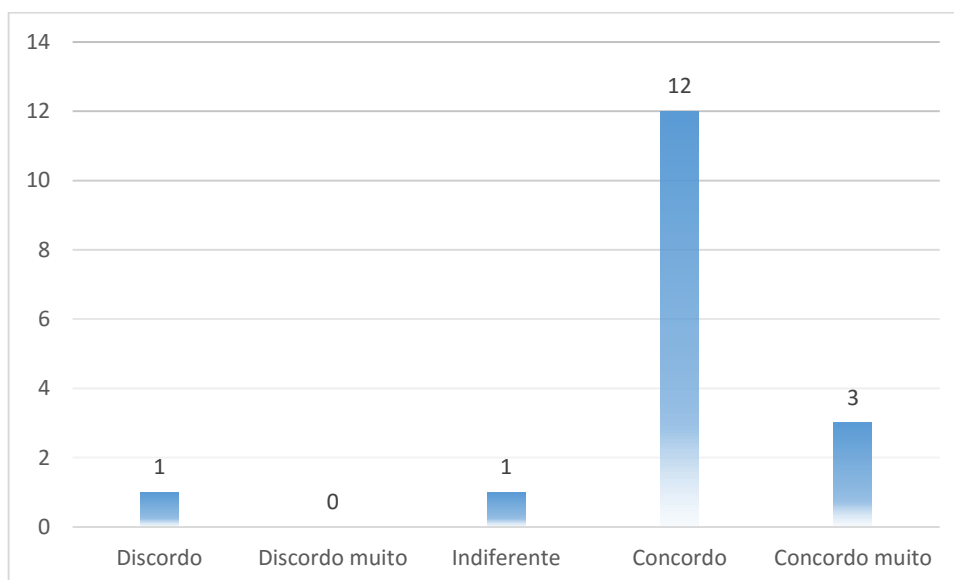
No estado de Santa Catarina, as escolas estão organizadas por gerencias regionais conforme as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs). Nos municípios, as escolas estão sob a responsabilidade da secretaria municipal da educação. Os diretores na esfera estadual são eleitos por meio de submissão de um plano de gestão. Nessa eleição, os pais representam os alunos do Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, votam como pais com direito a contagem de dois votos. Os alunos com direito a voto são os do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Na esfera municipal, os diretores são indicados pelos gestores públicos. Em ambos os casos, não existe, por parte do poder público, algum tipo de capacitação para tal função.

Diante disso, desenvolveu-se uma pesquisa com cinco questionamentos com os docentes, para analisar a gestão compartilhada nas escolas da rede pública de

ensino de cinco municípios do sul do estado de Santa Catarina, na opinião da comunidade interna das unidades escolares.

Para entender se a gestão é compartilhada, ao analisar a qualidade do processo de avaliação docente e se acontece na escola, foi feito um questionamento. Dos 17 (dezesete) professores entrevistados, 01 (um) discorda, um (01) é indiferente, 12 (doze) professores concordam com o processo e 03 (três) concordam muito. Os professores que responderam indiferente ou discordam do processo avaliativo dos professores pertencem ao município de Orleans.

Tabela 01 - Sobre a qualidade do processo de avaliação docente (é realizado um processo avaliativo na escola, é de qualidade?)



Fonte: Pesquisa realizada pelos acadêmicos da 1ª fase de Pedagogia do Unibave.

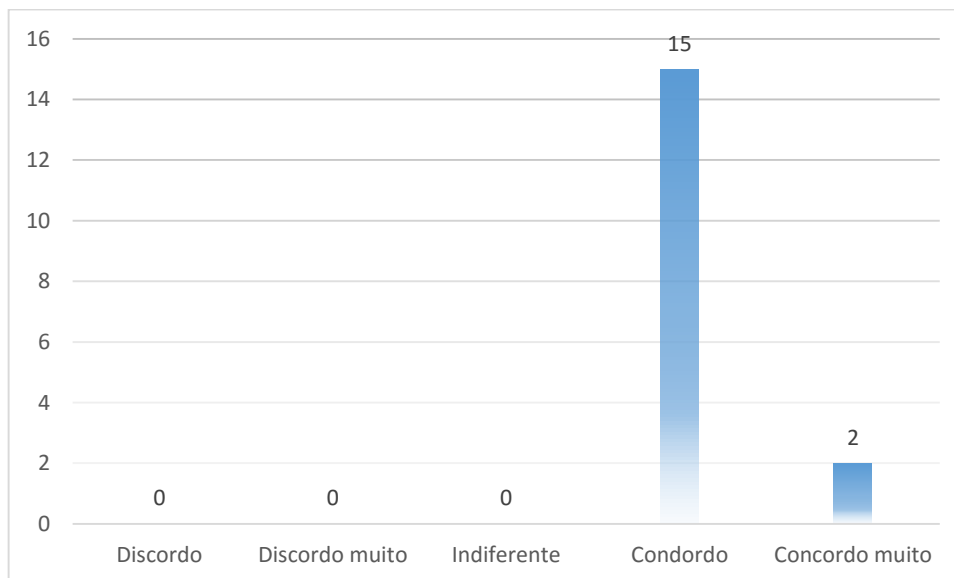
A avaliação é um processo permanente. Ela faz o professor pensar e tomar decisões com relação a esse processo. Tomando como categoria de análise o processo participativo da gestão escolar, uma das dimensões constituintes da escola é a dimensão pedagógica. Ao compreender que esta dimensão é um processo permanente de reflexão-ação, torna-se fundamental que sua atuação faça parte das discussões e estudos da comunidade escolar em prol da promoção da aprendizagem escolar. Deste modo, avaliar constantemente a atuação docente é um dos movimentos necessários no processo de gestão.

A partir da pesquisa realizada com a comunidade escolar de Orleans e região, observou-se que dos 17 (dezesete) entrevistados, a grande maioria (15) apontou

concordar com o processo de avaliação docente realizado pela instituição escolar. Uma avaliação escolar sob a perspectiva democrática faz-se a partir de elementos que oportunizem não apenas o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, mas também uma formação científica e cultural de qualidade, condições de trabalho e remuneração para os profissionais da educação, tendo como objetivo comum formas de gestão da aprendizagem dos estudantes. Pode-se entender que as escolas pesquisadas têm como premissa um conjunto de relações necessárias para o aprendizado de todos, caracterizando uma das dimensões necessárias para a gestão democrática e a função social da escola.

Um segundo questionamento procurou identificar se o processo de avaliação da gestão administrativa é de qualidade. Dos 17 (dezessete) professores entrevistados, 15 (quinze) informaram que concordam muito com o processo de avaliação da gestão administrativa e 02 (dois) concordam muito com esse processo.

Tabela 02 - Qualidade do processo de avaliação da gestão administrativa



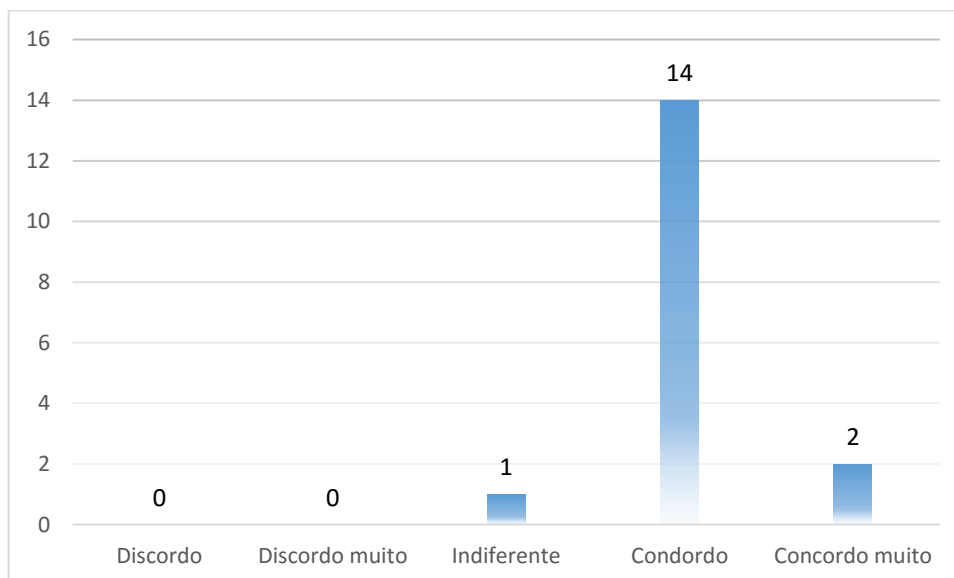
Fonte: Pesquisa realizada pelos acadêmicos da 1ª fase de Pedagogia do Unibave

Dentre as tarefas relativas à gestão escolar estão: dirigir e coordenar o trabalho escolar, utilizando os recursos e meios em prol do objetivo da escola; assegurar que o processo de tomada de decisões seja participativo; promova a articulação das relações entre escola, comunidade. Em razão dessa necessidade de conseguir articular e mobilizar a comunidade escolar, é fundamental que ela própria consiga efetivamente avaliar o processo de gestão. Nas instituições escolares pesquisadas, é

unânime entre os participantes da pesquisa que esse processo é percebido de maneira satisfatória. Esta situação indica que os dirigentes das escolas pesquisadas conseguem articular a demanda para a integração dos diferentes setores que compõem a escola, conforme aponta a tabela especificada. Nesse sentido, estas articulações são necessárias para que se promova constantemente o monitoramento e avaliação institucional da escola, o que constitui em responsabilidade pública da gestão democrática.

Para saber se os discentes participavam das decisões e encaminhamentos realizados pela escola foi questionando os docentes se eles concordavam que havia a participação dos estudantes nesse processo. Dos 17 (dezesete) docentes que participaram da pesquisa, 01 (um) mostrou-se indiferente a essa questão, 14 (quatorze) afirmaram que concordam e 02 (dois) disseram que concordam muito.

Tabela 03 - Participação dos estudantes na gestão da escola



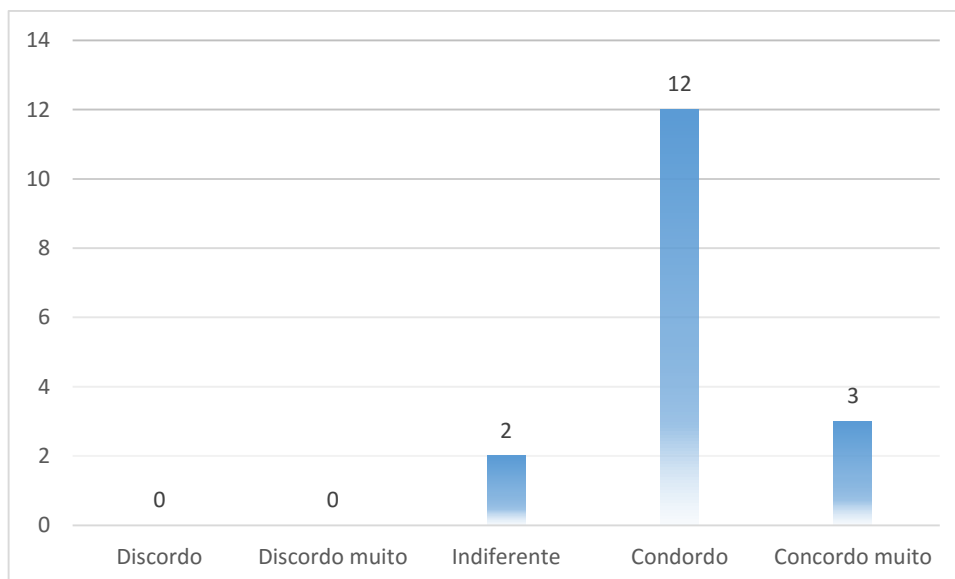
Fonte: Pesquisa realizada pelos acadêmicos da 1ª fase de Pedagogia do Unibave

Uma das premissas da gestão democrática na escola é a possibilidade de toda a comunidade escolar atuar junto às instâncias deliberativas da mesma. Nesse sentido, a pesquisa aponta que embora a grande maioria dos pesquisados entenda que há participação dos estudantes no planejamento da escola, alguns ainda se mostram indiferentes a esse processo. Quem pertence a um grupo é participante deste. Indêpende de sua atuação, a participação de todos, especialmente dos estudantes que estão presentes em todas as atividades escolares. Posturas

indiferentes como as apontadas na pesquisa, contribuem para “[...] a inércia, o comodismo e a passividade do grupo, por meio de ação não orientada para a superação de limitações e dificuldades ou enfrentamento de desafios.” (LÜCK, 2013a, p.37). É importante salientar também que, os vínculos mais estreitos com pais e entidades também compõem os princípios da gestão democrática. Eles precisam ser conscientizados sobre a importância de órgãos colegiados e que eles representam em certa medida, a sociedade em geral. Essa rede colaborativa favorece não só a gestão escolar, mas também reflete na aprendizagem dos estudantes, uma vez que, a relação escola-comunidade, pais-alunos, professores-alunos se conscientizam da função social da escola.

Dentro da perspectiva da gestão democrática, compreende-se que deve haver a interação escola com a comunidade não apenas nas suas questões internas, mas também se envolva com situações referentes à comunidade ao seu entorno. Nesse sentido, foi questionado aos professores sobre a participação das escolas nos problemas e desenvolvimento da comunidade. Dos docentes entrevistados 02 (dois) responderam indiferente, 12 (doze) afirmaram que concordam e 03 (três) concordam muito.

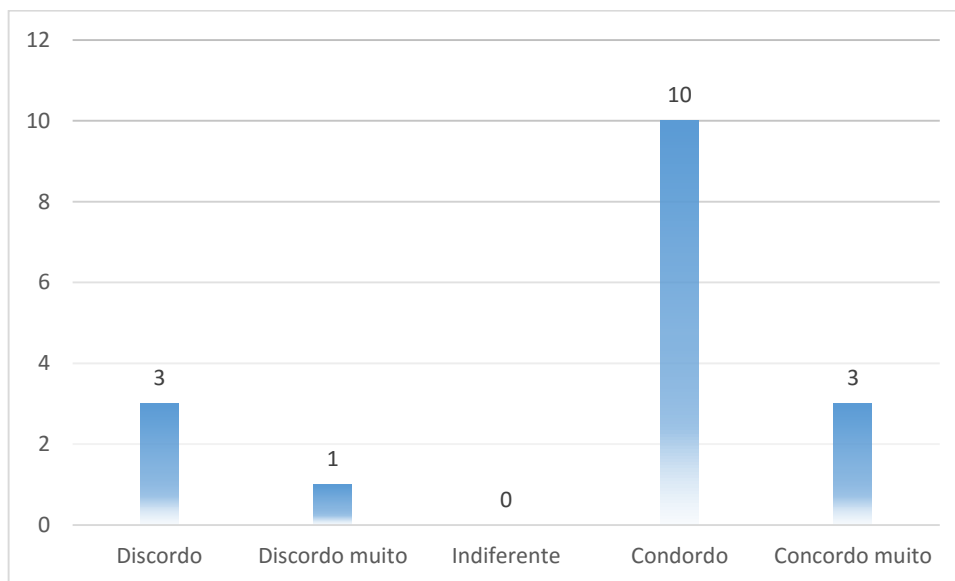
Tabela 04 - Participação da escola nos problemas e soluções para o desenvolvimento da comunidade



Fonte: Pesquisa realizada pelos acadêmicos da 1ª fase de Pedagogia do Unibave

Assim como em questões anteriores, alguns professores tem uma posição de indiferença com relação a escola e sua articulação com a sociedade e aqueles que a constituem enquanto instituição escolar. Ao serem questionados sobre a participação da escola nos problemas, mas também no desenvolvimento da comunidade, alguns demonstraram indiferença. Quinze docentes percebem que a escola participa de maneira ativa nas ações da comunidade. Essa consciência é parte integrante e dependente das ações daqueles que atuam em conjunto. Desta forma, a participação não apenas da escola, mas de todos que nela atuam resultam num sentimento de compartilhamento. Esse sentimento traz como não só o enfrentamento da realidade, como propostas de intervenção a partir dela, resignificando, no caso da escola, seu caráter social.

Tabela 05 - Condições para realização de investigação (recursos humanos, econômicos e apoio institucional)



Fonte: Pesquisa realizada pelos acadêmicos da 1ª fase de Pedagogia do Unibave

Um dos questionamentos que mais houve divergências de opinião dos entrevistados refere-se às condições de investigação de pesquisa nas escolas. Dos entrevistados, 04 (quatro) discordaram ou discordaram muito em haver esse tipo de possibilidade nas unidades escolares pesquisadas. Este fato sugere que ainda é preciso que tais espaços possam ser compreendidos para além de uma visão burocrática e técnica. Precisa compreender que ali é um espaço de práticas educativas e de aprendizagem, e, para tal, fomentar a reflexão dessas práticas torna-

se fundamental na organização da gestão escolar em prol de um objetivo comum. Vale salientar também que um dos grandes desafios da gestão compartilhada é conseguir trabalhar de maneira colegiada e transparente com os recursos recebidos pela escola. Se uma das premissas dos recursos recebidos pelas escolas destina-se também as questões de aperfeiçoamento dos profissionais no que tange a pesquisas, capacitação e compra de materiais didáticos, é de se esperar que tais recursos sejam usados também para estes fins. Com relação aos recursos financeiros, várias indagações surgem: será que a gestão consegue trabalhar de forma colegiada na gestão dos recursos? Esses recursos são usados apenas nas questões de manutenção física das escolas? Esses recursos não chegam a ser utilizados para as questões pedagógicas? Se não são, pode-se sugerir que as estruturas físicas estejam em estado lastimável e daí demandam tais investimentos prioritariamente aos pedagógicos?

Considerações Finais

Na perspectiva da gestão democrática vários compromissos precisam ser assumidos pelo diretor-gestor em uma ação compartilhada: busca de parcerias; envolvimento da comunidade nas atividades escolares; tomar decisões coletivamente; trabalhar em conjunto com a APP (associação de pais e professores) e conselho deliberativo; tornar os alunos, pais e professores membros partícipes nas decisões no interior da escola; ser gestor esclarecedor do funcionamento e andamento de toda a unidade escolar; ter uma boa visão administrativa; ser um diretor-gestor que envolva toda a comunidade próxima a escola; deverá estar atento a novas ideias, sejam elas dos alunos, professores e ou da comunidade. Estar atento a cultura da auto avaliação como processo de melhoria na qualidade da educação.

Com a observação feita na pesquisa e após conclusões provisórias retiradas da opinião dos pesquisados, sugere-se que um diretor gestor para ser democrático deverá ser um bom conhecedor da arte de administrar os setores: administrativos, financeiros, pedagógicos e que esse gestor seja um componente ativo para realização do projeto político pedagógico da escola, deverá ser um estimulador, responsável com seus compromissos, provocar um ideal de iniciação de pesquisa incentivando as práticas pedagógicas; dar a vez e voz para que todos deem suas ideias, tornando assim um trabalho participativo, com espírito que possa provocar mudanças e fazer

as inovações precisas na comunidade para uma gestão compartilhada em nível de Escola Pública no Estado de Santa Catarina.

Referências

ALONSO, Mirtes. **O papel do diretor na administração escolar**. 5. ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE) **Resolução nº 5 de 31 de março de 2014**. Disponível em: <

https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000005&seq_ato=000&vlr_ano=2014&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 30 ago. 2015.

BARROSO, J. **O estudo da autonomia da escola: da autonomia decreta à autonomia construída**. Porto: Porto, 1985.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDL fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. 17.ed. atualizada e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CÓSSIO, Maria de Fátima et al. Gestão educacional e reinvenção da democracia: questões sobre regulação e emancipação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [s.l.], v. 26, n. 2, p.325-341, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19720/11491>>. Acesso em: 01 set. 2015.

HORA, Dinair Leal. **A gestão democrática na escola**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1998.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6.ed. ver e ampl. São Paulo: Heccus, 2015.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SAVINI, Demerval. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. **Revista Brasileira de**

Política e Administração da Educação, [s.l.], v. 29, n. 2, p.207-221, mai/ago 2013.
Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/43520/27390>>.
Acesso em: 30 ago. 2015.

SILVA, Eliene Pereira da. A importância do gestor educacional na instituição escolar.
Revista Conteúdo, Capivari, v. 1, n.2,p. 67-83.

Instituição de fomento

FUMDES – Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior.

Dados para contato:

Autor: Miryan Cruz Debiasi

E-mail: miryan@unibave.net

**MATERNIDADE E CÁRCERE: ANÁLISE DA REALIDADE DOS PRESÍDIOS
FEMININO DE TUBARÃO/SC E REGIONAL DE CRICIÚMA/SC****Relações Sociais e Direitos Humanos**

Novos paradigmas do Direito

**Andiara Pickler Cunhar¹; Moacir Damazio¹; Pedro Zilli Neto¹;
Silvana Pisone Zomer¹;**

1. Centro Universitário Barriga Verde - Unibave

Resumo: o presente estudo versa sobre a Maternidade e Cárcere: análise da realidade dos presídios Feminino de Tubarão-SC e Regional de Criciúma/SC, possuindo como objetivo geral conhecer referidos sistemas prisionais, no que diz respeito às questões inerentes ao período gestacional das mulheres encarceradas, pré-natal, pós-parto e recém-nascido, que constituem direitos fundamentais e sociais. Para tanto, dividiu-se o trabalho em três capítulos, quais sejam a fundamentação teórica, as delimitações metodológicas e a apresentação e discussão dos resultados. Com o intuito de atingir os objetivos e obtendo respostas ao problema proposto, utilizou-se como mecanismo metodológico, a pesquisa bibliográfica e exploratória e as técnicas de entrevistas e questionários, sendo as entrevistas realizadas junto aos diretores e Assistente Social dos presídios Feminino de Tubarão-SC e Regional de Criciúma/SC e os questionários realizados junto as detentas gestantes e pós-gestante, também dos referidos presídios. O presente trabalho possui uma relevância social e teórica, pois tem como finalidade demonstrar se os Presídios Feminino de Tubarão-SC e Regional de Criciúma/SC cumprem ou não a legislação no que diz respeito às questões inerentes ao período pré-natal, pós-parto e recém-nascido.

Palavras-chave: Maternidade. Cárcere. Direitos fundamentais. Direitos Sociais.

Abstract: This study has the purpose to know the prison system Prison Women's Prison Shark SC and SC - Regional Cricklewood , with regard to issues related to prenatal , postpartum and newborn. Therefore bibliographical research and exploratory, qualitative approach and quantitative interview techniques and questionnaire, and interviews with the directors and applied social worker and questionnaires administered to pregnant and post - pregnant from prisons mentioned above. In turn, that study is divided into three chapters, which are the theoretical, methodological delimitations and the presentation and discussion of results. This work has a social relevance and theoretical, as it will verify and demonstrate the Women's Prison and Prison Shark SC - SC Regional Cricklewood they comply with the law with regard to issues related to pre -natal, post- childbirth and newborns, which are fundamental rights and social.

Keywords: Motherhood. Jail. Fundamental rights. Social Rights.

Introdução

O presente trabalho tem como tema a Maternidade e Cárcere: análise da realidade dos Presídios Feminino de Tubarão-SC e Regional de Criciúma/SC, apresentando como problema a seguinte diretriz: O sistema prisional feminino de Tubarão-SC e de Criciúma/SC asseguram às mães presidiárias o direito de assistência durante o período pré-natal e pós-parto, estendendo o direito ao recém-nascido?

O objetivo geral se trata de conhecer referidos sistemas prisionais no que diz respeito às questões inerentes ao período pré-natal, pós-parto e recém-nascido. Já os objetivos específicos são: estudar brevemente o percurso histórico do ordenamento jurídico no que diz respeito ao tema proposto na pesquisa; compreender o ordenamento jurídico brasileiro no que tange aos direitos fundamentais e sociais das detentas gestantes e pós-gestantes em realizarem acompanhamento pré-natal e pós-parto, estendendo o direito ao recém-nascido; conhecer a estrutura prisional do Presídio Feminino de Tubarão-SC e do Presídio Regional de Criciúma/SC, verificando se estas unidades estão adequadas para o atendimento das detentas gestantes e pós-gestantes, em respeito aos direitos fundamentais e sociais; verificar junto as detentas gestantes e pós-gestantes o conhecimento que possuem do direito ao pré-natal, pós-parto e de permanecerem com seus filhos durante o período estipulado por lei, e se as mesmas usufruem deste direito.

O tema em estudo resta relevante devido à importância do acompanhamento pré-natal e pós-parto durante o período gestacional e após este período, bem como a importância do aleitamento materno a uma criança nos primeiros anos de vida. Ademais, a relação afetiva entre mãe e filho é fundamental ao desenvolvimento da criança.

No entanto, algumas mulheres, durante este período, se encontram cumprindo pena privativa de liberdade, o que enseja responsabilidade aos presídios em concretizarem os direitos assegurados em Lei, direitos estes considerados fundamentais e sociais, como por exemplo, assistência durante o período pré-natal e pós-parto, estendendo o direito ao recém-nascido.

Partindo desta premissa, o trabalho é justificado com o intuito de verificar se os Presídios Feminino de Tubarão-SC e Regional de Criciúma/SC oferecerem condições adequadas para que as encarceradas possam realizar acompanhamento pré-natal e pós-parto e se possuem instalações apropriadas à permanência da mãe com seu filho.

Procedimentos Metodológicos

Na presente pesquisa, adotou-se o método bibliográfico e exploratório. O primeiro restou utilizado devido aos objetivos específicos, em que será estudado brevemente o percurso histórico do ordenamento jurídico no que diz respeito ao tema proposto na pesquisa e compreendido o ordenamento jurídico brasileiro no que tange aos direitos fundamentais e sociais das detentas gestantes e pós-gestantes em realizarem acompanhamento pré-natal e pós-parto, estendido o direito ao recém-nascido.

O método exploratório, restou utilizado para conhecer a estrutura prisional dos Presídios Feminino de Tubarão-SC e Regional de Criciúma/SC, verificando se estas unidades estão adequadas para o atendimento das detentas gestantes e pós-gestantes, em respeito aos direitos fundamentais e sociais e verificar junto as detentas gestantes e pós-gestantes o conhecimento que possuem do direito ao pré-natal, pós parto e de permanecerem com seus filhos durante o período estipulado por lei, e se as mesmas usufruem deste direito.

Ademais, utilizou-se no presente estudo, levantamento bibliográfico e levantamento de informações sobre um objeto determinado onde se analisou e descreveu a realidade do presídio.

No estudo, além da pesquisa bibliográfica, utilizou-se dos instrumentos denominados entrevista e questionário.

A entrevista restou aplicada aos diretores e assistentes sociais do Presídio Feminino de Tubarão-SC e Presídio Santa Augusta de Criciúma – SC. O questionário, por sua vez, aplicou-se às presidiárias gestantes e pós-gestantes.

No contexto do estudo em tela, utilizaram-se as abordagens qualitativa e quantitativa.

Inicialmente, observa-se a abordagem quantitativa em razão da presença de dados estatísticos, obtidos a partir de determinadas respostas contidas no questionário aplicado às presidiárias gestantes e pós-gestantes.

A abordagem qualitativa, por sua vez, apresenta-se também em virtude do referido questionário, bem como das entrevistas realizadas junto às assistentes sociais e diretores, onde se buscou conhecer a realidade dos Presídios Feminino de Tubarão-SC e Regional de Criciúma/SC, no que diz respeito ao binômio maternidade/cárcere.

A população participante da investigação foi constituída por funcionárias e presidiárias do Presídio Feminino de Tubarão - SC, localizado à Rua Manoel Miguel Bittencourt, n. 718, bairro Humaitá, Tubarão - SC e por funcionários e presidiárias do Presídio Santa Augusta, localizado à Rua Hortência Alda de Souza Medeiros, n. 65, bairro Santa Augusta, Criciúma – SC.

O total da população e amostra, em ambos os locais pesquisados foi de 100% (cem por cento). No Presídio Feminino de Tubarão-SC entrevistou-se a Diretora e a Assistente Social, aplicando-se questionário a 01 (uma) presidiária gestante (única gestante que havia no presídio). Já no Presídio Regional de Criciúma-SC entrevistaram-se o Diretor e a Assistente Social, aplicando-se questionário a 02 (duas) presidiárias gestantes e 01 (uma) presidiária pós-gestante que convive com seu filho no presídio.

Para a realização desta pesquisa escolheu-se a amostragem não probabilista por tipicidade, haja vista que as entrevistas e os questionários foram aplicados em uma população delimitada e objetiva, ou seja, típica.

Em outras palavras, somente esta população poderia ser entrevistada e questionada para obter-se os objetivos do presente estudo.

Resultados e Discussão

A pesquisa foi realizada com o intuito de cumprir o objetivo geral do presente estudo, que trata de “conhecer o sistema prisional no que diz respeito às questões inerentes ao período pré-natal, pós-parto e recém-nascido, no Presídio Feminino de Tubarão-SC e Presídio Regional de Criciúma/SC”.

Para viabilização desta pesquisa, utilizaram-se dois tipos de instrumentos, o questionário e a entrevista, sendo que o primeiro aplicou-se às gestantes e pós-gestantes e o segundo a assistente social e diretores.

Como no Presídio Feminino de Tubarão não havia nenhuma pós-gestante e somente uma gestante, o questionário foi aplicado também às gestantes e pós-gestantes do Presídio Regional de Criciúma/SC.

Com relação às entrevistas, estas foram realizadas com os diretores em ambos os presídios, sendo que a entrevista com a assistente social restou exitosa apenas no Presídio Regional de Criciúma/SC, vez que no Presídio Feminino de Tubarão/SC inexistente assistente social.

Os resultados obtidos nos questionários preservou o anonimato das gestantes e pós-gestantes de ambos os presídios, as quais serão tratadas como “gestantes” e “pós-gestantes”, sendo que os demais entrevistados serão tratados pelos respectivos cargos.

O Presídio Feminino de Tubarão/SC conta atualmente com 98 detentas. Destas detentas apenas 1 (uma) é gestante, sendo que inexistente pós-gestantes que convivam com seus filhos no presídio.

Já o Presídio Regional de Criciúma/SC conta com 78 detentas, sendo 2 (duas) gestantes e 1(uma) pós-gestante.

O questionário restou aplicado a todas as gestantes. De início foram elaboradas perguntas de identificação, como: idade, estado civil e grau de instrução. Na sequência foram elaboradas perguntas pertinentes ao tema em estudo, qual seja, Maternidade e Cárcere: análise do Presídio Feminino de Tubarão/SC e Presídio Regional de Criciúma/SC.

Inicialmente, constatou-se que a maioria das gestantes está detida em virtude do crime de tráfico de entorpecentes, sendo que apenas a gestante “c” está reclusa pelo crime de homicídio e dano contra o patrimônio. Tal situação vem de encontro ao disposto no capítulo teórico, no tópico que explica o surgimento das prisões femininas, onde apresentamos os dados do Ministério da Justiça, de que atualmente no Brasil o tipo de crime mais praticado por mulheres é o tráfico de entorpecentes.

Dentre os objetivos específicos do presente estudo, o segundo se trata de conhecer a estrutura prisional dos Presídios Feminino de Tubarão/SC e Regional de Criciúma/SC, verificando se estas unidades estão adequadas ao atendimento das detentas gestantes e pós-gestantes, em respeito aos direitos fundamentais e sociais. Através da análise dos dados, observou-se que as gestantes realizam acompanhamento médico gestacional mensalmente, bem como recebem

atendimento ambulatorial sempre que necessário, comprovando, portanto, que referidos presídios cumprem a legislação no que diz respeito ao acompanhamento pré-natal.

Neste ponto, é mister lembrar que como o acompanhamento pré-natal é condição de saúde e também um dos aspectos que englobam a proteção à maternidade, o mesmo é considerado como um direito fundamental de segunda geração, isto é, um direito social, cujo artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 preconiza:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Com efeito, o artigo 14, parágrafo 3º, da Lei de Execução Penal enaltece: "Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido. "

Ademais, segundo o Ministério da Justiça (2000), as consultas médicas gestacionais devem ser realizadas pelos menos seis vezes durante o período pré-natal, começando, de preferência desde a descoberta da gravidez, para que assim se obtenha um acompanhamento satisfatório e sem risco para a mãe e para o filho.

Verificou-se que no Presídio Regional de Criciúma/SC os exames e consultas são realizados fora das dependências do presídio, e no Presídio Feminino de Tubarão/SC, para quem não é portador de vírus HIV, as consultas são realizadas nas dependências do presídio e os exames em um laboratório que a agente penitenciária leva.

Ambos os presídios violam o artigo 89 da Lei de Execução Penal, que dispõe:

Art. 89. [...] a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

O terceiro objetivo específico do presente estudo se trata de verificar junto as detentas gestantes e pós-gestantes o conhecimento que possuem do direito ao pré-natal, pós-parto e de permanecerem com seus filhos durante o período estipulado por lei, e se as mesmas usufruem deste direito.

Ao serem questionadas se na visão das mesmas é melhor para a criança estar sob os cuidados da mãe nos primeiros meses de vida mesmo que elas estejam privadas de liberdade, averiguou-se que todas as gestantes responderam que não.

No que diz respeito à amamentação, todas pretendem amamentar. Isto significa afirmar, que embora as mesmas acreditem ser melhor para os bebês ficarem fora do presídio, os mesmos terão que permanecer, em virtude da amamentação.

Averiguou-se, através da análise dos dados, que a criança recebe todo atendimento necessário, cumprindo assim o prescrito nos artigos 14, parágrafo 3º, da Lei de Execução Penal, que assegura acompanhamento médico a mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido e 7º, do Estatuto da Criança e do Adolescente que garante à criança e ao adolescente a proteção à vida e à saúde.

No mesmo norte, a Resolução 03, do CNPCP, em seu artigo 6º, garante a possibilidade de crianças com mais de dois anos e até sete anos de idade permanecer com às mães na unidade prisional desde que seja em unidades materno-infantis, equipadas com dormitório para as mães e os filhos, brinquedoteca, área de lazer, abertura para área descoberta e participação em creche externa.

No entanto, verifica-se que a realidade não é esta. A criança já está com dois anos e cinco meses, nunca possuiu um berço (motivo pela qual o quarto sequer pode ser chamado de berçário), e ainda dorme na mesma cama que a mãe, não existindo brinquedoteca, área de lazer e nem participação em creche externa.

Para alcançar sucesso no desígnio proposto foram realizadas três entrevistas, uma com a diretora do Presídio Feminino de Tubarão/SC e duas com o diretor e Assistente Social do Presídio Regional de Criciúma/SC.

Vale ressaltar que a entrevista com a Assistente Social foi realizada somente no Presídio Regional de Criciúma/SC em virtude da inexistência de Assistente Social no Presídio Feminino de Tubarão/SC.

Após analisar minuciosamente os dados obtidos através dos questionários e entrevistas realizados, se pôde conhecer a estrutura prisional do Presídios Femininos de Tubarão-SC e Regional de Criciúma-SC, no que diz respeito às questões inerentes ao período pré-natal, pós-parto e recém-nascido.

Dentre os objetivos específicos delimitados no presente estudo, o primeiro se refere a compreender o ordenamento jurídico brasileiro no que tange aos direitos

fundamentais e sociais das detentas gestantes e pós-gestantes em realizarem acompanhamento pré-natal e pós-parto, estendido o direito ao recém-nascido. O segundo se trata de estudar brevemente o percurso histórico do ordenamento jurídico no que diz respeito ao tema proposto na pesquisa. Neste sentido, por meio da realização da fundamentação teórica podemos observar que tais objetivos restaram alcançados.

O terceiro objetivo específico do presente estudo consubstanciou-se em conhecer a estrutura prisional dos Presídios Femininos de Tubarão-SC e Regional de Criciúma-SC, verificando se estas unidades estão adequadas ao atendimento das detentas gestantes e pós-gestantes, em respeito aos direitos fundamentais e sociais.

Inicialmente, restou constatado que o Presídio Feminino de Tubarão-SC não possui seção para gestantes e pós-gestantes que decidem permanecer e cuidar de seus filhos durante o período estipulado por lei. Assim, com o nascimento do bebê, mãe e filho são transferidos para outra unidade que possua berçário, em regra, Presídio Regional de Criciúma-SC.

Contudo, conforme já estudado no capítulo teórico, é obrigatório nas penitenciárias, a existência de seção para gestante e parturiente, bem como creches para abrigar crianças maiores de seis meses e menores de sete anos, cuja criança estiver desamparada e a responsável presa. (art. 89, da LEP).

Os estabelecimentos penais destinados a mulheres devem ser dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, por no mínimo seis meses de idade (art. 83, § 2º).

Além disto, é dever do poder público propiciar condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade. (art. 9º, do ECA)

Com efeito, a Lei Maior, em seu artigo 5º, inciso L, garante condições adequadas para que as presidiárias possam permanecer com seus filhos durante o período da amamentação, o que permite à mãe, segundo Marcão (2008), “o despertar de sentimentos e valores por ela muitas vezes desconhecidos até então, podendo influenciar positivamente sua ressocialização”. Comentando o assunto, Moraes (apud Marcão, 2008) afirma os benefícios do aleitamento materno:

[...] ao mesmo tempo que garante à mãe o direito ao contato e amamentação com seu filho, garante a este o direito à alimentação

natural, por meio do aleitamento. Interessante raciocínio é feito por Wolgran Junqueira Ferreira, [...] pois afirma que 'como o item XLV declara expressamente que *a pena não passará do condenado*, seria uma espécie de pena retirar do recém-nascido o direito ao aleitamento materno'.

Vale mencionar que o "item XLV" citado acima, se refere ao inciso XLV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que expressa que a pena não passará do condenado.

Torna-se evidente, portanto, o descumprimento da legislação. É bem verdade que estas detentas são transferidas à outro presídio que possua berçário, em regra, Presídio Regional de Criciúma-SC. No entanto, esta transferência acarreta inúmeros outros problemas, dentre eles o transtorno causado ao Estado, pois gerará custos e tempo, em virtude da necessidade de viatura e policiais disponíveis; aos familiares, haja vista que terão de se deslocar da cidade onde moram para ir visitar a mãe e o bebê; e à própria detenta, que durante este período se encontra em estado puerpal, com frequentes alterações emocionais.

Além disto, em visita ao Presídio Regional de Criciúma-SC, constatou-se que, muito embora o diretor entrevistado e as gestantes e pós-gestante questionadas tenham afirmado que referido presídio possui espaço exclusivo às gestantes e pós-gestantes, bem como berçário, a realidade não é esta.

Primeiramente, verificou-se que este espaço exclusivo ou berçário que os mesmos se referem é um quarto com quatro camas de solteiro, em que permanecem uma gestante, uma presa civil e uma mãe com um filho. Este quarto é em frente ao quarto das demais presidiárias e não existe sequer um berço. A criança, de dois anos e cinco meses, que ali permanece, dorme na mesma cama que a mãe. E para que possa caber precisa dormir desconfortavelmente. Tal situação, sem dúvidas, fere um dos princípios mais significativos de qualquer pessoa, qual seja, o princípio da dignidade da pessoa humana.

Ademais, se a criança quiser brincar ou passear, por exemplo, terá que ser no mesmo pátio em que circulam as outras presidiárias, pois o mesmo é de livre acesso a todos. Não existe creche, brinquedoteca, área de lazer e nem dormitório digno para mãe e filho.

Portanto, muito embora exista um quarto para gestantes e pós-gestantes, percebe-se que o mesmo não é uma seção e muito menos um berçário. Na verdade,

não existe nenhuma condição para que mãe e filho permaneçam em referido local, o que acaba por infringir diversos dispositivos, tais como o artigo 83, § 2º, da LEP, artigo 5º, inciso L, da CRFB/88, artigo 89, da LEP e artigo 9º, do ECA, todos já explicados anteriormente.

Outrossim, toda criança tem direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (art. 7º, do ECA).

Em conformidade, o artigo 6º, da Resolução 3, do CNPCP, garante a possibilidade de crianças com mais de dois anos e até sete anos de idade permanecer junto às mães na unidade prisional desde que seja em unidades materno-infantis, equipadas com dormitório para as mães e os filhos, brinquedoteca, área de lazer, entre outros.

No entanto, conforme se verificou nenhum destes direitos são seguidos. A criança já está com dois anos e cinco meses, nunca possuiu um berço e, ainda, dorme na mesma cama que a mãe.

Portanto, conclui-se que não existe nenhuma condição para a permanência da mãe com o filho no presídio.

No que se refere às gestantes do Presídio Regional de Criciúma-SC existe ainda outra agravante: este quarto em que é chamado de “seção ou berçário”, não pode ser utilizada por todas as gestantes, como é o caso da gestante “b”, que conforme abordado no item 3.1.1.1, não pode utilizar referida “seção” em virtude de receber visitas íntimas. Assim, como há criança nesta seção não pode cumprir pena ali. Denota-se, portanto, a violação de um direito que lhe é garantido, pois o fato de a mesma receber visita íntima não poderia impedi-la de permanecer junto com as demais gestantes, haja vista que tais visitas deveriam ocorrer em local adequado. É o que nos mostra o artigo 7º, da Resolução n. 04, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária:

Art. 7º Incube à direção do estabelecimento prisional o controle administrativo da visita íntima, como o cadastramento do visitante, a confecção, sempre que possível, do cronograma da visita e a preparação de local adequado para sua realização.

Em se tratando de acompanhamento pré-natal, que engloba as consultas médicas e exames, verificou-se que ambos os presídios garantem tal direito. Nesta esteira, é de bom alvitre mencionar que como o acompanhamento pré-natal é condição de saúde e também um dos aspectos que englobam a proteção à maternidade, o mesmo é considerado como um direito fundamental de segunda geração, isto é, um direito social, que está previsto no artigo 6º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Com efeito, o artigo 14, parágrafo 3º, da Lei de Execução Penal assegura acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.

Neste sentido, afirma Rezende (1999, p. 17):

[...] a assistência pré-natal constitui exercícios da medicina preventiva, visa preservar a saúde física e mental da grávida e identificar alterações próprias da gravidez, que possam alterar o seu curso ou repercutir nocivamente sobre o feto. Objetiva orientar os hábitos de vida para uma boa higiene, preservar assistência psicológica, ajudando a resolver conflitos e problemas, preparar as gestantes para a maternidade, tanto no sentido da formação para o parto, quanto noções de puericultura, diagnóstico e tratamento de doenças preexistentes que venham a complicar ou agravar a gravidez e o parto e fazer a profilaxia e tratamento de patologias próprias da gestação.

Com relação ao acompanhamento médico e ambulatorial ao filho da pós-gestante do Presídio Regional de Criciúma-SC, constatou-se que tal direito é garantido desde o nascimento da criança.

No que se refere à permanência do filho com a mãe à somente aquelas que amamentam, verificou-se que é garantida a permanência do bebê independente de amamentação, em ambos os presídios. Tal situação, portanto, vem de encontro com o artigo 83, parágrafo 2º, da Lei de Execução Penal, onde o mesmo deixa claro que os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los.

Vale lembrar, que antes do advento da Lei 11.942, de 28 de maio de 2009, referido parágrafo referia-se somente a "amamentação". Com a nova redação passou a incluir também a expressão "cuidar de seus filhos". Tal alteração se mostrou

relevante devido à importância da relação afetiva entre mãe e filho, pois conforme estudado no capítulo teórico, a presença da mãe nos seis primeiros meses:

[...] é considerada fundamental para o desenvolvimento da criança, principalmente no que tange à construção do sentimento de confiança, otimismo e coragem, aspectos que podem ficar comprometidos caso não haja uma relação que sustente essa primeira fase do desenvolvimento humano. [...] (Art. 2º, Resolução 03, do CNPCP).

Com relação ao atendimento psicológico verificou-se que somente o Presídio Feminino de Tubarão-SC possui psicóloga, comprovando, portanto, que o Presídio Regional de Criciúma-SC não cumpre com o prescrito no artigo 8º, parágrafo 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante assistência psicológica à gestante e à mãe, como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerpal.”

Já no que se refere à assistência social, constatou-se que somente o Presídio Regional de Criciúma-SC possui Assistente Social, direito este previsto no artigo 41, inciso VII, da Lei de Execução Penal, e que se torna demasiadamente importante às mães que convivam com seus filhos no presídio, pois conforme artigo 12, da Resolução 03, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária:

Art. 12 A partir de avaliação do Assistente Social e Psicólogo da unidade, do serviço de atendimento do Poder Judiciário ou similar devidamente submetido à decisão do Juiz de Direito Competente, os prazos e condições de permanência de crianças na unidade prisional podem ser alterados.

Sobre o tempo mínimo e máximo da permanência da mãe com o filho, ambos os presídios afirmaram que o tempo mínimo é seis meses, seguindo, portanto, a Lei de Execução Penal, artigo 83, parágrafo 2º. Contudo, no que se refere ao tempo máximo afirmou a diretora do Presídio Feminino de Tubarão que não existe um tempo máximo, sendo que o diretor do Presídio Regional de Criciúma alegou ser de um ano, podendo em casos excepcionais ser estendido o prazo.

Conforme já estudado, não existe um consenso pleno sobre qual seria o tempo máximo que a mãe pode permanecer junto ao filho no presídio. O artigo 89, da Lei de Execução Penal, garante a existência de creches para abrigar crianças maiores de seis meses e menores de sete anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa. Em conformidade, o artigo 6º, da Resolução 3, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, garante a possibilidade de crianças com mais de dois e até sete anos de idade permanecer junto

às mães na unidade prisional desde que seja em unidades materno-infantis, sendo que o artigo 12, da referida Resolução dispõe que a partir de avaliação do Assistente Social e Psicólogo da unidade, os prazos e condições de permanência de crianças na unidade prisional podem ser alterados.

Sobre o processo de separação, averiguou-se, por meio das entrevistas realizadas, que o Presídio Regional de Criciúma-SC não segue a lei de maneira correta, pois conforme artigo 3º, da Resolução 03, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o processo de separação deve ocorrer de forma gradual e com determinada fases. Vejamos:

Art. 3º Após a criança completar um ano e seis meses deve ser iniciado o processo gradual de separação que pode durar até seis meses, devendo ser elaboradas etapas conforme quadro psicossocial da família, considerando as seguintes fases:

- a) Presença na unidade penal durante maior tempo do novo responsável pela guarda junto da criança;
- b) Visita da criança ao novo lar;
- c) Período de tempo semanal equivalente de permanência no novo lar e junto à mãe na prisão;
- d) Visitas da criança por período prolongado à mãe;

Parágrafo único. As visitas por período prolongado serão gradualmente reduzidas até que a criança passe a maior parte do tempo no novo lar e faça visitas à mãe em horários convencionais.

Conforme se constatou, o Presídio Regional de Criciúma-SC não obedece a nenhuma fase. Simplesmente quando a detenta não encontra nenhum familiar, o presídio entra em contato com o Conselho Tutelar, que faz uma fala com estas mães, explicando o motivo da separação e pedindo para elas irem se acostumando.

O terceiro objetivo específico delimitado pelo estudo em tela visa verificar junto à detentas gestantes e pós-gestantes o conhecimento que possuem do direito ao acompanhamento pré-natal, pós-parto e de permanecerem com seus filhos durante o tempo estipulado por lei, e se as mesmas usufruem deste direito. Neste sentido, através da análise dos questionários verificou-se que a grande maioria possui referido conhecimento. No que diz respeito ao acompanhamento pré-natal todas usufruem deste direito. No que tange ao acompanhamento pós-parto, extensivo ao recém-nascido, tal direito também é utilizado pela pós-gestante do Presídio Regional de

Criciúma-SC. Em se tratando da permanência da mãe com o filho no presídio, durante o tempo estipulado por lei, somente a gestante do Presídio Feminino de Tubarão-SC não possui conhecimento, sendo que a pós-gestante do Presídio Regional de Criciúma-SC está com seu filho no presídio há dois anos e cinco meses.

Neste ponto, é mister frisar que, conforme entrevista realizada com o diretor do Presídio Regional de Criciúma-SC esta criança está junto à mãe no presídio há dois anos e cinco meses em virtude de um problema de pele que possui, pois segundo o diretor, o tempo máximo é de um ano. Tempo este abordado de forma errônea pelo diretor, pois conforme já estudado não existe um consenso pleno sobre qual seria o tempo máximo da permanência da mãe com o filho no presídio.

Além disto, a mãe desta criança ainda não sabia com quem a mesma ficaria após finalizar o processo de separação, podendo a criança ficar desamparada. E neste caso, o artigo 89 da Lei de Execução Penal, garante a existência de creches para abrigar crianças maiores de seis (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa e o artigo 6º, da Resolução 3, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária garante a possibilidade de crianças com mais de dois anos e até sete anos de idade permanecer junto às mães na unidade prisional desde que seja em unidades materno-infantis, equipadas com dormitório para as mães e crianças, brinquedoteca, área de lazer, abertura para área descoberta e participação em creche externa.

No entanto, como já mencionado alhures, verificou-se a inexistência de creches e unidade materno-infantis.

Enfim, diante do contexto traçados pelos entrevistados e questionados podemos concluir que todos os objetivos específicos restaram alcançados, logo o objetivo geral do presente estudo também se mostrou exitoso.

Conclui-se que os Presídios Feminino de Tubarão/SC e Regional de Criciúma/SC não estão plenamente adequados ao atendimento das detentas gestantes e pós-gestantes, no que diz respeito aos direitos fundamentais e sociais.

Para que isto ocorresse referidos presídios deveriam possuir seção para gestantes e pós-gestantes, berçários, creches, unidade materno-infantil (equipadas de brinquedoteca, área de lazer e abertura para área descoberta) e condições dignas da permanência da mãe com o filho no presídio.

Considerações Finais

O presente estudo teve como relevância social e teórica demonstrar se os presídios acima citados cumprem ou não com a legislação no que diz respeito aos direitos fundamentais e sociais.

Por meio das entrevistas e questionários aplicados aos presídios acima citados, se pôde conhecer a estrutura prisional dos Presídios Feminino de Tubarão-SC e Regional de Criciúma/SC.

Notou-se, após o término das etapas do desenvolvimento deste estudo, que referidos presídios não estão plenamente adequados ao atendimento das detentas gestantes e pós-gestantes, em respeito aos direitos fundamentais e sociais.

No que diz respeito aos pontos positivos, observou-se que ambos os presídios garantem o acompanhamento pré-natal, cujo direito está previsto no artigo 14, parágrafo 3º, da Lei de Execução Penal.

Ademais, no que se refere à permanência do filho com a mãe à somente aquelas que amamentam, verificou-se que é garantida a permanência do bebê independente de amamentação, em ambos os presídios. Tal situação, portanto, vem de encontro com o artigo 83, parágrafo 2º, da Lei de Execução Penal, onde o mesmo deixa claro que os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los.

Vale lembrar, que antes do advento da Lei 11.942, de 28 de maio de 2009, referido parágrafo referia-se somente a "amamentação". Com a nova redação passou a incluir também a expressão "cuidar de seus filhos". Tal alteração se mostrou relevante devido à importância da relação afetiva entre mãe e filho.

No tocante aos pontos negativos, estes foram mais numerosos.

Primordialmente, no Presídio Feminino de Tubarão-SC, além de não existir seção para gestantes, não há sequer a possibilidade de a mãe permanecer com seu filho durante o período estipulado por lei. Assim, com o nascimento do bebê ambos são transferidos ao Presídio Regional de Criciúma/SC, que por sua vez, também não atende todos os requisitos previstos em Lei.

O que o diretor chama de "seção para gestantes e pós-gestantes" ou "berçário" é apenas um quarto onde convivem uma presa civil (que não é gestante nem pós-gestante), uma gestante e uma mãe com um filho, existindo quatro camas de solteiro e nenhum berço. A criança está com dois anos e cinco meses e sempre dormiu na

mesma cama que a mãe, sendo que agora que já está maior necessita dormir desconfortavelmente para que possa caber na mesma cama.

Ademais, não existe creche e nem unidade materno-infantil. Quando esta criança quer satisfazer suas necessidades de lazer é necessário ser no mesmo pátio em que circulam as demais presidiárias, pois não existe outro e muito menos área de lazer ou brinquedoteca. sequer existe dormitório para acomodação de mãe e filho. Diante de tal situação, percebe-se a violação de um dos princípios mais significativos de qualquer pessoa, qual seja, o princípio da dignidade da pessoa humana.

Ainda sobre os pontos negativos, observou-se que enquanto no Presídio Feminino de Tubarão/SC não existe Assistente Social, no Presídio Regional de Criciúma/SC inexistente psicóloga.

Notou-se, ainda, que o processo de separação entre mãe e filho no Presídio Regional de Criciúma/SC ocorre totalmente de forma irregular, haja vista que o artigo 3º, da Resolução 3, do Conselho Nacional de Política Criminal e penitenciária dispõe que tal processo deve ocorrer de forma gradual e obedecendo a determinadas fases, para tornar menos dolorosa a separação. Conforme se verificou, referido presídio não obedece a nenhuma fase.

Portanto, conclui-se que os Presídios Feminino de Tubarão/SC e Regional de Criciúma/SC não estão plenamente adequados ao atendimento das detentas gestantes e pós-gestantes, em respeito aos direitos fundamentais e sociais, o que acaba por ferir inúmeros direitos, que estão consagrados na Carta Magna, na Lei de Execução Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Resolução 3, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, todos já estudados no decorrer do estudo.

Infelizmente quem mais sofre com esta realidade é a própria criança, que desde pequena convive em um local, que onde era para existir condições dignas para o seu desenvolvimento, na verdade não passa de um lugar precário, que viola diversos direitos.

Referências

_____, **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em 15 de agosto de 2013.

_____, **Lei 11.942, de 28 de maio de 2009.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11942.htm. Acesso em 20 de agosto de 2013.

DUQUE, Celeste. **Psicologia da Gravidez e da Maternidade/Paternidade.** Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/2452909/Psicologia-da-Gravidez-Maternidade-e-Paternidade>. Acesso em 20 de setembro de 2013.

ESPINOZA, Olga. **A mulher como vítima e agressora no sistema punitivo.** In: Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias. Universidade Católica de Pelotas. V.2, N. 1 EDUCAT, 2003.

EWERT, Arthur Conde. **A regulamentação de visita íntima nos estabelecimentos prisionais - Projeto de Lei.** Disponível em: http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5085. Acesso em 20 de agosto de 2013.

FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia integrada.** 2.ed São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FILETI, Narbal Antonio Mendonça. **A Fundamentalidade dos Direitos Sociais e o Princípio da Proibição de Retrocesso Social.** Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Como elaborar projetos de pesquisas e monografias: guia prático.** Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

FOUCAUT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. Tradução de Raquel Ramalhete.

FREITAS, Fernando; COSTA, Sergio Martins. **Rotinas em obstetrícia.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. Ed. São Paulo: Atlas. 1999.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. – 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

HAMMERSCHMIDT, Denise; MARANHÃO, Douglas Bonaldi; COIMBRA, Mário. **Execução Penal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

HASHIMOTO, Érica Akie; GALLO, Janaina Soares. **Maternidade e Cárcere: um olhar sobre o drama de se tornar mãe na prisão.** In: Revista Liberdades, nº 09, jan-abril, 2012. Disponível em: http://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/117-RESENHA. Acesso em 30 de julho de 2013.

INFÂNCIA E JUVENTUDE, Núcleo Especializado da. **Mães no Cárcere: Observações técnicas para a atuação profissional em espaços de convivência de**

mulheres e seus filhos. Disponível em: http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/33/documentos/outros/Cartilha%20M%C3%A3es%20no%20C%C3%A1rcere%20_%20Leitura.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2013.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica:** para o curso de direito. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MILHOMEM, Brenno de Paula. Direitos De Primeira E Segunda Geração No Estado Democrático De Direito. Disponível em: http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=10104. Acesso em 09 de agosto de 2013.

NASCIMENTO, Maria da Graça Pereira; SANTOS, Odaléia Maria Bruggemann; SOUZA, Maria de Lourdes. **Vivenciando o processo de nascimento.** Revista texto e contexto enfermagem, vol. 06, n. 01, jan/abr. 1997.

NASPOLINI, Samyra Haydee. **O “Fracasso” Histórico da Pena de Prisão.** Revista de Ciências Humanas. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense. vol. 3., n. 1, p. 57-69, jan/jun. 1997.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão:** um paradoxo social. Florianópolis: Universidade do Extremo Sul Catarinense - UFSC, 2003.

OTANI, Nilo; PEREIRA, Francisco Antônio. **TCC:** métodos e técnicas. Florianópolis: Visual Books, 2011.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa:** Abordagem teórico – prática. 10. ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2004.

PARIZOTTO, Janaína; ZORZI, Nelci Terezinha. **Aleitamento materno:** fatores que levam ao desmame precoce no município de passo fundo, RS. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br>. Acesso em 20 de agosto de 2013.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2008

_____. **Direito Constitucional Descomplicado.** 11. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2013.

PEREIRA, Marcela Martins. **O direito a visita íntima no sistema prisional brasileiro.** Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/21914/o-direito-a-visita-intima-no-sistema-prisional-brasileiro>. Acesso em 21 de agosto de 2013.

RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa.** Rio do Sul: Nova Era, 1999.

_____. **Roteiros de investigação científica – método científico.** Tubarão: Unisul, 2002.

REZENDE, Jorge de. **Obstetrícia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

REY, González, LUIS, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Thomson, 2005.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 15. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

Dados para contato:

Autor: Andiará Pickler Cunha

E-mail: andiara@engeplus.com.br

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL

Relações Sociais e Direitos Humanos

Novos paradigmas do Direito

**Aurivam Marcos Simionatto¹; Joélia Walter Sizenando¹; Márcia Zomer Rossi
Mattei¹; Pedro Zilli Neto¹; Vilmar Vandresen¹**

1. Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE

Resumo: Este artigo é fruto de um projeto realizado nas disciplinas de Educação Ambiental, Gestão Ambiental e Antropologia Jurídica nos Cursos de Engenharia ambiental e sanitária, Administração e Direito, do Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE. Desenvolvido através de um projeto integrador, o trabalho possibilitou aos acadêmicos, a construção de oportunidades com a prática do estudo teórico, da visita e observação do local a ser estudado e da interação com a comunidade externa. Refletiu-se, através da realização deste projeto, que o meio ambiente é um direito difuso, que transcende a esfera do individual, pertencendo a todos os indivíduos. O artigo 225 da Constituição da República estabelece que o direito ao meio ambiente é um dos direitos humanos fundamentais. Considera-se assim, por ser o meio ambiente considerado um bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida.

Palavras-chave: Direito fundamental. Meio ambiente. Ecomuseu.

FUNDAMENTAL RIGHTS AND THE PRESERVATION OF ASSETS NATURAL AND CULTURAL

This article is the result of a project carried out in the disciplines of Environmental Education, Environmental Management and Legal Anthropology in Environmental Engineering Courses and health, Business and Law, University Center Barriga Verde - UNIBAVE. Developed through an integrative design, the work made it possible for academics, building opportunities to practice the theoretical study, site visits and observation to be studied and interaction with the outside community. Reflected through the realization of this project, that the environment is a diffuse law, which transcends the individual sphere, belonging to all individuals. Article 225 of the Constitution provides that the right to the environment is one of the fundamental human rights. It is therefore considered, as the environment considered an asset of common use, essential to a healthy quality of life.

Keywords: Fundamental right. Environment. Ecomuseum

Introdução

A palavra dignidade vem do latim “*dignus*” aquele que merece estima a honra. Podemos compreender que a dignidade humana é o fundamento inicial de todo o direito, é um valor moral inerente à pessoa, fundamento da liberdade, da justiça, do desenvolvimento social e da paz; que o Estado e a sociedade devem trabalhar para efetivá-la e protegê-la de qualquer violação.

O meio ambiente é um direito difuso pertencente à categoria dos direitos fundamentais. A preservação dos recursos naturais é a única forma de se garantir e conservar o potencial evolutivo da humanidade. O próprio texto constitucional determina que o meio ambiente deve ser preservado não só para os atuais, como para os futuros habitantes do planeta.

Desenvolvido através de um projeto integrador, o trabalho possibilitou aos acadêmicos, a construção de oportunidades com a prática do estudo teórico, da visitação e observação do local a ser estudado, da interação com a comunidade externa. A criação de um Ecomuseu no município de Lauro Müller/SC, instigou a realização do projeto integrador, pois possibilitará a integração dos diversos saberes: conhecendo as obras relacionadas ao tema, conhecendo as legislações, possibilitando a prática dos conhecimentos e teorias estudadas. O Ecomuseu vai além da ecologia, seu conceito é muito mais complexo, o termo está ligado a outros conceitos como o de território, espaço como objeto de interpretação, sistema museográfico, instituição administrativa, preservação ambiental dentre outros, lugar de memória viva. Ele surge como um instrumento que nos permitir conhecer e descobrir e preservar a nossa identidade natural e cultural. Segundo Odalice Priosti (apud: MAGALDI,2006), o Ecomuseu é um espaço de relações entre uma comunidade e seu ambiente natural e cultural, onde se desenvolve, através das ações de iniciativa comunitária, um processo gradativamente consciente e pedagógico de patrimonialização, apropriação e responsabilização dessa comunidade com a transmissão, cuidado e transformação do patrimônio comum e, conseqüentemente, com a criação do patrimônio do futuro.

Justifica-se a realização do projeto integrador de um Ecomuseu municipal junto à população, pela importância que terá para o desenvolvimento local e regional e pela inserção dos acadêmicos junto à comunidade externa.

A Teoria da Problematização e o caso do Ecomuseu

A metodologia seguida foi a da Problematização, a qual consiste no seguinte ciclo processual: realidade – observação da realidade – pontos-chave – teorização – alternativas de solução – aplicação à realidade – realidade.

A Metodologia da Problematização com o Arco de Magueres, segundo Berbel (1996), tem como ponto de partida a realidade que, observada sob diversos ângulos, permite ao estudante ou pesquisador extrair e identificar os problemas existentes. Vários foram os materiais de apoio utilizados, data show, legislação, palestras e mesa de debates. É pertinente ressaltar que os debates realizados foram de interesse de toda a sociedade, já que a universidade se tornou um núcleo de reflexão, o qual tratou o assunto insistentemente com base na cidadania.

Bordenave e Pereira (1989) propõem um esquema chamado de Arco de Magueres. Tal arco parte da realidade social e após análise, levantamento de hipóteses e possíveis soluções, retorna à realidade. As consequências deverão ser traduzidas em novas ações, desta vez com mais informações, capazes de provocar intencionalmente algum tipo de transformação nessa mesma realidade.

Para o desenvolvimento dessa metodologia, é necessário seguir alguns passos: observação da realidade (levantamento do problema); pontos-chaves; teorização; hipóteses de solução e a aplicação à realidade (prática). Bordenave e Pereira (1989) afirmam que: o segredo do bom ensino e o entusiasmo pessoal do professor, que vem de seu amor à Ciência e aos alunos e deve ser canalizado mediante planejamento e metodologia adequados, visando, sobretudo a incentivar o entusiasmo dos alunos para realizarem por iniciativa própria os esforços intelectuais e morais que a aprendizagem exige.

Por sua vez, a Metodologia dos Desafios, baseada nos processos de Problematização (Berbel, 1995), ultrapassa os limites do exercício intelectual, na medida em que as decisões tomadas deverão ser executadas ou encaminhadas considerando sempre sua possível aplicação à realidade, no campo de atuação de cada aluno. Quando os alunos problematizam sua realidade, conforme Berbel (1996) eles identificam situações-problemas concretas, as quais possibilitam a construção de novos sentidos e implicam em um real compromisso com o seu meio. Assim, eles observam os problemas em sua realidade e levarão para a mesma uma resposta de

seus estudos, com o intuito de aplicar seus conhecimentos na solução dos problemas. Ainda conforme os pensamentos de Berbel (1996), verifica-se que a Metodologia dos desafios privilegia a construção de conhecimentos a partir de uma situação problema, dos questionamentos, dos debates, da apresentação de dúvidas e da troca de conhecimentos em um contexto real de uma comunidade de aprendizagem colaborativa. A Metodologia dos Desafios está baseada nos processos de Problematização (Berbel, 1995), conforme as etapas definidas no Arco de Maguerez (Bordenave, 1978), conforme a Figura 1, descrita a seguir:

Figura 1 - Processos de Problematização



Fonte: Berbel (1995).

A proposta de trabalho desenvolvida neste projeto apresentou como objetivo, considerando a relevância social, introduzir o estudo do tema Ecomuseu; conhecer a legislação específica - considerando o contexto da disciplina, dotando o acadêmico de meios para sua compreensão e discussão; divulgar a criação do primeiro Ecomuseu das Encostas da Serra Geral, localizado no município de Lauro Muller/SC. Compreendia inicialmente o estudo e a discussão em sala de aula da obra “O Ecomuseu e a Gestão Ambiental” dos autores Dilson Antonio Rosário dos Santos e Maria Terezinha Resende Martins e da Lei 11.904/2009 – Lei de criação dos museus.

Em uma segunda etapa, foi realizada uma visita, com observação da área do Ecomuseu. A visita foi guiada por um morador local, acompanhado pelo secretário de turismo do município. A terceira etapa, compreendia a realização de uma aula de

educação ambiental, para os alunos das escolas públicas da rede municipal de Lauro Muller/SC; para tanto os acadêmicos organizaram material didático para realização da atividade proposta. A quarta etapa, foi a participação dos acadêmicos, na palestra com um dos autores da obra estudada e a divulgação do trabalho para autoridades locais, no município de Lauro Muller/SC. A quinta, e última, etapa foi a criação de um folder para divulgação do Ecomuseu e a participação dos acadêmicos no Projeto “limpeza da Serra”, desenvolvida em parceria com o Movimento Escoteiro, dos municípios de Orleans/SC e Siderópolis/SC.

Assim, através do presente trabalho pretende-se instigar a compreensão por parte do acadêmico e da comunidade externa envolvida, da importância do Ecomuseu, como alternativa de preservação e conservação do patrimônio natural e de resgate da identidade cultural; criando oportunidades para que os futuros profissionais possam agir/interagir de maneira crítica e autônoma na sociedade.

Os direitos fundamentais e a preservação do patrimônio natural e cultural

A efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, foi assegurado na Constituição Federal, que incumbiu o Poder Público de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, assim como a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, conforme determina o art. 225, e o parágrafo 1º, inciso VI, da Constituição Federal.

O meio ambiente pode ser considerado o patrimônio natural e a relação deste com os seres vivos e a interação dos seres vivos entre si, ou de ordem natural (solo, subsolo, água, energia, fauna e flora) e artificial (construções e equipamentos criados pelo homem) e os bens jurídicos correlatos.

Na doutrina, através da definição de meio ambiente, é possível inferir três aspectos do conceito: 1º : O meio ambiente artificial, que seria aquele espaço urbano constituído pelo homem; 2º : O meio ambiente cultural, que é aquele integrado pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, que difere do anterior por um valor especial; 3º : O meio ambiente natural, que é aquele constituído pela interação entre os seres vivos e o ambiente que ocupam. A Constituição Federal de 1988, foi a primeira a utilizar o termo meio ambiente em seu corpo, exprimindo a incorporação deste no ordenamento jurídico do país. O texto constitucional brasileiro inova ao tratar da proteção aos espaços territoriais, restringindo sua alteração ou

supressão e proibindo o uso que ameace sua integridade. Por isso, o Título VIII, Capítulo VI, artigo 225, trata do meio ambiente. Esse capítulo é considerado um dos mais modernos do constitucionalismo mundial, com normas avançadas para a tutela do meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988, assim, além de ter elevado o meio ambiente à condição de direito fundamental, ao reconhecê-lo como essencial à qualidade de vida, chegando inclusive a impor às pessoas e instituições o dever de lutar em favor da natureza, no art. 225, também transformou o meio ambiente em um princípio da ordem econômica, passando a sujeitar os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência ao critério ambiental quando dispõe no art. 170 que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando entre outros princípios a defesa do meio ambiente. Conforme reza o artigo 225 da Constituição Federal, o direito ao meio ambiente é bem de uso comum, ou seja, pode ser usufruído por cada uma das pessoas, mas também entra na categoria de direito difuso, pois o direito não se esgota em uma pessoa só, pertencendo à coletividade indeterminada.

O direito ao meio ambiente é ainda um direito de terceira geração, pois, como informa Alexandre de Moraes, são os conhecidos direitos de solidariedade ou fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, ao progresso, a paz, a autodeterminação dos povos e a outros direitos difusos". Sendo difusos, não possuem pessoa determinada a ser tutelada, mas transcendem ao indivíduo, atingindo a toda uma coletividade. Garantir, portanto, um meio ambiente sadio é garantir a dignidade e, por conseguinte, centrar o homem no direito com o fim de que todos possam se beneficiar do ambiente.

Com o tempo, percebeu-se que a educação ambiental e a dignidade da pessoa humana estabelecem relações numa conexão quase que indissociável, já que pensar em meio ambiente, segundo Daniela Rodrigues Peres Fonseca, exige duas considerações iniciais:

A primeira a ser destacada é aquela que o eleva à categoria do primordial, do supremo direito coletivo; e isto em face do direito ambiental, em primeira análise, ter como bem, mediatamente tutelado, a própria vida humana. É que a ideia de meio ambiente, e aí se entenda aquele ecologicamente

equilibrado, sadio, saudável (como determina a norma constitucional – artigo 225 CF/88), torna-o realmente o maior dos direitos coletivos por estar intimamente relacionado à ideia de vida saudável, como sendo a única expressão da digna sobrevivência humana. Daí a segunda consideração, o meio ambiente é vida e vida sadia.

Intimamente ligada à condição humana, a dignidade deverá ser respeitada sempre, um imperativo de direito que não poderá ser esquecido em detrimento de nenhum outro direito individual ou coletivo, pois é intrínseco ao ser. Os seres humanos revestidos de sua dignidade constituem o centro das preocupações do meio ambiente, pois o ambiente deve ser voltado para o homem, mas não pode unicamente ser voltado para o homem sem se harmonizar com o próprio ambiente. Portanto, a pessoa humana é a verdadeira razão de ser do Direito Ambiental brasileiro. A finalidade do ambiente deve ser a manutenção do equilíbrio sustentável para a vida do homem de maneira a garantir o equilíbrio do ambiente para a sustentabilidade do progresso humano, ou seja, a manutenção da visão antropocêntrica sem prejuízo da visão egocêntrica. É preciso que os diversos fatores que envolvem o meio ambiente estejam em harmonia, em proporção, de maneira a viabilizar o desenvolvimento de todos.

Resultados e Discussão

Com a existência de um direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado pressupõe-se a obediência a alguns fundamentos específicos. O Direito Ambiental brasileiro está vinculado à dignidade da pessoa humana, ou seja, a pessoa humana é a razão de ser do Direito Ambiental brasileiro. Não esquecer que, para a vida humana existir, deve haver uma harmonia dela com o próprio ambiente. Há um elo indissociável entre o meio ambiente e a Educação Ambiental e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

O ensino superior, no Brasil, atravessa um momento de reflexão pois se faz necessário integrar ao seu papel de formador (qualificador), a possibilidade de formação também, de um sujeito crítico, reflexivo e participativo, voltado às demandas da sociedade. Com a utilização da prática pedagógica do Projeto Integrador, criamos a possibilidade do desenvolvimento de habilidades para trabalhar em grupos, para estruturar dinâmicas de trabalhos em grupos, para a apresentação e a defesa em público dos conhecimentos trabalhados, estabelecendo um melhor contato entre acadêmicos e entre acadêmicos e a comunidade externa. Acredita-se que a

proposição de um projeto integrador, com a organização de situações de ensino e aprendizagem, que possibilitem ao acadêmico uma interação que transcende conteúdo, teoria e prática, potencializará a formação desse futuro profissional, despertando, além da criticidade, o senso de responsabilidade e comprometimento social e ambiental. E, considerando ainda que a missão da instituição é promover educação que possibilite atender às necessidades humanas de forma sistêmica, criativa e sustentável, contribuindo para o desenvolvimento regional, o trabalho desenvolvido durante o semestre superou as expectativas dos envolvidos no projeto integrador, pois através da metodologia desenvolvida, buscou-se contribuir ao debate e lançar ideias que contribuam à busca coordenada de aplicabilidade do tema em questão, apoiado na Educação Ambiental e na Metodologia da Problematização, no Direito Ambiental, na Antropologia e na Gestão ambiental, vale destacar que a contextualização do projeto integrador em tela, lançou-nos alguns elementos como base de reflexão, baseados nos limites de uma experiência. Ou seja: que a região e as potencialidades turísticas, bem como a preservação do patrimônio cultural e ambiental sejam debatidos de maneira mais ampla e a necessidade de se pensar as possibilidades e os obstáculos do desenvolvimento regional baseado na ideia da sustentabilidade. Por fim, cabe destacar a importância da ação da universidade, através da aplicação de projetos voltados a realidade regional, sistematizada teoricamente no presente trabalho. Estas ações, quando de forma coordenada, poderão, a curto prazo, favorecer um entendimento e lançar referências de soluções e de consciência a população da região, diante da complexidade da realidade socioambiental historicamente vivenciada.

Diante desse cenário, fica evidente a urgência em tornar o mundo qualitativamente melhor, a necessidade de leis, a realização de projetos – como o aqui apresentado - que efetivamente assegurem a proteção ao meio ambiente. O homem e o ambiente estão necessariamente interligados pelas suas condições naturais. Sendo o meio para a própria vida se desenvolver, esse meio ambiente depende dos cuidados, da preservação natural e cultural.

Referências

BERBEL, N. A. N. Metodologia da Problematização no Ensino Superior e sua contribuição para o plano da praxis. **Semina**: v.17, n. esp., p.7-17, 1996.

_____. Metodologia da Problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o Ensino Superior. **Semina**: Londrina, v. 16, n. 2, n esp., p.9-19, 1995.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BORDENAVE, J. ; PEREIRA, A. **Estratégias de ensino aprendizagem**. 4. ed., 1989.

BUNGE. **Relatório socioambiental**, 2003. Disponível em: <http://www.bunge.com.br/downloads/sustentabilidade/Bunge_Relatorio_Socioambiental_2003.pdf>.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. 15. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2010. (Atualizada até a Emenda Constitucional n. 62/2009).

BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 (Lei da Educação Ambiental). Dispõe sobre Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

COIMBRA, A. **O outro lado do meio ambiente**: uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas: Millennium, 2002.

DA SILVA, José Afonso. **Direito Ambiental Constitucional**. 4. ed. 2. tiragem. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 20.

FONSECA, Daniela Rodrigueiro. **A dignidade da pessoal humana**: razão da existência das tutelas ambientais. In: Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, Bauru, n. 29, ago./nov. 2000.

MAGALDI MB. **O Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz**: Estrutura e Propostas. 2006. Disponível em:<<http://www.unirio.br/jovemmuseologia/documentos/1/entrevistamonique.pdf>>

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. 3. ed. São Paulo: RT, 2004.

MORAES, Alexandre. **Direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Direitos Humanos Fundamentais**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Constituição do Brasil Interpretada**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

REIGOTA, M. **Desafios à educação ambiental escolar.** In: JACOBI, P. et al. (org.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

SANTOS DR. MARTINS TR. **Ecomuseu:** uma alternativa de gestão ambiental.2009.

Dados para contato:

Autor: Joélia Walter Sizenando

E-mail: nupedi@unibave.net

AUTONOMIA, DIREITO E CIDADANIA INFANTIL**Seção**

Educação e Política

**Ana Isabel Pereira Cardoso¹; José Augusto Alves Junior¹;
Renata Righetto Jung¹.****1. Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE**

Resumo: Este texto busca apresentar a trajetória histórica acerca dos conceitos de criança, infância e cidadania diante da dificuldade atual em determinar a participação da criança nos assuntos sérios da política; percebê-la como sujeito e a infância como categoria social beneficiária dos processos políticos para além dos ganhos institucionalizados. Elaborado por meio de pesquisa bibliográfica e literária, assim ao revisitar a história, analisar como a sociedade ocidental percebia a criança e concebia a infância; como também o contexto histórico e cultural brasileiro da trajetória da criança e infância. A contribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, no estabelecimento dos conceitos e direitos da criança em ter infância e exercer a cidadania. O termo cidadania infantil surge como novo conceito para a melhor compreensão do direito de participação da criança e do esclarecimento da complexidade do polinômio: criança – infância – autonomia – cidadania, onde o adulto e as instituições infantis, são co-cidadãos, capazes de perceber o tênue limite dessa relação e, assim, garantir as condições necessárias aos direitos fundamentais inalienáveis na conquista da cidadania. A cidadania infantil é traduzida no direito a voz, isto é, na participação das decisões em ações políticas e sociais, por meio da fala. Garantir o direito de participação envolve vários aspectos da relação criança-infância, como as limitações psicológicas e fisiológicas características da idade, as relações sociais construídas historicamente, assim como a conscientização e a construção de políticas envolvendo o adulto e instituições, principalmente a escola, na busca por garantir esse direito.

Palavras-chave: Categoria social. Infância. Direitos da Criança. ECA.

AUTONOMY, CHILD RIGHTS AND CITIZENSHIP

Abstract: This paper aims to present the historical background about the child concepts of childhood and citizenship given the current difficulty in determining the child's participation in the serious business of politics; perceive it as subject and childhood as a social beneficiary category of political processes beyond the institutionalized gains. Prepared by literature and literary research, as well to revisit the story, how to analyze Western society realized the child conceived and childhood; as well as the Brazilian historical and cultural context of the child's background and

childhood. The contribution of the Statute of Children and teen - ECA, in establishing the concepts and children's rights to have children, and exercising citizenship. Results: The term child citizenship arises as a new concept for better understanding of child participation of law and clarification of the complexity of the polynomial: child - Childhood - autonomy - citizenship, where the adult and children's institutions are co-citizens, able to perceive the fine line of this relationship and thereby ensure the necessary conditions for the inalienable fundamental rights in the conquest of citizenship. Children's citizenship is translated in the voice right, that is, participation of decisions in political and social activities, through speech. Guarantee the right of participation involves various aspects of child-child relationship, like the psychological and physiological limitations the age, social relations built historically, as well as awareness and building policies involving adult and institutions, especially the school, Search for ensuring this right.

Keywords: Social Category. Childhood. Child's rights. ECA.

Introdução

Este texto busca apresentar a trajetória histórica acerca dos conceitos de criança, infância e cidadania. Elaborado ao revisitar a história por meio de pesquisa bibliográfica e literária, analisar como a sociedade ocidental percebia a criança e concebia a infância; assim como o contexto histórico e cultural brasileiro da trajetória da criança e infância. A contribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, no estabelecimento dos conceitos e a relação com os direitos da criança em ter infância e exercer a cidadania, assim como a institucionalização da infância como categoria social e a preocupação da academia em estudá-la, despertando a atenção para situações dramáticas, envolvendo a criança.

Este é um texto provocativo, pois pretende fomentar discussões sobre o grande desafio que se coloca na atualidade, a cidadania infantil. Diante da dificuldade em estabelecer a medida da inclusão da infância como categoria social e beneficiária dos processos políticos para além dos ganhos dos adultos. O debate das várias posições sobre a condição da criança e infância que deveria fazer parte dos projetos políticos, para reconhecê-la como cidadã, participante das ações econômicas e políticas. “Do meu ponto de vista, a infância persiste: ela continua a existir – como uma classe social, por exemplo – como forma estrutural, independentemente de quantas crianças entram e quantas saem dela”. (QVORTRUP. 2011, p. 204).

As crianças eram consideradas adultos em miniaturas, desde a sociedade medieval, porém hoje, essa percepção tem passado por diversas modificações, ampliando o conceito e os saberes sobre a criança e a infância. Os estudos nas

diversas áreas do conhecimento traz um novo olhar para a criança como sujeito competente, com o modo de pensar e fazer as coisas e conceber o mundo de forma própria. Parafraseando Max Horkheimer: quando falamos de infância, como entidade histórica, não queremos significar simplesmente a existência sensível e espaço-temporal de um membro particular da espécie humana, mas, além disso tudo, a compreensão da sua própria individualidade como ser humano, inclusive o reconhecimento da sua própria identidade. (HORKHEIMER. 2002, p.133).

Os tradicionais limites da ciência, as investigações da biologia, da psicologia, do desenvolvimento da pedagogia, não dão conta de expressar a os aspectos subjetivos da infância. Concebida como fenômeno, “uma categoria social autônoma, analisável nas suas relações com a ação e a estrutura social”. (SARMENTO.1997, p. 10).

As crianças eram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia existencial, compartilhavam com os adultos os espaços, deveres e poucos direitos. A ideia de infância é recente, porém vive-se ainda a contradição, em que as políticas sociais, a família e a escola, não garantem o direito da criança em ter infância e exercer a autonomia e a cidadania. Ela, a infância, surge lentamente no decorrer da história da humanidade. Na complexidade das relações sociais as crianças constroem gradativamente a identidade, definindo novos conceitos relacionados à infância e seus direitos, porém nada disso garante a criança ter infância, quiçá cidadania. [...] “Daí que paradoxalmente, apesar de ter havido sempre crianças, seres biológicos de geração jovem, nem sempre houve infância, categoria social de estatuto próprio”. (SARMENTO, 2002. p. 267).

Desde o aparecimento da noção de infância na sociedade moderna, sabemos que as visões sobre a infância são construídas social e historicamente. No entanto a identidade da criança e a conquista da cidadania implicam em ultrapassar muitas barreiras referentes à singularidade infantil, como a idade, e a vulnerabilidade do processo de interação biopsicossocial.

A instabilidade, característica do desenvolvimento e maturação infantil, dificulta a participação - instrumento principal de conquista da autonomia e cidadania. A criança produz ideias originais e tem facilidade em lidar com as novas informações. Apresenta diferenciada percepção das relações do sujeito com o mundo, assim a participação das crianças nas ações cotidianas promove o exercício crítico, da

autonomia e da cidadania, desenvolvendo a consciência ecológica. “O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distinguimos essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem”. (ARIÈS. 1981, p.17).

Criança e infância

A infância, fase importante e singular do desenvolvimento do ser humano, vem despertando a pré-ocupação de vários setores da sociedade. Ela emerge na atualidade como categoria histórico social. A trajetória da infância e a institucionalização da criança, assim como a preocupação da academia em estudá-la, desperta a atenção para situações dramáticas envolvendo a criança, como a pedofilia, o trabalho infantil, as taxas de mortalidade e de violência relacionadas a ela. Gagnebin (1997. p. 98) cita Walter Benjamin quando refere à dimensão crítica da infância “Benjamin não ressalta a ingenuidade ou a inocência infantis, mas sim a inabilidade, a desorientação, a falta de desenvoltura das crianças em oposição à “segurança” dos adultos.”

Alguns pesquisadores foram em busca de documentos e relatos para traçar a trajetória da infância e então pensar como ela se constituiu e como se percebiam a criança em cada sociedade. Um dos primeiros pesquisadores foi Philippe Ariès, por meio da análise histórica iconográfica, envolvendo a infância ou não, ele relata as relações sociais da criança e a construção do conceito moderno de infância.

Dessa forma percebe que, até o século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. No entanto com o surgimento da organização familiar a figura da criança começa a tomar sentido, a família passa por transformações, com maior intimidade e valorização dos filhos. A igreja também se junta à valorização da família e, conseqüentemente, a criança tem um pouco mais de atenção. “É difícil crer que essa ausência se devesse a incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo”. (ARIÈS, 1981. p.17).

Outro olhar histórico sobre a infância é o das meninas consideradas seres, reservados pela sociedade, para o casamento e a maternidade, ou para espiritualidade como alternativa de vida. “Entre os 4 e 7 anos, as meninas

compreenderam aquilo que a sociedade lhes reserva: casamento e maternidade”. (COLIN. 2004, p.28).

A sequência de fatos históricos que envolve a criança, o gradual valor dado à presença infantil, começa a ser percebida também pela peculiaridade da fala, o direito à voz favorece a algumas crianças a oportunidade de manifestar-se, e assim a linguagem torna-se meio de participação na vida social. A criança começa a ser percebida como alguém com necessidade de maior atenção e inicia a demarcação de um frágil território entre ser criança e ter infância. “A infância é, obviamente, uma abstração que se refere à determinada etapa da vida, diferentemente do grupo de pessoas sugerido pela palavra criança” (COLIN, 2004, p. 22).

O pensamento infantil expressado por meio da linguagem, o raciocínio original e simples de ver o mundo e solucionar conflitos, contribui na construção da noção e das características dessa categoria social a infância. De acordo com o historiador Colin, o filósofo Rousseau considera, que o pensamento das crianças é diferente do pensamento dos adultos. A infância:

[..] tem formas próprias de ver, pensar e agir”, e, particularmente, sua própria forma de raciocínio, “sensível”, “pueril”, diferentemente da razão “intelectual” ou “humana” do adulto. Então, poderiam aprender lições através das coisas, e não a partir dos homens, “Respeitai a infância”, exortava ele, e “deixai a natureza agir bastante tempo antes de resolver agir em seu lugar (COLIN, 2004, p. 38).

Nos séculos XVI e XVII, começa a tomada de consciência de corporeidade da criança, com a perspectiva da individualização infantil, quando a imagem, sustentada pela biologia e o pensamento médico contribui para o início da valorização da vida da criança e conseqüentemente do seu corpo, porém a real corporeidade ainda não é concebida neste contexto histórico. No final do século XVIII, pintores ingleses de retratos, “[...] refletiam nos corpos de seus sujeitos a crescente separação entre os mundos dos adultos e das crianças, contrastando a inocência da criança com a experiência do adulto” (COLIN. 2004, p. 40).

Todavia, a criança ainda permanece no limbo, não é percebida como cidadã, mas como um ser em formação. “O papel das crianças como matéria-prima ou como recurso é historicamente. [...] a ideia mais persistente e mais dominante sobre as crianças, [...]” (QVORTRUP. 2010, p.787).

A história da infância também está marcada no continente americano, a criança, começa a ser percebida e retratada com alguma referência ao que se concebe hoje como infância, a corporeidade, a imaturidade e a ludicidade que lhe é inerente. “Nos Estados Unidos, em torno de 1750 os retratos de família passaram a se preocupar menos com apresentar as crianças como adultos em formação, aceitando, em vez disso, sua atitude lúdica e sua imaturidade”. (COLIN. 2004, p. 41).

Já no contexto social brasileiro da infância dos anos de 1930, torna-se alvo de intervenção política, tanto para a assistência social, quanto para o controle jurídico sobre a infância dos mais pobres. Esse conjunto de práticas foi ordenado no Código de Menores de 1927, quando a criança pobre começa a ser identificada como “menor”. (NUNES. 2005, p.74).

Autonomia, direito e cidadania

O início do movimento pelos direitos da criança acontece no Brasil na década de 1980 e a ideia da criança cidadã em torno da relação infância e cidadania, não tem merecido a atenção necessária, pois a condição de “cidadão” é compreendida ainda hoje, como um *status* atribuído ao adulto. “A distribuição desigual de poder entre adultos e crianças têm razões sociais e ideológicas, que repercutem no controle e na dominação de grupos” (BAZILIO, 2003, p. 86).

A infância, bem ou mal, começa a ser percebida nos avanços e retrocessos do cenário político brasileiro. Influenciados pelo movimento higienista e militar discriminou a criança que podia ter infância daquelas pobres e estas, foram denominadas como “menores”. Essa ação estatal de proteção à infância visava à defesa da sociedade, assim a infância passa por instituições de atendimento ao menor, como a FUNABEN, a LBA.

Ao longo dos anos, o sentido ideológico do termo “menor” foi impregnando práticas e representações e sua presença se faz sentir até os anos 1990 quando o “menor” convive e se confunde nas práticas sociais com a criança que começa a ser reconhecida como cidadã, sobretudo a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (NUNES. 2005, p.75).

A intensa mobilização política da população configura-se importante avanço. “[...] a partir de várias iniciativas de juristas e de movimentos populares, sobretudo os liderados pelo Movimento Nacional dos Menores de Rua e, em 13 de julho de 1990, é

lançado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90.” (NUNES, 2005, p. 79).

O ECA cita em seu artigo 17, o respeito à autonomia da criança: O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (BRASIL, 2008. p. 18).

Essa mudança significativa em relação à legislação anterior ao chamado Código de Menores, crianças e adolescentes passam a ser considerados cidadãos, com direitos pessoais e sociais garantidos. Definitivamente substituiu-se o termo “menor” por “criança e adolescente”, pois a designação, menor, traz a ideia de uma pessoa sem direitos. Essa palavra foi banida do vocabulário de quem defende os direitos da infância, para não lembrar o direito penal do menor e toda a carga discriminatória negativa, por quase sempre se referir às crianças e adolescentes autores de atos infracionais.

Os Direitos Fundamentais e Inalienáveis da Criança de - proteção, provisão e participação, (3P's), aprovados pelas Nações Unidas desde 1989, surgem no cenário mundial, trazendo às crianças de todo o mundo, a esperança de garantias do respeito aos seus direitos, porém as desigualdades e a discriminação contra as crianças ainda persistem “[...] não apenas não acabaram nestes anos em que a Convenção foi aclamada por muitos países como um novo signo de civilização e de progresso, como estão atualmente em crescimento.” (SGRITTA apud SARMENTO. 1997, p. 18).

Os fatos históricos mais recentes esboçam melhor percepção de criança e infância, a produção científica, em várias áreas, vem refinar e delimitar com maior precisão esses conceitos, percebendo a criança como sujeito de direito, e a necessidade de intervenções e de ações com políticas sociais de *proteção, participação e provisão*. A Convenção da Organização das Nações Unidas – ONU sobre Direitos da Criança contém vários artigos sobre os chamados três Ps: um que trata da proteção, outro da provisão e um terceiro dos direitos de participação.

A participação é entendida aqui principalmente em termos de direitos que têm muita semelhança com os direitos humanos e civis na Declaração dos Direitos Humanos. Assim, o art. 12, da Convenção sobre os Direitos da Criança, fala em assegurar à criança que é capaz de formar suas próprias opiniões o direito de expressá-las livremente

em “assuntos que afetam a criança”; o art. 13 garante à criança liberdade de expressão; o art. 14, liberdade de pensamento, consciência ou religião; o art. 15, liberdade de associação e reunião pacífica; e o art. 16, direito à privacidade. (QVORTRUP. 2011, p, 780)

QVORTRUP encontra limitações na redação dos três P's, e cita a mais significativa no trecho no art. 12, que estabelece que somente em assuntos que afetam a criança ela teria direito de opinar livremente. Completa “essa é uma limitação grave, mas provavelmente sintomática da criança como sujeito político em nossas sociedades.” (QVORTRUP, 2011, p. 780).

Dentre os 3 P's, o direito da participação é com frequência esquecido na constituição das políticas, na organização e gestão das instituições para a infância. “[...] a investigação da aplicação desses direitos na construção e organização das políticas e gestão das instituições para a infância em particular nas escolas o da participação é o menos respeitado”. (SARMENTO. 1997, p. 18).

Porém não há garantia dos direitos fundamentais e nem o conceito de infância e criança estão consolidados nos diversos setores sociais. A atual busca dessa nova categoria é por autonomia e cidadania, no entanto sabemos que a criança não tem capacidade de buscá-las de forma independente. Esta conquista é fardo pesado para a criança, ela não compreende e não tem capacidade intelectual e emocional para suportá-la.

Outro ponto de tensão é saber se a criança, como cidadã, no curto período da infância, desfruta dos benefícios propostos nos projetos e ações políticas objetivados a ela. “A grande questão que se coloca em cada caso é saber em que medida as crianças são beneficiadas e se isso não ocorre como um efeito colateral dos ganhos para os adultos/sociedade adulta” (QVORTRUP, 2010, p. 777).

Procedimentos Metodológicos

Este é um texto provocativo, pois pretende fomentar discussões sobre o grande desafio que se coloca na atualidade, a cidadania infantil. Diante da dificuldade em estabelecer a medida da inclusão da infância, como categoria social e beneficiária dos processos políticos para além dos ganhos dos adultos. O debate das várias posições sobre a condição da criança e infância deveria fazer parte dos projetos políticos, para reconhecê-la como cidadã, participantes, das ações econômicas, políticas.

Este texto busca apresentar a trajetória histórica acerca dos conceitos de criança, infância e cidadania. Elaborado por meio de pesquisa bibliográfica e literária ao revisitar a história e, analisar como a sociedade ocidental percebia a criança e concebia a infância; assim como o contexto histórico e cultural brasileiro da trajetória da criança e infância. A contribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, no estabelecimento dos conceitos e direitos da criança em ter infância e exercer a cidadania, assim como a trajetória histórica e social da infância e a institucionalização da criança como categoria social e a preocupação da academia em estudá-la, despertando a atenção para situações dramáticas envolvendo a criança.

A pesquisa caracteriza-se por um estudo de revisão bibliográfica e literária, determinada pelo coletivo de autores estudiosos da temática, a análise da declaração universal dos direitos das crianças e do documento brasileiro, o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Realizada em banco de dados especializados, em livros e *softwares* bibliométricos da língua portuguesa.

Baseada na exposição dos conceitos dos autores pesquisados e a garantia dos direitos da criança foi possível a elaboração de uma análise crítica da participação infantil nos processos políticos atuais, resultando na efetivação do objetivo proposto de analisar a trajetória histórica acerca da criança, infância e cidadania, no estabelecimento de conceitos e direitos da criança em ter infância e exercer a cidadania.

Considerações Finais

O termo cidadania infantil surge como novo conceito para a melhor compreensão do direito de participação da criança e maior esclarecimento da complexidade que envolve o polinômio: criança – infância – autonomia – cidadania, onde o adulto e as instituições infantis, são co-cidadãos, capazes de perceber o tênue limite dessa relação e assim garantir as condições necessárias aos direitos fundamentais inalienáveis na conquista da cidadania.

A participação, frequente e efetiva da criança, em todos os processos de desenvolvimento, construção de conhecimento e de inter-relacionamento com o mundo presente, conduzem à autonomia e conseqüentemente produzem a cidadania. Dessa forma contribui para a maturação da criança, num processo de

retroalimentação, quanto mais participa mais se reconhece e se manifesta com autonomia, mais desenvolve a cidadania.

A promoção da cidadania infantil é condição necessária para a construção de políticas integradas para a infância, capazes de reforçar e garantir os direitos da criança e a sua inserção plena na cidadania ativa. “Cada criança se inserida na sociedade não como um ser estranho, mas como um ator social portador da novidade que é inerente à sua pertença à geração que dá continuidade e faz renascer o mundo” (SARMENTO, 2002, p. 265).

A participação política da criança é determinada pela percepção e garantia do direito à voz e à vez, portanto envolve vários aspectos característicos do período e da relação criança e infância. A cidadania infantil somente é garantida por meio da participação das decisões e situações políticas e sociais. Ao manifestar-se por meio da fala, o direito a voz, a criança conquista, e ao mesmo tempo expressa, o nível de autonomia e de cidadania. No entanto, o reconhecimento da criança como sujeito de direito, e a participação como ator, protagonista, da própria história, não estão totalmente firmados nas relações sociais e culturais da atualidade. “As crianças, todas as crianças, transportam o peso da sociedade que os adultos lhes legam, mas fazendo-o com leveza da renovação e o sentido de que tudo é de novo possível” (SARMENTO, 2002. p.266).

Finalmente, perceber e garantir o direito de participação envolve vários aspectos da relação criança e infância como as limitações psicológicas e fisiológicas características da idade, as relações sociais construídas historicamente, assim como a conscientização e a construção de políticas, envolvendo o adulto e instituições, principalmente a escola em busca por garantir esse direito.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981. p.152-153.

BAZÍLIO, Luiz Cavaliere; KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003. 136 p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do adolescente: Lei n. 8.69, de 13-7-1990**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 357p.

COLIN, Heywood. **Uma história da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 21-47.

FERNANDES, Rogério e KUHLMANN, Moisés Jr. Sobre a história da infância. In: FARIA, Luciano Mendes Filho (org). **A Infância e sua educação: Materiais, práticas e representações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-34.

FLANDRIN, Jean-Louis. **O sexo e o ocidente evolução das atitudes e dos comportamentos**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988. 366 p.

GAGNEBAN, Jeanne Marie. Infância e Pensamento. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo, (Org). **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: UFP, 1997. 176p.

GÉLIS, Jaques. **A individualização da criança**. In: **História da vida Privada**. v. 3 São Paulo. Companhia das letras 1991, p. 19-43.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro, 2002. 192p.

NUNES, Deise Gonçalves. **Reconhecimento social da infância no Brasil: da menoridade a cidadania**. In: VASCONCELOS, Vera Maria Ramos. (Org) **Educação da infância: História e Política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. P. 73-97.

QVORTRUP, Jens. **Política e Infância**. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, p. 777-792, set/dez. 2011. Tradução, Fátima Murad.

_____. **Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”**. Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211, jan./abr. 2011. Tradução, Maria Letícia Nascimento.

SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In, **As crianças: contextos e identidades**. Coord. Manoel Pinto e Manuel Jacinto Sarmento. Braga, Centro de Estudos da Crianças, 1997. p. 9-26.

_____. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. **Educação & Sociedade: Revista Quadrimestral de Ciência da Educação**. Campinas, SP: v.28., n. 78., p. 265-283, abr. 2002.

UNICEF. **A Convenção sobre os direitos da criança**: Assembleia geral das Nações Unidas. UNICEF, 1989. Disponível em:
http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf.
Acesso em 28. 09.2012 as 20:50h.

Dados para contato:

Autor: Ana Isabel Pereira Cardoso

E-mail: anaisabbel@gmail.com